



Carolina Davide Alves

A BAIXA DENSIDADE RURAL NUM CONTEXTO GEOGRÁFICO DE FLUXOS E PERMANÊNCIAS: ATORES LOCAIS, TEMPOS E REDES. O EXEMPLO DE FOIOS (SABUGAL)

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, na área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, orientada pelo Doutor João Luís de Jesus Fernandes, apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A baixa densidade rural num contexto geográfico de fluxos e permanências: atores locais, tempos e redes.

O exemplo de Foios (Sabugal).

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A baixa densidade rural num contexto geográfico de fluxos e permanências: atores locais, tempos e redes. O exemplo de Foios (Sabugal).
Autor/a	Carolina Davide Alves
Orientador/a	João Luís de Jesus Fernandes
Júri	Presidente: Doutor Rui Jorge Gama Fernandes Vogais: 1. Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo 2. Doutor João Luís de Jesus Fernandes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Geografia
Área científica	Geografia Humana
Especialidade/Ramo	Ordenamento do Território e Desenvolvimento
Data da defesa	23-7-2014
Classificação	19 valores



Com o apoio de:

Centro de Estudos Ibéricos – Guarda

Bolsa de Apoio a Trabalhos de Investigação 2013



**UE
FEDER**
Investimos no seu futuro



Todos fomos, somos e seremos migrantes, portadores das mais íntimas motivações que nos impulsionam a procurar em territórios alóctones a concretização de sonhos e projectos arquitectados muitas vezes pela construção demagógica de uma imagem territorial baseada em informações desfocadas da realidade [...].

VELEZ de CASTRO, 2010:75

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã, pedra angular da minha experiência de vida, pelo constante carinho e ensinamentos, pela compreensão perante as minhas constantes ausências e afazeres; e também pela companhia nos longos dias de trabalho de campo.

Ao Professor Doutor João Luís Fernandes pela sua disponibilidade para a orientação desta dissertação, pela sua preocupação, conselhos e trocas de ideias.

Ao Professor Rui Jacinto pelo apoio e opinião neste projeto desde a sua fase embrionária.

À Professora Doutora Adélia Nunes, pela ajuda e troca de ideias.

À população de Foios, gente hospitaleira, que possibilitaram, sem entraves, o trabalho de campo e o contacto com a realidade local. Um agradecimento particular ao António Manuel Leal e à Fátima Leal pela sua disponibilidade e simpatia.

Aos meus colegas e amigos de curso Paulo, David, Cristina e Sara pela força, a troca de conhecimentos e a companhia ao longo do percurso académico.

Aos meus amigos pela paciência perante os meus desabafos e a falta de tempo, mas sobretudo pelos momentos bem passados e por me permitirem querer ser sempre mais e melhor.

A todos os Professores do Departamento de Geografia da FLUC por me ensinarem a ver o mundo com outros olhos: os olhos críticos da procura das causas.

A todos os que permitiram que este projeto fosse concluído.

Porque nunca somos suficientemente capazes de fazer algo sozinhos, e é um ato de humildade aceitar ajuda
Um Bem- haja!

RESUMO

Os espaços rurais de baixa densidade têm vindo a ser alvo de diferentes abordagens, no geral marcadas por um certo separatismo temático e por visões pouco integradas.

Nestas leituras, destacam-se duas tendências. Por um lado, aquela que entende o território como um espaço homogéneo e interpreta cada área em concreto como um ponto isolado e não relacional. Por outro, as análises que consideram a heterogeneidade de um território nacional dividido por dicotomias esquemáticas e simplificadoras, que associam os espaços rurais a adjetivações depreciativas e a imagens estereotipadas que escondem a verdadeira complexidade e multidimensionalidade destes espaços geográficos.

Esta dissertação apresenta-se como uma tentativa de desmitificar algumas das premissas anteriores, enveredando por uma abordagem integrada, centralizada no lugar, sem perder a noção da importância da análise a diferentes escalas e da relação entre espaços.

As áreas de baixa densidade de matriz rural, pela sua multifuncionalidade e conjunto de significações que lhe são atribuídas, são territórios de múltiplos atores, com tempos de presença e ausência variáveis. Cada um desses atores apresenta estratégias territoriais muito próprias e redes espaciais de relação individualizadas, que passam por ligações também muito diversificadas com cada lugar.

Nesse sentido, cada um desses lugares deve também ser observado e estudado enquanto território para onde, em diferentes momentos e em circunstâncias muito variadas, convergem atores com espacialidades muito heterogéneas.

A opção por Foios (Sabugal) como área de estudo justifica-se pela sua posição raiana, pelo contexto de baixa densidade de matriz rural onde se insere e pelos evidentes fatores de interioridade que caracterizam esta freguesia. Estas características poderiam induzir leituras mais simplificadas e estereotipadas, associadas quase sempre ao inevitável despovoamento destas áreas, também por isso consideradas frágeis.

Apesar disso, este estudo procura provar que o esperado esquematismo não se confirma e que, afinal, Foios é um território mais híbrido e dinâmico onde, não negando as evidentes tendências de saída de população, se concentram atores com territorialidades mais complexas que oscilam entre a chegada e a partida, entre as permanências e as ausências.

Neste sentido, Foios mostra-se um excelente estudo de caso ao confirmar as hipóteses de um espaço rural heterogéneo vivido por uma multiplicidade de atores e por um mosaico diversificado de dinâmicas temporais e espaciais.

Palavras-chave: Baixa densidade rural, Atores locais, Multiterritorialidades, Redes, Foios

ABSTRACT

The low-density rural areas have been the target of different approaches, however marked by certain theme separatism and poorly integrated visions.

In these readings two trends stand out. On the one hand, the reading that understands territory likes a homogeneous space and that interprets each concrete area like an isolated point and not relational. On the other hand, the analyzes that consider the heterogeneity of an national territory divided by schematic and simplified dichotomies that associate the rural spaces to derogatory adjectives and stereotyped images that hide the true complexity and multidimensionality of these geographic spaces.

This dissertation is presented as an attempt to demystify some of the earlier assumptions, embarking on an integrated, centralized in place, but without losing sight of the importance of analysis at different scales and the relationship between spaces.

The areas of low density rural matrix by its multifunctionality and set of meanings ascribed to them, are formed as territories of multiple actors and times of presence and absence variables. Each of these actors has very own territorial strategies and individualized special relational networks, which pass through much diversified connections with each place.

Having these in mind, each one of these places must be too observed and studied as a territory where, at different times and under very different circumstances, very heterogeneous spatiality' actors converged.

The choice of Foios (Sabugal) as study area arises for its borderland position, the context of low density rural matrix where it belongs and for obvious factors of interiority that characterize this parish. These characteristics could induce more simplified and stereotyped readings often associated to the inevitable depopulation of these areas, also considered fragile.

Nevertheless, this study seeks to prove that the expected schematic is not confirmed and, after all, Foios is a more hybrid and dynamic territory where, not denying the obvious outflow of population trends, concentrated actors with more complex territorialities that oscillate between the arrival and the departure, between permanence and absence.

So, Foios shows an excellent case study to confirm the hypothesis of a heterogeneous rural space lived by a plurality of actors and by a different temporal and spatial dynamics mosaic.

Keywords: Low rural density, Local actors, Multiterritorialities, Networks, Foios

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS.....	3
ÍNDICE DE QUADROS.....	5
ÍNDICE ANEXOS	6
INTRODUÇÃO	7

Parte I - Baixa densidade rural, fluxos, territórios e territorialidades

1. O “INTERIOR” E AS SUAS GEOGRAFIAS: ESQUEMATISMOS E COMPLEXIDADES	11
1.1. DA DICOTOMIA LITORAL/INTERIOR À CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL EM ARQUIPÉLAGO	11
1.2. TEMPOS, DISCURSOS E BAIXA DENSIDADE RURAL.....	22
2. UM LUGAR MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES	33
2.1. MOBILIDADES, TERRITÓRIOS E TEMPORALIDADES NA PÓS-MODERNIDADE.....	33
2.2. BAIXA DENSIDADE RURAL: TERRITORIALIDADES, TEMPOS E FLUXOS	46
3. GESTÃO TERRITORIAL NO CONTEXTO DAS NOVAS VISÕES DOS ESPAÇOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE.....	67
3.1. NOVAS GEOGRAFIAS E A NECESSIDADE DE REPENSAR O MODELO DE DESENVOLVIMENTO	67
3.2. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PERANTE A MULTIPLICIDADE DE ATORES.....	75

Parte II - Foios: mobilidades, redes e mudanças

1. FOIOS: FINISTERRA, ESTREMADURA, RAIA.....	83
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	83
1.2. POPULAÇÃO E TERRITÓRIO.....	88
1.3. NOTAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO.....	96
2. NOTAS METODOLÓGICAS.....	107
3. ATORES LOCAIS: PERFIS E MOBILIDADES.....	111
3.1. RESIDENTES NATURAIS DA FREGUESIA.....	111
3.2. “NOVOS” HABITANTES RURAIS.....	117
3.3. (E)MIGRANTES E FAMILIARES DOS HABITANTES LOCAIS.....	124
3.4. VISITANTES.....	133
3.5. TRABALHADORES NÃO RESIDENTES	136
3.6. ANÁLISE SÍNTESE.....	137
4. TEMPORALIDADES E REDES: AUSÊNCIAS, PRESENÇAS E ESPAÇOS DE RELAÇÃO ..	141
5. PERCEÇÕES E ENVOLVIMENTO DOS ATORES NAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	151

5.1. TEMPOS DE PRESENÇA E FILIAÇÃO AO LUGAR: CRIAÇÃO DE CLUSTERS A PARTIR DA ANÁLISE FATORIAL MULTIVARIADA	155
CONCLUSÃO	159
BILIOGRAFIA	165
ANEXOS.....	177

ÍNDICE DE FIGURAS

1 – Caraterísticas-chave da dicotomia litoral/interior, segundo a teoria centro-periferia	12
2 – As três geografias de Portugal.....	13
3 – Tipologia das freguesias a 6 classes: a complexidade da configuração territorial em arquipélago .	16
4 – Da competitividade à fragilidade: análise da repartição de <i>clusters</i> territoriais.....	17
5 – Distribuição dos Índices Famílias (a) e Empresas (b) em Portugal Continental (triénio 2005-2007).....	21
6 – Índice Famílias (a) e Índice de empresas (b): comparação 2005-2007 e 2009-2011	22
7 – Esquema teórico do espaço de vida e representações espaciais: confinamento e extensão do desconhecido	34
8 – Esquema teórico das representações e práticas espaciais do indivíduo na pós-modernidade	35
9 – Compressão do espaço-tempo pelas tecnologias de informação e comunicação.....	36
10 – Esquema teórico das relações de verticalidade e horizontalidade dos lugares.....	38
11 – Esquema teórico dos eixos identitários em contextos de multiterritorialidade	42
12 – Paisagens híbridas: retratos de múltiplos territórios.....	44
13 - Esquema teórico da variação sincrónica das territorialidades.....	45
14 – Esquema teórico da variação diacrónica das territorialidades.....	45
15 – Espaços de baixa densidade rural no contexto do espaço reticulado: atores locais e territórios-rede...	48
16 – Temporalidades dos atores locais: variação diária das presenças e ausências	50
17 – Tempos dos migrantes: presenças, ausências e sazonalidades	51
18 – Esquema teórico da mobilidade humana (entradas e saídas) afeta aos espaços de baixa densidade de matriz rural	52
19 – Ciclo causa-efeito da oferta de bens e serviços nas áreas de baixa densidade de matriz rural.....	54
20 – (E)Migrações: causas, consequências e ciclos viciosos	60
21 – Novos rurais e novas atividades: o primado pela tradição e contacto com a natureza.....	61
22 – Novos rurais de filosofias de vida alternativas: o contacto com a natureza, a eco-construção e a vida em comunidade	62
23 – Modelo territorialista de desenvolvimento.....	68
24 – Modelo baseado na valorização dos recursos endógenos para o desenvolvimento	69
25 – Territorialidades e interesses dos atores locais.....	78
26 – Localização da freguesia de Foios no contexto regional e sub-regional	84
27 – Hipsometria da freguesia de Foios	85
28 – Foios no contexto do sistema de povoamento nacional	87
29 – Evolução do efetivo populacional de 1864 a 2011: Foios no contexto nacional, regional e sub-regional.....	89
30 – Evolução da população na freguesia de Foios, 1950 a 2011	90
31 – Alteração ao uso do solo: Carta Agrícola e Florestal e CLC 2006	91
32 – População residente em 2011: Foios no contexto das freguesias do concelho de Sabugal.....	91
33 – Variação da população de 1950 a 2011: Foios no contexto das freguesias do concelho de Sabugal....	92

34 – Densidade populacional, 2011: Foios no contexto das freguesias do concelho de Sabugal.....	93
35 – Projeção da variação da população para 2021: Foios no contexto das freguesias do concelho de Sabugal	95
36 – Novas atividades em espaço rural: turismo aventura e praia fluvial em Foios.....	98
37 – Variação da população empregada por sectores de atividade, 2001-2011: Foios e as freguesias fronteiriças do concelho de Sabugal	99
38 – Variação do índice de renovação da população ativa, 2001 a 2011	99
39 – Variação da taxa de desemprego, 2001 a 2011.....	100
40 – Locais de destino da população residente em Foios em 2011 que emigrou, segundo o período de emigração	102
41 – Países de emigração da população residente em Foios em 2011, que já passou por uma experiência migratória	102
42 – Recursos endógenos de Foios: potencialidades a desenvolver.....	104
43 – Territórios de migração: exemplo de quatro residentes de Foios	115
44 – Motivações afetas às migrações: fatores de saída (a) e de retorno (b)	117
45 – Motivações das migrações dos “novos” habitantes: motivos da saída do local de origem (a) e escolha de Foios para residir (b).....	120
46 – Distribuição dos (e)migrantes e familiares dos residentes locais, segundo os concelhos de naturalidade e residência	125
47 – Motivações afetas à pretensão ou não pretensão de retorno a Foios	132
48 – Atividades desenvolvidas pelos visitantes e contributos para a economia local durante a estadia.....	135
49 – Variação interanual das entradas e saídas de Foios, segundo o perfil do migrante.....	141
50 – Variação do número de atores locais presentes, segundo o perfil dos inquiridos e a data de recolha do inquérito.....	142
51 – Variação anual das presenças dos (e)migrantes e familiares dos residentes na freguesia de Foios.....	143
52 – Praça central da aldeia em diferentes momentos do ano	143
53 – Territórios de relação com Foios: naturalidade dos inquiridos	145
54 – Territórios de relação com Foios: residência dos atores locais	145
55 – Territórios de relação com Foios: residência dos filhos dos habitantes da freguesia	146
56 – Territórios de relação com Foios: outras relações familiares	146
57 – Territórios de relação com Foios: espaços de migração dos atuais residentes da freguesia.....	147
58 – Territórios de relação com Foios: espaços de migração dos (e)migrantes e familiares dos residentes da freguesia.....	147
59 – Exemplo de relação das redes-territoriais individuais de três atores de Foios	148
60 – Redes-territoriais individuais dos atores de relação com Foios.....	149
61 - Perceções da freguesia: problemas (a) e potencialidades (b) para o desenvolvimento local	152
62 – Áreas de investimento para a promoção do desenvolvimento local.....	153
63 – Contributos individuais para o desenvolvimento local.....	154

ÍNDICE DE QUADROS

I – População residente e variação populacional, 1950 a 2011	92
II – Índices de Envelhecimento, Dependência de Idosos e Dependência Total, 2001 e 2011	94
III – Projeções da população para 2021: evolução da variação populacional	96
IV - População empregada por sector de atividade, 2011: Foios e as freguesias fronteiriças do concelho de Sabugal.....	97
V – Variação da população ativa e taxa de desemprego, 2001 e 2011	101
VI – População inquirida, segundo a idade e sexo, por período de recolha.....	108
VII – Distribuição dos inquiridos residentes e naturais da freguesia por sexo, grupo etário, nacionalidade e estado civil.....	111
VIII – Características socioeconómicas dos inquiridos residentes e naturais na freguesia.....	112
IX – Redes territoriais por relações de âmbito familiar	113
X – Migrações dos inquiridos	114
XI – Motivação afeta às mobilidades de proximidade, segundo a periodicidade	117
XII – Distribuição dos “novos” habitantes da freguesia por sexo, grupo etário, nacionalidade e estado civil.....	118
XIII – Características socioeconómicas dos “novos” habitantes locais	119
XIV – Avaliação da integração na comunidade de Foios, segundo o motivo da avaliação	122
XV – Indicadores de contacto dos “novos” habitantes de Foios ao local de origem	123
XVI – Motivação afeta às mobilidades de proximidade, segundo a periodicidade	123
XVII - Distribuição dos (e)migrantes e familiares dos habitantes locais por sexo, grupo etário, nacionalidade e estado civil.....	124
XVIII - Características socioeconómicas dos (e)migrantes e familiares dos residentes locais.....	126
XIX – Motivação da saída de Foios, segundo o ano de saída	127
XX – Motivação da escolha do local de residência atual.....	128
XXI – Dificuldades sentidas à chegada ao local de residência atual	128
XXII – Migrações dos familiares dos (e)migrantes e indivíduos com relações familiares em Foios, segundo o destino e o ano de saída da freguesia	128
XXIII – Indicadores de contacto dos (e)migrantes e familiares dos habitantes a Foios	129
XXIV – Caraterização dos regressos em férias.....	130
XXV – Práticas culturais e elementos identitários promovidos nos locais de chegada dos inquiridos, segundo o âmbito da divulgação	131
XXVI - Distribuição dos visitantes por sexo, grupo etário, nacionalidade e estado civil	133
XXVII - Características socioeconómicas dos visitantes.....	134
XXVIII – Caraterização dos trabalhadores locais sem residência em Foios.....	136
XXIX – Pretensão de mudança de local de trabalho e residência em Foios	137
XXX – Participação dos atores na comunidade local	155
XXXI – Grupos de atores locais, segundo o tempo de presença e o grau de filiação a Foios	158

ÍNDICE ANEXOS

I – Inquérito à população presente em Foios.....	179
II – Variáveis utilizadas na ACP	191
III – Fatores resultantes da ACP e variáveis de composição.....	197
IV – Dendograma resultante da Análise de Clusters.....	199

INTRODUÇÃO

Os espaços rurais de baixa densidade têm vindo a ser alvo de diferentes abordagens, no entanto marcadas por um certo separatismo temático e visões pouco integradas. Por outro lado, persiste um conjunto de epítetos que vão perpetuando a ideia destes espaços como áreas de interioridade, de encravamento e marginalidade. Estas atitudes são sobretudo resultados de imagens simplistas e de perceções esquemáticas do território.

Num momento em que as mobilidades marcam a geografia pessoal e coletiva, é fundamental perceber o espaço como móvel, flexível e mutável, associado ao conjunto de relações potenciadas pelos fluxos de pessoas, capital e informação. Os espaços de baixa densidade de matriz rural devem ser repensados e refletidos no contexto do espaço de fluxos, que é relacional.

Neste sentido, as áreas rurais estão integradas num conjunto de redes-territoriais, mais ou menos complexas, estruturadas pelo conjunto diverso de atores que as frequenta. Sendo estes espaços áreas de multifuncionalidade, a quantidade de atores e a sua diversidade está presente e molda o território, a paisagem e as relações com o “outro” pessoal e geográfico.

É neste âmbito que apresentamos esta dissertação, num contributo para atenuar algumas ideias dogmáticas, mostrando uma abordagem integrada e optando por uma geografia mais flexível. “*A baixa densidade rural num contexto geográfico de fluxos e permanências: atores locais, tempos e redes. O exemplo de Foios (Sabugal)*” tem como objetivo perceber os espaços rurais de baixa densidade como espaços de relação, pela sua integração no espaço de fluxos. Assim, questionamo-nos sobre as mobilidades que estão afetadas a estas áreas e os atores que as frequentam e moldam. Será que estes espaços se têm vindo a esvaziar ao longo do tempo demonstrando vulnerabilidade face à governação externa? Ou pelo contrário, têm assistido a uma revitalização pela entrada de novos atores? Que formas inovadoras de vivência do espaço estão associadas a estas áreas? Que temporalidades têm estes atores? Qual a relação entre as mobilidades e as permanências?

Com intuito de exemplificar estas premissas, definimos como área de estudo a freguesia de Foios (Sabugal), pela sua posição raiana, mais excêntrica no contexto nacional, e por isso associada a espaços de menor densidade. Para além disso, esta posição concedeu à freguesia uma predisposição para o contacto com o “outro” que se reflete na existência de um conjunto de atores diversificados que incutem novas mobilidades que se juntam à tradicional (e)migração local. Assim, Foios demonstra-se um excelente laboratório ao confirmar as

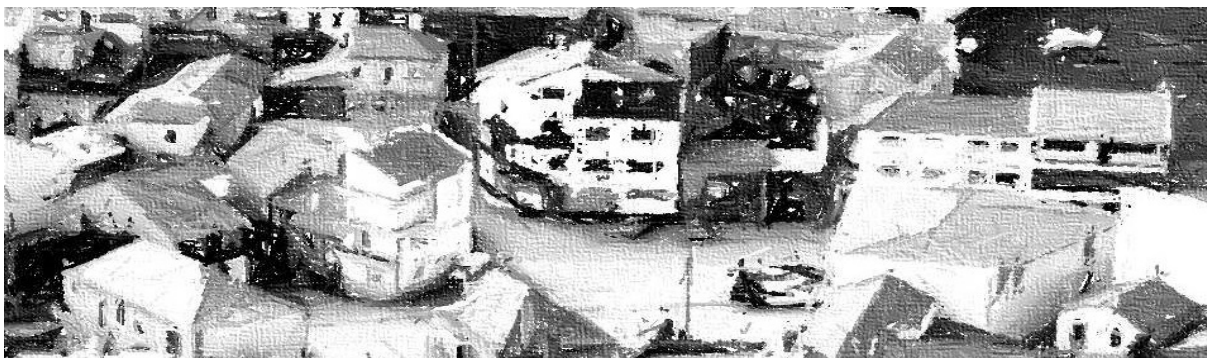
hipóteses de um espaço rural heterogéneo resultante da multiplicidade de atores e das dinâmicas temporais das suas presenças.

Para a discussão destas ideias, estruturamos a dissertação em duas partes. Na primeira, desenvolvemos uma reflexão teórica em três capítulos. Iniciamos com a desconstrução de alguns esquematismos de interpretação do território nacional, prosseguindo para um percurso sobre as abordagens e imagens construídas sobre o rural e a baixa densidade. Este primeiro capítulo pretende ser o ponto de partida para a construção da ideia de uma geografia mais complexa promovida por um espaço de fluxos que por isso é móvel e não é estático. E assim, o segundo capítulo centra-se nas multiterritorialidades que cada ator desenvolve pela sua relação, em tempos diferentes, com diversos territórios. O último capítulo foca a necessidade de uma nova visão do conceito de desenvolvimento local para estas áreas, fruto da mobilidade resultante da construção destes espaços de relação, salientando a multiplicidade de atores como um potencial foco de conflito e a premência do ordenamento do território.

Na segunda parte, partimos para a análise do estudo de caso. Em cinco capítulos, apresentamos um discurso que parte das características locais, da posição excêntrica, raiana e de fronteira, para o contacto com o “outro” e com o mundo. Abordamos os grupos de atores locais, esboçamos os seus tempos de presença e ausência e os seus espaços de relação. Por fim, analisamos as suas perceções sobre Foios e os seus contributos para o desenvolvimento local, terminando com a criação de grupos de atores de igual tempo de presença e filiação ao lugar.

A metodologia utilizada, tendo em conta a estrutura da dissertação, baseou-se, num primeiro momento, na recolha exaustiva de documentação e bibliografia de referência sobre as temáticas do rural, da baixa densidade, do espaço de fluxos, das multiterritorialidades e do desenvolvimento local. Numa segunda fase, procedemos ao levantamento e tratamento de informações estatísticas e cartográficas de diversas fontes como o Instituto Nacional de Estatística e a Direção Geral do Território. Realizámos, ainda, inquéritos à população presente em Foios nos períodos de recolha. Os seus resultados foram, em seguida, tratados com recurso a técnicas estatísticas. Quando considerado plausível, e de forma a monitorizar com maior facilidade a informação geográfica, procedemos à elaboração de cartografia com recurso às ferramentas SIG, e em específico ao *software* ArcGis 10.1. Este trabalho foi acompanhado por algumas conversas informais que, associadas a visitas ao campo permitiram um maior conhecimento da realidade local da freguesia em estudo.

PARTE I | Baixa densidade rural, Fluxos, Territórios e Territorialidades



1. O “INTERIOR” E AS SUAS GEOGRAFIAS: ESQUEMATISMOS E COMPLEXIDADES

1.1. DA DICOTOMIA LITORAL/INTERIOR À CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL EM ARQUIPÉLAGO

‘O interior do país’, expressão utilizada pelas mais diversas entidades e em diferentes contextos, necessita ser hoje repensado, antes de mais pelo seu significado, adequação e aplicação. Os esquematismos traçados a partir das oposições regionais consequentes das transformações do território continental português foram evoluindo e esboçando uma realidade complexa que é hoje de difícil análise.

A oposição Norte/Sul descrita por RIBEIRO (1993) (entre outros autores) é aquela que opõe, por razões históricas e geográficas, o Norte Atlântico ao Sul Mediterrâneo. Esta visão, tradutora da época de um Portugal de feições rurais, centra-se na forma como as populações se adaptam ao meio. Aqui as diferenciações e singularidades regionais são dadas pela articulação da paisagem, do sistema de povoamento e da estrutura da propriedade, evidenciando o modo como o meio condiciona os Homens, as culturas e os seus modos de vida.

No entanto, as mudanças encetadas nos anos 60 do século XX, com a modernização económica e consequentes dinâmicas sociais e demográficas, colocaram novos problemas e exigiram novos olhares e outras dicotomias. Neste período, a economia e a população são enfatizadas na explicação das diferenças inter-regionais (FERRÃO, 1999/2000). A urbanização acelerada da faixa litoral do território continental português e consequente concentração económica, social e demográfica colocaram em evidência as ideias transmitidas pela teoria centro-periferia. Teorizada por Isard nos anos 1950 e desenvolvida, mais tarde, por Friedmann (JULIÃO, 2001), esta defendia que o centro, espaço de concentração de inovação, informação e população ativa e, portanto, foco de mercado, é catalisador de forças centrípetas e centrífugas que o tornam económica, social e demograficamente mais denso e dinâmico. Enquanto isso, as periferias vão-se construindo num obstáculo ao seu próprio desenvolvimento pela incapacidade de aceder a esses fatores (SIMÕES LOPES, 2001). Todavia, o modelo de desenvolvimento dos espaços centrais torna-se referência para os restantes espaços, devendo ser seguido sem exceção, já que se considera a única forma de alcançar o desenvolvimento.

Nesta lógica, FERRÃO (1999/2000; 2002) indica-nos uma área que se estende numa faixa litoral entre Braga e Setúbal (com um pequeno apontamento na costa algarvia), que se moderniza e desenvolve pela industrialização e terciarização da economia – o referido “litoral”. Para este se focam as atenções da população, do poder político e das empresas que concentram aí as suas atuações. O resto do país é classificado como “interior”. Territórios repulsivos, estagnados e em perda porque associados à atividade agrícola pela sua matriz rural (Fig. 1).

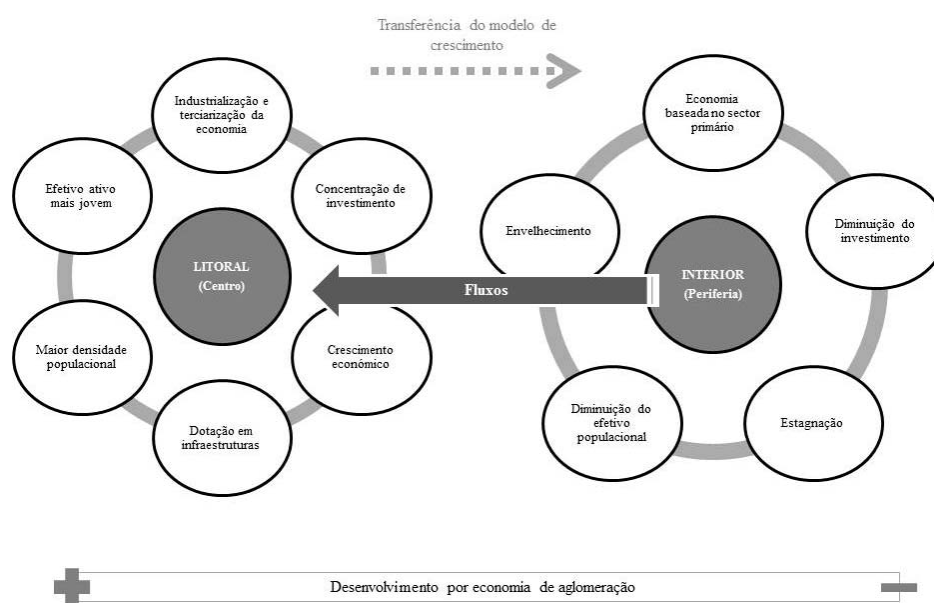


Fig. 1 – Características-chave da dicotomia litoral/interior, segundo a teoria centro-periferia

Esta visão locativa, redutora, mas ainda persistente, opunha o dinamismo da urbanização, industrialização e infraestruturização (através de população) à menor densidade e progresso inerentes ao rural, em que a economia de aglomeração e o determinismo demográfico eram fatores prementes para o desenvolvimento. O maior efetivo populacional refletia-se numa dotação do espaço em infraestruturas, serviços e equipamentos. Por sua vez, esta situação permitiria uma predisposição para uma trajetória de desenvolvimento positiva. Pelo contrário, o menor peso demográfico não justificaria investimentos desta ordem, colocando os espaços de menor efetivo populacional em situações relativas de estagnação e/ou retrocesso.

A oposição litoral/interior, visão esquemática e rígida em que “o país é visto como um puzzle, cujas peças regionais são diferentes em número e em configuração mas que, em ambos os casos encaixam umas nas outras” (*idem*, 1999/2000:3), numa lógica de contiguidade física, começa a ser posta em causa. Por um lado a dificuldade de estabelecer os limites entre

estes dois espaços, por outro a heterogeneidade encoberta neste modelo simplista, o que se reflete na necessidade de interpretações territoriais que integrem análises a diferentes escalas.

Mais uma vez, as alterações económicas e sociodemográficas impelem à reflexão sobre os paradigmas existentes. A terciarização da economia portuguesa e o consequente reforço do papel dos centros urbanos, as alterações na rede viária, no sistema de transportes públicos e no parque automóvel privado, em conjunto com o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, deram visibilidade ao espaço dos fluxos. Assistimos à concentração de fatores de dinamismo em espaços dispersos no território nacional, coincidentes com áreas urbanas estruturantes, pela sua maior centralidade relativa conferida por um aumento da acessibilidade, potenciado pelo cruzamento de eixos de circulação que se comportam como o esqueleto do território nacional. É sobretudo um contraste urbano/rural que valoriza o espaço topológico, modelando uma configuração em arquipélago, em que os pontos (centros urbanos e respetivas áreas de influência) contactam diretamente entre si, pela proximidade funcional, através dos fluxos de bens, informação e pessoas, ignorando os espaços intersticiais (*idem*, 1999/2000; 2002) (Fig. 2).

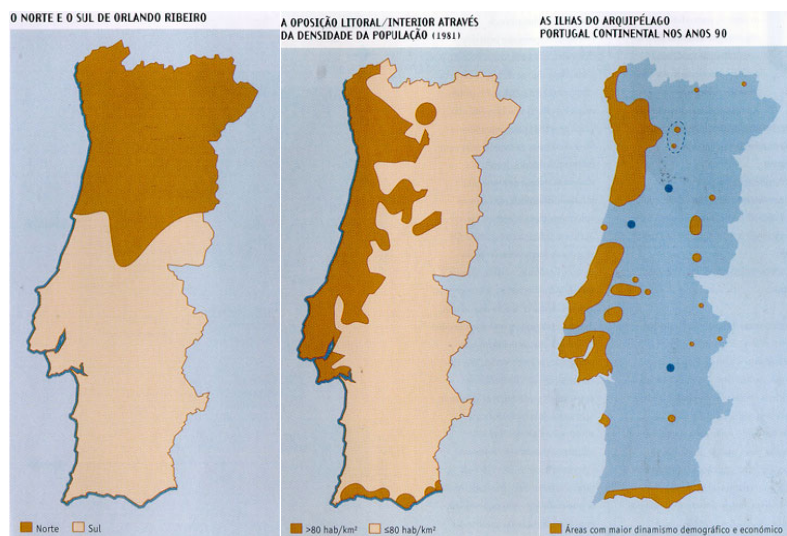


Fig. 2 – As três geografias de Portugal

Fonte: FERRÃO (1999/2000)

As três visões dicotómicas atrás referidas não se anulam, sendo ainda visível o seu peso na caracterização de alguns elementos da geografia portuguesa: a dicotomia Norte/Sul persiste nos aspetos naturais ou mesmo no *marketing* desenvolvido em torno da atividade turística; a dicotomia litoral/interior afeta a espaços-problema – a concentração excessiva no litoral face ao abandono, ao despovoamento e crise da atividade agrícola no interior; a dicotomia urbano/rural na lógica do espaço de circulação, de criação de redes, da inovação e

atividades económicas. Por outro lado, nenhuma destas visões, porque esquemáticas, é suficiente, de forma isolada, para desenvolver uma tradução fidedigna do país.

No entanto, apesar da configuração espacial que estas dicotomias possam obter, a sua tradução passa sempre pelo esboço de canais relacionais, repercutindo-se na integração e marginalidade dos diferentes territórios. Esta é uma lógica mais flexível em que a marginalidade está associada a territórios nos quais se verifica uma certa estagnação e persistência de elementos cuja posição foi central num anterior regime de acumulação e regulação, enquanto a integração se faz por um maior dinamismo, capacidade de resiliência e relação em rede (FERRÃO & JENSEN-BUTLER, 1988). Um jogo de forças entre o autocentramento e a abertura ao exterior, as lógicas de proximidade e as lógicas de integração em redes globais (FERRÃO, 1999/2000).

Note-se aqui que estas três dicotomias mencionadas são o resultado de contextos empíricos diferenciados consequentes das próprias alterações de Portugal no último século. E assim, também as transformações das últimas duas décadas exigem uma nova visão das assimetrias regionais pela presença de uma realidade multidimensional (económica, social, cultural, política, ambiental) complexa, interativa e flexível.

FERRÃO (2013) acrescenta que, em algumas leituras territoriais, como o caso da leitura política, o território é tomado como um ponto isolado, não se tendo em consideração o contexto geográfico em que se insere e as respetivas especificidades regionais, ou seja, analisa-se o território nacional como um espaço homogéneo. Tal afasta-nos da ideia de espaço relacional, resultante dos constantes fluxos e das multiterritorialidades características da sociedade atual.

Torna-se, então, fundamental uma abordagem a diferentes escalas e capaz de integrar várias dimensões de análise. A possibilidade desta diversidade expressa-se em alguns estudos que, a partir de conceitos distintos, apresentam uma análise de maior pormenor da geografia nacional – região geográfica (GIRÃO, 1941; RIBEIRO, 1945), zonas homogéneas (CALDAS & LOUREIRO, 1966), região plano (CAETANO, 1967), sistema urbano e áreas polarizadas (CAETANO *et al.*, 1970; GASPAR, 1972, 1975), *cluster* territorial (LOPES, 2001; CHORINCAS *et al.*, 2001), região urbana funcional (FIGUEIREDO, 2001; FERRÃO *et al.*, 2002), unidade de paisagem (ABREU *et al.* [coord.], 2004) – enquanto demonstram a complexidade da temática das assimetrias/diferenciações territoriais (FERRÃO, 2013). A sua materialização passa por cartogramas que se apresentam de difícil elaboração e leitura. No entanto, incorrem no risco da transmissão de uma imagem redutora e incompleta ao focarem dimensões específicas dos territórios, ficando aquém de uma visão transversal.

Nesta lógica de demonstração da complexidade territorial, FERRÃO (2003) apresentou, com base no poliedro do desenvolvimento,¹ uma classificação em 6 classes para as freguesias portuguesas. Aqui introduz duas novas ideias que vêm debater, com maior ênfase, a oposição litoral/interior. A litoralidade e a interioridade tornam-se os conceitos-base de uma perspectiva assente na condição do lugar, que tem inerente uma nova geometria, mais variável, que remete para a acessibilidade potencial dos diferentes pontos do espaço, que por isso apresentam maior ou menor competitividade, e portanto estão expostos a uma maior seletividade (JACINTO, 2001). A tónica faz-se, neste sentido, na diferenciação de variáveis socioeconómicas, perdendo-se, de certa forma, a visão locativa e rígida afeta às dicotomias atrás referidas.

A empregabilidade destes dois conceitos e a relatividade da oposição litoral/interior torna-se aqui evidente quando se encontram ‘crateras urbanas’ (fatores relativos de interioridade urbana) em plenas áreas metropolitanas, e bolsas de resistência (fatores relativos de litoralidade) em freguesias do “interior” do país. Esta visão inovadora, que põe em causa as dicotomias até então promovidas e coloca em evidência a heterogeneidade do território nacional, afirma o modelo pós-moderno de um Portugal com configuração em arquipélago e valorizador do espaço topológico, enquanto considera, mais que a dimensão locativa, as dimensões económica e social (Fig. 3).

A flexibilidade e a complexidade destas classificações esboçam-se com maior firmeza quando comparados estudos de objetivos diferenciados e com distintas escalas de análise. Se olharmos o trabalho de VITORINO *et al* (coord.) (2004)² verificamos que, embora a escala de análise seja de menor pormenor, algumas das freguesias classificadas por FERRÃO (2003) como regressivas estão inseridas em áreas de oportunidades. Para além disso, as manchas de fragilidade são entrecortadas por uma maior extensão de áreas com características potenciadoras de fatores de desenvolvimento ou por pequenos espaços de competitividade (Fig. 4).

¹ Foram analisados 19 indicadores, agrupados em 4 dimensões (ocupação do território, empregabilidade, condições de vida, famílias), para as 4241 freguesias portuguesas, no sentido de captar um país em movimento pela intensidade das mudanças ocorridas entre 1991 e 2001. Numa fase inicial procedeu-se a uma análise de correspondências múltiplas, prosseguindo-se com a classificação e descrição do perfil de cada grupo de freguesias definido.

² No âmbito do QCA III foram identificados 6 *clusters*, a uma escala concelhia, para Portugal Continental, determinados por análise de *cluster* a partir de 24 indicadores (sociais, demográficos e económicos), previamente experimentados em análise fatorial (Fator 1 – Competitividade; Fator 2 – Sustentabilidade demográfica e sectorial; Fator 3 – Exclusão social; Fator 4 – Desemprego). Estes 6 *clusters* deram origem a quatro grupos de concelhos: “Competitividades”, “Oportunidades”, “Desafios” e “Fragilidades”, sendo que este último agrega os 3 últimos *clusters* resultantes da análise.

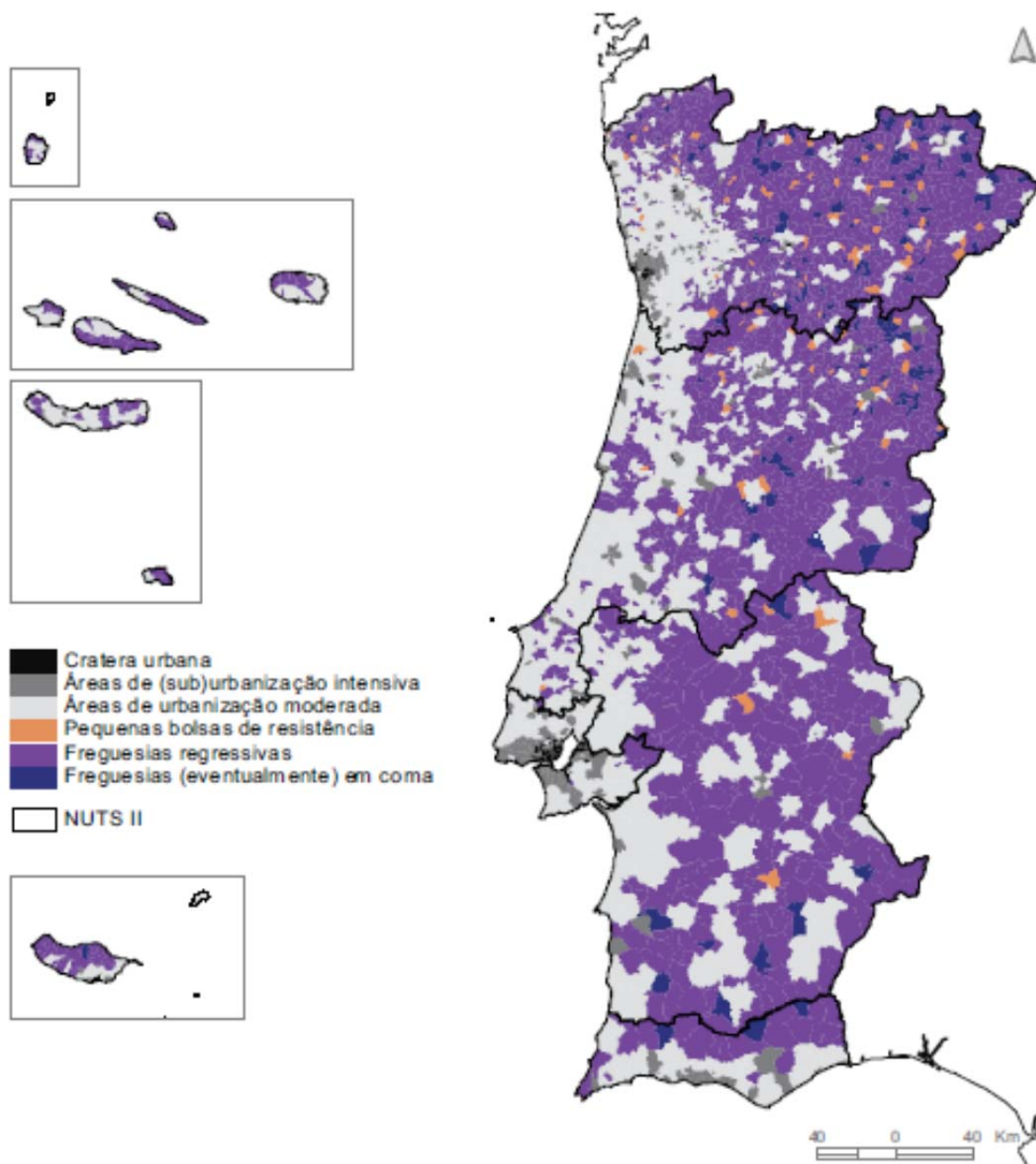


Fig. 3 – Tipologia das freguesias a 6 classes: a complexidade da configuração territorial em arquipélago
Fonte: FERRÃO (2003)

Estas configurações territoriais constituem-se como traduções de um processo de alterações económicas, sociais, demográficas e políticas ocorridas em Portugal, com maior ênfase a partir de 1960. Aqui destacamos apenas alguns acontecimentos, aqueles que foram fulcrais na estruturação territorial e respetivas mudanças.

Em primeiro lugar, o crescimento económico ocorrido na década 1960-1969, com os Planos de Fomento do Regime Salazarista, a importância pontual da indústria e exportações e a infraestruturização do país. A consequente abertura ao exterior, com destaque para a integração na EFTA (1960), os esforços na alfabetização e qualificação da mão-de-obra, os

incentivos aos investimentos privados e a entrada de capital externo permitiram que em 1963, pela primeira vez, o valor da produção industrial ultrapassasse o valor da produção agrícola, atividade predominante até então. Assistiu-se a uma certa desruralização, no sentido tradicional do termo. Contudo, esta foi, desde logo, uma atuação seletiva do ponto de vista geográfico, concentrada nos distritos de Braga, Porto e Aveiro, Lisboa e Setúbal (RAMOS *et al*, 2009).

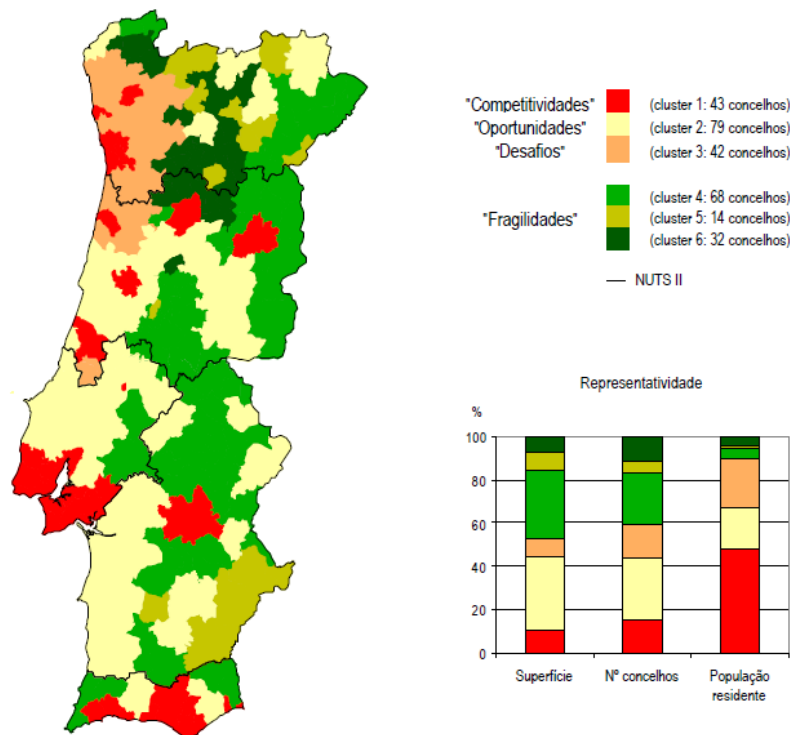


Fig. 4 – Da competitividade à fragilidade: análise da repartição de *clusters* territoriais
Fonte: VITORINO *et al* (coord.) (2004)

Estas medidas foram acompanhadas por um acréscimo do efetivo populacional nas áreas de maior incidência dos investimentos e industrialização, resultante dos movimentos de êxodo rural em busca de melhores oportunidades de vida. Enquanto isso, a abertura ao exterior, e em particular a ligação à Europa, resultou numa saída da população, com destaque para a proveniente das áreas rurais de interioridade, que se veio a traduzir no pico emigratório nacional. Portugal apresentava, então, uma sociedade dualista em evolução: a urbana, concentrada no litoral, a modernizar-se, quase letrada e em contacto com o exterior, com modos de consumo industrializados; a rural, tradicional, dispersa pelo “interior” e alheada dos modos de consumo e informação modernos (BARRETO, 1995).

A queda do Regime Ditatorial com a Revolução de 1974, e as consequentes políticas de democratização potencializaram a aproximação das diretivas políticas ao caminho

económico já iniciado. Por outro lado, a Constituição da República Portuguesa, em 1976, consagrou aquilo que já vinha sendo promovido com a democratização do poder local iniciada em 1975: a formação de poderes autárquicos para as regiões administrativas, municípios e freguesias, com destaque para a autonomia do poder local, a autonomia financeira e o poder legislativo (COSTA, 2006), que assim pretendia a persecução dos interesses próprios das respetivas populações. Contudo, os diferentes critérios de descentralização dos poderes e a diferenciação do padrão espacial de participação criaram, até à atualidade, dificuldades na concertação de interesses e assimetrias intrarregionais que perpetuam a imagem de um país de desenvolvimento dualista.

As transformações políticas, económicas e sociais do pós 25 de Abril, e com maior relevância a partir de meados dos anos 1980, repercutiram-se numa industrialização e posterior terciarização acelerada da economia e sociedade nacionais. Como consequência, a população adquiriu modos de vida modernos, típicos de uma sociedade de consumo, em que a democratização dos meios de informação e comunicação e o aumento do nível de escolarização foram evidentes. O crescimento económico deste período permitiu a absorção da mão-de-obra proveniente dos retornos das ex-colónias e ainda conduziram ao recrutamento de trabalhadores imigrantes (GASPAR, 2006). Contudo, mais uma vez, a fixação deste efetivo populacional continuou a fazer-se nas áreas mais urbanizadas e industrializadas, concentradas na faixa litoral portuguesa e com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Esta abertura ao mundo (moderno) – em pouco mais que uma geração, Portugal desruralizou-se, descolonizou-se, terciarizou-se, fez investimentos de fundos comunitários – trouxe novas mobilidades e novas pessoas e tendências: o turismo de massas, assente na trilogia *Sea, Sun and Sand*, reforça a pressão populacional e infraestrutural nas áreas litorais; tendência ainda presente, apesar dos esforços recentes de criação de espaços de turismo alternativos assentes numa lógica de sustentabilidade e contacto com a natureza, resultantes das transformações recentes da mentalidade social e respetivo modo de estar. Destas últimas, tem resultado uma certa descentralização e pulverização da atividade pelo território nacional, beneficiando os designados espaços intersticiais.

Note-se que quer os fluxos turísticos quer as migrações se apresentam como fator de abertura ao exterior, de contacto com o “outro”. Essa abertura, ao permitir o conhecimento de novas realidades, enquanto alarga as opções territoriais pessoais, potencia uma maior resiliência dos lugares, pela transferência de capital financeiro, social e humano.

No cômputo geral, a faixa litoral entre Braga e Setúbal, apresenta-se como um espaço concentrado de potencial demográfico (mercado + trabalho) e de grande capacidade de inovação pelo continuado investimento infraestrutural, na educação, saúde e economia produtiva (*idem, ibidem*). No restante território a rarefação de densidades e a crise funcional constituem-se num problema estruturante.

A criação de pontos de relevância geográfica, de suficiente capacidade polarizadora e dinamizadores dos espaços sub-regionais adjacentes, viu a sua tónica com a entrada de Portugal na atual União Europeia (UE) em 1986. A dotação infraestrutural do país promovida pelos fundos comunitários, com relevância nos investimentos na rede rodoviária (e.g. Itinerários Principais e Itinerários Complementares), a densificação dos serviços públicos e a diversificação geográfica da rede universitária ou de cuidados de saúde, são alguns dos exemplos da promoção de um povoamento disperso, mas concentrado em alguns polos restritos.

Neste sentido, mais que um povoamento disperso e equilibrado o que existe “pela sua modéstia, não passam de oásis de desenvolvimento estruturados por vias de comunicação rodoviárias”. O atravessamento do país por estas infraestruturas de modernidade (e.g. gás natural, rede de televisão por cabo ou a recente obrigatoriedade da Televisão Digital Terrestre, os pontos de difusão de telecomunicações – telemóveis) torna visível uma nova geografia, a dos “microterritórios não atingidos por essas linhas de modernidade” ou onde a sua intensidade não é suficiente (FERNANDES, 1999:38-41). Então, o papel do Estado e dos investimentos públicos apenas contribuiu para perpetuar as assimetrias territoriais, com um reforço dos canais de desenvolvimento e o “esquecimento” das áreas de interioridade. Para além disso, fomentou uma certa fragmentação do rural com a criação de bolsas de desenvolvimento nas manchas territoriais deprimidas, mas também pelo seu atravessamento por um conjunto de infraestruturas de modernidade, como sejam as vias de comunicação ou as redes energéticas.

Num estudo em que pretende analisar a diferenciação espacial da resiliência à crise de 2008, interpretando-a como um momento que, porventura, marcará um novo ciclo de estruturação territorial, FERRÃO (2013), demonstra a existência de duas geografias distintas, a económica e a social, ao analisar a distribuição do índice Famílias e do índice Empresas.³

³ Foram analisados, para o período de referência 2005/2007, 10 indicadores relativos às famílias, divididos em 4 componentes analíticas – Dinâmica demográfica, Emprego, Rendimento, Consumo – e 5 indicadores relativos às empresas, divididos em 3 componentes analíticas – Investimento, Criação de riqueza, Dinâmica empresarial – para os 278 concelhos de Portugal Continental. O cálculo dos índices Famílias e Empresas fez-se com base num processo de agregação ascendente: normalização dos dados por indicador, cálculo de índices parciais por

No triénio 2005-2007, no que respeita ao índice Famílias, verifica uma concentração de situações favoráveis na AML que se estende pelas regiões do Oeste (até Pombal) e da Lezíria, mas que também surgem no Algarve e na maioria dos concelhos com cidades de grande ou média dimensão e, em alguns casos (Porto, Coimbra e Aveiro) concelhos contíguos já suburbanizados ou em suburbanização. As situações mais negativas centram-se no Norte e Centro interior e em grande parte da raia (Fig. 5-a). Esboça-se assim uma configuração territorial idêntica à divulgada no trabalho do mesmo autor aquando da classificação das freguesias em 6 classes (cf. Fig. 3).

Contudo, para o mesmo triénio, a análise do índice Empresas reporta uma maior concentração e restrição de dinâmicas positivas, com destaque para o eixo Braga – Anadia, pela forte presença industrial, mas também alguns dos concelhos da AML, e pequenas presenças pontuais de maior dispersão (Leiria – Marinha Grande – Batalha; Figueira da Foz; Tondela – Mangualde; Vila Velha de Ródão; Abrantes – Constância; Almeirim – Alpiarça; Castro Verde; Sines). Pela negativa, sobressaem as áreas raianas (com principal enfoque para as regiões Norte e Centro), o sector Sul e interior da região Centro e o Norte alentejano (Fig. 5-b).

Numa outra perspetiva, a ligação à UE permitiu uma visão sobre a necessidade de revitalização e requalificação dos espaços intersticiais, ou seja, as áreas de baixa densidade. Assistimos assim a uma incidência de programas e fundos comunitários que potencializam a concretização destes objetivos, centrando-se contudo na mera patrimonialização e conservação das tradições e memórias destes territórios.

Ao longo desta retrospectiva transparece a contínua atuação estatal (direta e indireta) na estruturação territorial, por meio das decisões políticas e diretrizes económicas. O papel do Estado na distribuição de infraestruturas e sustentação de redes, numa lógica de dispersão, descentralização e desconcentração, foi posto em causa com a crise económica de 2008. A necessidade de contenção da despesa pública tem conduzido a políticas de retração do investimento e ao encerramento de equipamentos e serviços, assentes em justificações de validação de densidades (demográficas). Mais uma vez transparece uma posição favorável aos espaços de maior dinamismo e concentração populacional, pela polarização crescente e um certo “encolhimento” territorial, consequentes da decisão política e imposição da dureza e frieza da realidade económica.

componente analítica, correspondendo à média aritmética dos dados normalizados dos três anos dos respetivos indicadores, cálculo do índice final de cada um dos blocos por média aritmética dos índices parciais das respetivas componentes analíticas.

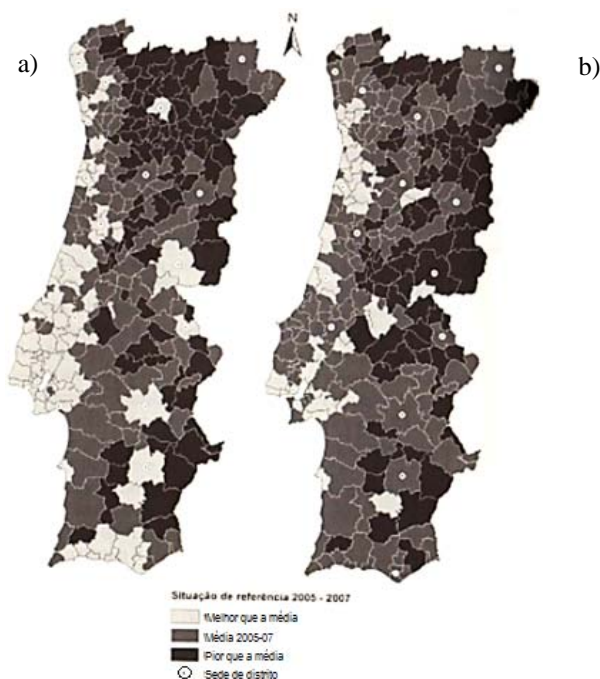


Fig. 5 – Distribuição dos Índices Famílias (a) e Empresas (b) em Portugal Continental (triénio 2005-2007)
Fonte: FERRÃO (2013)

A questão que se coloca prende-se com o potencial desenho de uma nova geografia de Portugal, ainda de difícil previsão. A possibilidade do afastamento dos núcleos populacionais e da concentração de infraestruturas, serviços e equipamentos põe em debate questões estruturais, mas sobretudo, deixa antever um aumento das dissemelhanças sociais. FERRÃO (*ibidem*) esboça uma geografia da crise, com base na comparação dos triénios 2005-2007 e 2009-2011, onde denota um aumento das manchas de situações desfavoráveis, com maior incidência no que respeita ao sector económico (Fig. 6). Ao nível do índice de Famílias, as posições mais negativas ocorrem na área do Pinhal, do Norte-Centro alentejano e ao longo do Douro. Ao nível das empresas sobressaem, pela maior queda, as regiões do Oeste, Grande Lisboa e Algarve.

O grau de exposição – sujeição ou dependência a fatores externos – e sensibilidade – fatores internos relacionados com as características do lugar – dos territórios aos fatores de crise, determinam a sua vulnerabilidade e capacidade adaptativa às transformações sociais, económicas e institucionais. Assim, territórios em que os grupos sociais, as empresas e instituições apresentem uma maior capacidade de receção e reação ao choque, terão uma capacidade adaptativa maior, em relação àqueles cujas estruturas demográfica, social, económica e institucional sejam mais débeis. Esboça-se assim, uma geografia da resiliência que é ainda uma incógnita, na medida em que não existe uma relação determinística de

causalidade entre a vulnerabilidade atual do lugar e as trajetórias de desenvolvimento futuras (*idem, ibidem*).

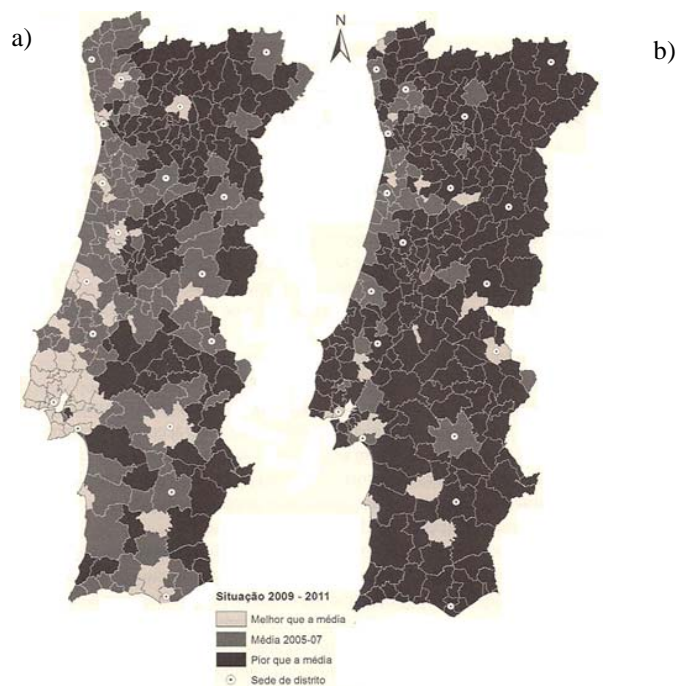


Fig. 6 – Índice Famílias (a) e Índice de empresas (b): comparação 2005-2007 e 2009-2011
Fonte: FERRÃO (2013)

Veja-se que estamos perante uma questão de densidades e diversidade interna que, para além de definirem a centralidade do lugar no contexto do(s) sistema(s) nacional(ais), irão condicionar a capacidade de resiliência atrás abordada.

A interioridade, associada a baixas densidades, quer ocorram em espaços de matriz urbana, quer apareçam em espaços de matriz rural, surge-nos com uma capacidade de resiliência diferenciada. Os espaços de baixas densidades de matriz rural, centro da nossa investigação, ao parecerem mais débeis e por isso menos resilientes, têm sido alvo de discursos diversos ao longo do último meio século (período de transformações mais aceleradas) que incitam a novas visões e reações destas áreas a fatores externos.

1.2. TEMPOS, DISCURSOS E BAIXA DENSIDADE RURAL

A existência de distintos significados de rural e ruralidade surge-nos como uma tradução da diversidade de espaços rurais existentes pela conjugação das suas diferentes componentes, enquanto focam as distintas imagens construídas a partir das perceções e

representações individuais (FIGUEIREDO, 2003). Tal é desde logo visível quando nos apercebemos da multiplicidade de classificações existentes para estes territórios.

Na década de 1950, JUILLARD (1953, *apud* KAYSER, 1990) apresenta uma classificação que, não podendo ser generalizada, divide as áreas rurais naquelas em que dominam a população ativa agrícola e que são marcadas por um forte êxodo rural; as que apresentam uma agricultura pobre, mas ao deterem alguma indústria permitem o desenvolvimento pela pluriatividade; e as que possuem uma agricultura próspera que permite, por relações de proximidade, a fixação da população com deslocações diárias para o local de trabalho. Na década de 1980, PINGAUD (1980, *apud* KAYSER, 1990) desenvolve uma abordagem centrada na inclusão socioeconómica, distinguindo os espaços integrados, os espaços em espera e os espaços em vigilância, sendo os primeiros de maior modernização e os últimos de maior degradação material e social. KAYSER (1990), aprofundando um pouco a lógica anterior e integrando as relações de proximidade rural-urbano, distingue as áreas periurbanas, onde a urbanização se interpenetra com a agricultura; as áreas produtivas, com forte exploração agrícola; o rural profundo, espaço marginal, pouco produtivo, mas reserva de recursos e valores; e as áreas de implementação de atividades e serviços urbanos. Esta perspetiva é retomada em 1996 por CAVACO, quando distingue os espaços rurbanos, os espaços intermédios e os espaços profundos.

Mais tarde, surgem tipologias associadas a fatores populacionais, como é exemplo a da OCDE, em 1994, baseada na densidade demográfica, que distingue as regiões essencialmente rurais, das relativamente rurais e das essencialmente urbanas (DIJKSTRA & POELMAN, 2011). Na mesma linha BAPTISTA (2006) identifica o rural de baixa densidade, o rural agrícola, o rural da indústria e serviços e o rural urbano, tendo por base a densidade rural e o efetivo de população ativa na agricultura. Em 2009, a Tipologia das Áreas Urbanas desenvolvida pelo INE vem dar ênfase à questão demográfica na diferenciação dos lugares em Área Predominantemente Urbana (APU), Área Mediamente Urbana (AMU) e Área Predominantemente Rural (APR). As ideias base desta classificação podem ainda ser encontradas na tipologia urbano-rural desenvolvida pela UE em 2011, em que o peso demográfico é integrado nas relações de proximidade aos centros urbanos definindo 5 áreas distintas: Predominantemente urbanas; Intermédias, adjacentes a cidades; Intermédias e remotas; Predominantemente rurais, adjacentes a cidades; Predominantemente rurais e remotas (DIJKSTRA & POELMAN, 2011).

Para além disso, estes conceitos são marcados temporal e contextualmente, dependendo do espaço (posição) a partir do qual são olhados. Assim, surgem-nos discursos

diversificados do rural e da interioridade, das abordagens mais simplistas e maniqueístas baseadas na opinião pública, às mais estruturadas e complexas com maior vínculo científico.

Os discursos mais simplistas surgem associados à população em geral. A baixa densidade rural como espaço negativo e repulsivo é ainda difundida nos meios de comunicação social (ROMÃO, 2008), iludindo a população com realidades encobertas. A generalização de fenómenos e conceitos (muitas vezes mal empregues) como a “desertificação”, o despovoamento, o abandono, o envelhecimento e até a ‘morte de aldeias completas no interior do país’, embora não sejam totalmente errados, acabam por (e na lógica do que foi dito no ponto 1.1.) uniformizar um vasto território cujas dinâmicas são dissemelhantes e as realidades bem distintas. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação deixam sobressair o rural como espaço monofuncional ligado às atividades agroflorestais. A ideia de um urbano melhor que um rural vai persistindo, até pelas assimetrias visíveis (e cada vez mais pressentidas) ao nível do acesso aos serviços e equipamentos quotidianos.

Mas este é também um discurso dualista. Grande parte da população residente em áreas urbanas tem naturalidade ou ascendência em espaços de baixa densidade rural, tendo sido participante do processo de êxodo rural que marcou os anos 60 do século passado. Então, o rural que dizem ser atrofiado, repulsivo e parado no tempo, é também um espaço de memória e de identidade, que deixa saudades naqueles que se querem urbanos.

Nesta lógica, estes discursos começam a transparecer já algumas alterações (tímidas) nas suas perspetivas, o que é visível com a procura crescente de atividades como o turismo de natureza, o turismo aventura, o turismo em espaço rural, ou com a preocupação com as questões ambientais e de salvaguarda do património e das tradições rurais (ROMÃO, 2008). Porém, ainda não interpretam estas áreas como espaços para habitar.

Por outro lado, a ideia do afastamento do rural produtor das áreas urbanas pela viabilidade potenciada pelas novas tecnologias e transportes, na ilusão da não necessidade do espaço produtivo (de alimentos) em nosso redor, começa também a denotar alguma fragilidade. As novas preocupações com o meio ambiente e a saúde, a par dos fatores económicos inerentes aos custos de produção e transporte, vão-se repercutindo na aproximação das hortas às cidades, com o seu expoente máximo nas designadas hortas urbanas, em que o consumidor final é também o produtor.

Maior elasticidade na interpretação dos espaços rurais teve o discurso político, apesar da sua lógica redutora e esquemática, muitas vezes monofuncional. A visão conservadora e ruralista do Estado Novo, apesar dos constrangimentos que colocou ao desenvolvimento dos

campos, enaltecia a vida rural e o trabalho agrícola como fator de elevação do Homem. Esta valorização do rural face ao urbano aparecia bem vincada nos discursos de Salazar:

Levar a ser mais fecundo o campo, sem emudecer nele as alegres canções das raparigas, tecer o algodão ou a lã no mais moderno tear, sem entrelaçar no fio o ódio de classe, nem expulsar da oficina ou da fábrica o nosso velho espírito patriarcal; Porque seduzem as cidades os camponeses?; nas cidades onde há poeiras, fumos de fábricas, mil impurezas e muitas doenças, os ares não são tão lavados e sadios como os do campo e das searas. Felizes os que podem viver tranquilamente nas serras e no campo (SALAZAR, 1937, 1968, *apud* FIGUEIREDO, 2003:194-195).

Mas este país, que Salazar queria “essencialmente agrícola” não podia continuar a existir “orgulhosamente só” (*idem, ibidem*:191) e a abertura ao exterior foi inevitável. A vaga de industrialização a partir dos anos 60 do século XX e a posterior entrada na atual UE (1986) trouxeram novas configurações aos discursos sobre o rural. A perda de competitividade do sector agropecuário perante as normativas da Política Agrícola Comum (PAC) configurou uma política pública esvaziada de preocupações com estes espaços. A par disso, a excessiva ação centralizadora e sectorizada da Administração Central, tendente a uma intensificação, primeiro com um objetivo de maior gestão e depois para a otimização de recursos e minimização de custos, tem-se traduzido numa configuração da estrutura territorial de maior concentração. Medidas como a reorganização administrativa do território ou o encerramento de serviços e equipamentos por falta de densidade populacional para a sua manutenção colocam, mais uma vez, as áreas de baixa densidade em situação crítica. Para além dos conflitos de identidade resultantes da primeira medida, as áreas de baixa densidade rural veem agora a distância aumentada a serviços, como a saúde, a educação, os correios, que, em alguns casos, põe em causa a vivência quotidiana, continuando a engrossar a perspectiva de inviabilidade de habitação nestas áreas.

Simultaneamente somos confrontados com um conjunto de apoios, materializados em fundos comunitários, programas e planos de ação (e.g. LEADER, PRODER, FEADER, Programa das Aldeias de Xisto), que se configuram num discurso técnico e não raras vezes económico, para a revitalização das áreas rurais pelo investimento na sua multifuncionalidade, desde a viabilização agrícola a atividades de turismo e lazer, não esquecendo as ações de preservação e conservação da cultura e tradições locais, sendo o objetivo último a revitalização destas áreas como ‘espaços para viver’. E assim, coloca-se a questão de a manutenção destes espaços passar por uma permanente lógica de subsidiariedade.

É também nesta lógica que o discurso do poder central e dos autarcas se vai articulando. Enquanto no primeiro caso assistimos a uma preocupação aparente, do tipo ‘digam o que necessitam’, ‘esse investimento não compensa pelos seus custos e diminuto efetivo populacional’, no segundo, a inicial desmotivação pelo discurso de perda – ‘somos um concelho do interior, não há investimento e por isso não conseguimos ser competitivos’ – transforma-se agora numa política de valorização dos recursos endógenos, pautada na competitividade pela diferenciação apesar da pequena escala que isso possa implicar.

E é nestas questões de competitividade e valorização dos recursos endógenos que se tem baseado, nos últimos anos, o discurso económico. A (in)viabilidade agrícola dos espaços de baixa densidade rural tem traçado opções distintas no que respeita à funcionalidade e à sua afirmação. O discurso exclusivo do rural da agricultura foi dando espaço ao discurso do rural do ambiente, do rural do património, e sobretudo do rural do turismo; e porque não de um rural de todas estas atividades; multifuncional, valorizador das especificidades locais como potenciadoras de fatores de competitividade e consequente estimulação e dinamismo económico.

Contudo, é no discurso científico que conseguimos apreender uma análise mais estruturada que compila todas estas perspetivas (entre outras) de forma fundamentada, traduzindo-se numa abordagem complexa e progressiva. De certo modo a agregação do conjunto diversificado de perspetivas e enfoques sobre o rural, que nos transportam para uma geometria variável, conforme as temáticas abordadas e as escalas de análise.

Com rapidez podemos enumerar alguns trabalhos que nos conduzem para diversas visões e interpretações do espaço rural português, pela sua dimensão de análise: COVAS (1997, 1999, 2004) apresenta diversas abordagens à dimensão agrícola; CAVACO (1999) e CAVACO & RAMOS (1995) desenvolvem uma análise mais transversal em que equacionam os problemas destes espaços e respetivas trajetórias de desenvolvimento; MORENO (2005) apresenta um rural em mudança e de novas dinâmicas; CARVALHO (2009) surge com uma visão do rural como espaço património; FERNANDES (2012) aborda este espaço património como espaço de potencial conflito entre os diversos atores de atuação local, pela figura das Áreas Protegidas; NUNES (2008) equaciona os problemas ambientais decorrentes do abandono da atividade agrícola; VELEZ de CASTRO (2011) foca a imigração como fator de desenvolvimento; FIGUEIREDO (2003) e ROMÃO (2000) demonstram as perceções do rural e as imagens construídas sobre estes espaços.

A evolução dos paradigmas dominantes no que concerne às relações urbano-rurais permite-nos, desde logo, perceber as alterações nos enfoques dos estudos. A inicial oposição

do rural – produtor de alimentos e fornecedor de mão-de-obra – ao urbano – produtor e espaço de mercado de trabalho – é alterada com as mudanças encetadas nas décadas de 50 e 60 do século XX, embora permanecendo com um carácter dicotómico. De facto, o contraste de cariz funcional, entre a agricultura e a indústria (e serviços), embora nunca se perdendo, deu lugar a uma perspetiva assente nos conceitos de modernização e arcaísmo, em que ao primeiro se associam as áreas urbanas e ao segundo os espaços rurais, tanto mais vincado quanto mais afastados dos centros de dinamismo. O rural era, assim, um espaço de repulsão e especialização sectorial, atrofiado e parado no tempo (MATEUS, 2009).

A procura incessante pelo espaço urbano, fornecedor potencial de qualidade de vida, e os crescentes avanços no sector dos transportes e promoção de acessibilidades, puseram em causa o seu modelo de organização, resultante num movimento urbano centrífugo que se expande aos territórios rurais adjacentes, protagonizando o designado *continuum* urbano-rural, pela difusão de atividades, pessoas e modos de vida, pese embora a diferença de alcance destes elementos. É a fase do crescimento do periurbano, do aparecimento das regiões urbanas, e de uma certa miscigenação de elementos caracterizadores destes dois espaços – rurbanização (*idem, ibidem*). É também o início de um novo paradigma, em que o rural e o urbano se mostram complementares e os fluxos nos dois sentidos aumentam de forma progressiva (SÁ MARQUES, 2003).

A visão da baixa densidade rural quase sempre por comparação com os territórios urbanos começa a ser hoje repensada pela extensão da urbanidade na sociedade atual. A estrita ligação do espaço rural à atividade agrícola, a partir dos anos 1980, foi sendo posta de parte, na maioria dos casos, pela incapacidade de sobrevivência destas áreas, resultante da fraca competitividade face às regras do mercado. Foi então necessária uma nova abordagem para estes territórios, que passaria pela sua alteração funcional e por uma conjugação de diferentes atividades. Ao mesmo tempo, as procuras por parte da sociedade urbana proporcionaram o lançamento das áreas rurais numa nova fase do seu ciclo de vida. E aí novas perspetivas começam a surgir.

A ideia do rural como espaço vazio do ponto de vista social, qual fronteira de suburbanização na vida coletiva da modernidade avançada, resíduo social e espacial que a vaga de modernização deixou para trás, abandonado a si próprio (NAVE, 2003) com um conjunto de problemas estruturais, demográficos e económicos coabita agora com novas formas de o ver e viver. Associam-se estados de tranquilidade, paz, sossego, ar puro e liberdade, qualidades que despertam o interesse dos urbanos que, na ânsia da fuga ao *stress*, confusão e poluição citadinos se deslocam ao campo, mais ou menos longínquo. Surgem

segundas residências, casas de férias, empresas de turismo e atividades de lazer (MEDEIROS, 2005; MORENO, 2005; CAVACO, 2005; 2009). Estas últimas exacerbadas ao ponto de adquirirem o epíteto de ‘salvadoras’ no contexto do marasmo a que estes espaços foram votados, empregues na maioria das estratégias de desenvolvimento local e solução prontamente dada por qualquer cidadão questionado. É também uma questão de moda e visibilidade social. Jorge Gaspar chegou a afirmar que “ter uma horta [entenda-se uma propriedade] na periferia de um centro urbano dá um certo estatuto” (SAINT-MAURICE, 2010).

Outra dimensão associada ao rural é o fator natureza, que nos transporta para perceções e representações destes territórios como áreas de reserva ambiental. As novas atividades, a par das exigências impostas à tradicional atividade agrícola, põem em relevo a questão da preservação de *habitats* e da biodiversidade, numa lógica de espaço protegido e de conservação de recursos naturais (FIGUEIREDO, 2003).

As perspetivas do rural como espaço mais puro e saudável, e portanto com melhor qualidade de vida perante o urbano, dão origem, embora ainda a uma escala muito reduzida, a movimentos no sentido oposto aos decorridos a partir das décadas de 1960 e 1970. Promove-se um certo retorno ao rural, em que na base estão vontades individuais de alteração de modos de vida. Estas dinâmicas têm vindo a ter uma mediatização relativa, pela divulgação de reportagens e documentários transmitidos através da televisão, talvez numa ânsia pela mudança de perspetivas em relação ao espaço rural, para o despertar da consciência política para a necessidade de repensar a organização territorial nacional e os investimentos para o desenvolvimento regional e local, ou pela simples admiração, como que num ‘ato de loucura’, face a estas exceções à regra.

A busca de quietude, o aumento da qualidade de vida (oferecida aos filhos), a oportunidade de aumentar o espaço relativo à residência e a possibilidade de integrar uma sociedade de interconhecimento e vida comunitária, são razões por norma mencionadas por estes neorrurais.⁴ Mas existem também outros motivos de “retorno” a estes espaços, como sejam os casos de desemprego ou reforma, temas desenvolvidos num dos próximos capítulos desta dissertação.

Ressalve-se no entanto que o grau de integração destes novos rurais não é homogêneo, estando dependente quer da proximidade às áreas urbanas, quer do tipo de função

⁴ Talvez “neorrurais” não seja o conceito de maior aplicabilidade nestas situações, devendo haver aqui uma reserva na sua utilização, uma vez que, Portugal, um país tradicionalmente rural, tem na sua população urbana uma forte fatia de ex-rurais, que por diversas razões fazem a trajetória aqui referida.

para que o espaço rural é utilizado. Esta ideia é-nos suscitada no artigo de FRANCISCO (2007) acerca da ecoimigração. Apesar de não o referir diretamente, revela existir uma diferenciação na escolha dos espaços de residência, das áreas rurais mais urbanizadas, às áreas do rural profundo, e conseqüente maior ou menor relação com o meio e comunidade. Segundo a autora, as primeiras são preferidas por população de maior nível económico e académico, cujas habitações aparentam maior conforto e luxuosidade, e as relações com o meio e a população local são muito restritas, apresentando um certo confinamento espacial e um modo de vida isolado. Por seu turno, as áreas rurais de posição mais excêntrica são ocupadas por grupos que adotam modos de vida sustentáveis, com base na vivência comunitária, em que a relação homem – meio é mais vincada e a interação com os autóctones está mais presente. Todavia, estes são dois exemplos extremos da diversidade de modos de integração e relação destes grupos no lugar de chegada.

Se introduzirmos aqui os conceitos de ruralofilia e de urbanofobia (VELEZ de CASTRO, 2010) conseguimos perceber que os laços afetivos entre as pessoas e o espaço rural são tanto mais positivos quanto mais integradas na comunidade as pessoas se encontram, e segundo o atrás descrito, quanto menor densidade tiver o espaço rural. Assim, podemos falar de uma ruralofilia virtual ou aparente e uma urbanofobia pouco relevante no contexto dos habitantes das áreas rurais de maior aproximação aos centros urbanos. Estes conceitos atingem o seu expoente máximo no caso dos ecologistas utópicos, mais ou menos organizados em comunidades (e.g. ecoaldeias, ecocomunidades), territorializações de modos de vida ancestrais, por vezes impregnados de fatores de aculturação, onde a sustentabilidade e o contacto inofensivo com a natureza são a base da vivência quotidiana (ALGARVIO, 2010; PIRES, 2012; SANTOS, 2012).

Numa posição mais radical e de um certo misticismo, mas ainda com fraca exemplificação empírica, existem autores que defendem um certo processo de desconcentração populacional – contraurbanização – que se vai refletir no (re)povoamento das áreas marginais (VELASCO, 2006; SAMPER & SEGUÍ, 2009; SOLANA, 2009). Mais do que a rurbanização, o regresso ao campo é visto na perspetiva da ocupação de espaços rurais com características específicas. Introduzem, então, o conceito de naturbanização, em que é o fator qualidade ambiental e contexto natural que está na base dos movimentos populacionais e na escolha dos lugares de ocupação. Destacam-se as preferências por áreas rurais próximas ou em contexto de proteção especial, associando-se também expectativas de aparecimento de atividades económicas ligadas ao consumo da natureza. Estas irão desenvolver-se em torno de

princípios como a manutenção da baixa densidade populacional e usos de solo extensivos, a par da preservação paisagística e recuperação das atividades tradicionais (VELASCO, 2006).

Mas o rural ganha também importância como espaço de reserva simbólica e patrimonial. Espaço de encerramento de tradições, costumes, saberes-fazer de outrora, vê agora despertado o interesse pela preservação dos seus elementos distintivos. O modo de vida desenvolvido com base em relações de interconhecimento e inter-reconhecimento, a partilha de valores entre os habitantes e o forte sentido de comunidade (FIGUEIREDO, 2003), criam na população externa um desejo de recuperação e preservação destes fatores identitários, como que numa busca das origens e sentidos de pertença que se perderam ou negaram pela emancipação urbana. “Num esforço para fixar a população que resta, se renovam agora as tradições” (SAINT-MAURICE, 2010). Este valor simbólico e afetividade face ao espaço rural são também visíveis nas inúmeras encenações, mais ou menos materializadas, desenvolvidas nas paisagens urbanas. A presença de alfaias agrícolas na decoração dos jardins, a adoção de um estilo arquitetónico mais rústico, a recriação de tradições e festividades típicas dos espaços rurais ou a busca de elementos agrícolas para intitular festivais ou outras mostras e certames comerciais, reavivam as recordações do espaço rural, enquanto criam uma paisagem transgénica (DOMINGUES, 2011).

Para DOMINGUES (*ibidem*) a questão é mais profunda que a mera (re)descoberta da riqueza patrimonial: o velho país rural foi rural e agrícola durante séculos, mas já não é. No entanto, ainda cultiva uma certa nostalgia. As pessoas olham para aquilo como uma coisa perdida e algo que era muito estimado porque ali residia a individualidade de um povo, de uma cultura. E como não resolveram essa perda, ainda não fizeram o luto. E quem não faz o luto não consegue falar da coisa perdida de uma forma normal. Verifica-se assim a preponderância de uma perspetiva do rural pretendido como imóvel e embalsamado, a patrimonialização e museificação de um espaço, porque “os mais belos museus são aqueles em que as maquetes são realmente vivas e animadas, as reservas onde o passado camponês e os camponeses do passado sobrevivem”. Uma certa folclorização, cada vez mais promovida, em que o ambiente, os modos de vida, as construções e os próprios habitantes são utilizados como objetos de apropriação estética (FIGUEIREDO, 2003:157). Suzanne Daveau refere mesmo que “o interior é quase um museu” (SAINT-MAURICE, 2010).

Estamos, então, perante aquilo que nos arriscamos a chamar de nova dicotomia. Não uma dicotomia diretamente perceptível entre o rural e o urbano, mas sim uma dicotomia assente na forma de ver o rural, e portanto que culmina numa nova ruralidade, que se apresenta pluricéfala. Por um lado, o rural sem pessoas, onde já não se referem as populações

rurais concretas ou as relações sociais específicas, mas os modos próprios e distintos de pensar ou representar tais relações e consequentes projeções, na lógica de um rural imaginado, conforme conjuntos socioespaciais concretos (MORMONT, 1997; 1990, *apud* NAVE, 2003) em que as componentes ecológicas e culturais são valorizadas numa lógica de preservação e valorização de identidades, potenciadas pelo exterior (REIS *et al*, 1998, *apud* NAVE, 2003). Por outro lado, o rural com os seus “velhos” habitantes, que nunca o abandonaram ou que já a ele retornaram, e os novos movimentos de (re)descoberta deste espaço para habitar. Esta é também uma visão evidenciada por FIGUEIREDO (2003) quando aborda um rural para viver e outro para visitar. Uma oposição entre um espaço de vida, quotidiano e vulgar e um espaço de recreio e lazer, extraordinário e invulgar, proveniente das perceções e representações de cada indivíduo, que põe em causa um jogo de forças entre a governança por atores internos ou externos ao território.

De facto estamos perante um “novo” rural. Este é um rural multifuncional e multidimensional que tem de jogar com um conjunto de funções e representações que lhe esboçam uma nova configuração e uma nova posição na geografia relativa do país. À função habitar e à função agrícola juntam-se agora a função espaço reserva, a função ambiental e de conservação, a função patrimonial, a função turística e recreativa (CAVACO, 2005; 2009), mas também novas funções produtivas relacionadas com as atividades artesanais e o aproveitamento dos recursos endógenos.

Este é um rural que resulta da diferenciada perceção e interação dos atores de intervenção local, internos ou externos. Isto porque a relação das pessoas com o território não se faz numa lógica bidirecional população local – espaço, mas sim multilateral, em que interferem a população autóctone, o seu território e o olhar dos outros (alóctones) (ROMÃO, 2008). Nesta lógica, DOMINGUES (2011:260) menciona que

Só é possível analisar as culturas populares [aqui entendidas como os elementos intrínsecos aos espaços rurais] pensando ao mesmo tempo nas relações que elas tecem com outras formas culturais e nas influências cruzadas entre categorias e actores sociais. Cultura e sociabilidade são questões indissociáveis, são tudo aquilo que cria laços com os outros, entre distinção e reconhecimento, diferença e similitude, contraste e mimetismo, interações do quotidiano, acasos e bifurcações biográficas, origem cultural e social, etc..

Como consequência, a existência de múltiplas perceções e a construção de imagens variadas, que se concretizam na criação de paisagens híbridas compostas de elementos individualizados, muitas vezes até descontextualizados, retratos de vivências pessoais e

grupais. Mais além, a alteração dos usos tradicionais do solo ou as mudanças nas trajetórias de desenvolvimento local. Estamos, então, na presença de um leque diversificado de atores que intervêm localmente. Tendo em conta que estes múltiplos atores têm inerentes múltiplas territorialidades que são ao mesmo tempo diversas, entendemos que o espaço rural se integra, por esta via, em redes de escala e dimensão variadas e por isso a ideia de isolamento e marginalidade é posta em causa. E isso necessita ser estudado.

Tudo isto tem na sua base um espaço de fluxos, em que as mobilidades populacionais originam topofilias territorialmente dispersas. Ou seja, a transformação das territorialidades dos atores de intervenção local, quer pelo alargamento dos territórios dos atores internos, quer pela chegada de atores externos (com territórios-rede específicos), estimulam este hibridismo e conseqüentes novas formas de olhar, utilizar e fruir o espaço rural. Estas novas dinâmicas de comunicação (territorial) levam-nos ao debate sobre estas personagens, os seus circuitos, os seus tempos de presença e ausência e o seu peso nas trajetórias de desenvolvimento dos espaços de baixa densidade rural.

2. UM LUGAR MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

2.1. MOBILIDADES, TERRITÓRIOS E TEMPORALIDADES NA PÓS-MODERNIDADE

A histórica conceptualização e tratamento do espaço como algo morto, fixo, não dialético e imóvel, face à importância dada ao estudo do tempo, pela sua vivacidade, riqueza, fecundidade e dialética (FOUCAULT, 1980 *apud* SOJA, 1989), viram na modernidade o início de uma contestação pela crítica ao determinismo tecnológico e à importância dada à criação de redes de circulação e comunicação. De facto, estudos como os de Anthony Giddens puseram em evidência a relevância do espaço e do lugar, dimensão que viria, já na pós-modernidade,⁵ a ser enfatizada e desenvolvida. Vários filósofos e críticos, de que são exemplo Lyotard e Fredric Jameson, estimam que a crescente mobilidade e facilidades de comunicação levaram a uma evolução do mundo, onde o espaço adquire um papel crescente na sociedade (CLAVAL, 2006).

De facto a presente época será, talvez, acima de tudo uma época do espaço. Estamos numa era da simultaneidade, da justaposição, do perto, do longe, portanto das distâncias (FOUCAULT, 1986 *apud* SOJA, 1989). Num momento em que a nossa experiência do mundo é mais alargada, mas ao mesmo tempo mais fugaz. E por isso, a análise histórica e geográfica, isto é do tempo e do espaço, deve ser desenvolvida de forma conjunta e interligada.

“Outrora, na época em que a maioria dos homens vivia ainda para o essencial, no quadro da auto-subsistência aldeã, a quase totalidade de suas práticas se inscrevia, para cada um deles, no quadro de um único espaço, relativamente limitado”, para lá do qual se estendia uma vastidão de desconhecimento e misticismo (Fig. 7) (LACOSTE, 1988:19). As fronteiras e os limites eram, neste contexto, bem percebidos.

⁵ O conceito de pós-modernidade releva-se a partir de 1970, com o intuito de qualificar um novo estado cultural, social e económico das sociedades desenvolvidas, em contraposição à ordem e seguidismo imposto na modernidade. Assim, a pós-modernidade aparece como a democratização do hedonismo, a consagração generalizada do novo e o triunfo da “antimoral e do anti-institucionalismo”. Basicamente, o triunfo da vontade individual sobre a coletiva, da diversidade sobre a homogeneidade, do psicológico sobre o ideológico, ao mesmo tempo que se tende a afirmar o equilíbrio, a escala humana e o regresso a si próprio.

Na lógica de análise espacial, as características da pós-modernidade não são ainda nítidas, sendo necessária a sua discussão. No entanto, focam-se elementos como a velocidade, o ritmo e o movimento (LIPOVETSKY, 1989; LYOTARD, 2003; LIPOVETSKY & CHARLES, 2011). Se acrescentarmos a este ponto a questão da valorização da vontade individual e o regresso a si próprio, poderemos enquadrar o regresso e a valorização do espaço rural no contexto da sociedade atual, assim como a interpretação destas áreas como espaços de fluxos, como será adiante desenvolvido.

Porém, as alterações do sistema económico e de transportes e comunicação, com o desenvolvimento das trocas, a divisão do trabalho, o crescimento das cidades, e consequentes transformações sociais, potenciaram uma nova visão e uma nova utilização do espaço. A agilização e flexibilização dos meios e infraestruturas de transporte e o aparecimento de meios de comunicação e difusão de informação de forma praticamente instantânea, com destaque para os *media*, e em particular a internet, tiveram um papel fundamental no conhecimento e na vivência do mundo.

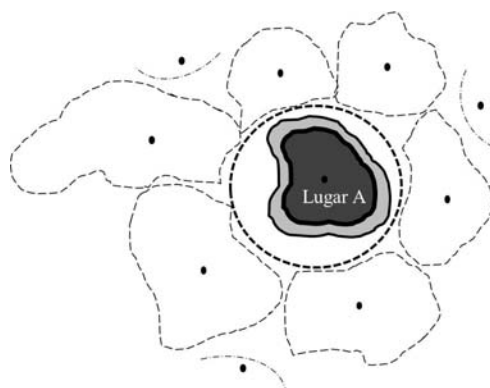


Fig. 7 – Esquema teórico do espaço de vida e representações espaciais: confinamento e extensão do desconhecido

Fonte: Adaptado de LACOSTE (1988)

Esta possibilidade de tudo conhecer e de tudo utilizar a uma escala planetária – mais que a internacionalização, a mundialização (SANTOS, 1988) – potenciou novas geografias do espaço vivido, mas também, novos mapas mentais. Por um lado, a extensificação e diversificação das práticas individuais e socialmente distintas, permitiu a utilização de espaços mais ou menos longínquos consoante as atividades neles desenvolvidas e a frequência do seu uso. Assim, num modelo teórico, um Homem que habite num lugar A, poderá desenvolver as suas atividades profissionais num lugar B, desenvolver as suas práticas culturais e sociais num lugar C, e ainda, esporadicamente visitar, em lazer, um lugar D ou E, de maior distância à sua residência. Para além disso, os meios de comunicação social, e em particular a tecnologia digital (fotografia, filme, imagens de satélite), permitem-nos tomar contacto com realidades de espaços a grande distância, que já foram (Lugar F) ou poderão vir a ser (Lugar G) por nós visitados/vivenciados, ou nos quais nunca estaremos presentes (Lugar H) (Fig. 8). A difusão acelerada destas representações cria, assim, aquilo que poderemos designar de ubiquidade aparente: uma sensação de conhecimento de todo o mundo.

As práticas individuais tornam-se então multiescalares, repercutindo-se na extensão e diversificação da utilização do espaço pelo Homem e respetivo significado que lhe é

conferido – territorialidades múltiplas. O confinamento a um espaço contínuo e conhecido transformou-se numa vivência inscrita em “migalhas de espaço”, pelas diferentes funções que assumimos no quotidiano, e pela sua alternância diária, ou mesmo horária. Estamos perante uma espacialidade diferencial, isto é, uma forma de a sociedade estar no espaço (RETAILLÉ, 2005) baseada numa multiplicidade de representações (espaciais), de dimensões diversas, correspondentes a um conjunto de práticas e ideias, mais ou menos dissociadas (LACOSTE, 1988). O Homem tornou-se, então, num potencial ser multiterritorial.

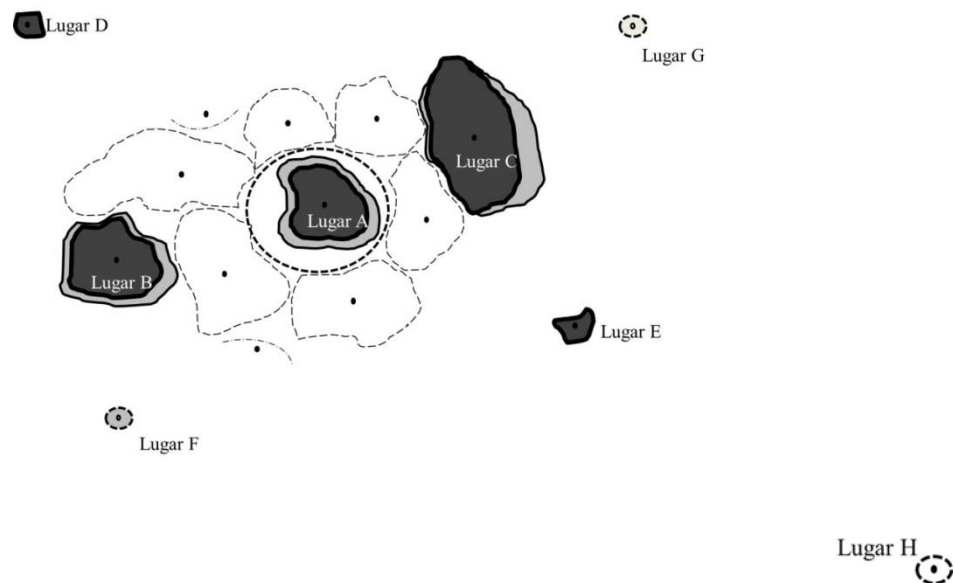


Fig. 8 – Esquema teórico das representações e práticas espaciais do indivíduo na pós-modernidade
Fonte: Adaptado de LACOSTE (1988)

A possibilidade deste processo passa, em parte, pela compressão do espaço-tempo. Esta traduz-se na alteração da representação que fazemos do mundo (qualidades objetivas do espaço), pela aceleração do ritmo de vida e a transposição das barreiras espaciais, que nos permitem aniquilar o espaço por meio do tempo (Fig. 9). “À medida que o espaço parece encolher numa “aldeia global” de telecomunicações e numa “espaço-nave terra” de interdependências ecológicas e económicas [...] e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrénico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal” (HARVEY, 1998:219).

De facto, quer o tempo quer o espaço estão a ser modificados pela fórmula conjunta do paradigma da tecnologia de informação e das formas e processos sociais (CASTELLS, 2003). Estamos, hoje, perante uma sociedade construída em torno de fluxos, sejam eles de capital, de informação, de tecnologia, de interação organizacional, imagens ou símbolos, de pessoas. Com isto, surge uma nova forma espacial característica das práticas sociais, suporte

material dos processos dominantes. O espaço de fluxos é, em suma, “a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (*idem, ibidem:535*). Para AUGÉ (2007, *apud* ALMEIDA, 2009) estamos num momento de mobilidade sobremoderna, em que se assiste a uma superabundância de causas que tornam complexa esta análise.



Fig. 9 – Compressão do espaço-tempo pelas tecnologias de informação e comunicação
Fonte: HARVEY (1998)

No sentido de discutir a fluidez espaço-temporal das relações no espaço, RETAILLÉ (2005) apresenta um novo conceito: espaço móvel. Contrapondo uma certa geografia da imobilidade definida em SOJA (1989), o espaço móvel tem inerente um uso em constante recomposição, num sistema de distância no qual as medidas variam nos mesmos princípios. Desta forma tem subjacentes os conceitos de efemeridade, produção e mutação. O espaço é o resultado da produção consequente das práticas sociais, e por isso, num dado instante este resulta da acumulação passível de ser medida. Mas apesar de ter sempre um passado, e da sua possível reconstrução formal, para o autor isso pouco ou nada importa na sua reconstituição enquanto lugar, na medida em que é um espaço de práticas (culturais) e essas são efémeras.

De tudo isto, resulta uma nova geografia, que podemos associar aos ideais promulgados pela corrente radicalista da Geografia nos anos 70. Referimo-nos à aplicação da teoria dos sistemas (CLAVAL, 2006). De facto, surgiu uma nova configuração espacial que passa pela criação de redes. A rede constitui-se numa infraestrutura, que permite o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se

caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, dos seus arcos de transmissão, dos seus nós de bifurcação ou de comunicação (CURIEN, 1988 *apud* SANTOS, 2006). Para RAFFESTIN (1993 *apud* SAQUET & MONDARDO, 2008:121) a rede é um “sistema de linhas que desenham tramas”, podendo ser concreta ou abstrata, visível ou invisível, em que a sua ideia base passa pelo assegurar da comunicação. Acrescenta, ainda, que “a rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode moldar-se conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo”.

Se partirmos da citação de MUSSO (1994 *apud* SANTOS, 2006:179) “as redes depositam uma camada ‘geológica’ suplementar às ‘terras-história’ acrescentando uma topologia à ‘topografia’, dando nascimento a um espaço ‘contemporâneo’ do tempo real”, entendemos que as redes têm inerente um espaço topológico, ao qual se associa a noção de espaço reticulado. Este conceito, abordado quer pelo psicólogo G. N. Fischer, quer pelo geógrafo C. Raffestin, dá-nos a ideia de um espaço de ação que se apresenta descontínuo e não contíguo, articulando-se, assim, por meio de pontos e linhas que se apresentam ativos e em constante reconfiguração/(re)criação. Estamos perante uma sociabilidade à distância, em que as mobilidades se apresentam mais complexas, mais difusas, mas também mais frequentes, onde os diversos atores (mais ou menos longínquos) fazem repercutir em lugares distantes os seus imperativos (SANTOS, 2006).

Deparamo-nos, nesta lógica, com uma situação ambígua: os indivíduos vivem e organizam-se no espaço euclidiano, enquanto estão também organizados no espaço de fluxos, estando estas duas dimensões integradas. E aqui também os tempos são distintos, caminhando-se para uma vida em universos paralelos, pelas diferentes dimensões de um hiperespaço social. Assim, o espaço de fluxos dissolve o tempo, desordenando a sequência dos acontecimentos e tornando-os simultâneos. Por seu turno, o espaço de lugares (múltiplos, espalhados, fragmentados e desconexos) apresenta temporalidades diversas, desde os ritmos naturais ao tempo cronológico. Vivemos, em suma, entre um tempo atemporal, ligado ao espaço de fluxos, e uma disciplina temporal que caracteriza o espaço de lugares (CASTELLS, 2003).

Este paralelismo espaço de lugares e o espaço de fluxos tem subjacentes os conceitos de verticalidade e horizontalidade afetos à diferenciação corológica. A visão esquemática da verticalidade traduz-se num conjunto de pontos que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, criando interdependências, que se

apresentam tanto mais numerosas e atuantes quanto maiores as necessidades de cooperação entre lugares. Está, então, relacionada com o espaço de fluxos e a configuração em rede, implicando uma relação a diferentes escalas (e.g. local-regional, local-nacional). Por seu turno, o espaço de lugares relaciona-se com a designada integração horizontal, isto é, a formação de extensões de pontos que se agregam sem descontinuidade, valorizando a relação a um mesmo nível geográfico (e.g. local-local, nacional-nacional). Ressalve-se, no entanto, que estas relações e complexidades têm de ser analisadas como formas sobrepostas e interativas na construção e caracterização dos lugares, na medida em que um lugar A, para além de todos os elementos internos que o constituem (horizontalidades), é influenciado por um conjunto, mais ou menos intenso e de dimensão variável, de fatores externos (verticalidades), sendo esta dinâmica repercutida nos lugares de relação vertical (Fig. 10).

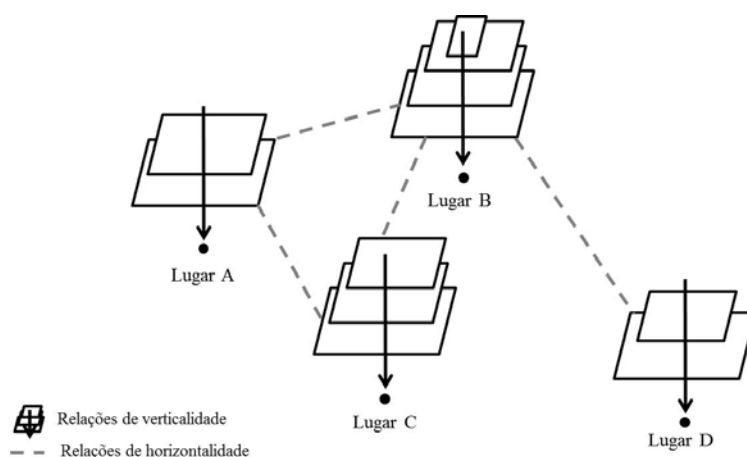


Fig. 10 – Esquema teórico das relações de verticalidade e horizontalidade dos lugares

Ao longo deste capítulo temos vindo a abordar as transformações na organização e na perceção do espaço, por meio das alterações nas formas de comunicação e circulação, que potenciaram uma maior mobilidade, mais frequente, difusa e complexa. Porém, sendo o espaço o resultado da ação dos homens por intermédio dos objetos naturais e artificiais⁶ (SANTOS, 1988) torna-se premente a introdução da relação homem – espaço neste discurso. Temos então de falar de território(s) e de territorialidade(s).

⁶ “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. [...] O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. [...] “O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1988:10; 25).

O conceito de território é por norma simplificado e clarificado pela associação a significados como os de autoridade política, identidade cultural, autonomia ou direitos individuais (DALANEY, 2005). Porém, território e territorialidade não são fenómenos simples, o que se traduz na evolução conceptual e mudança paradigmática que apresentamos, de forma breve, em seguida, que salienta também as transformações na perceção, utilização e representação do espaço que têm vindo a ser referidas.

A origem epistemológica de “território” foca desde logo a nossa atenção para duas dimensões conceptuais, que nesta lógica são as mais divulgadas e por isso as de maior entendimento aquando da abordagem desta temática. Território, da origem *terra-territorium*, põe em evidência as questões de dominação (jurídico-política) da terra. Por sua vez, território, da origem *terreo-territor*, associa-se à inspiração do terror e do medo. Neste sentido, e na sua visão mais tradicional, o território corresponde a um espaço bem delimitado, em geral destinado a uma nação e estruturado por um Estado, tendo subjacente uma ideia de controlo e dominação, essencialmente do poder político, que segrega os alijados da terra daqueles que podem lá entrar (CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2005).

Mas território tem também inerente o valor de uso e as marcas do vivido. Neste sentido, mais do que uma dominação estamos perante a apropriação. A distinção destas duas conotações passa pela diferenciação entre um sentido mais concreto e um sentido mais simbólico:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Porquê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1986 *apud* HAESBAERT, 2005:6775).

O território é então uma construção social, um espaço-processo,⁷ que nasce das estratégias de controlo necessárias à vida social e se desdobra ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-económica, mais concreta e funcional, à apropriação cultural e simbólica, mais subjetiva, relacionando elementos internos e externos ao mesmo (CLAVAL, 1999; DALANEY, 2005; HAESBAERT, 2005; SAQUET, 2006). E é na dimensão simbólica da apropriação que se integram valores como os de identificação e sentido de pertença.

⁷ “O território diz respeito à apropriação sobre um espaço determinado de estruturas específicas de um grupo humano, que inclui a maneira de repartição e gestão, o ordenamento desse espaço” (BRUNET *et al*, 1992 *apud* CLAVAL, 1999:9).

De facto, o território tem impregnado um sentido de enraizamento. O Homem tece com o espaço de vida (ao longo da vida) uma relação afetiva e de filiação – tofílias – que lhe permite uma identificação com valores e práticas culturais que lhe são próprias (TUAN, 1980). O território já não diz só respeito à função e ao ter, mas também se relaciona com o ser (HAESBAERT, 2005). E o espaço memória tem aqui um papel fulcral nas representações territoriais e perenidade dos sentimentos de pertença: “são os lugares de memória; seu valor simbólico é mais ou menos nobre, local, nacional, internacional, mundial, ou próprio a uma religião, a uma cultura; eles são frequentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades económicas” (BRUNET *et al*, 1992 *apud* CLAVAL, 1999:10). Dá-se, assim, ênfase ao espaço vivido, ao sentido do lugar na visão vidaliana da análise da personalidade das construções geográficas (CLAVAL, 1999).

Porém, o território contribui, como que numa ação recíproca, para fortalecer esse sentimento de pertença, através da cristalização das representações coletivas e dos símbolos que se encarnam em lugares memoráveis. Nesta lógica, os grupos só existem nos territórios com os quais se identificam. Então, o território é relacional: “o homem produz e usa o território socialmente” (*idem, ibidem*:12). “O agir social é um agir territorial que constrói o território, marcando-o, sendo que este é também condição do jogo e da reprodução social” (TURCO, 1988 *apud* SAQUET, 2006:79). Na perspetiva de TUAN (1980) as tofílias constroem-se na relação do eu com o espaço e com o outro, resultado da influência de múltiplas perceções e representações diversas, em que as multiterritorialidades adquirem um papel importante pela diversificação de contactos com o “mundo” e conseqüente interpretação do mesmo.

Em suma, o território constitui-se na construção social de um espaço que para o indivíduo tem significado, quer pelo seu uso funcional, quer pelo seu valor simbólico, com o qual estabelece um conjunto de relações de afetividade, apropriação e dominação.

A territorialidade vista como o modo de utilização da terra e organização do espaço pelo Homem e o significado que ele dá ao lugar, à semelhança do atrás referido acerca da perceção e utilização do espaço, tem sofrido alterações que por conseqüência despoletaram novas análises e abordagens da temática. A multiplicação das deslocações e a rapidez das comunicações características da pós-modernidade têm tido efeitos notórios na(s) territorialidade(s). De facto, numa sociedade em que os fluxos são bastante frequentes e alargados, os contactos com o outro são múltiplos, o que se traduz numa sociedade mais aberta, complexa e diversificada. Ao nível das identidades, tal vai repercutir-se na sua mobilidade e descontinuidade, mas também na sua dissociação a um território único.

Passaríamos então de construções culturais do eu e do nós percebidas como frágeis, e portanto plenas de territorialidades exclusivas e possessivas, para identidades fortemente estruturadas, mais resistentes aos contactos e aos intercâmbios e, portanto, mais facilmente associadas a territorialidades simbólicas, frequentemente descontínuas, em mosaico ou encaixadas (CLAVAL, 1999:18).

Neste sentido, à territorialidade “zonal”, afeta à ideia de território funcional por dominação e apropriação, apresentando uma métrica euclidiana, juntam-se as territorialidades em rede, de métrica topológica e maior associação à dimensão simbólica (HAESBAERT, 2005). Certo é que toda a mobilidade espacial vai implicar, por meio de um sistema de relações sociais, uma produção territorial resultante de uma miscigenação de influências adquiridas ao longo do percurso (SAQUET & MONDARDO, 2008). Estamos, assim, perante territórios osmóticos, flexíveis e não confinados por fronteiras, que se sobrepõem e potenciam territorialidades itinerantes e fluídas (ALMEIDA, 2009).

Esta mobilidade continuada teria implícitos consecutivos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, sendo pensada por alguns autores como uma desterritorialização contínua (APPADURAY, 2004) pela falta de filiação aos lugares consequente dos fluxos ininterruptos. Contudo, mais do que uma desterritorialização estamos perante um processo de (re)territorialização múltipla de que nos dá conta Haesbaert ao longo da última década e meia. A desterritorialização desenraizadora, pela perda e desaparecimento dos territórios, surge como simplificação de um processo de territorialização espacialmente descontínuo e complexo em que o indivíduo se associa a territórios múltiplos (HAESBAERT, 2005).

Efetivamente, “cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares” (SAQUET, 2007 *apud* SAQUET & MONDARDO, 2008:123). Criam assim filiações múltiplas – topoligamias – que se traduzem na criação de redes pessoais de lugares ao longo da vida.

Podemos aqui desenvolver uma abordagem por duas perspetivas: a do indivíduo e a do território. No que respeita ao indivíduo, a participação em territórios múltiplos ou a multiterritorialidade pode desenvolver-se a escalas diferenciadas, isto é, podem ser monoespaciais ou multiescalares. Neste sentido, haverá uma variação dos eixos identitários, que poderão ser simples – associados à métrica euclidiana, apresentando-se em territórios sem movimento e de menor resiliência – ou complexos – relativos à métrica topológica, mais

flexíveis, alargados e marcados pelo movimento. Então, no primeiro caso estamos perante territórios sobrepostos, enquanto no segundo esses se apresentam de forma reticular (Fig. 11).

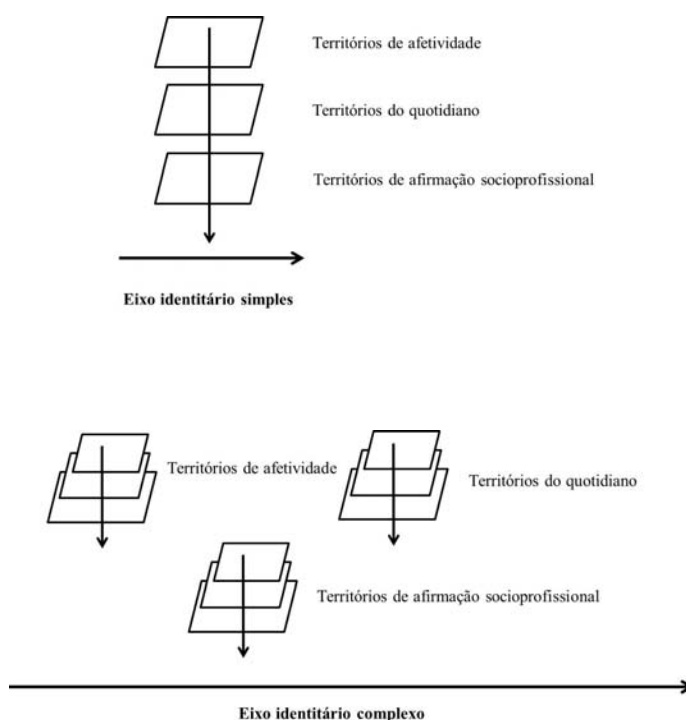


Fig. 11 – Esquema teórico dos eixos identitários em contextos de multiterritorialidade
Fonte: FERNANDES (2011)

Por seu turno, a visão a partir do território permite-nos introduzir os conceitos de territórios plurais e pluralidade de territórios desenvolvidos, na área da Antropologia por ZAMBRANO (2001). De certa forma traduzindo as ideias atrás descritas, os territórios plurais correspondem à multiplicidade de dimensões filiais contidas num só espaço. Significa isto que, “os territórios plurais são uma multiplicidade de espaços diversos, culturais, sociais e políticos, com conteúdos jurisdicionais em tensão, que produzem formas particulares de identidade territorial”. Assim, concebem o espaço ocupado por distintas representações sobre o mesmo, configurando as relações sociais entre estas diferentes perceções de domínio. Por sua vez, a pluralidade de territórios traduz a multiplicidade de territórios existentes, estando este conceito integrado no anterior (HAESBAERT, 2005:67).

Então, podemos admitir que um indivíduo apresenta múltiplas territorialidades (de escalas variadas), enquanto um espaço contém diversos territórios (se considerarmos as distintas dimensões do conceito), e por sua vez a construção de um território é influenciada pelos elementos constitutivos das identidades dos indivíduos na sua circulação no próprio território-rede.

Na medida em que o espaço é uma estrutura social, as mobilidades afetas às multiterritorialidades acarretam uma função primordial na construção e modelação das paisagens. A difusão de ideias, bens e informação inerentes ao cruzamento de territorialidades materializa-se nas marcas visíveis deixadas no espaço. Estas, por seu turno, encontram-se em constante mutação pelo ritmo dos fluxos e a intensidade de trocas existentes. Assim, as paisagens vão-se construindo a partir de elementos cada vez mais heterogêneos, de raízes sociais distintas, engrossando o seu hibridismo.

A Fig. 12 demonstra alguns exemplos da heterogeneidade resultante desta miscigenação de territórios e territorialidades. Por um lado a presença num espaço reduzido de elementos de matriz diferenciada: as vias de comunicação cruzam-se com os espaços agrícolas (1º caso), que por sua vez coabitam com áreas de residência e áreas industriais (2º e 3º casos). Por outro lado, a evocação a espaços geográficos não contínuos e dispersos no globo, quer pela representação pictórica e bidimensional (4º caso) quer pela introdução de elementos tridimensionais nas construções – a *villa* francesa ou os telhados com grandes inclinações típicos das áreas de fortes nevões (5º caso) e as estatuetas de imagens emblemáticas de outros países, como o Cristo Redentor do Brasil (6º caso).

A multiplicidade de territórios tem inerente a diferenciação das relações de poder e do controlo da área. Ou seja, a caracterização de um território passa por um controlo mais funcional ou mais simbólico, mas também pela diversidade de atores que o promovem e os níveis de intensidade que o mesmo adquire. Neste sentido HAESBAERT (2005) identifica quatro tipos de território, baseado nas formas de territorialização:

- **Territorializações mais fechadas, quase uniterritoriais** no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenómeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades.
- **Territorializações político-funcionais mais tradicionais**, como a do Estado-nação, mesmo admitindo certa pluralidade cultural (sob a bandeira de um mesma "nação" enquanto "comunidade imaginada", nos termos de Anderson, 1989), não admite a pluralidade de poderes.
- **Territorializações mais flexíveis** que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou concomitantemente (como na sobreposição "encaixada" de territorialidades político-administrativas).

- **Territorializações efetivamente múltiplas:** uma "multiterritorialidade" em sentido estrito, construídas por grupos ou indivíduos que constroem os seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.



Fig. 12 – Paisagens híbridas: retratos de múltiplos territórios
Fonte: DOMINGUES (2011)

A multiterritorialidade implica uma mudança quantitativa, ao existir uma maior diversidade de territórios ao dispor do indivíduo, mas ao mesmo tempo qualitativa, uma vez que existe a possibilidade de combinar de forma inédita a intervenção e a vivência simultânea de uma enorme gama de territórios diversificados (*idem, ibidem*). Contudo, existe um fator determinante neste processo de territorialização: o tempo.

Tal como os territórios, os processos de territorialização e as consequentes territorialidades não são fixos nem estáticos, apresentando uma variação sincrónica e diacrónica, em que são influentes fatores como a idade, a capacidade de mobilidade/acessibilidade e o contexto social, político e económico em que o indivíduo se insere, persistindo um jogo entre a vontade e as circunstâncias. Neste sentido, para além de

cada indivíduo possuir um sistema territorial próprio e diferenciado dos demais (Fig. 13), ao longo da sua vida assiste-se a uma progressão/regressão dos espaços/relações sociais do mesmo, que implicam alargamentos e/ou encurtamentos das territorialidades. Aqui podem destacar-se dois momentos de transição de maior visibilidade: numa primeira fase, o confinamento territorial enquanto criança/jovem é alargado aquando da passagem para a vida adulta e ativa, em que a maior acessibilidade e flexibilidade de circulação é fulcral, e posteriormente o geral (re)confinamento territorial pela perda de capacidade física e psíquica pelo envelhecimento (FRÉMONT, 1980) (Fig. 14).

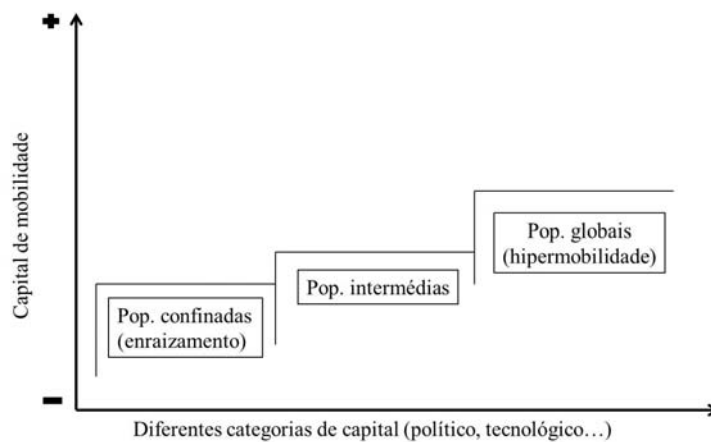


Fig. 13 - Esquema teórico da variação sincrónica das territorialidades

Fonte: FERNANDES (2011)

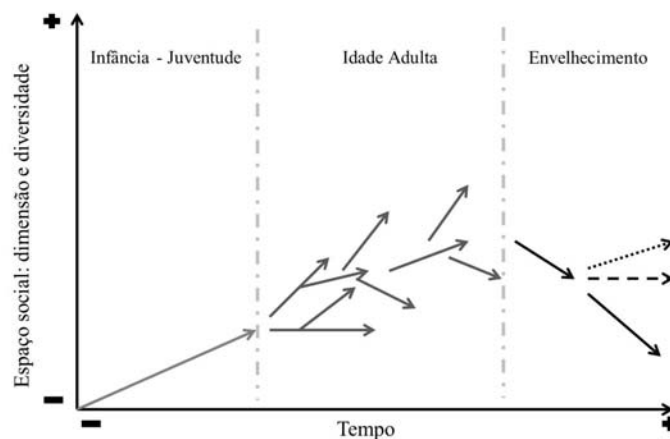


Fig. 14 - Esquema teórico da variação diacrónica das territorialidades

Fonte: FERNANDES (2011)

Por fim, refira-se que cada território tem temporalidades distintas, quer pelo tempo que cada indivíduo lhe confere, quer pela periodização no tempo de vida em que o indivíduo o

frequenta. Por exemplo, num território do quotidiano um indivíduo dispensará mais tempo que num território de férias ou num território de memória em que tem as suas raízes natais. Ao mesmo tempo, a frequência de certos territórios é pautada por sazonalidades enquanto outros são frequentemente vividos. Estamos assim entre aquilo que propomos chamar de territórios de ausências e presenças, mais ou menos temporárias ou permanentes, em que estão subjacentes um conjunto de fatores como a distância, a acessibilidade, o grau de filiação e a funcionalidade do espaço em causa. Há ainda uma diferenciação de frequência de territórios ao longo da vida, na lógica da variação diacrónica atrás referida: uma criança não possui um território de afirmação socioprofissional como um adulto, e um idoso apresentará um território quotidiano de menor amplitude em comparação ao grupo anterior.

Esta questão das presenças e ausências torna-se de certa forma ambígua, se analisada de forma superficial. Veja-se que para além das situações bem perceptíveis do estar ou não estar de forma concreta num território, existem outras dinâmicas que diluem a clareza destes conceitos. Por exemplo, um ator que esteja ausente de forma física poderá manter a sua presença num dado espaço pela posse de terrenos ou imóveis, o investimento em negócios ou na participação dos destinos da comunidade, como é o caso dos decisores políticos. Por outro lado, um residente permanente poderá ser um ator ausente, quer pela não participação na cidadania local, quer pelo confinamento do seu espaço de atuação à sua habitação, como acontece em casos de mobilidade reduzida, ou pela simples utilização do lugar como “dormitório”. Para além destas *nuances*, encontramos ainda as situações mistas de presenças e ausências marcadas pelos ritmos das migrações. Estas variações sincrónicas e diacrónicas são condicionadas pelo grau de filiação ao lugar e a função e uso que o ator lhe confere.

Concretizando o caso dos espaços rurais, referir que nas suas alterações recentes as mobilidades têm tido um peso significativo. Em primeiro lugar, sendo um espaço de atores diversos, está integrado em redes territoriais múltiplas (que o condicionam) com uma coalescência num momento concreto (o da presença). Em segundo lugar, sendo as territorialidades destes atores diferentes e heterogéneas as mudanças não se dão em bloco, apresentando-se variáveis e com diversas intensidades ao longo do tempo.

2.2. BAIXA DENSIDADE RURAL: TERRITORIALIDADES, TEMPOS E FLUXOS

Se transpusermos o encadeamento de ideias desenvolvido no ponto anterior para o contexto dos territórios de baixa densidade de matriz rural, iniciamos um processo de

desconstrução de perspetivas preconcebidas no senso comum dos portugueses. A imagem construída destas áreas como espaços remotos, repulsivos, envelhecidos e/ou despovoados, progride para conceções gerais destes espaços associadas à não existência de processos de alteração da paisagem e intercâmbio entre lugares. Queremos com isto dizer que, as áreas rurais de baixa densidade são com frequência vistas como espaços pouco ou nada dinâmicos, isolados e por isso alheios aos processos de desenvolvimento e transformação da paisagem das áreas de maior densidade. Como se estivessem em “coma”, estes espaços são representados como há 30 ou 40 anos atrás, idealizando-se as mesmas atividades tradicionalmente desenvolvidas, ou por outro lado, são encarados como ‘espaços sem atividades, em que habitam meia dúzia de pessoas por lugar à espera que o seu tempo acabe’.

Para além desta situação de coma induzido,⁸ as áreas rurais, e em especial as de baixa densidade, são entendidas como espaços de forças centrífugas. O êxodo rural, traduzido nas migrações internas e externas, potenciou uma perspetiva que assenta numa visão destas áreas como espaços de saída e de fuga não reversíveis. E então entra-se numa lógica de ciclo vicioso: o “atraso” potenciou a saída/fuga da população, o que por sua vez promove um espaço sem dinâmica (de desenvolvimento) e de paisagem estática.

Contudo, estas ideias apresentam-se demasiado simplistas e de certa forma erróneas. Mais uma vez, e na lógica da desconstrução dos esquematismos de interpretação territorial desenvolvida no capítulo anterior, este entendimento das áreas rurais apresenta-se imbuído do paradigma dicotómico e descomplexo das oposições litoral/interior e rural/urbano.

Como vimos, o Homem contemporâneo é cada vez mais um “*homo mobilis*”, o que torna a dinâmica social global e as identidades cada vez mais flexíveis, num processo mais ou menos contínuo de transação entre diversos lugares, que se repercute ao nível cultural e dos estilos de vida. A questão passa, de facto, pela despreocupação, ou talvez desinteresse, por parte dos decisores políticos e da “*intelligentsia*” portuguesa face a este fenómeno que é transversal às mudanças e transformações da sociedade nacional (LOPES, 1999).

Nesta ótica, as áreas de baixa densidade de matriz rural são também espaços que se enquadram no contexto da(s) mobilidade(s) e do espaço de fluxos. De facto, para além dos movimentos de saída da população tão conscienciosamente apercebidos e memoravelmente identificados pela população em geral, estes espaços veem-se envolvidos numa trama de outros fluxos que os ligam a redes territoriais de maior ou menor complexidade e distância

⁸ FERRÃO (2003) introduz o conceito de freguesias (eventualmente) em coma. No entanto, consideramos que este é uma coma induzido porque parte muitas vezes das deduções da população em geral; ou porque o Homem criou situações/condições para que estas áreas perdessem a sua centralidade no contexto nacional.

entre os nós. Assim, as áreas rurais devem ser percebidas e analisadas no contexto de um espaço topológico, reticulado e flexível, pautado por fluxos de informação, capital (económico, social, cultural), bens e pessoas, em que as relações e interações com diferentes escalas são traçadas pela criação dos territórios-rede individuais que cada ator de intervenção local promove.

Neste sentido, um ator 1 e um ator 2 apresentarão territorialidades espacialmente dispersas, com significações diferenciadas condicionadas pelas funções desenvolvidas num determinado espaço. O conjunto de territórios afetos a cada ator constituirá a sua rede-territorial individual, que num momento concreto se cruzará num mesmo espaço. Isto repercute-se por um conjunto infinito de atores, de redes mais ou menos complexas e de integração de espaços de densidades diversas (Fig. 15).

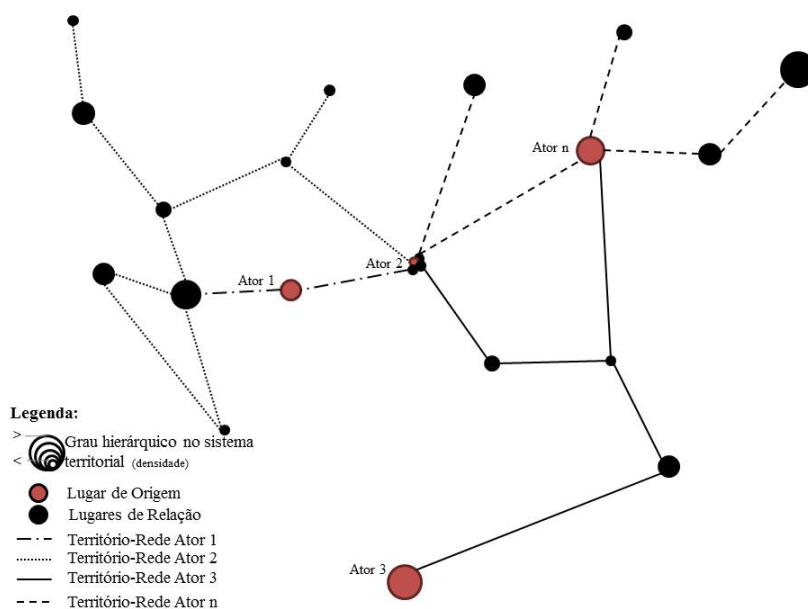


Fig. 15 – Espaços de baixa densidade rural no contexto do espaço reticulado: atores locais e territórios-rede

Afirma-se também aqui a ideia de que o espaço rural é um espaço de múltiplos atores que não só são internos, mas que são também externos ao lugar, e cuja intensidade de relação é bastante relativa tendo em conta a sua dimensão (familiar/naturalidade, política, económica, cultural), a frequência dos fluxos e respetivas temporalidades. LEFEBVRE (1999) faz esta diferenciação de atores tendo em conta três dimensões do espaço: o espaço representado, mais esquemático e rígido, traduzido num sistema de signos verbais construídos (científica e politicamente), em geral restrito a um conjunto de técnicos, muitas vezes externos ao lugar e sem qualquer filiação, passando à margem da população em geral; o espaço percebido, mais caótico e subjetivo, resultante de um conjunto de experiências sensoriais da vivência

quotidiana, e por isso participado por um conjunto de atores mais vasto e diversificado; o espaço vivido, entendido como um compromisso entre o espaço representado, definido por regras, e o espaço percebido, articulado por sentimentos, repercutindo-se, de certa forma, no encontro das diferentes tipologias de atores.

E é neste jogo de relações que o território se constrói, o espaço se altera e a paisagem se transforma. É dos tempos, dos modos e da intensidade da intervenção dos atores que os espaços rurais de baixa densidade se concretizam hoje. É também a partir deles que se ligam a outros tempos, a outros modos e a outras intensidades. E é assim que participam no espaço móvel que é o espaço da pós-modernidade: fluido, flexível e mutante.

Sem dúvida que os tempos têm tido lugar privilegiado na construção e vivência rurais. O relógio único e contínuo que marcava o ciclo de produção agrícola – o tempo da sementeira, o tempo da monda, o tempo da colheita, o tempo da venda – conjuga-se agora com novos relógios de tempos diferenciados. Desde logo se distinguem as temporalidades inerentes aos habitantes locais, daquelas que desenvolvem quer os trabalhadores não residentes, quer os atores das migrações ou mesmo os potenciais turistas/visitantes. Assim, estamos perante oscilações sincrónicas e diacrónicas dos tempos nos espaços de baixa densidade de matriz rural, que são protagonizados também por diferentes atores. Na sua base encontramos motivações diferenciadas, mas que se resumem, no essencial, a questões profissionais/laborais, aquisição de bens e serviços, férias e lazer.

Ao longo do dia verificamos uma oscilação de presenças e ausências que é protagonizada, no geral, por atores de maior permanência local. Referimo-nos, como é lógico, aos habitantes destes espaços, mas também àqueles que se deslocam a eles por situação laboral/profissional. Aqui estaremos perante, num modelo teórico e generalista, quatro situações distintas:⁹ os habitantes locais que não necessitam sair do lugar quotidianamente ou de forma rotineira, por exercerem a profissão¹⁰ na área de residência, ou já se encontrarem reformados (A); aqueles que residindo, de forma diária se deslocam para exercer a atividade profissional (B); os habitantes de outros lugares que afluem todos os dias para exercer a sua atividade laboral (C); e aqueles que não residindo, passam algum período de tempo no lugar, também por razões profissionais, mas não tendo aí o seu local de trabalho (fornecedores, vendedores ambulantes, investidores locais) (D) (Fig. 16). Tome-se em consideração que

⁹ Pela sua imprevisibilidade e desenvolvimento não quotidiano, não foram aqui consideradas as mobilidades para aquisição de bens e serviços. No entanto são também fundamentais nestas dinâmicas, e devem ser tomadas em conta, até pela potencial análise do grau de atratividade dos lugares e as relações hierárquicas estabelecidas.

¹⁰ Entendam-se aqui também os estudantes.

estes esquemas se constituem como hipóteses de análise, resultado das pesquisas bibliográficas que foram sendo desenvolvidas, às quais tentaremos dar respostas na aplicação ao estudo de caso desta dissertação.

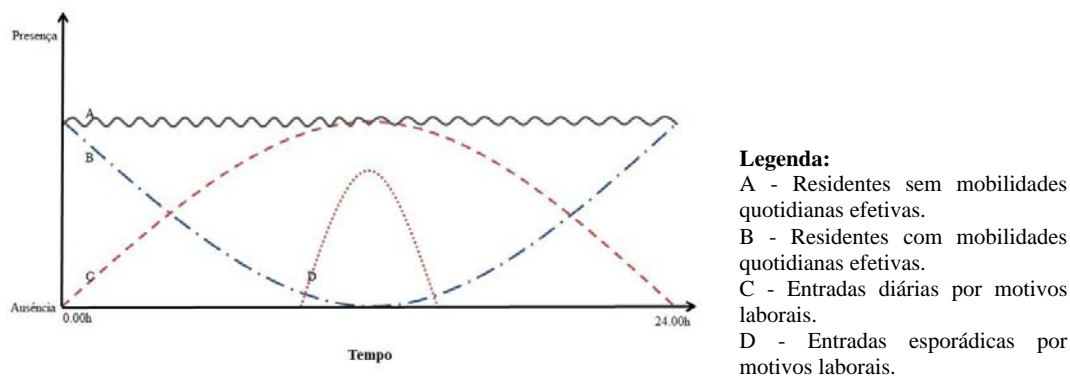


Fig. 16 – Temporalidades dos atores locais: variação diária das presenças e ausências

Esta abordagem leva-nos às questões da geografia temporal. Para HÄGERSTRAND (1970; 1978), a geografia humana deve ser contextualizada no tempo. Assim, conseguir-se-iam perceber as trajetórias individuais, grupais e institucionais na dimensão espaço e tempo, de forma simultânea. Esta análise resultaria num modelo tridimensional em que se conjugariam as coordenadas geográficas e respetivas variações temporais, o que permitiria uma análise da ação humana na dinâmica espacial, com a interpretação de séries espaciais e temporais de localização. O autor acrescenta ainda que um elemento social não é fixo: existe um percurso que é desenvolvido territorialmente de forma quotidiana, mas também diferenciado ao longo da vida. Para além disso, estes percursos de tempos distintos permitem também o contacto com outros indivíduos, grupos e instituições que potenciam modelos mais complexos de inter-relação espaciotemporal, por análises integradas.

Para além desta diversidade, os espaços rurais (tal como muitos outros) têm patente uma certa sazonalidade resultante dos fluxos de maior ausência. Enquadramos aqui os tempos da migração. De facto, sabemos que os regressos, no caso dos emigrantes, e as saídas, no caso dos imigrantes,¹¹ são marcados, com frequência, por dois fatores distintos: as férias no local de acolhimento e as festividades do local de origem. Assim, períodos como os do Natal, da Páscoa, por vezes Carnaval e das festividades de verão – o tão famoso ‘querido mês de agosto’ – são pontos altos de regresso à origem. Os tempos de presença são depois relativos, mas por norma mais extensos nos meses de verão (Fig. 17).

¹¹ Subentenda-se aqui as migrações internas e externas.

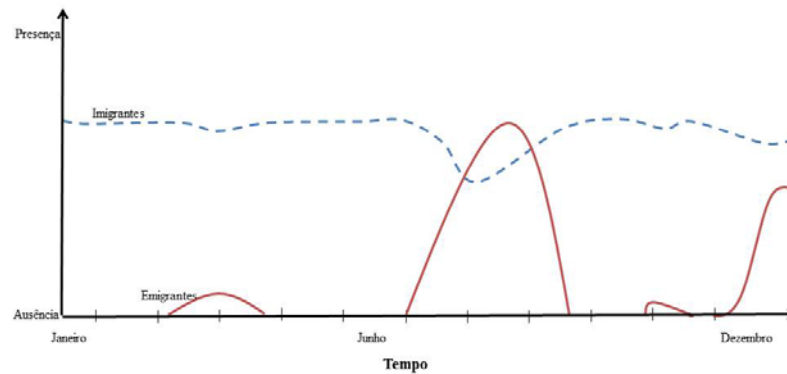


Fig. 17 – Tempos dos migrantes: presenças, ausências e sazonalidades

Existem ainda aquilo que ousamos chamar de tempos intermédios, a que estão associados os fluxos de fim de semana. Estes também se apresentam diversos nas suas motivações: o regresso após uma semana de ausência por motivo laboral, o regresso a uma casa secundária, as visitas a familiares e os motivos de recreio e lazer muitas vezes protagonizados por visitantes e/ou turistas. Aqui pode ainda aperceber-se uma certa sazonalidade inerente também às festividades, mas sobretudo à disponibilidade e vontade dos atores envolvidos, sendo portanto de maior dificuldade a sua teorização e representação.

A diversidade de atores e temporalidades presente nas áreas de baixa densidade de matriz rural é grande. Mais que uma procura de modelos universais, o que tentamos aqui demonstrar é um conjunto de exemplos que permitam posteriores verificações e acrescentos a estes esquemas. Mas sobretudo esta reflexão tem como objetivo a desconstrução da imagem estereotipada associada à baixa densidade de matriz rural. Estas são áreas de múltiplos atores, que com os seus tempos diversos, interligam cada espaço a um número desconhecido de outros no contexto dos seus fluxos individuais. Estes são assim espaços de dinâmicas complexas, de integração multiescalar, multidimensional, para além da multifuncionalidade que já lhe tem vindo a ser atribuída. Deste modo, têm inerentes fluxos variados e bidirecionais, tempos de presença e de ausência, que se constituem curtos ou longos, num jogo entre o permanente e o temporário. Ao mesmo tempo são condicionados pelos graus de filiação ao lugar, as relações familiares e os sentidos de pertença, as motivações económicas, sociais, culturais e lúdico-recreativas. Enquanto isso, acarretam implicações na paisagem, na construção do lugar e nas trajetórias de desenvolvimento.

De forma a concretizar este encadeamento de ideias, partiremos agora para a análise interpretativa do esquema apresentado na Fig. 18. Este traduz a dinâmica complexa da relação atores – fluxos – tempos intervenientes nestes territórios. De forma sintética podemos diferenciar seis grupos de atores. Em primeiro lugar, os habitantes locais com as suas

mobilidades de proximidade e de tempos reduzidos. Depois, os atores da (e)migração, fluxo de maior peso no contexto das áreas rurais de interioridade, de ausências longas e regressos por pequenos períodos de tempo, em que o retorno é mais perceptível nos casos de emigração propriamente dita, que nos casos das migrações internas. Os novos rurais resultantes de fluxos mais recentes, ou de recente mediatização, de menor intensidade e distâncias percorridas por norma mais curtas; os regressos ao local de origem decorrem em curtos períodos de tempo, sendo as mobilidades alargadas a outros espaços; os retornos, por esta ser uma opção de vida voluntária, são quase nulos. Os atores de presenças fugazes, numa lógica de circulação contínua, que permanecem no lugar o tempo exato necessário à prática de uma atividade, seja ela de lazer/turismo ou ligada à prática profissional. Por fim, um grupo de atores de uma presença quase ausente, ligada ao “governo” do território à distância, seja através da tomada de decisões políticas, seja pela definição de representações técnicas (e.g. Planos de Ordenamento do Território), sejam os proprietários ou investidores locais sem filiação e residência no lugar.

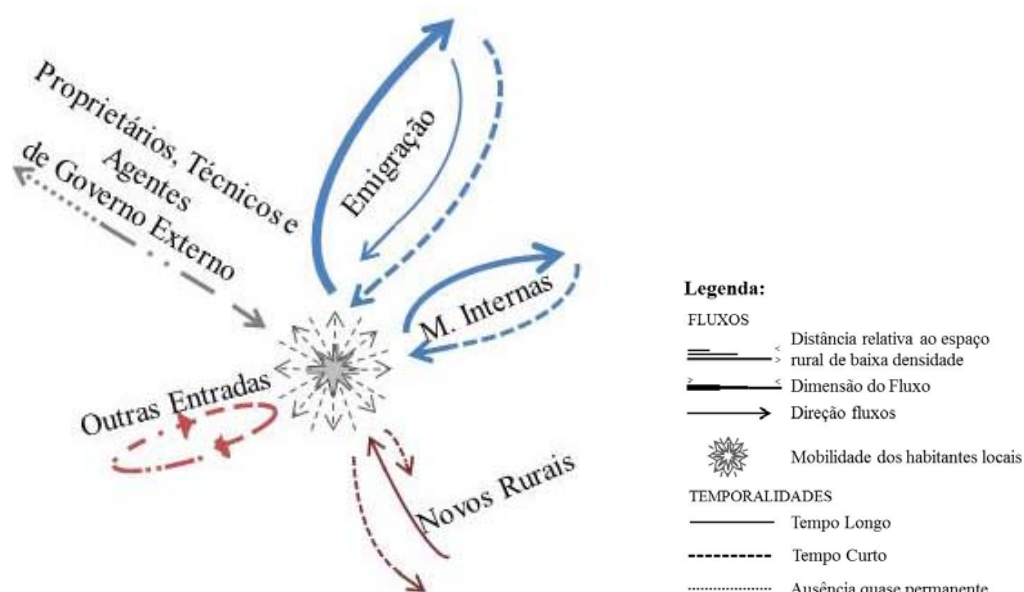


Fig. 18 – Esquema teórico da mobilidade humana (entradas e saídas) afeta aos espaços de baixa densidade de matriz rural

Depreenda-se que este exercício surge como um exemplo das múltiplas hipóteses de conjugação destas variáveis, podendo ser desenvolvido para qualquer contexto territorial, o que se traduzirá numa conjugação diferenciada de atores, temporalidades e fluxos. O seu grau de simplificação/complexificação passará pela quantidade e tipologia de elementos constituintes e pela tradução mais fiável possível à realidade que se pretende representar.

Passando para uma análise mais aprofundada, em primeiro lugar focamos as mobilidades de proximidade, ou seja, as que estão afetas a relações do quotidiano cujos atores são, regra geral, os habitantes locais e a população de espaços adjacentes ou de um raio de distância curto. Como já referimos em parágrafos anteriores, enquadram-se aqui mobilidades motivadas pelo exercício laboral, ou muitas vezes pela aquisição de bens e/ou serviços. Claro está que estas são mobilidades que consideramos de desenvolvimento diário, e que a elas se associam outras, protagonizadas pelos mesmos atores, que passam por motivações de relacionamento familiar e atividades de recreio e lazer, cuja periodicidade poderá ser mais esporádica e não requerem um grau elevado de obrigatoriedade. Aqui os tempos de ausência (presença) são relativamente curtos, estando definidos pela duração das atividades que motivam a mobilidade do indivíduo (Cf. Fig. 16).

Estas entradas e saídas relacionam-se intimamente com dois fatores, que entram num ciclo de repercussões territoriais quer como *input*, quer como *output*. Estamos-nos a referir ao grau de atratividade e ao processo de desenvolvimento locais. Para além destes serem dois fatores que se influenciam de forma mútua, estão também na base destas mobilidades quotidianas. Vejamos que um território cujo processo de desenvolvimento se encontra dinâmico e proactivo, com políticas sectoriais integradas e estratégias de afirmação, valorização e potencialização do lugar, permitirá uma maior competitividade e conseqüente atratividade pela presença de serviços, equipamentos e atividades que facilitarão a captação de um maior número de atores locais (do consumidor ao investidor). Aqui os fluxos quotidianos serão quase na sua totalidade confluentes, atraindo a população dos espaços adjacentes, numa primeira fase, mas também atores de maior afastamento geográfico. Ao contrário, os territórios emissores desta população apresentarão graus de atratividade menores, não conseguindo dar resposta às necessidades da população residente.

Estas ideias deixam transparecer algumas das premissas da Teoria dos Lugares Centrais de Christaller¹² e das áreas de influência de cada lugar (SIMÕES LOPES, 2001).

¹² O modelo desenvolvido por Christaller (1933) passa por um exercício de estruturação de funções localizadas em centros, que por sua vez desempenham essas funções para áreas tributárias que são as suas regiões complementares (áreas de influência). Esta estruturação decorre do facto de para um habitante existirem bens e serviços a que ele tem de recorrer diariamente, outros só semanalmente, outros só mensalmente e ainda outros esporadicamente. Assim, os centros são diferenciáveis conforme as funções desempenhadas, e por consequência apresentam também regiões complementares distintas. O autor depreende ainda que deve existir uma maior facilidade de acesso aos bens/serviços de necessidade mais frequente, aceitando-se um esforço relativo maior para o alcance daqueles cuja procura é mais rara. Neste sentido, a distância entre os centros que desempenham o mesmo nível de funções varia em razão desse nível, sendo a distância maior entre aqueles que oferecem serviços/bens de nível superior. Os lugares que desempenham as funções de maior raridade esperam um maior efetivo populacional, porque é maior a sua importância e porque a oferta só acontece desde que se encontra

Pesa, assim, a integração dos espaços rurais de baixa densidade nas redes hierarquizadas da estruturação territorial. E é aí que se enquadra o problema destes espaços, que assenta na sua centralidade. Se considerarmos a definição de centralidade dada por GASPAR (1972 *apud* SIMÕES LOPES, 2001:221) – “um índice que representa a extensão, o valor do exercício das funções centrais do lugar na área que serve” – percebemos que ao desempenharem funções de nível primário, estes territórios detêm um grau de atratividade muito fraco, o que se traduz nas mobilidades diárias que temos estado a abordar, e numa certa marginalidade. Contudo, a uma escala micro, podem observar-se pequenas *nuanças* potenciadas por uma oferta diferenciada no contexto da rede local/sub-regional de lugares do mesmo nível. E será esta aposta a mais-valia na afirmação dos espaços de baixa densidade de matriz rural, quer ao nível da oferta de bens e serviços, mas sobretudo no que respeita à bolsa de emprego local, no sentido da manutenção e fixação de população. A criação de redes de complementaridade poderá ser também uma forma de afirmação de sub-regiões e de aumento da capacidade competitiva local.

No entanto, hoje continuamo-nos a deparar com a integração destas áreas em mais um círculo vicioso: a falta de ofertas (de níveis relativamente superiores) continuará a promover estas mobilidades que ao serem aproveitadas para a aquisição de outros bens e serviços incitam a fragilidade dos semelhantes existentes no local de origem, o que poderá culminar no seu encerramento. Aqui também as políticas externas de governação têm demonstrado um poder fulcral na desestruturação destes espaços, pelo seu cariz economizador e redutor de ofertas, condicionando as políticas e estratégias de governança local (Fig. 19).

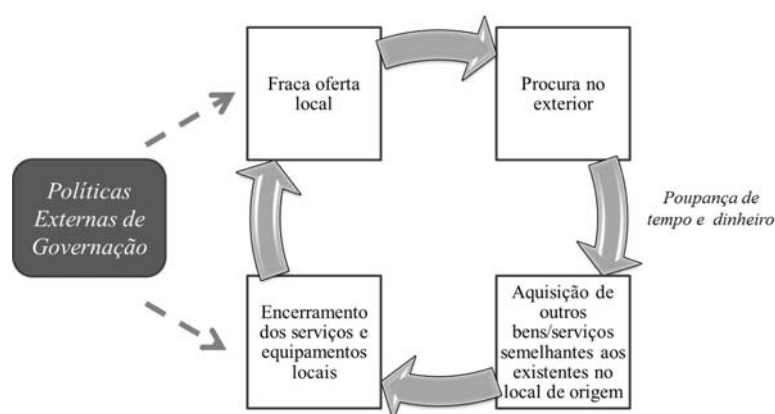


Fig. 19 – Ciclo causa-efeito da oferta de bens e serviços nas áreas de baixa densidade de matriz rural

salvaguardado um mínimo de vendas, mínimo tanto melhor assegurado quanto maior for o centro (SIMÕES LOPES, 2001).

Outro dos fluxos afetos a estas áreas, e talvez o mais reconhecido e representado, prende-se com as migrações, de forma concreta a emigração e as saídas para outras áreas do território nacional. Mobilidades de tempos mais longos, muitas vezes repercutidas em saídas permanentes, estes foram, até hoje, sem dúvida, os fluxos que mais marcaram a paisagem e as trajetórias de desenvolvimento dos espaços rurais de baixa densidade.

“Em Portugal, a emigração foi apontada ao longo da década de sessenta e setenta como fenómeno controverso de desenvolvimento. O efeito «válvula de escape» para a falta de postos de trabalho, diversificada fora da agricultura, principalmente nos espaços rurais, o peso das remessas dos emigrantes e as perspectivas de mobilidade socio-profissional, determinam a criação de uma ambiência favorável, em torno do fenómeno emigratório” (SANTOS, 1991:309). O fator económico-monetário foi de facto o propulsor destes movimentos de saída. Mas muitas vezes, e mais no caso da mobilidade intrafronteiras, a saída dos jovens habitantes rurais para prosseguir os seus estudos traduziu-se num não regresso e na construção de vida fora da terra que os viu nascer.

Os lugares de destino foram variando ao longo das décadas, ligados às motivações de partida, mas muito condicionados pelas conjunturas do momento. ROCHA-TRINDADE (2001) diferencia três fases da emigração portuguesa: o ciclo clássico (séc. XIX e primeira metade do séc. XX), o ciclo moderno (terceiro quartel do séc. XX) e o ciclo contemporâneo (desde meados da década de 70 do séc. XX). O primeiro correspondeu aos movimentos transoceânicos, com destaque para Brasil, Venezuela e EUA, mas também para as colónias portuguesas da época, em que se verificou um propósito de fixação prolongada ou mesmo definitiva no país de chegada. O segundo ciclo foi dominado pela emigração intraeuropeia, com países como França, Suíça e Luxemburgo a afirmarem-se como locais de chegada. Por fim, o ciclo atual, dominado pelo princípio da livre circulação, traduz-se numa migração-circulação protagonizada por trabalhadores que se deslocam com algum cariz sazonal para países de destino em que encontram trabalho. Destacam-se mais uma vez os países europeus, com incidência na Europa do Norte e Central, mas também encontramos portugueses em vários países de África, do Próximo Oriente e do Sueste Asiático (LOPES, 1999).

No que respeita às migrações internas, as mobilidades afetas aos ritmos sazonais agrários e às trocas e comercialização dos produtos agrícolas, marcantes dos tempos de um Portugal rural de produtividade e competitividade, foram encobertos, até mesmo pela redução ou quase erradicação da sua prática, pelos fluxos campo – cidade. Com o objetivo inicial de evacuar os excedentes de população que o regime agrário local era incapaz de integrar, estes movimentos permitiram, até meados do século XX, um equilíbrio socioeconómico nestes dois

espaços. Porém, a urbanização acelerada do país, simultânea ao ciclo emigratório eurocêntrico, cuja intensidade atingiu o seu máximo entre 1960 e 1970, colocou em causa este equilíbrio que até hoje não se reestabeleceu (ALARCÃO,1969; CAVACO, 1986; RIBEIRO, 1987).

Este acréscimo dos movimentos migratórios internos foi modelado por uma lógica de repulsão/atração do campo-cidade, primeiro para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e, em seguida, para as cidades suburbanas satélites que se desenvolveram em torno destas cidades, num movimento centro-periferia. Este movimento reorientou-se posteriormente para as cidades de médias dimensões do interior (LOPES, 1999:34-35).

Como referimos estes foram, até à atualidade, os fluxos que mais repercussões deixaram transparecer nos territórios de baixa densidade de matriz rural. Não só as ausências que puseram em causa a resiliência dos lugares face às transformações sociais e económicas nacionais, mas também as presenças, relativamente fugazes marcaram estes espaços. Além da perspetiva quase sempre invocada dos problemas criados pela saída da população jovem e/ou em idade ativa, com o envelhecimento da população no local de origem e a reticência à transformação e inovação, para além da diminuição do efetivo populacional e todas as consequências que tal acarreta, damos aqui uma outra tónica, que se nos parece mais relevante no contexto das mobilidades que temos vindo a desenvolver. Introduzimos então a relação que estes migrantes têm com o(s) território(s) de origem, mais numa ótica de presença que de ausência.

“Partiram. Mas sempre com a ideia de voltar. Mesmo que nunca voltem”. A ideia do regresso, ou talvez mais que isso, do retorno marca de facto todo o ciclo migratório do indivíduo. A saída é quase sempre vista como temporária até ao alcance dos objetivos que a motivaram. E assim, os planos do migrante são sempre condicionados por este apego à terra e à família (AMARO, 1985:355). LOPES (1999:73) chega mesmo a afirmar que

Os movimentos de regresso só são compreensíveis quando inseridos na dinâmica global do ciclo e projecto migratório. A sua existência e o seu ritmo são modelados pela evolução socio-económica das sociedades de origem e de destino, pelas transformações da ordem/desordem mundial, pela natureza do projecto migratório e ainda por imponderáveis de natureza pessoal e familiar dos seus protagonistas.

A topofilia, expressa na filiação espacial e comunitária, e a segurança ontológica levam a regressos, mais ou menos frequentes consoante a distância a que se encontrem e as condições de vida o permitam. As festividades são sempre uma oportunidade de contacto com

a terra que os viu nascer: Natal, Páscoa e as festas de verão são pontos altos de chegada daqueles que um dia partiram em busca de melhores condições de vida, mesmo que seja para uma estadia fugaz. Mas os regressos ocorrem também sempre que há algum problema pessoal para resolver, seja de âmbito familiar seja mais relacionado com questões económicas ou produtivas (e.g. sementeiras, vindima) (AMARO, 1985). Para os que se restringiram ao interior das fronteiras portuguesas, as idas à “terra mãe” são por norma mais frequentes, não passando um mês sem um regresso. E em casos de maior proximidade essas deslocações são ainda mais habituais, funcionando mesmo como escape de fim de semana.

Desde que a sazonalidade do calendário agrícola deixou de comandar as migrações e se instalou um nomadismo mais globalizado, alteraram-se as relações espaciais e temporais que regem os processos migratórios. Um novo relacionamento entre o campo e a cidade atraiu os habitantes das aldeias para o centro urbano ou a vila mais próxima, criou condições para uma nova empatia destes migrantes com os seus territórios de origem (JACINTO, 2004:50).

Este apego à terra é visível pela correspondência e contactos mantidos durante a ausência, mas também pelo envio de remessas na primeira fase da emigração portuguesa. A um outro nível, veja-se a constante tentativa de deslocar elementos identitários locais para o local de chegada: das alaias agrícolas transformadas em elementos decorativos, à divulgação e recriação das tradições culturais e elementos de folclore, até aos hábitos e formas de convívio e alimentação (AMARO, 1985).

Deparamo-nos aqui com um carácter dicotómico no fator identidade/personalidade do migrante. Na verdade, a este apego à terra demonstrado de forma intensa no seu exterior contrapõem-se a imagem construída do (e)migrante, como que num espetáculo (re)criado aquando dos seus regressos. O projeto migratório assumido como uma proeza heroizante, vê no sujeito-herói a sua representação nestes regressos em que carrega sinais de prestígio, desde logo materializados no automóvel em que se faz transportar, mas também pela apropriação da posse de terra, de uma nova casa e algum poder de compra (LOPES, 1999).

Neste sentido, os locais de partida vão mudando. O contacto do (e)migrante com outros lugares, pessoas e culturas repercute-se num potencial de capital móvel. Os elementos sociais, culturais e económicos apropriados durante a experiência da migração, vão sendo depois transmitidos durante as mobilidades destes atores, quer nos regressos aos locais de origem, quer nas presenças em outros lugares. Assim, os (e)migrantes são importantes atores

de difusão não só pela entrada de novos elementos no local de origem, mas também pela divulgação da sua identidade telúrica nos lugares de chegada.

O abandono e degradação percebidos no início destas saídas, embora não tenham desaparecido, vão sendo encobertos com novas marcas na paisagem deixadas por estes “heróis”. “A emigração salpicou a paisagem de referências, de casas e outros sonhos, testemunhos materiais da esperança que foram depositando no mito de um desejado retorno, do culto que estes filhos pródigos devotam às suas maternas origens”. Mas também chegaram novas atitudes, novos falares, atividades e consumos, lazeres e fazeres (JACINTO, 2004:50). Mas sobretudo novos olhares, novas formas de ver o mundo, que de alguma forma se puderam/poderão repercutir nas trajetórias de desenvolvimento local. Porém ficam as festas, as romarias e outros elementos intangíveis que mantêm arreigado o sentido de identidade destes lugares e perpetuam o imaginário da terra de origem.

O retorno é de facto a fase final de um ciclo que ao início se pensa curto, mas que nem sempre o é. Mais frequente nos casos de emigração, este tem nas suas motivações o alcance dos níveis de vida procurados aquando da ida, numa ótica positiva, mas também situações de desemprego, inadaptação ao local de chegada e excesso de trabalho relativamente ao ganho salarial. Pesam ainda, e em grande medida, as questões familiares, como a educação dos filhos e a vontade de regresso ao seio familiar (nas situações de emigração sem acompanhamento) (SANTOS, 1991). No caso das migrações internas, o retorno, de maior raridade, pode estar relacionado com a perda do posto de trabalho, ou a procura de melhor qualidade de vida pela inadaptação ao local de chegada, por norma em ambiente citadino.

Todavia, é o alcance da reforma que está na base do maior número de regressos de maior permanência aos espaços de baixa densidade de matriz rural. E referimos aqui de maior permanência e não de uma presença permanente na medida em que estes ex-migrantes muitas vezes não terminam o seu ciclo migratório, mas perpetuam-no, seja para o anterior local de chegada seja para um novo, numa lógica de primariedade/secundariedade dos espaços-tempos, entre o território de imigração e o território de origem (LOPES, 1999). Nestes casos as presenças são de maior durabilidade e continuidade, mas as ausências perduram, muitas vezes associadas à procura de amenidades climáticas.

Percebemos assim que estes fluxos se desenvolvem numa lógica de presenças ausentes. Isso é-nos traduzido logo pelo número de propriedades fechadas ao longo dos tempos de (e)migração, mas também pelos apoios (monetários) que vão sendo deixados no território de origem. Aquando dos regressos, as presenças são tão fugazes e concentradas no tempo e nos espaços, com a convergência dos migrantes nos locais centrais dos lugares para o

convívio, que as marcas (positivas) deixadas com repercussões num tempo longo são quase inexistentes. Como refere JACINTO (2004:41) “eles constroem casas, asfaltam estradas, voltam pela festa do ano, trazem conforto e dinheiro [...] porém, estão ausentes e este facto é decisivo para a sorte das populações”. Isto é ainda visível quando abordamos a situação política. O facto de o lugar de voto coincidir com o lugar de residência da população implica para estes espaços um fraco poder político pela ausência de efetivos populacionais relevantes que o tornam um espaço de voto quase inexistente.

Por sua vez, o retorno apenas se apresenta como uma reconversão ilusória destas tendências. A ida mais ou menos efetiva para a terra que os viu nascer, porque feita, quase sempre, por indivíduos em idade não ativa, não gera potenciação económica, por possíveis investimentos locais e criação de postos de trabalho, até porque o emigrante é mais um agente de poupança que investidor (AMARO, 1985). Perpetuam-se ainda as situações de envelhecimento populacional, e a possibilidade de fixação de membros da segunda e terceira gerações, mais jovens e proactivos, acaba muitas vezes por cair por terra pela frustração inerente à falta de sensibilidade face aos problemas dos mais jovens (*idem, ibidem*), desde a falta de ofertas de postos de trabalho à variedade de atividades culturais e ofertas comerciais. Então, as trajetórias de desenvolvimento local, num sentido positivo de capacitação competitiva e atrativa, ficam mais uma vez condicionadas, o que por sua vez poderia ser reconvertido pelo empenho e investimento destes atores, gerando mais um ciclo vicioso (Fig. 20).

Estes períodos de mobilidades centrífugas viram nos últimos anos, não uma reconversão, mas pequenos apontamentos daquilo que pode incitar a uma nova fase de perceção e vivência dos espaços rurais de baixa densidade. Falamos aqui dos novos-rurais, ou melhor, dos novos habitantes rurais. De nacionalidade portuguesa ou membros do contingente imigratório, a fixação destes novos residentes tem por base, em primeiro lugar, sentimentos de repulsão/atração face aos espaços urbanos e rurais, respetivamente. O inicial afastamento dos centros urbanos por questões de falta de espaço, transformou-se, em casos pontuais, na procura de espaços de maior ruralidade e menor densidade em que o contacto com a natureza e a promoção da qualidade de vida são fatores essenciais.

Sentimentos de repulsa pelo ambiente urbano e suas características desvantajosas para um modo de vida saudável (e.g. elevados níveis de stress, muito trânsito, poluição) levaram grupos distintos a encararem as áreas rurais, de baixas densidades e com clima/ambiente mediterrâneo como territórios atrativos para residir/trabalhar, numa lógica de ruralofilia (MORÉN-ALEGRET, 2004; MORÉN-ALEGRET & SOLANA, 2004). A qualidade

ambiental, os próprios recursos naturais locais, a existência de emprego, o baixo custo da habitação, a segurança e as condições favoráveis ao estabelecimento de negócios, aliadas à distância relativamente curta a cidades de pequena e média dimensão no contexto do território nacional, são fatores apontados como razões destes movimentos concêntricos (VELEZ de CASTRO, 2011).

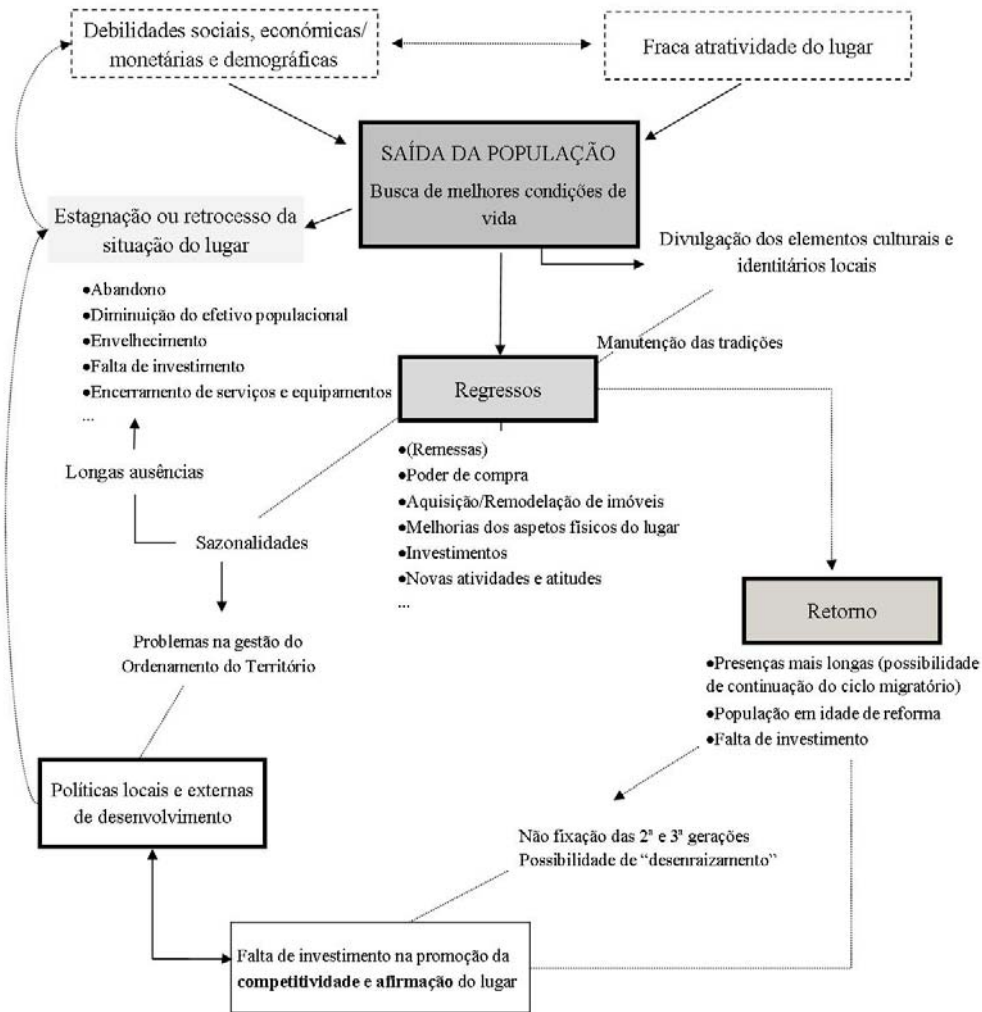


Fig. 20 – (E)Migrações: causas, consequências e ciclos viciosos

Estes sentimentos, numa posição de maior misticismo e excentricidade, classificados por alguns autores como urbanofóbicos (MORÉN-ALEGRET, 2004 MORÉN-ALEGRET & SOLANA, 2004), estão a ocorrer em simultâneo à crise económica iniciada em 2008. Conforme abordado no capítulo anterior, esta crise tem resultado num conjunto de políticas de redução do investimento e da despesa pública o que se poderá repercutir numa nova configuração estrutural e espacial do território nacional. A possibilidade de uma concentração dos serviços, equipamentos e infraestruturas, e consequente aglomeração das ofertas de mercado (laboral e de consumo) poderão colocar em causa estas preferências de vida pela sua

inviabilidade, já que esta crise parece enviar-nos para as cidades. Coloca-se então a questão do possível encolhimento das opções territoriais pessoais.

No entanto, o encurtamento das distâncias e as novas tecnologias de comunicação permitiram, de facto e de certo modo, estas tomadas de decisão, e são já alguns os casos de trabalhadores de qualificações superiores que trocaram o dia-a-dia citadino por uma vida tranquila em ambiente rural, em que a ligação à empresa é feita de forma virtual, dando ênfase ao teletrabalho. Outros são aqueles que trocaram, por despedimento ou opção de vida, a anterior profissão por um novo investimento, no geral relacionado com o ambiente, a agricultura ou o turismo, que os levou ao encontro de uma nova área de residência (COSTA, 2010; GUEBEL, 2012) (Fig. 21). Sendo estas situações de carácter mais aventureiro, não raras são as vezes em que o risco é elevado e a tentativa de mudança de vida é em vão, por falta de condições de sustentabilidade dos negócios ou inconformismo por parte da entidade patronal perante estas situações de trabalho à distância. Ao mesmo tempo, há ainda a combater uma certa hesitação da sociedade em geral, e da sociedade rural em particular, face a estas novas formas de trabalhar a partir de casa.



Fig. 21 – Novos rurais e novas atividades: o primado pela tradição e contacto com a natureza
Fonte: GUEBEL (2012)

A par destas situações, protagonizadas quase sempre por migrantes internos, surgem outras, mais vulgares, desempenhadas por população estrangeira. Falamos dos *sun-*

seekers. Este conceito reporta-se a indivíduos cuja motivação migratória principal se prende com a busca de um destino cujo clima e ambiente físico satisfaçam as suas aspirações; no caso português a amenidade subjacente ao ambiente atlântico/mediterrâneo. Embora este seja um conceito associado a indivíduos em idade de reforma, que dispõem de maior tempo e capital financeiro para o processo, VELEZ de CASTRO (2011) encontra casos de indivíduos em idade ativa cuja primeira causa de imigração se prende com os fatores atrás descritos, e só depois se vislumbram as questões laborais.

Com relação a este grupo de migrantes, encontramos ainda indivíduos de filosofias de vida mais alternativas, ligadas ao culto e ao contacto com a natureza, muitas vezes formas de vida utópicas, que desenvolvem atividades laborais assentes na produção agrícola biológica, nas construções ecológicas, no aproveitamento dos recursos naturais locais e na promoção das relações sociais de proximidade, partilha e cooperação (GUEBEL, 2012) (Fig. 22). No entanto, este regresso ao biológico, ao natural, de certo modo ao “puro” é reproduzido por estes novos rurais, que se dedicam a ocupações como a atividade turística (e.g. agroturismo, turismo em espaço rural, turismo e desporto aventura, turismo de natureza, turismo de passeio pedestre), à agro-silvo-pastorícia (geralmente com modos de produção biológicos ou culturas extensivas) e ao artesanato (*idem, ibidem*).



Pioneiros da Terramada, Castro Marim: membros (de nacionalidade estrangeira) da ecoaldeia e projeto de vida sustentável



Ecoconstrução, Castro-Marim: O projeto Terramada inclui ações de formação sobre diversos modos de vida sustentável.



Comunidade Tamara, Odemira: comunidade de paz e defensora de valores ecológicos

Fig. 22 – Novos rurais de filosofias de vida alternativas: o contacto com a natureza, a ecoconstrução e a vida em comunidade

Fonte: GUEBEL (2012)

Embora a maioria dos casos mais relatados se refira a indivíduos que investem num negócio próprio, há também situações de trabalhadores por conta de outrem, talvez mais em casos de imigrantes que de migrações internas. Aqui destacam-se sectores como os da agricultura, da restauração, da construção civil e dos serviços de apoio doméstico e cuidados pessoais (VELEZ de CASTRO, 2011) como aqueles em que ingressam mais indivíduos.

Ao nível do local de chegada, vários são os estudos que apontam consequências positivas destes movimentos, e no caso dos espaços de baixa densidade de matriz rural esses efeitos passam pela criação de capital humano e social fundamental aos processos de desenvolvimento local. Em primeiro lugar, estes novos habitantes exercem funções como produtores, pelo investimento em negócios por conta própria, mas também pela manutenção e estímulo da produtividade laboral, com a criação de postos de trabalho e oferta de bens e serviços à população. Ao mesmo tempo são consumidores, ao adquirirem bens e serviços locais, mas também pela compra de habitações e terrenos. Mas talvez os maiores impactos se façam sentir pelas suas funções de reabilitadores (do património imobiliário), demográficas, pelo aumento do efetivo populacional e potencial reconversão da estrutura demográfica, e socioculturais (voluntariado, partilha de experiências académicas e culturais) (*idem, ibidem*).

Então, estas novas mobilidades, agora num sentido convergente a estes espaços, incitam também a novas dinâmicas locais, que promovem alguma riqueza material e imaterial que se repercute de forma positiva nos territórios de baixa densidade de matriz rural, quer na paisagem humana, quer na paisagem física (*idem, ibidem*), mas sobretudo no contexto das trajetórias de desenvolvimento, através da maior capacitação à resiliência, da criação de novas oportunidades de afirmação a diferentes escalas e competitividade pela diferenciação, o que poderá resultar na atração e promoção de novas fixações populacionais. Neste sentido, e evocando o trabalho de LEFEBVRE (1999), o rural representado no contexto dos atores políticos não traduz o rural vivido por este conjunto de atores.

Para além destas entradas, os territórios rurais de baixa densidade são ainda cenário de outros fluxos com a mesma direção, no entanto de presenças mais curtas e fugazes, quase numa lógica de circulação contínua. Aqui, por um lado, destacam-se os fluxos de ordem económica, associados à compra e distribuição de bens. Distinguem-se os que se deslocam para vender os seus produtos aos comerciantes locais (distribuidores), daqueles que se deslocam ao produtor (produtos agrícola, silvícolas e pecuários) para adquirirem produtos que posteriormente venderão no seu estabelecimento (comerciantes) ou a comerciantes de outras regiões (distribuidores). Há ainda, com frequência, casos de vendedores ambulantes, que com

maior ou menor periodicidade se deslocam a estes territórios para abastecer a população local, por norma de produtos de mercearia.

A outra situação, não menos vulgar, mas talvez mais reconhecida, é a protagonizada pelos fluxos turísticos. As alterações dos valores da sociedade atual, com destaque para a “crescente valorização do património natural e cultural, a maior consciencialização para o ambiente e para uma vida saudável, a procura de locais que proporcionem paz e tranquilidade, a procura de autenticidade e o crescente interesse pelas actividades recreativas e desportivas ao ar livre” (OCDE, 1994 *apud* MESQUITA, 2010:5) permitiu a afirmação dos espaços de baixa densidade de matriz rural no contexto das ofertas turísticas. Em parte, a busca de um turismo alternativo à massificação de algumas práticas – *Sea, Sun and Sand* – valorizador da baixa densidade e da pequena escala.

É verdade que “as áreas rurais possuem um potencial em termos de recursos naturais e culturais que, sendo preservados e aproveitados de forma sustentável, podem contribuir para a sua revalorização” (MESQUITA, 2010:4) enquanto “tanto a nível local ou regional, como à escala nacional e, mesmo, mundial, o turismo desempenha um importante papel enquanto gerador de riqueza e enquanto fenómeno capaz de contribuir para o desenvolvimento, através do aproveitamento de recursos endógenos” (CUNHA, 1995:129).

Aqui, surge-nos o espaço rural como espaço património e espaço de preservação. A sua associação a elementos constitutivos heterogéneos – espaço físico e natural, modos de existência material, organização social, saberes técnicos e simbólicos, formas de comunicação – define uma autenticidade, raridade e identidade que potenciam a sua associação a uma imagem individual. E é por essa representação que, com frequência, os territórios rurais ganham visibilidade e captam visitantes. Mais concretamente as ações de *marketing* territorial permitem, com regularidade, a afirmação de um determinado espaço rural pelas suas qualidades/produtos endógenos, em geral pela geminação de um produto individualizado ao espaço (CARVALHO, 2009).

A diversidade de espaços, com as suas singularidades e contextos geográficos, a par da multiplicidade de perfis dos turistas que os procuram, repercute-se na variedade de atividades aí desenvolvidas. O conceito de turismo rural, introduzido de forma legal nos anos 1970/1980, torna-se ambíguo e por isso, mais que o turismo rural existem várias modalidades turísticas que têm como cenário base estes espaços. Enquadramos aqui, ressaltando a possibilidade de esquecimento pelo amplo leque de ofertas e sua constante inovação e atualização, mas também pela falta de consenso nas suas definições: na sua conceção

tradicional e legalmente documentada, o turismo em espaço rural,¹³ turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais, parques de campismo rurais;¹⁴ na sua vertente mais ecológica e de contacto com a natureza, o turismo de natureza, o ecoturismo, o turismo aventura (mas também o turismo desportivo na sua conceção mais ampla), o turismo de montanha (em casos em que a área rural se localiza em ambiente de montanha) e o turismo de passeio pedestre; o turismo cultural ou *touring* cultural e paisagístico aquando da perceção dos espaços rurais como áreas de preservação e memória; e o turismo de saúde e bem-estar.

Estas entradas, mais ou menos cíclicas, apresentam-se como potenciais fatores de promoção, valorização e desenvolvimento locais. Em primeiro lugar a divulgação dos espaços, quer através dos produtos comercializados, quer pelo passa-palavra dos turistas/visitantes. Depois o movimento económico gerado pelas trocas desenvolvidas durante as presenças nestes territórios e a possibilidade de novos investimentos.

No caso concreto das atividades turísticas, o seu reconhecimento como forma de sustentação do desenvolvimento local foi já traduzido em alguns documentos reguladores relativos às políticas e planos sectoriais:

O PNPT (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território) realça o desenvolvimento de iniciativas turísticas nos espaços rurais, nomeadamente nos mais periféricos, como forma a sustentar o desenvolvimento, tirando partido do património cultural e natural destes espaços. O PENT (Plano Estratégico Nacional de Turismo) também classifica de estratégicos alguns produtos que tendencialmente se localizam nos territórios rurais como o turismo de natureza, o turismo de saúde e o *cultural touring*. O PENDR (Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural) também encoraja a realização de investimentos turísticos nestes territórios como forma de diversificar a economia dos espaços rurais (FONSECA & RAMOS, 2009:35).

Contudo, estas dinâmicas apresentam-se de forma dúbia, isto porque a ocorrência destas entradas está estritamente ligada à atratividade do lugar por meio da existência de serviços e equipamentos que o potenciem. Ou seja, a não existência quer de produtores, quer de comerciantes (no primeiro caso de análise) nem de equipamentos e serviços de hotelaria e restauração, ou pelo menos uma certa estruturação e monitorização dos recursos locais com potencialidade turística (no segundo caso), dificultará a ocorrência destes movimentos. Por

¹³ Decreto-Lei nº 54/02 de 11 de março.

¹⁴ Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de março.

outro lado, estas dinâmicas, embora cíclicas, fugazes e com frequência sazonais, possibilitam o aumento da atratividade do local e quiçá um maior investimento no mesmo.

Por fim, referimo-nos aos proprietários e agentes de governo externo. Quase nunca presentes nos espaços de baixa densidade de matriz rural, estes, pelo seu poder (económico, político e social) constituem-se como atores de grande influência nas trajetórias de desenvolvimento local. Por um lado, os investimentos produtivos e geradores de riqueza e dinâmicas positivas (e.g. abertura de empresas, criação de postos de trabalho, preservação do espaço) tal como as políticas de governação que primem pela integração e cooperação destes territórios, possibilitam a sua afirmação e reconversão económico-social. No entanto, se as intervenções destes atores forem nulas ou num sentido oposto ao atrás referido (como tem sido o caso das últimas políticas de atuação do Governo Nacional), continuar-se-á a pôr em causa a viabilidade e sustentabilidade destes territórios.

A questão aqui passa, também, pelo reconhecimento e contacto com a realidade local. Uma política de gestão e governação à distância dificulta essa perceção e a tomada de decisões coerentes e adequadas à criação de sinergias positivas. Tal permite-nos fazer o ponto de ligação para o próximo capítulo desta dissertação. A multiplicidade de atores intervenientes nestes territórios que temos vindo aqui a referir, os seus diferentes tempos de atuação, de permanência e de ausências, e respetivas relações com o “outro” e com outros territórios, traduzem-se em impactos diferenciados e na consequente criação de paisagens transgénicas e interesses de governança distintos. E nesta lógica é necessário repensar o modelo de desenvolvimento dos territórios rurais de baixa densidade.

3. GESTÃO TERRITORIAL NO CONTEXTO DAS NOVAS VISÕES DOS ESPAÇOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE

3.1. NOVAS GEOGRAFIAS E A NECESSIDADE DE REPENSAR O MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O percurso que tem vindo a ser desenvolvido tem traduzido a complexidade da abordagem aos espaços rurais de baixa densidade. Mais que visões esquemáticas e preestabelecidas, estes espaços mostram-se como realidades complexas, híbridas e de uma multiplicidade de elementos (e atores) de intervenção. Basicamente, uma tentativa de desconstrução e desmitificação de alguns dos epítetos que têm vindo a ser evocados para a sua caracterização, numa perspetiva de integração das diversas dimensões e abordagens até agora demonstradas de forma isolada.

Neste sentido, também as trajetórias e os modelos de desenvolvimento devem ser discutidos e repensados. Mais que uma análise teórico-metodológica da evolução do conceito e do processo de desenvolvimento, partiremos da abordagem ao paradigma territorialista e ao conceito de desenvolvimento local para a apresentação e discussão das nossas ideias.

O modelo de desenvolvimento territorialista, surgido na década de 1970, veio enfatizar a necessidade de adaptar a *praxis* desenvolvimentista às realidades locais. Nesta lógica, as trajetórias de desenvolvimento decorreriam da(s) condição(ões) do lugar – suas características históricas, culturais, sociais, económicas, ambientais e institucionais (FERNANDES, 2012). Neste sentido, colocar-se-ia em causa o modelo seguidista anterior, na medida em que “os territórios e as populações podem seguir várias linhas de promoção do desenvolvimento”, e “a estratégia de desenvolvimento num lugar, poderá não ser aplicável a outro” (*idem*, 2003:234-235). Ao mesmo tempo, enfatiza-se a importância da população de ação local, quer como promotora de desenvolvimento (parte integrante de todo o procedimento, desde o diagnóstico à avaliação), quer como beneficiária última dos resultados destes processos. Estamos então perante uma lógica *bottom-up* que, no sentido das características pós-modernas atrás mencionadas, evidencia o individual face ao coletivo, o local face ao global, e o alternativo face ao dominante, a par da negação de um mundo fixo e imutável (*idem*, 2012) (Fig. 23).

Este paradigma tem inerente uma nova representação do espaço – o espaço-território – no sentido de um espaço apropriado no qual se formulam estratégias baseadas na solidariedade existente a nível local. Nesta lógica, ao contrário dos resultados conseguidos

pela análise nacional, foram identificados fenómenos (económicos, sociais, políticos, culturais) antes encobertos e ignorados ou vistos como entraves à nacionalização do espaço (VEIGA, 2005). Assim se enquadra o conceito de desenvolvimento local, entendido como um processo de melhoramento das condições dos territórios e populações, que compreende a ação de atores individuais e institucionais, partilha de responsabilidades e negociações e confronto de ideologias (CARVALHO, 2009). Um processo em que a associação de iniciativas locais e incentivos externos conduz à realização de projetos indutores de progresso (REIS & LIMA, 1998).

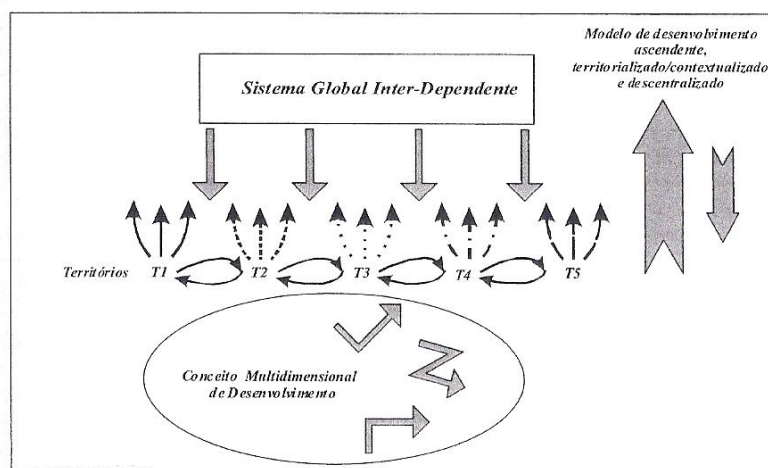


Fig. 23 – Modelo territorialista de desenvolvimento
Fonte: FERNANDES (2012)

Neste sentido, CARNEY (2002) apresenta um modelo de desenvolvimento assente na promoção e valorização dos recursos locais. Numa lógica de competitividade pela diferenciação e individualização, pela existência de elementos (mais ou menos) identitários, este modelo tem no conhecimento da realidade local e na microescala a sua concretização. Com base no capital local disponível, pretende avaliar quais os anseios dos atores de intervenção local, partindo daí para a definição e formas de implementação das estratégias para alcançar tais aspirações. Ao mesmo tempo, e de forma recíproca são ponderados os fatores de oportunidade e de vulnerabilidade do local, que em conjunto com as políticas e atores externos poderão alterar o rumo das opções de desenvolvimento (Fig. 24).

Assim, este modelo apresenta-se: centrado na dimensão humana, pela interpretação dos seus modos de organização e formas de vida quotidiana; participativo e promotor de parcerias, em que os atores locais devem ser a chave de todo o processo, e haja uma colaboração entre o sector público e o privado; de desenvolvimento multiescalar, de forma a perceber a aplicabilidade das políticas à escala local e ao mesmo tempo integrar as melhores

opções pela avaliação da resiliência e competitividade face a uma escala mais ampla; sustentável em todas as suas dimensões (económica, social, demográfica, ambiental); e dinâmico, pela capacidade de adaptação às mudanças locais e globais, aos interesses e posições dos atores, mas sobretudo que permita uma programação e definição estratégica a médio/longo prazo.

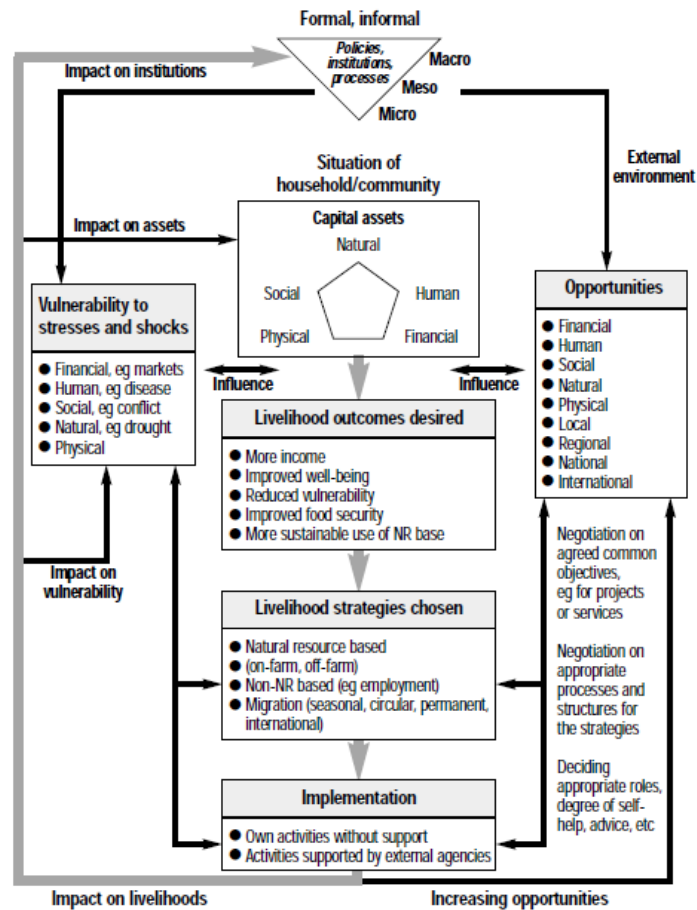


Fig. 24 – Modelo baseado na valorização dos recursos endógenos para o desenvolvimento
 Fonte: CARNEY (2002)

É, então, uma visão que põe de parte a ideia de dotação do lugar com aquilo que não tem e que existe noutros, valorizando o que existe naquele sítio. Tenta, deste modo, responder a questões como: O que o lugar tem? O que se quer fazer com esse capital? O que diferencia este lugar dos restantes? Quais as estratégias? Que oportunidades? Que constrangimentos?

Nesta lógica, evidenciam-se duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, uma abordagem territorialista de desenvolvimento implica uma análise ao lugar que exclua a sua referência como um ponto isolado. É a lógica multiescalar atrás referida: um lugar integra-se relacionadamente em diferentes escalas e é, por isso, resultado desse exercício. Aqui, o geógrafo adquire uma importância fulcral pela sua capacidade de análise da paisagem e

habilidade no trabalho de agregação e separação de diferentes níveis espaciais. Acresce ainda o facto de esta análise da paisagem ter como elemento relevante a perceção e estudo das territorialidades dos diferentes atores envolvidos no lugar e respetivos graus de filiação. Por outro lado, verifica-se a necessidade de uma educação para o território, a sua capacidade de interpretação e análise da evolução da paisagem, mas também a consciencialização do não isolamento do espaço. Técnicos, atores de governação, decisores locais, mas com maior importância a população em geral, devem capacitar-se destas valências para uma melhor colaboração nos processos de desenvolvimento.

Em segundo lugar, e na lógica do modelo de CARNEY (*ibidem*), o espaço deve ser entendido como um fornecedor de múltiplas opções e, neste sentido, o processo de desenvolvimento passa pela liberdade de escolha entre essa diversidade de caminhos, ou seja, conjunto de oportunidades. A questão que se coloca prende-se com a potencialidade de os espaços rurais serem, ou não, capazes de oferecer um leque de opções que os torne num espaço de oportunidades.

Quando procedemos à análise da aplicação territorial destes modelos no contexto nacional, apercebemo-nos que a sua prática é ainda recente, pouco eficiente e a sua abrangência territorial reduzida. O quantitativo de programas e ações políticas de desenvolvimento, apesar da sua aparente descentralização (e.g. Programas Operacionais Regionais, Agendas 21 Locais), parte, de forma recorrente, de um conjunto de diretivas de âmbito nacional (ou supranacional), não raras vezes traduzidas à letra para os contextos territoriais de maior escala. A par disso, a falta de envolvimento dos atores locais na definição das trajetórias de desenvolvimento, seja pela sua não auscultação, mas também pela fraca predisposição dos mesmos para este tipo de intervenções de cidadania. É então fulcral a educação e sensibilização da população em geral, e dos atores locais em particular, para o seu interesse e participação nos processos de desenvolvimento.

Nestes novos contextos, educa-se para a cidadania [do território] e para a participação activa, consciente e crítica. Exigem-se cidadãos preparados para as mudanças e para a intervenção nessas dinâmicas de mudança. Educa-se para o estímulo da curiosidade e da acção num mundo em crise onde permanentemente se colocam problemas novos e se exigem às populações novos desafios e uma crescente permeabilidade (QUINTANILHA, 2002 *apud* FERNANDES, 2012:53).

Por outro lado, tem-se assistido a um esgotamento nos modelos clássicos de transferência de capital. E centrando-nos em quatro eixos fundamentais, destacamos: a

virtualidade do capital financeiro e respetivas transações, que se tem repercutido na sua difícil gestão e consecutivas crises económico-financeiras, o que releva a constante adaptação dos territórios a fatores externos de competitividade e resiliência a situações de crise, cada vez mais amplos e de escala global; a difusão acelerada dos elementos socioculturais, incrementada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, com destaque para as plataformas digitais, que se traduz num capital social híbrido e em constante mutação; a descentralização do capital intelectual, quer pela dispersão dos seus elementos físicos (e.g. Instituições de Ensino Superior), quer pela criação de redes de transmissão de conhecimento e inovação, pelas parcerias entre centros de ensino e/ou científicos e empresas; a falência dos modelos de desenvolvimento territoriais, com a incapacidade do Governo Central para esbater as assimetrias, recentemente esboçada nas políticas de concentração e retração de investimentos, resultado de décadas de governação *top-down*.

A questão que aqui se coloca prende-se com a capacidade dos territórios de baixa densidade de matriz rural se adaptarem a estas alterações consecutivas e serem capazes de conduzir o seu próprio processo de mudança. Verificar-se-á um reforço positivo das suas trajetórias de desenvolvimento? Ou pelo contrário, perderão estes territórios capacidade competitiva pela impotência de afirmação num contexto cada vez mais alargado e dinâmico?

A criação de vantagens competitivas nestes territórios passará pela adoção de um novo método para a definição das políticas de desenvolvimento, em que o contacto direto com as realidades locais, na lógica de uma política de proximidade, deve ser o pilar central. Estas novas lógicas de desenvolvimento deverão passar também pela multifuncionalidade, a pluriatividade, a transversalidade e a interconectividade, no sentido de ativar uma economia baseada em quatro pilares fundamentais: o ordenamento e a conservação de recursos, a inovação e o conhecimento, a produção e o consumo, o recreio e o lazer – “conservar recursos escassos, acrescentar valor a atividades tradicionais, criar produtos novos e recrear as amenidades” (COVAS, 2006:107-108).

Nesta lógica, FERRÃO (1999 *apud* SILVA *et al*, 2010) aborda o desenvolvimento rural integrado como um processo de melhoria da qualidade de vida das populações rurais, organizado conforme a base de recursos endógenos daquele espaço concreto e orientado para um desenvolvimento de base espacial e uma promoção da competitividade, coesão social e sustentabilidade do território no seu conjunto.

Aqui revela-se a importância da participação comunitária, da responsabilização local e da criação de instrumentos inovadores de relações públicas. Assim, o desenvolvimento deverá ser um processo comunicacional (FERNANDES, 2012) na medida em que deve

concorrer para o estabelecimento de redes, a articulação de escalas e o envolvimento de atores (SILVA *et al*, 2010). VEIGA (2005), de acordo com Cooke & Morgan, refere-se à formação de redes como forma de alocação de recursos alternativa às do Estado (hierarquia) e do mercado (anarquia), privilegiando a associação e a cooperação face à decisão administrativa e à concorrência. Então, o conhecimento dos fluxos e das redes abordadas no capítulo anterior desta dissertação torna-se fundamental e uma mais-valia nas trajetórias de desenvolvimento. Tal traduz-se em três dimensões:

A primeira dimensão relaciona-se com a necessidade de integração vertical, traduzida na articulação da estratégia para os territórios de baixa densidade com as políticas e objectivos definidos para a região e país, considerando a diluição das fronteiras e a necessidade de introduzir a ideia de “*continuum territorial*”. A integração horizontal manifesta-se através da capacitação das forças vivas locais, com promoção da participação e co-responsabilização dos parceiros públicos e privados. A terceira linha de integração é sectorial, ou seja evidencia-se através da produção de estratégias que contemplem os diferentes temas e problemas, dando respostas equilibradas que considerem as necessidades de diferentes âmbitos (económico, social, ambiental, cultural, governação) (SILVA *et al*, 2010:3).

Também GRANOVETTER (1983) nos apresenta esta lógica quando aborda a teoria dos “laços fracos” e dos “laços fortes”. A relação social e, em consequência, territorial deve ser ampla e por isso menos confinada.

Os “Laços Fracos” são fundamentais para a disseminação da inovação, por serem redes constituídas de indivíduos com experiências e formações diversas. Nas redes de “Laços Fortes” há uma identidade comum, as dinâmicas geradas nessas interações não se estendem além dos *clusters*, por isso mesmo, nas referidas redes procuramos referências para a tomada de decisão; são relações com alto nível de credibilidade e influência. [...] os indivíduos com os quais temos relações de “Laços Fracos” são importantes porque nos conectam com vários outros grupos, rompendo a configuração de “ilhas isoladas” dos *clusters* e assumindo a configuração de rede social (KAUFMAN, 2012:208-209).

Contudo, para que os indivíduos aceitem estas inovações são necessários sentimentos de confiança e identificação, o que nos remete para a rede de “laços fortes” (*idem, ibidem*). Neste sentido, estas relações devem basear-se num equilíbrio entre os designados “laços fortes” e “laços fracos”. Isto é, dentro de cada território, deve existir uma estrutura forte de confiança e sentido de pertença, mas tão adaptável e flexível ao ponto de que, entre as diferentes partes, sejam possíveis os fluxos de informação e diferentes tipos de capital, para

que se promova a inovação dentro desse mesmo grupo de atores. Em simultâneo, cada um destes grupos deve apresentar uma fronteira permeável que permita as relações com os restantes atores intervenientes no território, na ótica da promoção de estratégias concertadas e coesas. Estas são relações biunívocas, implicando uma afetação nos dois polos de relacionamento, não podendo os territórios rurais apresentar-se como sistemas fechados.

Estas premissas foram postas em prática pela primeira vez no território nacional com a abordagem LEADER – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. Iniciada na década de 1990 com o Programa LEADER I, e decorridas duas outras fases de intervenção (LEADER II 1994-1999; LEADER+ 2000-2006), esta é ainda hoje considerada uma das iniciativas (comunitárias) mais inovadoras, exatamente pela aplicação da lógica de governança atrás descrita. Pelos seus princípios, objetivos, estratégias e metodologias,

O LEADER apresenta-se como um programa preocupado com a acção integrada para o desenvolvimento de regiões essencialmente rurais, onde o seu perfil integrador de políticas, actores, acções e projectos locais; a sua abordagem de desenvolvimento endógeno ou de baixo para cima; bem como a sua orientação no sentido de garantir a valorização do conhecimento e autonomia locais, aparece como um importante conjunto de princípios e orientações gerais para o desenvolvimento rural integrado (HENRIQUES, 2010:736).

De facto, a sua filosofia, assente numa estratégia territorializada, associada a planos de desenvolvimento local, à constituição de Grupos de Ação Local e à necessidade de criação de redes e parcerias, mas também de associações de desenvolvimento local, ansiava

Permitir aos agentes e territórios rurais valorizar as suas próprias potencialidades, contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural do meio rural, suscitar um espírito de cooperação entre municípios, freguesias e lugares, de modo a despertar solidariedades que reforcem o desenvolvimento das regiões, sensibilizar a população para a riqueza do património da região, responsabilizando-as pela sua preservação e valorização e criar hábitos de convívio entre a população local, favorecendo os contactos entre os residentes e os visitantes (DGADR, 2009 *apud* SILVA *et al*, 2010:8).

Neste sentido, afirmou-se a importância das populações locais, como conhecedoras dos seus territórios e capazes de identificar os seus recursos e atividades potenciadoras de oportunidades para os processos de desenvolvimento (SILVA *et al*, 2010). Na verdade, os atores locais possuem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar” pela prática e experiência social no contexto específico do seu entorno cultural e vivencial (MAIA *et al*, 2010:773).

Os resultados obtidos com esta iniciativa comunitária potenciaram a sua aplicação/transposição para outros instrumentos de desenvolvimento territorial. Ainda no decurso do programa LEADER, transparecia já a tentativa de aplicação da sua filosofia a instrumentos como o terceiro Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), na figura das Ações Integradas de Base Territorial. Em seguida, a sua metodologia foi transposta, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (2007-2013), para o Eixo 4 do Programa PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente), destacando-se ainda neste espaço de tempo o Programa PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos).

Quando analisamos a Estratégia Portugal 2020, percebemos que as premissas acima abordadas saem reforçadas. Em primeiro lugar, foca-se a potencialidade da adoção de uma abordagem integrada para o desenvolvimento territorial, bem como a utilização da escala local para a definição das estratégias. Em segundo lugar, evidencia-se a promoção de atuações concertadas que impliquem uma participação ativa dos atores de intervenção local e a criação de redes de parcerias para o desenvolvimento. Estas ideias concretizam-se em dois eixos: o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), que “visa especialmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo” e os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) / Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, que pretendem “promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, empenhados e mobilizados na concretização integrada de investimentos [...] assegurando a plena utilização dos recursos, das oportunidades e das potencialidades existentes” (PORTUGAL 2020, 2014:245,248).

Por fim, cabe-nos aqui dizer que a afirmação dos territórios rurais de baixa densidade passa pela equação estratégica destes lugares. E essa reflexão deverá ser promovida no sentido da cooperação e trabalho de parceira, com a finalidade máxima de construir um território coeso e continuado. Ao mesmo tempo, a baixa densidade começa a tornar-se uma vantagem comparativa face à saturação e ao congestionamento dos “territórios-modernos”. “O tempo e a distância deram lugar à informação, à inovação e à rede” e a economia de baixa densidade, embora a sua elevada “taxa de mortalidade” e a sua reduzida dimensão, espera continuamente por uma oportunidade que lhe aumente o valor específico e comercial (COVAS, 2006:114, 121).

Isto significa que estas áreas começam já a ser refletidas no contexto da sua valorização competitiva, e potenciadas por uma oferta diversificada (e.g. PME da indústria

transformadora, de produção agrícola, de serviços ambientais, turísticos) que aos poucos se vai instalando. Pretende-se, assim, que o território nacional promova um aumento das opções territoriais de vida, pela capacitação destas áreas no sentido de uma oferta que satisfaça as necessidades quotidianas de quem lá habita, mas também de quem visita e que consiga atrair novos atores e investidores, mas que sobretudo torne estes territórios espaços competitivos e resilientes.

Mais que isto, a criação de territórios de geodiversidade que, para além de alargarem as tais opções territoriais, permitam a captação, para um único espaço, de atores diversificados e de influência territorial múltipla, potenciando a criação de redes de (futura) cooperação. No entanto, a presença desta diversidade de atores traduz-se em usos diferenciados do espaço, que por sua vez, se repercutem em interesses distintos na e para aquela área. Esta diferenciação de interesses pode, pela coalescência num tempo, gerar potenciais conflitos pelo uso do espaço.

3.2. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PERANTE A MULTIPLICIDADE DE ATORES

A criação de matrizes de desenvolvimento assentes em territórios de bases (económicas, sociais, culturais, demográficas) diversificadas e compostas por atores múltiplos, apesar da sua potencialidade no sentido da criação de espaços competitivos, mas sobretudo resilientes, porque multifuncionais e relacionalmente densos, leva-nos a uma nova discussão: a potencialidade de conflitos.

Como já referimos, ao abordarmos os espaços de baixa densidade de matriz rural no contexto dos espaços de fluxos, estamos a interpretá-los como espaços abertos, móveis e flexíveis, onde a multiplicidade de atores locais e as relações com o “outro” (pessoal ou geográfico) potenciam a criação de redes de influência territorial diversa. Como resultado a concentração num mesmo espaço de um conjunto distinto de redes-territoriais individuais, de dimensão e complexidade diferenciada. Aqui as territorialidades podem ser mais confinadas ou mais globais, conforme a abertura do indivíduo ao “outro” (cf. Ponto 2.1.). Ao mesmo tempo, cada ator apresenta um interesse distinto face ao(s) território(s) que frequenta (e.g. função habitação, função produção, função rendimento), podendo ser a sua coexistência conflituosa.

Num pequeno exercício reflexivo, encontramos representações do rural como espaço de conflito (FERNANDES, 2012). Desde logo, o eterno conflito do Homem com a natureza, na sua labuta para vencer os *handicaps* físicos ao trabalho da terra e à sua rentabilidade produtiva. Depois, o conflito ideológico patente nas lutas de classe entre o campesinato e os “grandes senhores”; ou as guerras inerentes à delimitação das propriedades e aos direitos sobre as mesmas, de que são exemplo as questões associadas aos baldios e respetiva nacionalização. Mas também os conflitos inerentes à representação do rural como espaço de riscos. Os incêndios florestais, a criação de lixeiras, a exploração de pedreiras ou mesmo as situações de seca e/ou cheias, são exemplos de fatores que quase sempre geram discórdia e choque de interesses entre proprietários, técnicos, poder local, investidores e empresários.

De forma esquemática podemos referir, e a título de exemplo, três categorias de conflito: os conflitos clássicos que colocam em confronto atores rurais, de que são exemplo o conflito pela água, a luta pelo muro que divide as propriedades, ou os interesses distintos entre o agricultor (pela área de cultivo) e o pastor (pela área de pasto); os conflitos resultantes da multifuncionalidade protagonizados por atores rurais e atores urbanos (e.g. o proprietário rural e o caçador ou o turista, mas também um proprietário urbano ausente a maior parte do ano e um dos atores anteriores; a comunidade local e a pedreira); e os conflitos de natureza ecológica entre atores rurais e urbanos (e.g. a cultura intensiva e a preservação da biodiversidade) ou entre atores urbanos (e.g. a construção de rodovias em áreas de valor natural).

No contexto da gestão territorial, importa fazer a reflexão do modo como as múltiplas territorialidades e interesses se articulam. Neste sentido, sugerimos, e não o fazendo de forma exaustiva, quatro cenários possíveis:

1) Territorialidades e interesses coincidentes: mais frequentes em situações de territorialidades mais confinadas e territórios de superfícies reduzidas, um pouco na lógica dos “laços fortes” atrás abordada. Imaginem-se dois atores, de mobilidade reduzida pela idade avançada, que vivendo num pequeno lugar rural, restringem o seu quotidiano à rua em que se localiza a sua habitação. Aí, ambos têm como objetivo a função residência e a satisfação das necessidades básicas (e.g. aquisição de bens de primeira necessidade).

2) Territorialidades coincidentes e interesses diversos: neste caso podemos encontrar duas situações, uma de harmonia e uma de conflito. A primeira surge quando os interesses, apesar de dissemelhantes não se sobrepõem. É a situação em que, no território X, o Ator 1 vê o espaço como área de habitação e o Ator 2 como

área de negócio (e.g. mercearia), no entanto sem colocarem em causa a pretensão um do outro. No segundo caso, os interesses sobre o espaço colidem. Imaginemos que no exemplo anterior, o Ator 2, ao pretender expandir o seu negócio (e.g. aumentar a área de expositores exteriores) terá de ocupar parte da área que o Ator 1 utiliza como habitação (e.g. inviabilização de parte do arruamento de acesso à habitação), não querendo nenhum abdicar do seu espaço.

3) Territorialidades diversas e interesses coincidentes: um exemplo neste caso passa pela figura das Áreas Protegidas. Veja-se que o conjunto de atores que está inerente à sua instituição (e.g. Poder Central, ICNF, Rede Natura 2000, ARH, Técnicos de Ordenamento do Território) apresenta territórios de atuação diversificados, no entanto o seu interesse geral para aquela área específica é concordante – a preservação e conservação das características naturais e especificidades dos ecossistemas. Ressalve-se o facto de poderem existir pequenos conflitos resultantes de objetivos mais minuciosos de cada uma das partes.

4) Territorialidades e interesses diversos: Aqui surgem-nos três situações. Uma de harmonia por não existir contacto entre os territórios dos atores. É exemplo o Ator 1 que utiliza o território X como espaço de troca comercial (e.g. distribuidor de produtos alimentares), e o Ator 2 que utiliza o território Z como espaço de lazer. Numa segunda situação poderemos encontrar a inexistência de conflito pela não sobreposição dos interesses, apesar do contacto num mesmo espaço. Isto é, o Ator 1 e o Ator 2, com redes-territoriais individuais distintas encontram-se no momento t, no espaço Z, mas a utilização que fazem desse espaço (e.g. Ator 1 para negócio, Ator 2 para lazer) não implica a sujeição da pretensão do outro ator no local. Por fim, a existência de uma situação de conflito pela sobreposição dos interesses de atores com territórios-rede distintos, que se encontram no espaço Z, no tempo t. São exemplo os casos das servidões administrativas e restrições de utilidade pública relativas, por exemplo, às redes energéticas. O Ator 1 – habitante rural – vê-se privado da utilização de uma propriedade aquando da sua apropriação por parte do Ator 2 – REN (Rede Energética Nacional) – para a passagem de uma linha de alta tensão.

Estamos, então, perante um jogo de forças entre a harmonia e a concertação e, por outro lado, o conflito de interesses (Fig. 25).

A conflitualidade, e na continuidade do último exemplo acima referido, expressa-se também nos processos de desterritorialização – reterritorialização. Repare-se na perda de apropriação pelo confinamento espacial materializada nas situações de atravessamento de

localidades por vias rodoviárias reservadas a automóveis, a que se acrescenta a expropriação pela anexação do imóvel ao espaço público ou a restrições de utilidade pública. Ou então, na privação completa do território de filiação, materializada nas situações de desaparecimento de aldeias, inerente à construção de barragens, como são exemplo os casos de Vilarinho das Furnas (Serra do Gerês) e Aldeia da Luz (Alentejo). Aqui o valor simbólico do espaço é, talvez, o motivo maior da conflitualidade, pela destruição de elementos materializados dos sentidos de pertença (e.g. casas, igrejas).

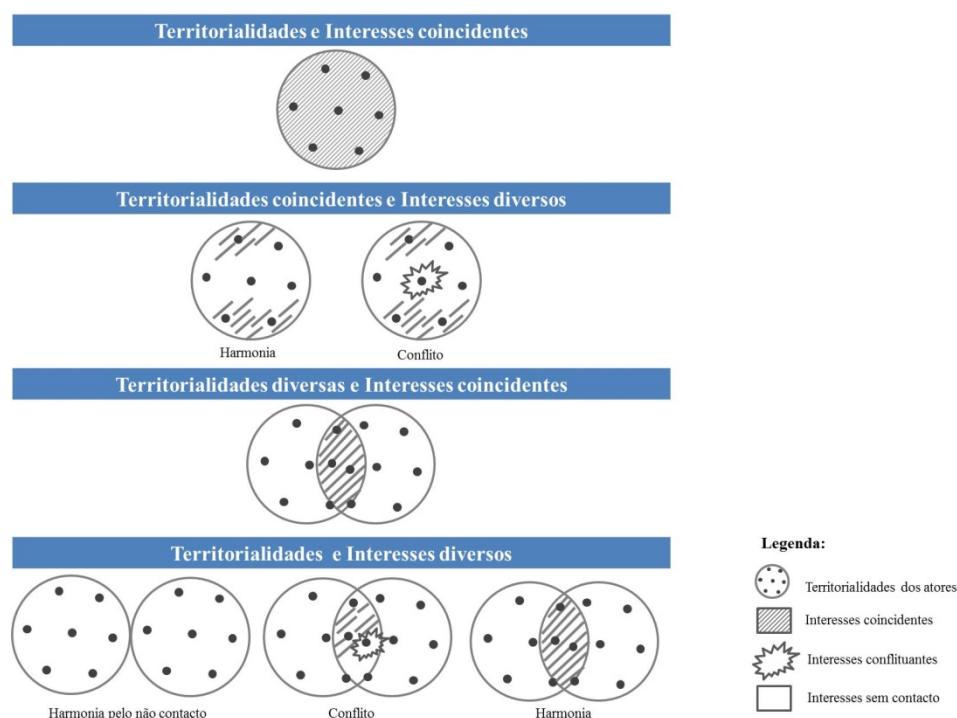


Fig. 25 – Territorialidades e interesses dos atores locais

A multiplicidade de funções que os espaços rurais (de baixa densidade) vão adquirindo, numa perspetiva sincrónica e diacrónica, levam-nos aqui a focar as questões da conflitualidade, também pela sua maior implicação nas trajetórias de desenvolvimento.

A par da sua carga funcional, muitas vezes múltipla, as áreas rurais (à semelhanças dos demais espaços) apresentam-se com uma forte carga simbólica, enquanto são alvo de diversas representações. Este hibridismo, que se repercute nas diferentes utilizações do espaço, caracteriza a sociedade atual, onde os valores naturais se têm de coadunar com os interesses políticos e económicos, mas sobretudo com a satisfação das necessidades individuais, que são cada vez mais exigentes e rebuscadas. O natural e o construído vão-se confundindo e o económico, o social e o cultural estão de forma evidente marcados na paisagem. Espaços de vida, de consumo, de circulação, lazer, cultura, conservação e

preservação, todos se misturam pela sua constante contiguidade e integração. Enquanto isto, o espaço é adulterado e a paisagem muda.¹⁵

Ora, num espaço mais híbrido e multifuncional, sobre o qual atuam diferentes agentes torna-se difícil gerir todos os interesses. Para além disso, num momento em que o planeamento territorial se quer estratégico e participativo, “a disputa do poder pelo território multiplica-se numa teia de interesses, de competências administrativas e de dependências funcionais”. De facto, “as disputas sobre as economias do território continuam com novas equações de interesses e de poderes mais subtis e complexos. O direito ao território continua a ser uma questão social chave, a impor-se nas agendas políticas” (PARDAL, 2006:25,31). Na verdade, o ordenamento do território e a gestão territorial apresentam-se como tarefas ou funções públicas mas que ao mesmo tempo são de titularidade partilhada. Para além do Estado, considerando aqui as diversas descentralizações e o reconhecimento da escala local como uma das mais adequadas para esta gestão, existe um conjunto de entidades de interdependência recíproca, e ainda uma forte intervenção dos privados, na medida em que são, na maioria dos casos, as intervenções da sua iniciativa que levam a transformações mais relevantes no espaço (OLIVEIRA, 2012).

Este jogo de interesses entre o público e o privado, o individual e o coletivo leva-nos a considerar o ordenamento territorial como elemento-chave de mediação nestes conflitos. “O direito de estar no mundo, de ocupar um espaço para habitar, para trabalhar, assim como o direito à liberdade de circulação e de viver em comunidade são valores civilizacionais cuja garantia e materialização dependem, cada vez mais, das políticas de ordenamento do território” (PARDAL, 2006:26).

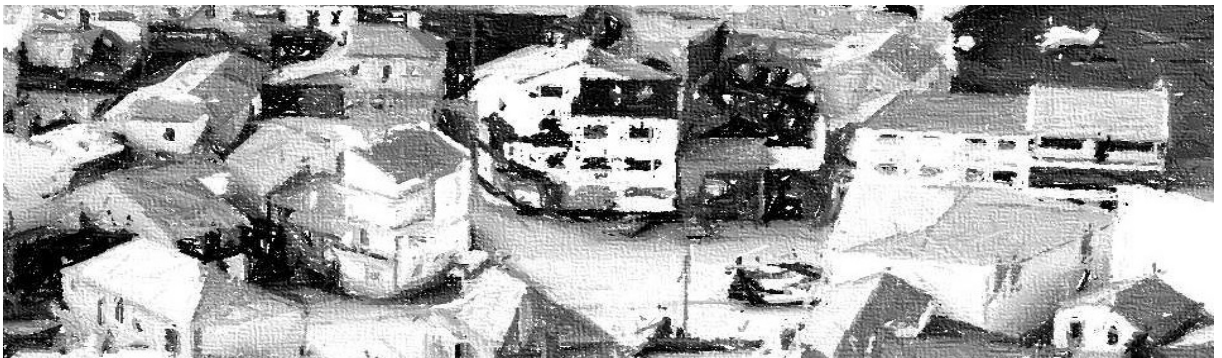
Todavia, os domínios do ordenamento do território e da gestão territorial são aqueles onde mais se revelam as dificuldades resultantes da interferência de diferentes entidades. É, então, fundamental repensar a organização administrativa tradicional, de forma a garantir decisões globais, eficazes e coerentes que concernem quer a estrutura interna das diversas entidades, quer as relações entre elas. Assim, pretendem-se alcançar políticas territoriais articuladas entre si, pela potenciação de fórmulas conjuntas e mistas de elaboração de instrumentos de planeamento do território através das ideias força de coordenação de interesses conflitantes, de cooperação e de contratualização. Ao mesmo tempo devem ser integrados os privados na definição e concretização das políticas de ordenamento do território,

¹⁵ Veja-se, a título de exemplo, o aumento das áreas artificializadas e das áreas de floresta nas últimas duas décadas e a perda de importância de outros usos do solo no trabalho de CAETANO *et al* (2005).

desde a participação procedimental à concertação de interesses, pela contratualização para o planeamento e execução de planos (OLIVEIRA, 2012).

Seguiremos agora para a aplicação empírica do percurso teórico atrás desenvolvido. Partindo de uma área rural de baixa densidade de posição fronteira, tentaremos apresentar aqui algumas conclusões sobre a abordagem destes territórios como espaços de fluxos, a sua integração em redes e respetivas implicações ao nível da paisagem e da gestão territorial. Mais especificamente tentaremos descortinar a possibilidade da reconversão destes territórios pelo aumento das suas densidades. Continuarão estes espaços a apresentar um encravamento estrutural? Conseguirão reverter o seu ciclo de decadência? Permanecerão como espaços de ausências perpetuadas no tempo ou haverá uma esperança no sentido do aumento dos tempos de presença nestes territórios?

PARTE II | Fois: Mobilidades, Redes e Mudanças



1. FOIOS: FINISTERRA, ESTREMADURA, RAIA

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Se evocarmos os três substantivos utilizados no título deste capítulo, iniciamos uma viagem pela caracterização da nossa área de estudo, na qual a geografia (o sítio e a posição) se assume como elemento estruturante do território e do seu percurso. Do latim *finis terrae*, “finisterra” surge-nos como a “extremidade da terra, ponta ou cabo que termina uma região, ou parte conhecida de uma região” (INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA, 2001:1755 - vol. I), o que nos remete para a noção de limite ou confim.

Também o significado de “estremadura” nos leva a esta ideia ao abordar “uma linha de demarcação de uma região ou de um país”, ou definindo-a como uma região que fica no extremo de um país (*idem, ibidem*:1598 - vol. I). Encaminha-nos, então, para o conceito de espaço raiano, isto é, aquele que é relativo à raia, sendo a raia “o limite de uma circunscrição territorial”, ou seja, a fronteira (*idem, ibidem*: 3069 - vol. II).

Da mesma forma, um percurso idêntico por um conjunto de enciclopédias e dicionários de geografia humana, nos remete para as questões do limite – “*frontier*” – (GREGORY *et al* [ed.],2009) e da separação ou divisão – “*boundary*” – (PITZL, 2004). No entanto, a ideia de divisão territorial afeta a uma soberania política pode ser questionável quando analisamos o conceito de “*frontier*” abordado por JOHNSTON *et al* (ed.) (1983). Ao referir-se à fronteira como uma área à margem de um território integrado, põe em causa a territorialidade nacional como um todo homogéneo e coeso, direcionando-se para as fronteiras intranacionais e as questões da centralidade e da marginalidade. Neste sentido, um espaço de fronteira seria um espaço de maior marginalidade, interligando-se aqui o conceito de estremadura. Na lógica de SANTOS *et al* (org.) (1998) estamos perante a ideia de um espaço fragmentado, resultado de uma geografia das desigualdades, potenciada pela integração dos lugares num sistema global, que se reflete numa maior exigência competitiva.

Situada no extremo Sudeste do concelho de Sabugal, a freguesia de Foios surge-nos como um espaço de fronteira. Fronteira administrativa, sobretudo entre os países ibéricos, mas, de certo modo, também entre os concelhos de Sabugal e Penamacor e as NUT III Beira Interior Norte e Beira Interior Sul (Fig. 26). Ao mesmo tempo, assume uma posição marcante no contexto da geografia física nacional, integrando o espaço em que se inicia a perda de autenticidade da Beira Transmontana para as terras mais meridionais (NUNES & JACINTO, 2011).

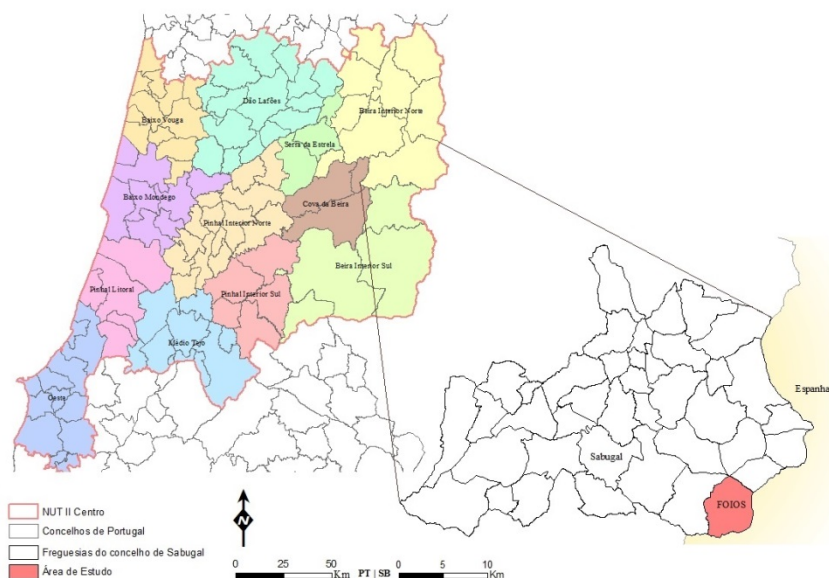


Fig. 26 – Localização da freguesia de Foios no contexto regional e sub-regional

Concentrando-nos em primeiro lugar na caracterização física da área de estudo, ressalve-se que Foios integra o limite meridional da designada Beira Transmontana. Aqui salientam-se dois aspetos fundamentais: a forma aplanada da Meseta e as grandes amplitudes térmicas anuais da Terra Fria. A Meseta surge-nos como “uma ampla superfície que se prolonga no território português desde Leste a partir do imenso Planalto de Castela” (CLAMOTE, 2011:5).

O seu estado de conservação junto à fronteira possibilita não só perceber a sua platitude quase perfeita, como também verificar uma nítida inclinação para Norte. Neste sentido, é na área de Sabugal, incluindo-se aqui Foios, que esta superfície atinge as maiores altitudes: cerca de 950 m no sopé da Serra da Malcata (BRUM FERREIRA, 1978). Por outro lado, é também nesta área que a Cordilheira espanhola penetra de forma confusa, através das Serras das Mesas e da Malcata, “numa série de relevos retalhados por vales fundos, pertencentes à bacia do Douro e à bacia do Tejo” (RIBEIRO, 1945 *apud* CLAMOTE, 2011:10). E é com estes dois acidentes que, de forma abrupta, a Meseta contacta com as superfícies mais baixas da Cova da Beira e de Castelo Branco, em que as características edafoclimáticas são também distintas, com a entrada na designada Terra Quente meridional, onde já transparecem as singularidades do “Além-Tejo”.

Quanto à freguesia de Foios, no âmbito hipsométrico, destacamos o facto de a altitude variar entre os cerca de 900 e os 1200 m, apresentando uma mutação quase gradual de Este para Oeste, traduzindo o perfil transversal do Rio Côa. De facto, percebemos um relevo mais acentuado no sector Sudeste da freguesia, correspondente à saliência da Serra das Mesas,

com a nascente do Côa e o seu percurso por um vale mais encaixado, que no sector Oeste da freguesia se começa a alargar (Fig. 27).

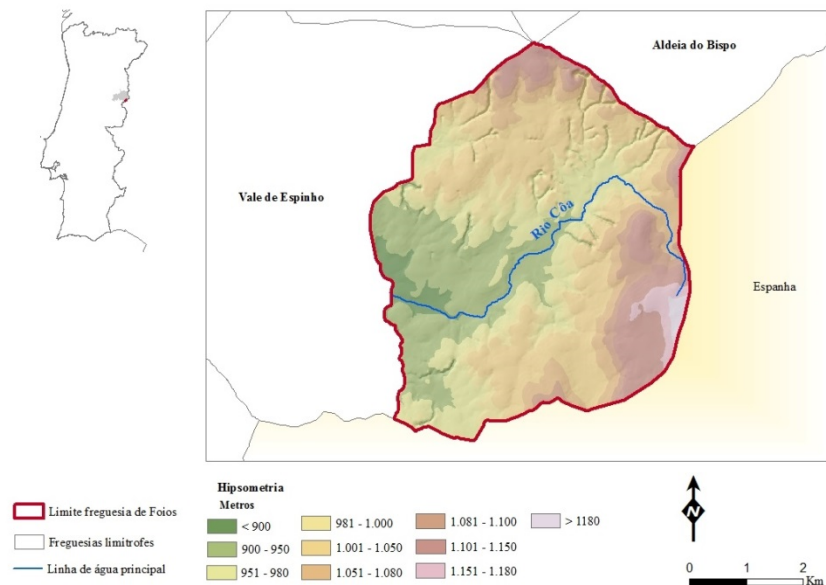


Fig. 27 – Hipsometria da freguesia de Foios
Fonte: Cartas Militares 227 e 238

Ao nível geológico, inserida do ponto de vista estrutural numa das grandes unidades da Península Ibérica, o Maciço Antigo, Foios sobressai por ser uma das poucas áreas da Beira Transmontana constituída por rochas do complexo xistograuváquico. A par destas, surgem pequenas manchas de rochas granitoides e no seu contacto orlas de metamorfismo, expressas em corneanas (NUNES, 2008).

Não querendo aqui desenvolver uma caracterização pormenorizada dos elementos físicos da nossa área de estudo, sugerindo a consulta de alguns trabalhos que o desenvolvem (GIRÃO, 1933; BRUM FERREIRA, 1978; RIBEIRO, 1995; LEMA & REBELO, 1996; NUNES, 2008; CLAMOTE, 2011), evidenciamos por último a rudeza associada a esta área.

O solo é mais escaldado e agreste, com vastas extensões cinzentas de rocha nua, onde os restolhos de centeio põem manchas claras, dispersas. Rareia o milho, o pinhal aparece em tufos esparsos, as culturas confinam-se aos vales, a população aglomera-se em aldeias enormes entre campos desertos. O robble é substituído pelo carvalho pardo da Beira ou pelo carvalho português que indicam um ar mais seco. A castanha e a batata, junto com o pão de centeio, entram em larga parte na alimentação. A terra, menos trabalhada pelo homem, perdeu o ar acolhedor e mostra expressão severa, retraída, [...]. Tudo é triste, despido, monótono. E na bacia do Côa, para mais, de uma segura desoladora. Parece haver aí um ilhéu de precipitações tão baixas como no Algarve litoral (à volta de 500 mm) (RIBEIRO, 1995:323).

Esta visão de Orlando Ribeiro, de uma “terra pobre, fria, nua, pardacenta, pouco povoada, carrancuda e de uma tristeza comunicativa” (*idem, ibidem*: 323), apesar de descrita em 1995, ainda é perceptível em alguns dos seus elementos quando nos deslocamos a Foios. No entanto, a mudança de paradigma, com o enfoque no capital territorial e na valorização ambiental como fator de preservação e reserva ecológica acarretaram novas abordagens para estes espaços.

Assim, Foios é também um espaço de riqueza e individualidade natural. Referimo-nos, em concreto, à dimensão e importância que adquirem a delimitação e classificação de áreas naturais, pela sua raridade e importância ambiental. Neste caso, a Reserva Natural da Serra da Malcata, cujo extremo Leste se integra ainda na freguesia, confere a esta área um estatuto de valorização e reconhecimento no âmbito da conservação da biodiversidade. Mais ainda quando percebemos que na sua génese está um trabalho de sensibilização e preservação do lince-ibérico (*Lynx pardinus*), uma espécie em perigo de extinção (ICNF, s.d.).

Se passarmos para a análise da situação e posição de Foios no contexto da geografia humana de Portugal, encaminhamo-nos para uma perspetiva de afastamento e condições adversas. De posição periférica aos centros de dinamismo e aos eixos de desenvolvimento, Foios aparece-nos como um espaço intersticial no contexto da estrutura do povoamento nacional (Fig. 28). O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território para 2007-2013 enquadra esta freguesia no contexto de uma área crítica nacional, que se estende por grande parte das NUT III de posição fronteiriça alargando-se a quase todo o território alentejano. Em causa, um conjunto de forças de atração/repulsão que colocam esta freguesia numa posição de encravamento e marginalidade.

A concentração em áreas restritas e de localização quase sempre litoral e urbana das atividades económicas competitivas, e conseqüente potencial mercado de trabalho e garantia de melhores condições de vida, potenciaram desde a década de 1960 a deslocação da população das áreas rurais para os centros urbanos, com maior ênfase para a procura dos espaços da faixa litoral entre Lisboa e Braga. Ora este “dinamismo muito diferenciado do crescimento do produto e da criação (destruição) de emprego nos vários setores e regiões, e aumento continuado e generalizado das expectativas sociais nos domínios das condições de trabalho, remunerações, níveis de vida e bem-estar material” (PNPOT, 2007:54), colocaram espaços, como Foios, numa situação de vulnerabilidade.

A falta de limiares mínimos de “utilizadores” inviabiliza os investimentos quer em infraestruturas, quer em serviços à população, mas sobretudo ao nível de atividades económicas geradoras de riqueza. Ao mesmo tempo, os poucos resistentes vão vendo as suas

atividades enfraquecidas e o encerramento é quase sempre a solução. Ficam os serviços e as infraestruturas básicas, muitas vezes descontinuados ao longo da semana e partilhados por outras localidades.

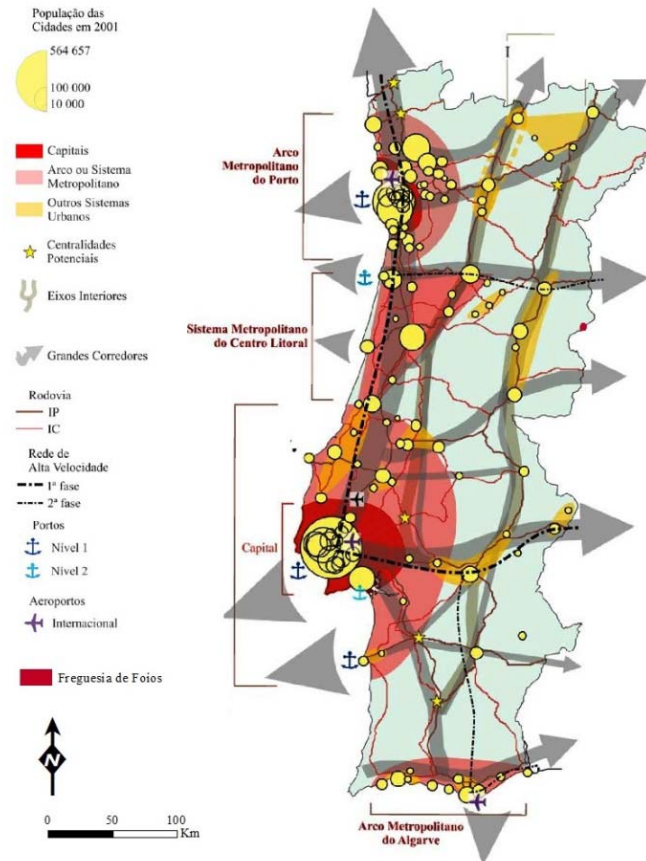


Fig. 28 – Foios no contexto do sistema de povoamento nacional
Fonte: Adaptado PNPT (2007)

Esta situação acarreta consigo a saída da população para a satisfação das suas necessidades, sejam de cariz laboral/profissional, sejam ao nível da obtenção de serviços como a educação ou o apoio à saúde. E mais uma vez, os polos de maior dinamismo vêem-se reforçados. No caso concreto da sub-região que Foios integra, destaca-se desde logo a força polarizadora da sede de concelho, Sabugal. Depois as cidades do eixo estruturante da Beira Interior: Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco.

Tendo em conta que Foios dista em média 72 km destes polos de concentração dinâmica, que se repercutem em 76 min. de viagem, sendo que a vila de Sabugal, o centro mais próximo, está a 22 km da freguesia e são necessários 30 min. para lá chegar, ficam perceptíveis os constrangimentos às opções de vida neste lugar. Tal torna-se ainda mais penoso quando percebemos que há certos serviços que só se conseguem adquirir nas áreas urbanas, como a Guarda, e que para isso os habitantes de Foios são obrigados a despende cerca de

duas horas nas viagens, num total de 104 km para percorrer. Tudo isto é também complicado pelo facto de a rede de transportes públicos ser deficitária, e não existirem alternativas ao transporte rodoviário.

Por tudo o que aqui foi descrito, percebemos que “a geografia, a interioridade e a fronteira pesam sobre este território, ditam dinâmicas sociais, económicas, culturais e ambientais” (NUNES & JACINTO, 2011:69).

Foios, pela sua posição fronteiriça, tem no seu ímpeto a abertura a outras gentes e culturas, espaços de passagem, de contacto em que as identidades se foram moldando a partir de múltiplos e complementares olhares. Esta predisposição para a criação de um espaço do mundo contrapõe-se à imagem criada pela sua posição no contexto nacional: área periférica, marginal, isolada, pouco acessível, pobre (*idem, ibidem*).

O encravamento físico, a incapacidade de adaptação e inovação económicas, os ciclos contínuos de ausências (saldos migratórios e naturais negativos), traduziram-se em baixas densidades e dinâmicas recessivas típicas de uma ruralidade profunda que alimentaram o sentimento de perda que envolve este território. Estados de espírito estereotipados, de uma autoestima depauperada, que incitam a um afastamento, mais psicológico que efetivo, dos territórios raianos aos centros de decisão e dinamismo, deixando encobertos os sinais positivos que ainda se manifestam (JACINTO, 2005).

Ao mesmo tempo, sinais imateriais da identidade local traçam uma realidade distinta: a das presenças, da tradição e da continuidade no tempo. O apego à terra repercute-se em regressos temporários para fazer cumprir as tradições locais e perpetuar o convívio, enquanto se divulgam elementos culturais ancestrais pelas gerações mais novas, mas também por um público-alvo distinto, potenciado pelas novas práticas em espaços rurais, com destaque para o lazer e o turismo.

1.2. POPULAÇÃO E TERRITÓRIO

A análise demográfica da freguesia de Foios, entre 1864 e 2011, transporta-nos para duas fases de evolução dissemelhantes: uma primeira de crescimento populacional, até 1950, e uma segunda de regressão demográfica, com início nesse mesmo ano e que perdura até à atualidade. De facto a posição favorável de Foios face aos valores relativos de crescimento sentidos em Portugal continental até à década de 50 do século XX, não voltou a ser alcançada até hoje. O contínuo crescimento populacional registado no continente, entre 1950 e 2011,

com o alcance dos 10 047 621 habitantes nesse último ano, correspondente a um aumento de 27%, não foi expresso de forma homogénea no território português.

Veja-se que de 1950 a 2011, e limitando-nos à análise da região e sub-região em que se integra a nossa área de estudo, quer a NUT II Centro, quer a NUT III Beira Interior Norte perderam população: no primeiro caso apenas 9%, no segundo 49%. Quando descemos ao nível concelhio, a situação agrava-se: o concelho de Sabugal neste período viu o seu efetivo populacional decrescer em 71%, tendo em 2011 um total de 12 544 habitantes (Fig. 29).

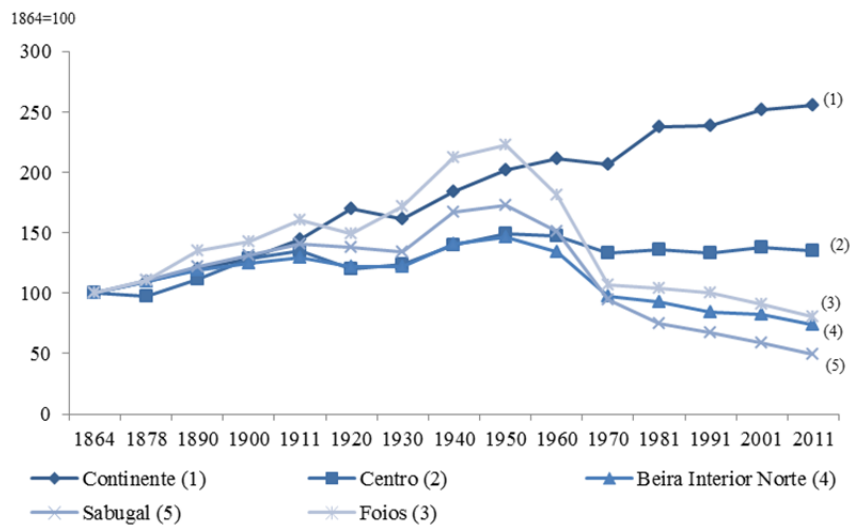


Fig. 29 – Evolução do efetivo populacional de 1864 a 2011: Foios no contexto nacional, regional e sub-regional

Fonte: Recenseamentos Gerais da População 1960 a 2011

As exceções a esta tendência regressiva são apenas verificadas em alguns dos concelhos onde se localizam as cidades estruturantes do eixo dinâmico da Beira Interior, que apesar de, em termos relativos, terem perdido população no período referido, desde a década de 1970 registaram um ligeiro acréscimo populacional (e.g. Guarda com um crescimento de 7% e Castelo Branco com um crescimento de 2%).

O crescimento populacional de Foios entre 1864 e 1950 reveste-se de um conjunto de fatores favoráveis com destaque para a importância da agropecuária no contexto das atividades económicas, o reflexo de um conjunto de políticas do Estado Novo (colonização interna) e a atividade informal potenciada pela posição fronteiriça – o contrabando (NUNES & JACINTO, 2011). Após atingir o seu máximo populacional na década de 50 do século XX, com um total de 1003 habitantes, Foios entra numa situação de regressão até à atualidade. Dessa década até 2011, a freguesia perdeu 64% do seu efetivo populacional, com destaque para o período entre 1950 e 1970, em que o decréscimo rondou os 52% (Fig. 30). Na base estão fatores como a perda de hegemonia da atividade agrícola, as políticas de urbanização e a

posterior abertura das fronteiras e consequente perda de riqueza pelo contrabando, que levaram a população à migração em direção às áreas urbanas, com destaque para a AML, mas também para outros países.

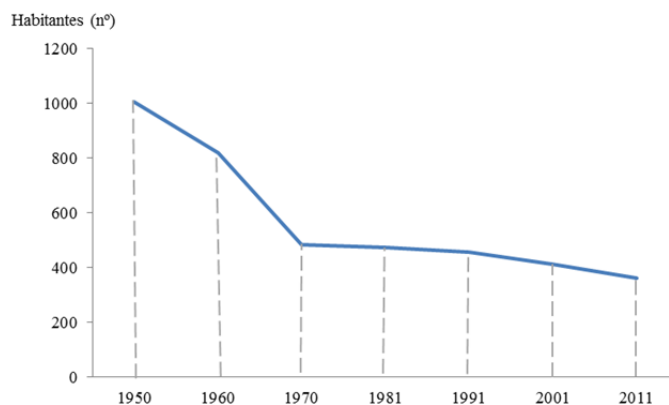


Fig. 30 – Evolução da população na freguesia de Foios, 1950 a 2011

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1960 a 2011

Como consequência, existe uma certa geografia das ausências que foi marcando a paisagem em dois percursos paralelos. Por um lado, o abandono traduzido no conjunto de habitações encerradas por longos períodos de tempo e na diminuição da área cultivada. Neste segundo caso, se analisarmos a variação do uso do solo com base na Carta Agrícola e Florestal de Portugal e o Corine Land Cover, comparando o período de pico populacional (década de 1950/60) e um período mais recente (2006), verificamos uma diminuição de aproximadamente 57% da área agrícola da freguesia e de 21% da área florestal que se repercutiram num aumento de 88% da área inculta (Fig. 31).

Sobressai ainda, a grande fragmentação espacial da freguesia na década de 1950/1960, com destaque para o sector Norte, em que as culturas anuais de sequeiro se conjugavam com soutos de castanheiros, áreas de pinheiro bravo e carvalhal, a par das culturas arvenses de regadio e das áreas de pastagens permanentes. Em 2006, esse sector apresenta uma maior homogeneidade, com predominância de áreas incultas, entrecortadas por florestas de resinosas e florestas mistas e espaços agroflorestais, com ênfase na produção de castanheiros. Tal demonstra a diminuição da prática agrícola e a opção pela extensificação da criação de gado (gráúdo).

Ainda pela análise desta cartografia percebemos um ligeiro aumento da área urbanizada, o que nos remete para o outro lado das transformações da paisagem: um incremento do espaço construído como que numa tentativa de perpetuar a presença no local de origem após a migração. Aqui, componentes de modernidade foram marcando a paisagem,

quer pelos materiais utilizados, quer pela introdução de elementos exógenos trazidos pelos migrantes, resultando numa certa miscigenação.

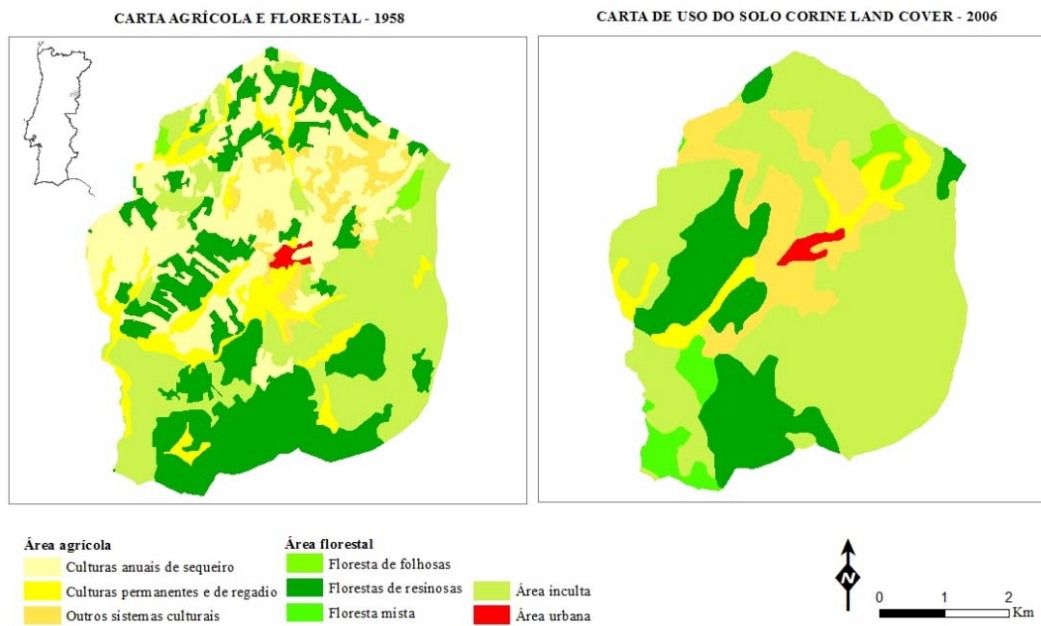


Fig. 31 – Alteração ao uso do solo: Carta Agrícola e Florestal e CLC 2006

Fonte: Carta Agrícola e Florestal e Corine Land Cover

No entanto, Foios apresenta uma posição favorável no contexto das freguesias do concelho de Sabugal, encontrando-se entre as 10 mais populosas no ano de 2011 (Fig. 32), e entre as 5 cuja variação populacional 1950-2011, apesar de negativa, foi menos penosa (Fig. 33). Esta posição afirma-se com maior evidência quando nos centramos apenas nas freguesias fronteiriças, tendo Foios o maior efetivo populacional e a menor perda de população (Quadro I).

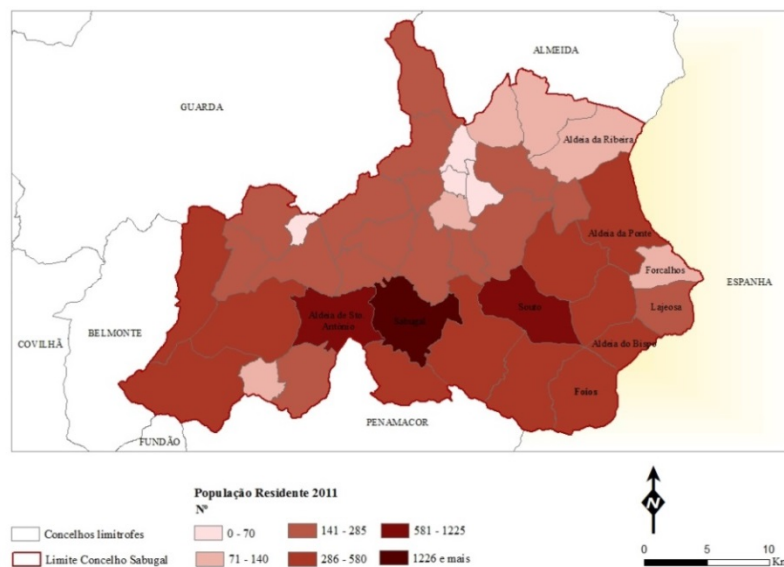


Fig. 32 – População residente em 2011: Foios no contexto das freguesias do concelho de Sabugal

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2011

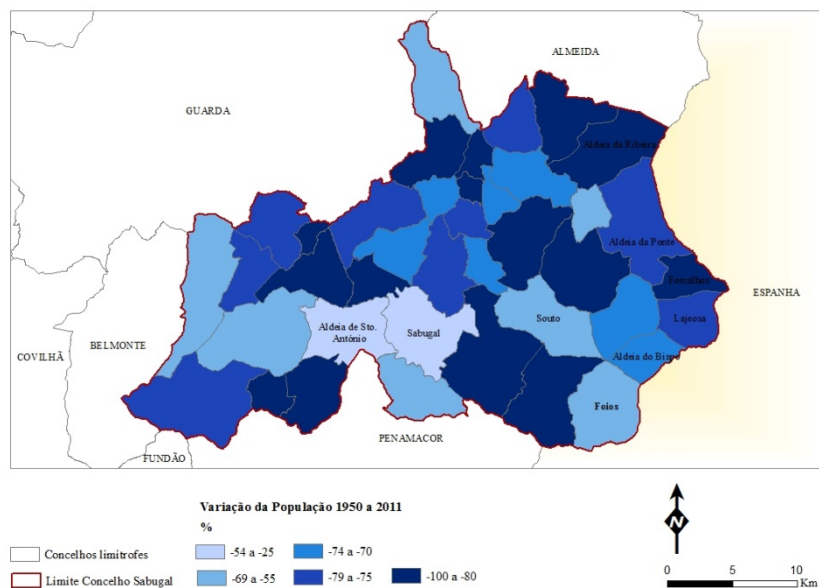


Fig. 33 – Variação da população de 1950 a 2011: Foios no contexto das freguesias do concelho de Sabugal
Fonte: Recenseamento Geral da População, 2011

Quadro I – População residente e variação populacional, 1950 a 2011

Unidade Geográfica	População Residente							Variação Populacional					
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01	01/11
Continente	7921813	8292975	8124019	9336760	9375926	9869343	10047621	4,7	-2,0	14,9	0,4	5,3	1,8
Centro	1926032	1904814	1725508	1763119	1721650	1783596	1744554	-1,1	-9,4	2,2	-2,4	3,6	-2,2
Beira Interior Norte	206094	188501	137700	130104	118513	115325	104417	-8,5	-26,9	-5,5	-8,9	-2,7	-9,5
Sabugal	43513	38062	23732	18927	16919	14871	12544	-12,5	-37,6	-20,2	-10,6	-12,1	-15,6
Águas Belas	1044	950	478	346	304	220	175	-9,0	-49,7	-27,6	-12,1	-27,6	-20,5
Aldeia do Bispo	1013	853	452	385	433	395	286	-15,8	-47,0	-14,8	12,5	-8,8	-27,6
Aldeia da Ponte	1464	1216	712	533	434	340	317	-16,9	-41,4	-25,1	-18,6	-21,7	-6,8
Aldeia da Ribeira	800	817	359	312	246	198	131	2,1	-56,1	-13,1	-21,2	-19,5	-33,8
Aldeia de Sto António	1074	1008	635	644	675	786	798	-6,1	-37,0	1,4	4,8	16,4	1,5
Aldeia Velha	1604	1268	835	647	494	490	431	-20,9	-34,1	-22,5	-23,6	-0,8	-12,0
Alfaiates	1754	1543	685	519	499	419	331	-12,0	-55,6	-24,2	-3,9	-16,0	-21,0
Badamalos	451	377	332	216	153	99	96	-16,4	-11,9	-34,9	-29,2	-35,3	-3,0
Baraçal	717	642	412	342	287	242	190	-10,5	-35,8	-17,0	-16,1	-15,7	-21,5
Bendada	1747	1821	1315	948	952	677	580	4,2	-27,8	-27,9	0,4	-28,9	-14,3
Bismula	659	576	350	298	226	198	193	-12,6	-39,2	-14,9	-24,2	-12,4	-2,5
Casteleiro	1578	1294	885	721	563	512	365	-18,0	-31,6	-18,5	-21,9	-9,1	-28,7
Cerdeira	651	576	512	382	385	262	229	-11,5	-11,1	-25,4	0,8	-31,9	-12,6
Foios	1003	818	484	471	454	410	362	-18,4	-40,8	-2,7	-3,6	-9,7	-11,7
Forcalhos	560	415	257	207	147	108	88	-25,9	-38,1	-19,5	-29,0	-26,5	-18,5
Lajeosa	974	771	339	339	215	258	201	-20,8	-56,0	0,0	-36,6	20,0	-22,1
Lomba	337	262	148	115	98	74	57	-22,3	-43,5	-22,3	-14,8	-24,5	-23,0
Malcata	934	957	556	500	359	351	332	2,5	-41,9	-10,1	-28,2	-2,2	-5,4
Moita	521	390	350	261	202	173	103	-25,1	-10,3	-25,4	-22,6	-14,4	-40,5
Nave	1211	1004	531	413	288	273	230	-17,1	-47,1	-22,2	-30,3	-5,2	-15,8
Pena Lobo	595	513	302	262	192	177	141	-13,8	-41,1	-13,2	-26,7	-7,8	-20,3
Pousaflores do Bispo	1278	1168	602	516	402	338	277	-8,6	-48,5	-14,3	-22,1	-15,9	-18,0
Quadrazais	2640	1893	1057	709	581	473	457	-28,3	-44,2	-32,9	-18,1	-18,6	-3,4
Quinta de S. Bartolomeu	900	681	410	320	261	217	180	-24,3	-39,8	-22,0	-18,4	-16,9	-17,1
Rapoula do Côa	640	573	458	332	265	249	195	-10,5	-20,1	-27,5	-20,2	-6,0	-21,7
Rebolosa	660	613	451	323	245	205	222	-7,1	-26,4	-28,4	-24,1	-16,3	8,3
Rendo	1185	1120	709	560	420	342	278	-5,5	-36,7	-21,0	-25,0	-18,6	-18,7
Ruivós	264	207	127	89	82	68	70	-21,6	-38,6	-29,9	-7,9	-17,1	2,9
Ruvina	456	395	233	118	149	127	112	-13,4	-41,0	-49,4	26,3	-14,8	-11,8
Sabugal	3238	2908	2251	2181	2366	2174	1943	-10,2	-22,6	-3,1	8,5	-8,1	-10,6
Santo Estêvão	1316	1213	628	483	419	360	210	-7,8	-48,2	-23,1	-13,3	-14,1	-41,7
Seixo do Côa	873	834	637	372	286	233	171	-4,5	-23,6	-41,6	-23,1	-18,5	-26,6
Sortelha	1382	1458	1006	833	701	579	444	5,5	-31,0	-17,2	-15,8	-17,4	-23,3
Souto	2708	2376	1550	1208	1433	1419	1224	-12,3	-34,8	-22,1	18,6	-1,0	-13,7
Vale das Éguas	280	234	134	89	69	48	39	-16,4	-42,7	-33,6	-22,5	-30,4	-18,8
Vale de Espinho	2030	1764	1127	732	585	512	393	-13,1	-36,1	-35,0	-20,1	-12,5	-23,2
Vale Longo	3320	376	349	157	106	68	47	-88,7	-7,2	-55,0	-32,5	-35,8	-30,9
Vila Boa	948	844	511	410	379	330	243	-11,0	-39,5	-19,8	-7,6	-12,9	-26,4
Vila do Touro	881	749	419	403	376	299	183	-15,0	-44,1	-3,8	-6,7	-20,5	-38,8
Vilar Maior	767	612	281	231	188	168	120	-20,2	-54,1	-17,8	-18,6	-10,6	-28,6

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1960 a 2011

Mesmo assim, estas ausências colocaram o concelho e a freguesia na senda da baixa densidade e do envelhecimento. De facto, o concelho de Sabugal encontra-se entre os de menor densidade a nível nacional (15 hab./km² em 2011), numa tendência de redução contínua desde 1950. Ao nível das freguesias esta tendência também se verifica, reunindo as freguesias de Sabugal (65 hab./km²), Souto (44 hab./km²) e Aldeia de Santo António (30 hab./km²), as maiores concentrações populacionais. Foios, com uma densidade populacional de 13 hab./km² encontrava-se em 2011 abaixo do valor médio concelhio, no entanto ocupando o segundo lugar quando ampliada a escala às freguesias fronteiriças, somente ultrapassada pela freguesia de Aldeia do Bispo (22 hab./km²) (Fig. 34).

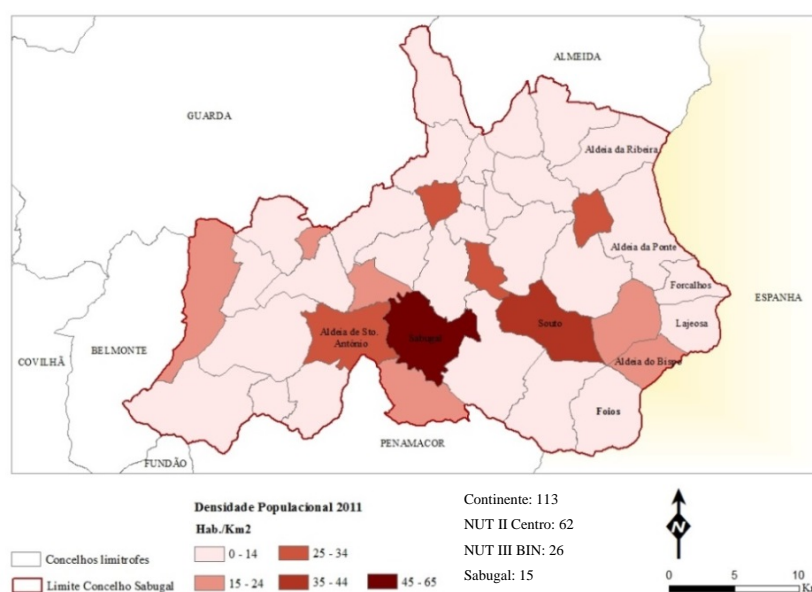


Fig. 34 – Densidade populacional, 2011: Foios no contexto das freguesias do concelho de Sabugal
Fonte: Recenseamento Geral da População, 2011

As saídas seletivas em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida traduziram-se em quebras de natalidade que continuam a colocar em causa a renovação geracional. Como consequência, índices de envelhecimento (IE)¹⁶ muito elevados e um aumento da dependência deste grupo populacional face a um grupo de população ativa reduzido. Em 2011, Foios apresentava 1464 idosos por cada 100 jovens, tendo sofrido um aumento de 85% face ao período censitário anterior. No contexto das freguesias do concelho de Sabugal, encontrava-se entre as 10 freguesias com maior índice de envelhecimento, ultrapassando a média concelhia em 185%. Esta tendência de aumento da população idosa, aliada aos valores de natalidade reduzidos ou até nulos, repercute-se num aumento do índice

¹⁶ $IE = \frac{\text{População com 65 e mais anos}}{\text{População entre os 0 e 14 anos}} \times 100$ (INE, s.d.-a).

de dependência de idosos (IDI)¹⁷, causa primordial dos elevados valores do índice de dependência total (IDT)¹⁸. Em 2011, em Foios, para cada 100 indivíduos em idade ativa, existiam 143 idosos, mais 62 que para a média concelhia, e mais 114 em relação ao valor de Portugal continental (Quadro II).

Quadro II – Índices de Envelhecimento, Dependência de Idosos e Dependência Total, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	Índice de Envelhecimento		Índice Dependência de Idosos		Índice Dependência Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
			%			
Continente	105	131	24	29	48	52
Centro	130	163	30	35	53	57
Beira Interior Norte	189	249	41	48	64	67
Sabugal	378	513	72	81	91	96
Águas Belas	481	457	61	66	73	80
Aldeia do Bispo	952	1730	115	168	127	178
Aldeia da Ponte	1238	1094	157	163	170	178
Aldeia da Ribeira	944	1700	82	115	90	122
Aldeia de Sto António	80	134	20	31	46	54
Aldeia Velha	712	1289	106	128	121	138
Alfaiates	667	608	106	108	122	125
Badamalos	410	292	85	71	106	96
Baraçal	235	300	63	65	89	86
Bendada	350	533	58	71	74	85
Bismula	220	650	65	103	94	119
Casteleiro	1016	1936	109	151	120	159
Cerdeira	364	385	62	58	80	74
Foios	791	1464	89	143	100	153
Forcalhos	430	525	78	111	96	132
Lajeosa	3580	2760	242	238	249	247
Lomba	386	1650	68	150	85	159
Malcata	572	757	106	129	125	146
Moita	388	2650	73	110	92	115
Nave	614	821	116	114	135	128
Pena Lobo	1200	3300	73	90	79	93
Pousaflores do Bispo	814	2157	117	127	132	133
Quadrzais	887	658	165	148	183	170
Quinta de S. Bartolomeu	279	171	53	36	72	57
Rapoula do Côa	275	343	68	71	93	91
Rebolosa	415	754	81	88	101	100
Rendo	364	421	75	66	95	82
Ruivós	200	275	44	55	66	75
Ruvina	204	342	82	70	123	90
Sabugal	157	191	32	38	53	57
Santo Estêvão	770	683	111	134	125	154
Seixo do Côa	543	1029	116	78	138	86
Sortelha	410	791	63	76	79	86
Souto	183	352	46	55	72	71
Vale das Éguas	-	-	92	255	92	255
Vale de Espinho	633	1239	109	147	127	159
Vale Longo	386	-	79	81	100	81
Vila Boa	244	390	63	54	89	68
Vila do Touro	1079	3700	113	161	123	165
Vilar Maior	700	850	117	155	133	173

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 2001 e 2011

O êxodo interno e externo, aqui não abordados pela dificuldade de um retrato estatístico fidedigno, no entanto com a ressalva de serem estas dinâmicas a causa primeira da evolução demográfica da freguesia e mesmo do concelho; a baixa natalidade – veja-se que de 2009 a 2011 apenas nasceram 4 crianças na freguesia; e o envelhecimento populacional, com

¹⁷ $IDI = \frac{\text{População com 65 e mais anos}}{\text{População entre os 15 e 64 anos}} \times 100$ (INE, s.d. -b).

¹⁸ $IDT = \frac{\text{População entre os 0 e 14 anos} + \text{População com 65 e mais anos}}{\text{População entre os 15 e 64 anos}} \times 100$ (INE, s.d.-c).

uma pirâmide etária a demonstrar um duplo envelhecimento, devem estar na base de uma reflexão sobre um conjunto de opções e soluções para estes espaços.

Tudo isto se torna evidente quando percebemos que, por intermédio de projeções demográficas (e continuando a deixar à margem variáveis relativas aos fluxos populacionais), até 2021 o concelho de Sabugal sofrerá uma redução do seu efetivo populacional na ordem dos 30%, perspetivando-se um total de 8377 habitantes. À exceção das freguesias de Quintas de São Bartolomeu e Vale das Éguas, todas as freguesias do concelho perderão população até esse ano. Foios verá o seu efetivo populacional reduzido a 235 habitantes, correspondendo a menos 35% do valor populacional de 2011. No entanto, no contexto das freguesias de posição fronteiriça, apresenta das menores perdas, apenas ultrapassado pela freguesia de Forcalhos que perderá cerca de 17% da população (Fig. 35). Denote-se ainda que esta tendência regressiva do efetivo populacional terá a sua maior expressão até 2016, verificando-se no quinquénio seguinte uma quebra menor (Quadro III).

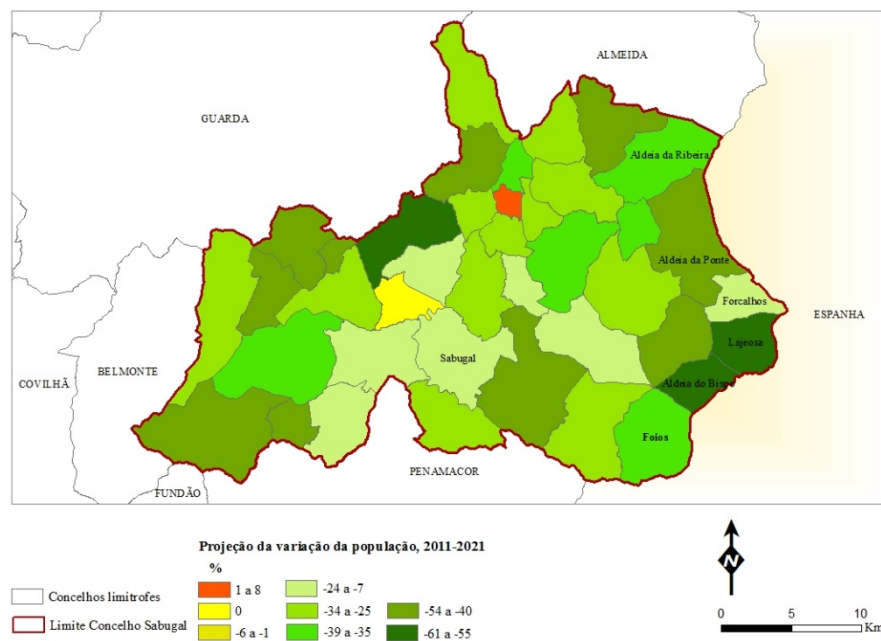


Fig. 35 – Projeção da variação da população para 2021: Foios no contexto das freguesias do concelho de Sabugal

Esta evolução leva-nos a questionar os saldos migratórios e as conseqüentes opções de mobilidade individual como potenciais atores de reversão desta realidade. De que forma o regresso de (e)migrantes (de preferência em idade ativa) e a entrada de novos residentes poderão redefinir as trajetórias de desenvolvimento local?

Quadro III – Projeções da população para 2021: evolução da variação populacional

Unidade Geográfica	População Residente e Sobrevivente			Variação da população		
	2011*	2016	2021	2011-2016	2016-2021	2011-2021
	N°			%		
Sabugal	12544	9572	8800	-24	-8	-30
Águas Belas	175	143	130	-18	-9	-26
Aldeia do Bispo	286	145	117	-49	-19	-59
Aldeia da Ponte	317	213	180	-33	-15	-43
Aldeia da Ribeira	131	95	80	-28	-15	-39
Aldeia de Sto António	798	768	743	-4	-3	-7
Aldeia Velha	431	291	254	-32	-13	-41
Alfaiates	331	244	226	-26	-7	-32
Badamalos	96	76	70	-21	-7	-27
Baraçal	190	155	146	-19	-5	-23
Bendada	580	443	407	-24	-8	-30
Bismula	193	138	129	-28	-7	-33
Casteleiro	365	233	198	-36	-15	-46
Cerdeira	229	185	173	-19	-6	-25
Foios	362	266	235	-26	-12	-35
Forcalhos	88	74	73	-16	-1	-17
Lajeosa	201	113	89	-44	-21	-56
Lomba	57	38	30	-34	-20	-47
Malcata	332	255	235	-23	-8	-29
Moita	103	61	49	-41	-20	-53
Nave	230	154	140	-33	-9	-39
Pena Lobo	141	96	82	-32	-14	-42
Pousafolhos do Bispo	277	175	151	-37	-14	-45
Quadrzais	457	280	244	-39	-13	-47
Quinta de S. Bartolomeu	180	179	180	-1	1	0
Rapoula do Côa	195	146	136	-25	-7	-30
Rebolosa	222	158	138	-29	-13	-38
Rendo	278	215	197	-23	-8	-29
Ruivós	70	52	50	-25	-5	-29
Ruvina	112	87	76	-23	-13	-32
Sabugal	1943	1710	1614	-12	-6	-17
Santo Estêvão	210	210	188	0	-11	-10
Seixo do Côa	171	118	103	-31	-12	-40
Sortelha	444	315	278	-29	-12	-37
Souto	1224	1032	977	-16	-5	-20
Vale das Éguas	39	19	42	-50	118	8
Vale de Espinho	393	281	258	-28	-8	-34
Vale Longo	47	31	29	-34	-8	-39
Vila Boa	243	217	209	-11	-4	-14
Vila do Touro	183	88	71	-52	-18	-61
Vilar Maior	120	78	69	-35	-11	-43

* Valores relativos ao Recenseamento Geral da População 2011

Reforce-se que estas potenciais chegadas/retornos a Foios são condicionadas pelo grau de filiação ao lugar. Isto é, o sentido de pertença ao local de origem ou as topofilias potenciadas pelas relações familiares na freguesia constituem-se como um potencial de mobilidade convergente. Por outro lado, as redes territoriais desenhadas por estes atores são, ao mesmo tempo, uma oportunidade de estabelecer relações de cooperação geográfica.

1.3. NOTAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO

Estas leituras mais esquemáticas resultantes de números estatísticos rígidos e tendentes a comparações com escalas e realidades bastante diversas devem ser hoje integradas em análises mais flexíveis e valorizadoras de leituras centralizadas no lugar. Pretende-se então, partir do local para o global, no sentido de perceber e potenciar os elementos

individuais de cada território, aqueles que lhe conferem uma imagem própria, que mais tarde será valorizada pelo exterior, constituindo-se como uma mais-valia para o desenvolvimento pela criação de uma cadeia de valores locais (MANERO, 2012). Neste sentido, e no seguimento do trabalho de ASHLEY & CARNEY (1999) e CARNEY (2002), falar de trajetórias de desenvolvimento implica falar do capital endógeno, numa tentativa de perceção dos fatores individualizadores de um território e sua equação enquanto potencialidades competitivas.

Um dos pilares do desenvolvimento passa pelo capital económico local. Tradicionalmente de feição agrícola, Foios tem assistido, à semelhança da maioria dos espaços de matriz rural, a uma alteração das atividades de cariz económico. Em 2011, segundo o Recenseamento Geral da População, cerca de 70% da população empregada ocupava-se de atividades do sector terciário, 19% de atividades do sector secundário e apenas 11% praticava atividades agrícolas e silvícolas. Neste contexto Foios, era a freguesia fronteiriça do concelho de Sabugal com maior percentagem de população empregada no sector terciário, ultrapassando mesmo a média concelhia (Quadro IV).

Quadro IV - População empregada por sector de atividade, 2011: Foios e as freguesias fronteiriças do concelho de Sabugal

Unidade Geográfica	População empregada por sector de actividade							
	Agricultura, Silvicultura e Pescas		Indústria, Construção, Energia e Água		Serviços		Total	
	2011							
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Continente	211603	4,8	1581676	35,5	2657432	59,7	4450711	100
Centro	68479	6,8	383536	38,1	554358	55,1	1006373	100
Beira Interior Norte	5369	12,2	14237	32,2	24569	55,6	44175	100
Sabugal	329	8,9	1076	29,0	2302	62,1	3707	100
Aldeia do Bispo	4	6,8	20	33,9	35	59,3	59	100
Aldeia da Ponte	13	19,4	14	20,9	40	59,7	67	100
Aldeia da Ribeira	12	54,5	2	9,1	8	36,4	22	100
Foios	7	10,9	12	18,8	45	70,3	64	100
Forcalhos	0	0,0	7	35,0	13	65,0	20	100
Lajeosa	3	12,5	5	20,8	16	66,7	24	100

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2011

No entanto, apesar de apresentar valores aproximados aos de Portugal continental e da região e sub-região em que se insere no que respeita à população empregada no sector terciário (Continente 70%; NUT II Centro 66%; NUT III Beira Interior Norte 70%), Foios apresenta uma maior percentagem de população empregada no sector primário a esta escala de comparação (Continente 3%; NUT II Centro 4%; NUT III Beira Interior Norte 7%); sendo esse valor, ainda, um pouco superior à média do concelho de Sabugal (9%), ficando, no

contexto das freguesias fronteiriças, abaixo do valor da Lajeosa (13%), Aldeia da Ponte (19%) e Aldeia da Ribeira (55%).

No sector primário destacam-se alguns dos produtos de individualidade da freguesia. Com maior ênfase na produção agroflorestal, referimos a tradicional produção de castanha (cerca de 200 toneladas/ano), captadora de atores externos que divulgam Foios pela distribuição deste produto no território nacional. Esta é talvez a atividade que maior riqueza gera a nível local, criando mesmo necessidades de angariação de trabalhadores externos à freguesia de forma a dar resposta à oferta existente. Com menor peso, a criação de gado em regime extensivo (800 cabeças de gado miúdo e 300 cabeças de gado graúdo) e a produção tradicional de queijo. É também neste sector que se têm evidenciado recentes apostas de população mais jovem. O investimento na área da apicultura, da produção de cogumelos e mirtilos podem constituir-se em novas formas de afirmação local pela diferenciação do produto.

Ao nível do sector terciário, é a aposta nas atividades de turismo e lazer que tem canalizado os maiores e mais recentes investimentos públicos e privados. A dotação da freguesia com infraestruturas de apoio a estas atividades (e.g. serviços de restauração, praia fluvial, parque de autocaravanas) mostra a tentativa de afirmação de Foios neste sector, pela potencialização do património natural – Serra das Mesas, nascente do Côa, Serra da Malcata – e cultural – memórias do contrabando, capeia arraiana. Ao mesmo tempo começam a surgir investimentos em pequenos nichos de mercado como o turismo aventura e alojamentos de Turismo em Espaço Rural (Fig. 36).



Fig. 36 – Novas atividades em espaço rural: turismo aventura e praia fluvial em Foios

Se nos centrarmos na evolução da população empregada por sectores de atividade entre os últimos dois períodos censitários, verificamos uma diminuição em todos os sectores na freguesia, com maior perda no sector primário (cerca de 79%). No contexto das freguesias de fronteira que têm vindo a ser mencionadas, a tendência mantém-se, à exceção de Aldeia da Ponte, Forcalhos e Lajeosa que viram um aumento das atividades terciárias, no caso da

primeira freguesia, e das atividades secundárias, no caso das restantes. Do mesmo modo, o concelho de Sabugal viu um pequeno aumento da atividade terciária, face aos decréscimos superiores a 60% da população empregada no sector primário e de 28% da população empregada no sector secundário (Fig. 37).

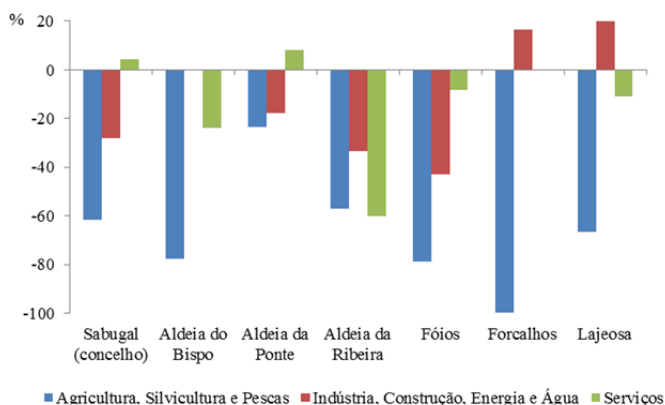


Fig. 37 – Variação da população empregada por sectores de atividade, 2001-2011: Foios e as freguesias fronteiriças do concelho de Sabugal

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 2001 e 2011

Esta variação negativa da população empregada por sectores reflete a diminuição da população ativa em Foios. De 2001 para 2011 perderam-se 43 ativos, correspondentes a uma diminuição de quase 40% da população ativa e a uma variação de -8,3% da taxa de atividade. No entanto, a relação entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho e a que está a sair – índice de renovação da população em idade ativa – é positiva, tendo mesmo aumentado um pouco nesta década (Fig.38).

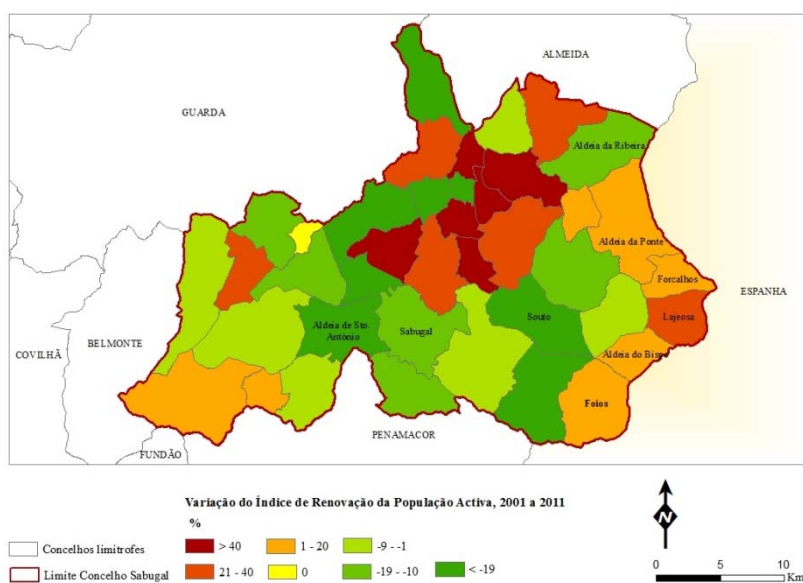


Fig. 38 – Variação do índice de renovação da população ativa, 2001 a 2011

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001 e 2011

Quando confrontamos estes valores quer com as médias concelhias, quer com as freguesias de posição fronteiriça do concelho, Foios apresenta das maiores perdas de população ativa. O que a uma escala mais alargada nos remete para uma posição de fundo da tabela, aquando da comparação com valores nacionais e regionais. Todavia, a taxa de desemprego tem diminuído, com valores abaixo das médias concelhia, regional e nacional (Fig. 39) (Quadro V).

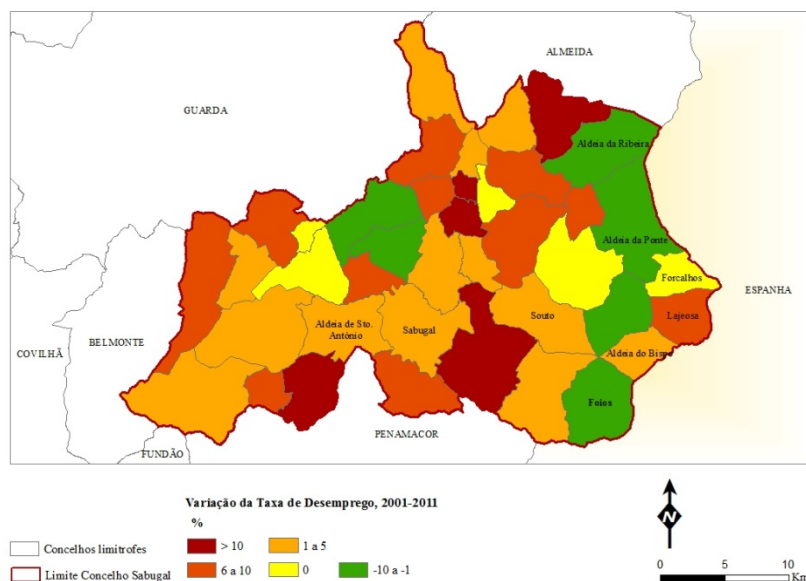


Fig. 39 – Variação da taxa de desemprego, 2001 a 2011

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001 e 2011

A estes fatores de perda são ainda de juntar outros que colocam a freguesia numa situação de encravamento. Veja-se a falta de capacidade de retenção desta população ativa quando percebemos que cerca de 40% da população empregada em 2011 trabalhava fora da freguesia, com destaque para as deslocações para outras freguesias do concelho de Sabugal. Aqui, é o sector terciário aquele que maior peso tem nestas saídas quotidianas por motivos laborais, na medida em que 49% da população empregada nesse sector não trabalha na freguesia de Foios.

Por outro lado, a falta de empreendedorismo é evidente quando percebemos que em 2011, e segundo o Recenseamento Geral da População, apenas 11% da população empregada tinha tido a iniciativa de abrir um negócio e funcionava como empregador local, o que associado aos 17% de trabalhadores por conta própria condiciona o grau de individualidade, capacidade de iniciativa e geração de fatores de inovação local. Verifique-se no entanto, que esta reduzida percentagem de indivíduos centra a sua atividade no sector agrícola e silvícola,

o que mais uma vez denota a sua importância nas trajetórias de desenvolvimento da freguesia e o poder aglutinador das atividades terciárias massificadas e de patronato estatal.

Quadro V – Variação da população ativa e taxa de desemprego, 2001 e 2011

Unidade Geográfica	População Ativa			Taxa de Atividade			Índice de Renovação da Pop. em Idade Ativa			Taxa de Desemprego		
	2001 Nº	2011	Var. %	2001 Nº	2011	Var. %	2001 Nº	2011	Var. %	2001 Nº	2011	Var. %
Continente	4778115	4780963	0,1	48,4	47,6	-0,8	141,3	92,8	-48,5	6,8	13,2	6,4
Centro	1067864	1056225	-1,1	45,4	45,4	0,0	125,9	86,0	-40,0	5,7	11,0	5,3
Beira Interior Norte	46677	42794	-8,3	40,4	41,0	0,6	103,1	78,5	-24,6	5,3	11,9	6,6
Sabugal	4830	4096	-15,2	32,4	32,7	0,3	67,3	62,5	-4,8	5,5	9,5	4,0
Águas Belas	71	59	-16,9	32,2	33,7	1,5	68,9	50,0	-18,9	15,4	15,3	-0,2
Aldeia do Bispo	89	63	-29,2	22,5	22,0	-0,5	45,7	56,8	11,1	5,6	6,4	0,8
Aldeia da Ponte	76	69	-9,2	22,3	21,8	-0,5	39,1	40,9	1,8	6,5	2,9	-3,6
Aldeia da Ribeira	54	22	-59,3	27,2	16,8	-10,4	39,3	26,1	-13,2	5,5	0,0	-5,5
Aldeia de Sto António	341	363	6,5	43,3	45,5	2,2	135,3	58,3	-77,0	5,5	9,4	3,9
Aldeia Velha	127	114	-10,2	25,9	26,5	0,6	60,6	51,9	-8,7	7,0	3,5	-3,5
Alfaiates	104	81	-22,1	24,8	24,5	-0,3	42,8	30,6	-12,2	2,8	2,5	-0,3
Badamalos	53	36	-32,1	53,5	37,5	-16,0	47,0	44,4	-2,6	1,8	5,6	3,8
Baraçal	79	68	-13,9	32,6	35,8	3,2	57,1	100,0	42,9	5,0	2,9	-2,1
Bendada	251	197	-21,5	37,0	34,0	-3,0	80,4	75,0	-5,4	4,7	13,2	8,5
Bismula	59	58	-1,7	29,7	30,1	0,4	95,4	222,2	126,8	10,1	19,0	8,9
Casteleiro	140	78	-44,3	27,3	21,4	-5,9	39,7	50,0	10,3	0,0	5,1	5,1
Cerqueira	92	92	0,0	35,1	40,2	5,1	72,4	48,7	-23,7	2,1	5,4	3,3
Foios	109	66	-39,4	26,5	18,2	-8,3	36,7	42,6	5,8	5,5	3,0	-2,5
Forcalhos	28	20	-28,6	25,9	22,7	-3,2	26,3	42,9	16,6	0,0	0,0	0,0
Lajeosa	36	30	-16,7	13,9	14,9	1,0	27,0	47,8	20,8	13,8	20,0	6,2
Lomba	24	11	-54,2	32,4	19,3	-13,1	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Malcata	76	82	7,9	21,6	24,7	3,1	45,2	34,0	-11,2	5,2	11,0	5,8
Moita	53	30	-43,4	30,6	29,1	-1,5	52,1	66,7	14,6	5,6	13,3	7,7
Nave	63	63	0,0	23,0	27,4	4,4	29,2	60,7	31,5	3,1	9,5	6,4
Pena Lobo	52	32	-38,5	29,3	22,7	-6,6	41,3	66,7	25,4	7,6	9,4	1,8
Pousafoles do Bispo	108	74	-31,5	31,9	26,7	-5,2	62,1	50,0	-12,1	4,6	14,9	10,3
Quadrazais	81	70	-13,6	17,1	15,3	-1,8	34,4	30,5	-3,9	2,4	14,3	11,9
Quinta de S. Bartolomeu	77	73	-5,2	35,4	40,6	5,2	138,8	77,3	-61,5	7,7	16,4	8,7
Rapoula do Côa	76	68	-10,5	30,5	34,9	4,4	134,7	60,0	-74,7	6,5	13,2	6,7
Rebolosa	65	69	6,2	31,7	31,1	-0,6	41,6	60,7	19,1	4,6	14,5	9,9
Rendo	111	100	-9,9	32,4	36,0	3,6	55,3	79,4	24,1	4,5	7,0	2,5
Ruivós	22	25	13,6	32,3	35,7	3,4	40,0	112,5	72,5	0,0	0,0	0,0
Ruvina	34	30	-11,8	26,7	26,8	0,1	42,8	92,3	49,5	2,9	20,0	17,1
Sabugal	977	914	-6,4	44,9	47,0	2,1	100,0	88,4	-11,6	5,7	8,9	3,2
Santo Estêvão	84	81	-3,6	23,3	26,1	2,8	47,0	38,1	-8,9	3,5	14,8	11,3
Seixo do Côa	60	44	-26,7	25,7	25,7	0,0	44,0	66,7	22,7	6,6	13,6	7,0
Sortelha	212	160	-24,5	36,6	36,0	-0,6	84,0	75,9	-8,1	5,6	7,5	1,9
Souto	549	482	-12,2	38,6	39,4	0,8	110,9	80,1	-30,8	7,1	10,4	3,3
Vale das Éguas	17	5	-70,6	35,4	12,8	-22,6	54,5	0,0	-54,5	5,8	20,0	14,2
Vale de Espinho	114	80	-29,8	22,2	20,4	-1,8	40,0	16,7	-23,3	7,0	8,8	1,8
Vale Longo	16	13	-18,8	23,5	27,7	4,2	25,0	100,0	75,0	6,2	7,7	1,5
Vila Boa	137	107	-21,9	41,5	44,0	2,5	70,2	154,6	84,4	3,6	8,4	4,8
Vila do Touro	81	38	-53,1	27,0	20,8	-6,2	69,2	35,7	-33,5	6,1	5,3	-0,8
Vilar Maior	32	29	-9,4	19,0	24,2	5,2	25,0	46,2	21,2	6,2	27,6	21,4

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001 e 2011

Quando nos referimos ao capital social, e continuando a centrar-nos em referências estatísticas, tomamos conta de que, associado ao elevado índice de envelhecimento, encontramos uma população de níveis de escolaridade baixos, com predominância do primeiro ciclo do ensino básico como nível mais elevado de formação alcançado (43% da população residente); apenas 4% da população residente completou um nível pós secundário de formação e 7% o ensino secundário.

Outro fator de implicação direta no capital social, mas também ao nível económico, prende-se com as migrações. Espaço de ausências frequentes, a freguesia de Foios viu as suas trajetórias de desenvolvimento condicionadas a estas mobilidades. O potencial de ganhos com

a saída da população traduziu-se talvez num dos maiores problemas para a promoção do desenvolvimento local. Segundo o Recenseamento Geral da População, em 2011, 32% da população residente em Foios já havia emigrado, aos quais acrescem as migrações internas e os efetivos não contabilizados por (ainda) não terem retornado à freguesia. Com maior peso entre 1971 e 1980, a população da freguesia teve o seu maior fluxo de saída para os países europeus, com destaque para França (Fig. 40 e 41).

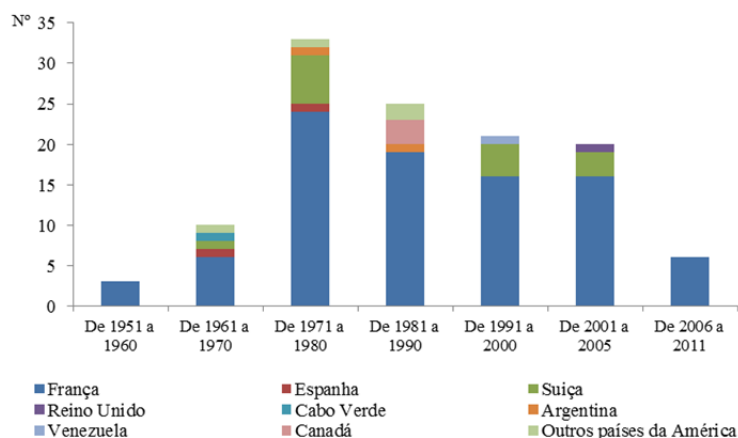


Fig. 40 – Locais de destino da população residente em Foios em 2011 que emigrou, segundo o período de emigração

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2011

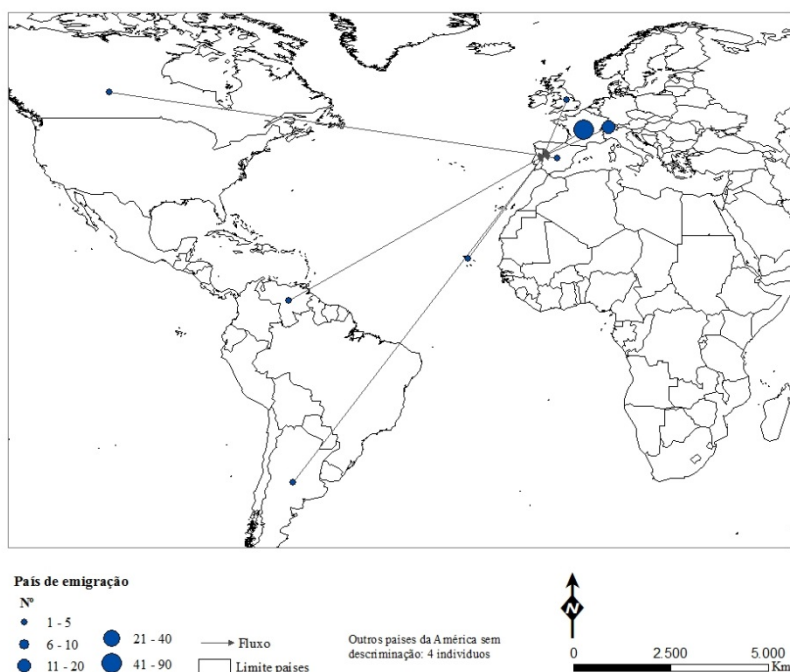


Fig. 41 – Países de emigração da população residente em Foios em 2011, que já passou por uma experiência migratória

BOURA *et al* (1984), num estudo sobre a emigração em que abordam a freguesia de Foios, evidenciam o peso destas mobilidades nas trajetórias de desenvolvimento local. De

forma sintética, retiramos desse estudo que: o período de maior efetivo emigratório centrou-se nas décadas de 1950 a 1970 e o principal país de destino foi França; as migrações foram efetuadas, na sua maioria, pelo agregado familiar completo e tiveram uma duração média de década e meia. Apesar do enquadramento laboral no local de chegada ter sido dissemelhante do desenvolvido no momento da partida, com um ingresso no sector terciário ou nos serviços de apoio doméstico, após o retorno, os migrantes perpetuaram as atividades já desenvolvidas antes da migração: primazia do sector primário, na maioria com um trabalho por conta própria ou em contexto familiar e sem remuneração, ou então alcance do estatuto de reformado. Neste sentido, a riqueza para a freguesia, e segundo estes autores, apenas foi conseguida pelas remessas enviadas durante o período de ausência, superiores a 50% dos rendimentos auferidos no local de chegada, e aplicados em depósitos bancários, na compra de habitação ou aquisição de terrenos.

Esta situação de Foios como espaço de ausência é ainda nítida quando analisamos a proporção de alojamentos vagos e a proporção de alojamentos de uso sazonal: em 2011, rondavam os 7% e os 45%, respetivamente, sendo no entanto inferiores aos valores médios concelhios, e no segundo caso aos valores das freguesias fronteiriças do concelho. Contudo, estas saídas, para além de um fator de risco, podem constituir-se como um potencial pelo conjunto de relações territoriais que potencia e a consequente divulgação da freguesia e captação de atores diferenciados.

Este conjunto de vulnerabilidades locais, associado a fatores conjunturais e políticas de governação externos, acentuam a marginalidade económica, social e política de Foios, realçando a sensação de pertença à periferia das periferias (NUNES & JACINTO, 2011). Contudo, há que refletir sobre os novos usos destes espaços e de Foios em concreto, a sua vivência por atores de opções territoriais mais flexíveis e a sua capacidade de resiliência a situações de crise, como a de 2008.

Se iniciarmos esta reflexão pela análise de um prospeto afixado no Centro Cívico da aldeia (Fig. 42), deparamo-nos com um conjunto de recursos endógenos, que podemos considerar como os protagonistas das aspirações do poder local. A produção agroflorestal, com destaque para produtos como a castanha, o queijo, o cabrito e os cogumelos, o património natural e a sua adaptação às atividades de lazer, as instituições sociais e culturais e as tradições e respetivo património imaterial, são de facto elementos valorizados na freguesia.

Repare-se que é no património imaterial e nas tradições locais que Foios tem o seu pilar de unificação e solidificação da identidade local. Lugar de individualidades, como as

restantes freguesias da corda da raia, Foios particulariza-se nas formas de convívio e vivência comunitária, onde o contrabando e o ritual da capeia marcam a identidade dos filhos da terra.

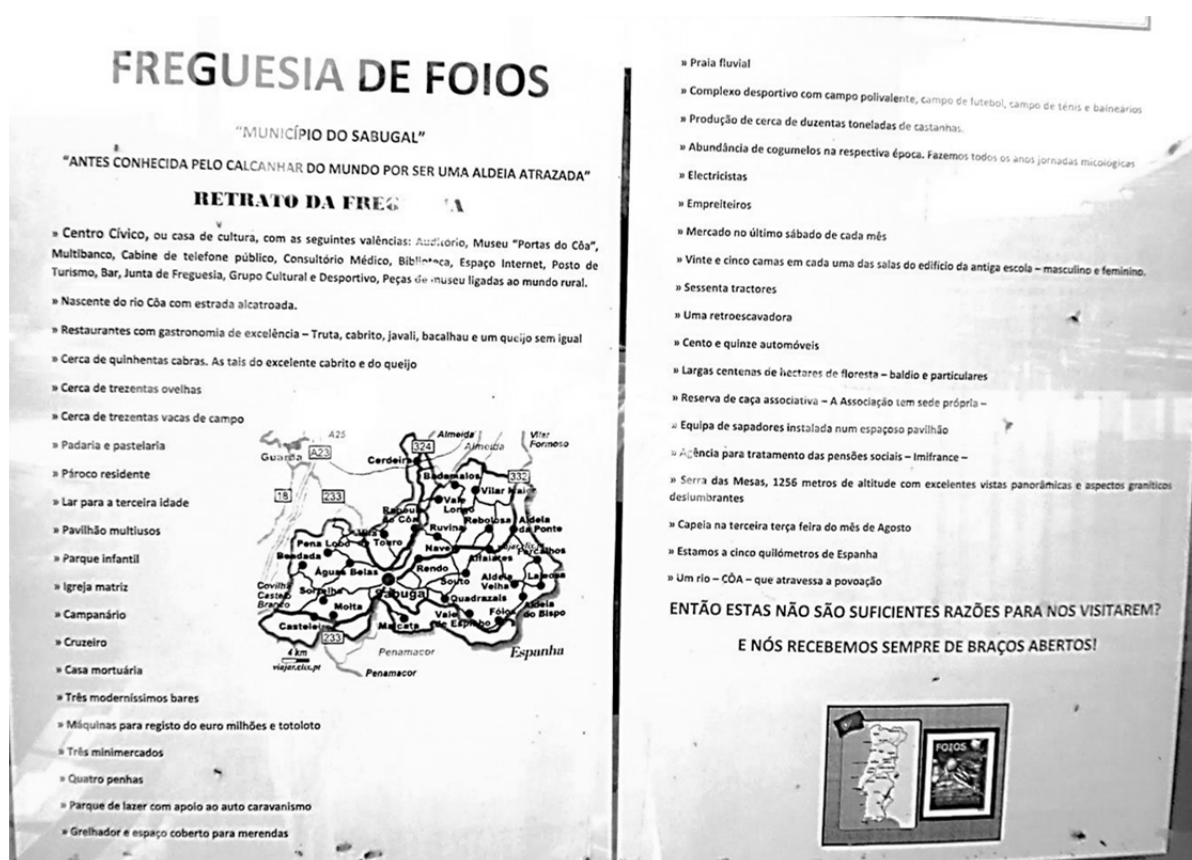


Fig. 42 – Recursos endógenos de Foios: potencialidades a desenvolver
Fonte: Prospeto afixado no Centro Cívico de Foios

Prática perdida no tempo, o contrabando deixou como elementos identitários a abertura ao povo de Espanha e um modo peculiar de falar, a gíria quadrazenha. Daí resultaram a partilha de espaços e eventos, atividades, festas e outras iniciativas desenvolvidas em comum por ambas as partes, práticas de grande cumplicidade que se foram estruturando em redes familiares transfronteiriças (e.g. geminação com o município de Eljas [Espanha]). Mas também a tradicional lide taurina, concretizada no encerro e na capeia arraiana, reconstituição dos tempos de relação com Espanha, em que os bois eram encaminhados a atravessar a fronteira para serem lidados em dia de festa no território português (*idem, ibidem*, 2011).

Memórias ainda presentes, e perpetuações no tempo de tradições ancestrais e arcaicas que moldam e congregam sentimentos de pertença. Símbolos identitários da comunidade local (o forcão, a capeia e o encerro), ganham a sua dimensão máxima nas festas de verão, período de regresso dos (e)migrantes, que por momentos retomam a felicidade do reencontro e reconciliação com a terra que os “obrigou” a partir; mas que são as suas origens

e o espectável destino final. A isto, juntam-se novas atividades, de influência urbana, que marcam novos tempos de convívio e de presença na aldeia: jantares convívio, torneios de cartas, provas de atletismo, passeios pedestres organizados transportam para o espaço rural elementos de urbanidade.

Foios tem, então, nas mobilidades um misto de tradição e modernidade, de marasmo e esperança, que ditaram o percurso para a situação atual e que podem modelar uma reabilitação e refuncionalização da freguesia com a visão num futuro promissor, mais resiliente e afirmativo. As chegadas dos migrantes, permanentes ou por pequenos períodos de tempo, as passagens de atores potenciadas pelo desenvolvimento de atividades de lazer e turismo e a criação de ofertas locais de captação de novos trabalhadores e investidores, podem fomentar um desenvolvimento local não por uma presença permanente, mas através de um conjunto de relações territoriais afetas a estes fluxos.

Por outro lado, a capacidade de resiliência destes lugares, até por este conjunto de redes territoriais, pode transparecer uma maior amplitude. Pegando no caso concreto de Foios e na crise de 2008, percebemos que o impacto local foi relativamente menor: verificou-se o retorno de alguns migrantes, embora já tivessem atingido a idade da reforma; promoveram-se alguns investimentos no sector turístico (e.g. praia fluvial, parque de merendas, parque de autocaravanas, estabelecimento de TER); e criaram-se novas valências locais, não só para benefício da população residente, mas também capazes de atrair novos atores (e.g. Lar de idosos).

Assim, a visão destes espaços como áreas de encravamento, marginais e condenadas deixa de fazer sentido. A marginalidade resulta da perceção social e esta é variável no tempo e de ator para ator. O que para um ator ou lugar é marginal, para outro poderá ser um ponto de valorização e afirmação competitiva. Tem, então, implícita a criação de uma imagem que resulta do “eu” em relação com o “outro” e o espaço, isto é, da experiência que foi desenvolvida num momento naquele lugar. E o espaço não é nada por si mesmo, sendo condicionado pela sua relação com outros espaços, com a geografia humana nacional e as práticas que se fazem dele e que lhe conferem um significado. Então, o que é hoje um espaço “marginal”, amanhã poderá constituir-se num espaço de centralidade. É necessário no entanto perceber quais os fatores que implicaram essa marginalidade e o que é fundamental para valorizar aquele lugar (SHIELDS, 1991).

Por isso, é importante o reconhecimento e a análise dos diferentes atores que frequentam um espaço concreto, bem como das suas perceções do lugar e imagens construídas sobre o mesmo, já que a ideia de centro e periferia não é absoluta.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

Na tentativa de contactar com os atores que, de alguma forma, vivem Foios, analisar as suas características e inferir sobre a sua diversidade optámos pelo desenvolvimento de um inquérito por questionário. Como principais objetivos, pretendíamos perceber as mobilidades destes indivíduos na sua relação com Foios: os tempos de presença na freguesia, as motivações dos mesmos, os seus territórios pessoais e as redes de relação territorial de Foios por meio destes atores. De uma forma geral, tínhamos como propósito encontrar perfis de atores locais, pelo esboço das suas temporalidades no lugar e grau de filiação ao mesmo. Por outro lado, tencionávamos desenhar o conjunto de redes-territoriais que integram Foios como vértice, na sua relação com outros territórios por intermédio das relações pessoais.

O inquérito foi aplicado ao conjunto populacional presente naquele espaço no período de recolha. Neste sentido pretendia-se abranger um perfil de indivíduos o mais variado possível, não nos limitando à população residente. Com base nestas premissas, e tendo presente as leituras empíricas prévias que possibilitaram um pré-conhecimento do potencial número de indivíduos presentes em Foios, privilegiando uma metodologia orientada, decidimos promover três períodos de recolha distanciados na segunda metade do ano de 2013. Um primeiro momento em meados do mês de agosto, período de pico de presenças no lugar, pela chegada de migrantes, mas também pela ocorrência das festas de verão associadas à capeia arraiana. Um segundo no início do mês de novembro, pelo menor afluxo populacional, mas também pelo potencial de novos atores ligados às atividades agroflorestais, com destaque para a apanha da castanha. E um terceiro momento nos finais do mês de dezembro, pela ocorrência de festividades de tradicional reagrupamento familiar. No entanto, esta data demonstrou-se ser o momento de menor número de presenças no lugar, tendo até ocorrido algumas saídas da população residente para outras áreas nacionais.

A delimitação inicial do universo amostral tendo por base a tabela de KREJCIE & MORGAN (1970), indicava-nos a necessidade de uma recolha de 186 inquéritos, tendo por base o valor da população residente na freguesia em 2011 (362 hab.), para um nível de significância de 0,05. Contudo, tratando-se de uma análise baseada em fluxos este resultado foi tomado desde início como uma mera referência, pela imprevisibilidade das mobilidades e a não existência de estatísticas detalhadas que afixam estes valores. Assim, recolhemos um total de 115 inquéritos, valor definido quer pelo decorrer do trabalho de campo ao longo dos momentos de recolha, com a perda de efetivo populacional para inquirir, quer pela chegada a um momento de respostas semelhantes, que poderiam potenciar um enviesamento estatístico.

Os indivíduos foram selecionados numa primeira instância ao acaso o que se foi alternando com momentos de recolha baseados em contactos promovidos pela população já inquirida, consequência da receptividade e colaboração da população abordada durante o trabalho de campo.

O número de indivíduos inquiridos em cada período de recolha tentou ser proporcional à disponibilidade de população no lugar naquele momento, sempre com o objetivo de obter o máximo de questionários possível. Neste sentido, no primeiro período de recolha inquiriram-se 60 indivíduos, no segundo período 30 e no terceiro 25 indivíduos. Do mesmo modo tentou-se que a diferenciação entre os sexos fosse diminuta, correspondendo 60 inquiridos ao sexo masculino e 53 ao sexo feminino. No que respeita aos grupos etários, optou-se por inquirir indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos, pelo conteúdo das questões. No entanto, a amostra centrou-se entre os grupos etários 30 a 34 anos e 60 a 64 anos, num total de 73 inquiridos (Quadro VI).

Quadro VI – População inquirida, segundo a idade e sexo, por período de recolha

Período Recolha	População Inquirida, segundo a idade e o sexo											
	15 a 29 anos			30 a 64 anos			65 e mais anos			Total		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
agosto	6	5	11	21	21	42	3	4	7	30	30	60
novembro	1	3	4	5	12	17	3	6	9	9	21	30
dezembro	1	2	3	8	6	14	6	2	8	15	10	25
Total	8	10	18	34	39	73	12	12	24	54	61	115

Por fim, ressalve-se que o questionário foi estruturado em cinco perfis-tipo de acordo com tipologias pré-definidas de relações do indivíduo com o lugar – 1) Residente e natural na freguesia; 2) Residente na freguesia há 1 ano ou mais, mas natural de outra freguesia, concelho ou país; 3) Natural da freguesia ou com relações familiares na mesma, mas residente há 1 ano ou mais noutra freguesia, concelho ou país; 4) Turista/visitante; 5) Investidor ou trabalhador na freguesia mas com residência noutra freguesia, concelho ou país – sendo as perguntas diferenciadas nesse sentido (Anexo I). A ordenação destes perfis foi feita de forma aleatória. Assim, do total do universo estatístico, 28% dos inquiridos correspondia ao perfil 1), 7% ao perfil 2), 50% ao perfil 3), 10% ao perfil 4) e 5% ao perfil 5). Isto demonstra desde logo as dinâmicas afetas ao lugar. O facto de a maior percentagem de inquiridos corresponder ao perfil 3), e juntando-lhe a percentagem dos turistas/visitantes e dos investidores ou trabalhadores na freguesia mas não residentes em Foios, deixa perceber que este é um lugar de prevalência das ausências. Contudo, a ausência destes atores não é absoluta, na medida em que também protagonizam momentos de presença (como aquele em que decorreu o inquérito).

Partiremos agora, e ao longo dos próximos capítulos, para a análise dos resultados relativos aos inquéritos. Numa primeira fase será desenvolvida a caracterização de cada grupo de atores, tendo por base a estrutura do inquérito, recorrendo a uma estatística descritiva com o cruzamento de algumas variáveis que se consideraram relevantes. Para além desta tónica em métricas quantitativas foram também valorizadas ao longo da análise as micronarrativas. Estas foram recolhidas ao longo do questionário pelo facto de as perguntas terem sido colocadas sem opção de resposta, o que permitiu aos inquiridos desenvolver pequenos discursos acerca dos seus percursos de vida, perceções e opiniões sobre os temas do inquérito.

Depois, e ainda com base nos resultados dos inquéritos, tentaremos esquematizar as temporalidades afetas a estes atores, centrando-nos nos períodos de recolha dos inquéritos e na frequência dos regressos dos indivíduos naturais da freguesia ou com relações familiares na mesma, mas não residentes; bem como esboçar as suas redes territoriais, pela representação cartográfica das geografias de relação de Foios e o recurso ao *software* NodeXL. Por fim, trataremos as perceções e o envolvimento destes indivíduos nas trajetórias de desenvolvimento local.

Esta primeira análise resulta da leitura que retirámos do lugar pela nossa perceção dos atores e das respetivas mobilidades. No entanto, reconhecemos a potencial existência de heterogeneidade dentro de cada perfil de atores por nós definido. No sentido de verificar esta hipótese, procedemos a um reagrupamento dos indivíduos com base na criação de *clusters* de atores, resultante de uma análise fatorial em componentes principais (ACP), tendo em conta a sua relação e filiação à freguesia.

Para esta análise, do total de variáveis recolhidas nos inquéritos, foram selecionadas, 101, distribuídas por 37 dimensões (Anexo II). A introdução destas variáveis numa ACP, com recurso ao *software* SPSS *Satistics* 20, resultou na sua compilação em 36 fatores, dos quais foram selecionados os primeiros 10 pela regra do *Scree Plot*, explicando 45% da variação do grau de filiação a Foios, estabelecendo-se em seguida o conjunto de variáveis integrantes de cada um pela avaliação das saturações de cada variável por fator (Anexo III).

No sentido de agregar os indivíduos inquiridos em grupos homogéneos procedemos a uma Análise de *Clusters*, submetendo os valores de saturação dos indivíduos dos 10 fatores retirados da ACP a uma técnica de agrupamento hierárquico de clusters, recorrendo ao mesmo *software*. Desenvolveram-se sucessivas agregações dos sujeitos, considerados individualmente, tendo por base as suas proximidades (euclidianas), pela utilização do método Ward, em que os *clusters* são formados de modo a minimizar a soma dos quadrados dos erros, sendo, em cada passo, os *clusters* retidos aqueles, de todos os possíveis, com menor soma de

quadrados dos erros. Daqui, resultou a criação de cinco *clusters*, fundamentada na análise do dendograma (Anexo IV).

3. ATORES LOCAIS: PERFIS E MOBILIDADES

3.1. RESIDENTES NATURAIS DA FREGUESIA

A análise do perfil do grupo de inquiridos residentes e naturais da freguesia de Foios, evidencia logo um dos problemas estruturais deste espaço, à semelhança de outros de igual posição no contexto territorial nacional: o envelhecimento. Repare-se que 16 inquiridos apresentam uma idade igual ou superior a 60 anos, detendo maior peso os grupos etários 70 a 74 anos (4) e 80 a 84 anos (4). Estes são na sua maioria indivíduos casados (18), no entanto com uma relativa importância de um grupo de indivíduos solteiros (9), do sexo masculino. Denote-se ainda que, sendo uma das características deste grupo de atores locais a naturalidade da freguesia em estudo, seria de esperar que todas as respostas relativas à nacionalidade recaíssem sobre Portugal. No entanto, salientamos um caso único que se constitui como exceção, não pelo seu peso, mas pelo facto de nos transportar já para algumas conclusões sobre a mobilidade afeta a estes territórios, neste caso concreto aos fluxos da emigração, perceptíveis pela dupla nacionalidade do indivíduo em causa, com filiação a França e Portugal (Quadro VII).

Quadro VII – Distribuição dos inquiridos residentes e naturais da freguesia por sexo, grupo etário, nacionalidade e estado civil

	Indivíduos perfil 1)		
	Feminino	Masculino	Total
	Nº	Nº	Nº
15-19 anos	0	1	1
20-24 anos	0	1	1
25-29 anos	1	1	2
30-34 anos	1	1	2
35-39 anos	0	1	1
40-44 anos	1	1	2
45-49 anos	1	0	1
50-54 anos	1	2	3
Grupos etários 55-59 anos	0	3	3
60-64 anos	1	1	2
65-69 anos	2	1	3
70-74 anos	1	3	4
75-79 anos	0	0	0
80-84 anos	4	0	4
85 e mais anos	2	1	3
Total	15	17	32
Nacionalidade Portuguesa	14	17	31
Dupla Nacionalidade	1	0	1
Total	15	17	32
Estado Civil Solteiro	2	7	9
Casado/União de Facto	8	10	18
Divorciado/Separado	1	0	1
Viúvo	4	0	4
Total	15	17	32

No que respeita às características socioeconómicas deste grupo de atores, e iniciando pelo grau de instrução, surgem-nos duas situações: por um lado, 17 inquiridos não completaram o ensino básico ou concluíram o 2º CEB; por outro 13 apresentam um grau de ensino médio e/ou superior. Esta diferenciação pode relacionar-se com a idade média da

população com estas características, no primeiro caso superior a 65 anos e no segundo inferior a 50 anos. Note-se que dos indivíduos portadores de um nível de ensino superior, apenas um se encontra empregado na sua área de formação (Humanidades), estando os restantes desempregados, a trabalhar noutra área ou já em situação de reforma.

Também na distribuição da população segundo a situação perante o trabalho a variável idade toma relevância. Veja-se que 14 inquiridos se apresentam já aposentados, e apenas 9 trabalham por conta de outrem e 5 por conta própria. Quanto à segunda situação, os trabalhadores distribuem-se pelos sectores da agricultura, do comércio e serviços e da segurança e exército. Destaque-se que o local de trabalho dos indivíduos ocupados nos sectores da agricultura e do comércio e serviços se circunscreve às freguesias do concelho de Sabugal, realçando-se Foios no sector agrícola. Já os trabalhadores do sector segurança e exército são forçados a deslocar-se para outros concelhos, como são exemplo Vilar Formoso (Almeida) e Lamego, tendo alguns deles de permanecer ausentes da freguesia durante a semana laboral.

Por sua vez, os trabalhadores por conta própria ocupam-se, no geral, da atividade agrícola (3), detendo microempresas (1 a 2 trabalhos), na sua maioria de cariz familiar, e todas sedeadas na freguesia de Foios.

No que respeita aos rendimentos médios dos agregados familiares dos inquiridos, percebemos que em 21 casos é auferido um rendimento mensal inferior a 1000€ correspondendo na maioria aos indivíduos de menor grau de instrução e aos que se ocupam da atividade agrícola, embora neste último caso a diferença não seja tão notória (Quadro VIII).

Quadro VIII – Características socioeconómicas dos inquiridos residentes e naturais na freguesia

	Grau de Instrução					Total	Sector de Atividade					Total
	Não completou a 1ª e 2ª CEB	1ª e 2ª CEB	3ª CEB	Ensino Secundário	Licenciatura		Agricultura	Construção	Serviços e Comércio	Exército e Segurança	NA	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Trabalhador por conta de outrem	1	0	1	6	1	9	3	0	3	3	0	9
Trabalhador por conta própria	0	3	0	1	1	5	3	1	1	0	0	5
Situação Perante o Trabalho												
A estudar	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1
Desempregado	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	2	2
Portador de deficiência/doente crónico	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Reformado	6	6	1	0	1	14	0	0	0	0	14	14
Total	7	10	2	9	4	32	6	1	4	3	18	32
Rendimento Mensal do Agregado Familiar												
< 500€	3	5	1	2	1	12	1	0	1	1	9	12
500-1000€	3	2	1	3	0	9	2	1	1	1	4	9
1000-2000€	0	2	0	1	2	5	1	0	1	0	3	5
2000-3000€	0	0	0	2	1	3	1	0	1	1	0	3
Não é fixo	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1
NS/NR	1	0	0	1	0	2	0	0	0	0	2	2
Total	7	10	2	9	4	32	6	1	4	3	18	32

A análise da constituição dos agregados familiares dos inquiridos realça mais uma vez as premissas referidas no início deste subcapítulo: o envelhecimento e a saída da população. 10 indivíduos vivem apenas com o cônjuge, apresentando os casais uma idade média superior a 55 anos. 7 vivem com o cônjuge e tem pelo menos um filho. Estes são casais

relativamente mais jovens, concentrando-se na faixa etária dos 30 a 49 anos e com filhos com uma idade média entre 10 e os 19 anos. 6 residem com os pais, sendo na sua maioria indivíduos em idade adulta ainda solteiros. Destes casos, apenas um possui idade inferior a 20 anos, vivendo também com irmãos de idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos. Por fim, evoquem-se os casos de maior isolamento e envelhecimento: 4 dos inquiridos vivem sozinhos apresentando, na sua maioria, idades compreendidas entre os 50 e 69 anos; um grupo de indivíduos com idade superior a 80 anos (4 indivíduos) encontra-se institucionalizado numa infraestrutura local de apoio à terceira idade.

Passando à análise das mobilidades e territorialidades afetas a estes atores, quando questionamos sobre as redes territoriais resultantes de relações familiares, percebemos que metade dos inquiridos detém filhos a residir noutros concelhos e em 4 casos noutros países (Quadro IX). Aqui, como lugares de destino, foram mencionados no território nacional, concelhos da AML (8 respostas), com destaque para Lisboa e Sintra (5 respostas), e o concelho da Guarda (8 respostas), sendo ainda referidos alguns concelhos com áreas urbanas estruturantes do território nacional (e.g. Coimbra, Figueira da Foz, Viseu). Ao nível dos territórios de emigração, sobressai França (3 respostas), sendo também mencionados Espanha e Inglaterra.

Quando alargamos a pergunta a outros familiares, percebemos que as redes territoriais se tornam mais densas e por isso mais complexas. 28 dos 32 inquiridos afirmam ter família a residir noutro concelho e/ou noutro país (Quadro IX). No entanto, apesar do maior número de referências geográficas, continuam a ser, no território nacional, os concelhos de Lisboa (11) e Guarda (5) os mais referidos. Também França é mencionada com maior peso (17) no contexto dos territórios além-fronteiras, sendo mesmo o destino, no conjunto das referências nacionais e internacionais, com maior relevância.

Quadro IX – Redes territoriais por relações de âmbito familiar

	Sim	Não	Total
	Nº	Nº	Nº
Filhos a residir noutro concelho	16	16	32
Filhos a residir noutro país	4	28	32
Familiares a residir noutro concelho ou país*	28	4	32
Total	48	48	96

*Foram consideradas as respostas relativas a residências noutras freguesias do concelho de Sabugal

Todavia, as redes territoriais individuais dos inquiridos não se ficam pela mera relação com familiares de outras áreas geográficas. Eles próprios, ao longo da sua vida, foram tomando contacto com outras áreas, com as quais estabeleceram filiações de intensidade diferenciada. Um exemplo disso passa pelos territórios de migração. Quando questionados

acerca dos seus lugares de residência anteriores, 12 indivíduos afirmaram já ter residido noutra concelho e 16 já ter residido noutra país (Quadro X). Nestes casos, os destinos são mais dispersos e os efetivos quase individualizados, relacionando-se com as motivações da migração. Contudo, deixamos aqui referência aos concelhos com maior efetivo. Em território nacional destacam-se Lisboa (6), Viseu (2) e Almeida (2). Além-fronteiras é mais uma vez França que adquire expressão, arrecadando 12 respostas, seguindo-se Canadá com 2.

Quadro X – Migrações dos inquiridos

	Sim	Não	Total
	Nº	Nº	Nº
Residência noutra concelho	12	20	32
Residência noutra país	16	16	32
Total	28	36	64

*Foram consideradas as respostas relativas a residências noutras freguesias do concelho de Sabugal

Estas migrações levaram a ausências no território de origem. Mais de metade dos indivíduos que residiram noutra concelho e/ou país fizeram-no num período total igual ou superior a 15 anos, sendo que 18 inquiridos migraram por um período igual ou superior a 10 anos. É notório o facto de o tempo máximo de ausência não ser diferente nos casos da migração interna e externa. Tal leva-nos a colocar a hipótese de que a saída não tenha sido motivada por variáveis subjetivas, mas sim por um conjunto de situações às quais a freguesia de Foios não conseguiu dar resposta (e.g. empregabilidade). Estas ausências, decorridas em idade ativa, traduziram-se em impactos demográficos, sociais e económicos relevantes na freguesia.

Neste contexto, os anos de 1965 a 1975 foram aqueles em que verificámos maior concentração de saídas deste grupo de atores. Contudo, de 1955 a 1994 existiram sempre fluxos nesta direção. Repare-se também que, após uma pequena quebra na segunda metade dos anos 1990, os fluxos de saída foram retomados, podendo relacionar-se com uma nova geração de migrantes.

Se analisarmos as migrações de cada indivíduo de forma isolada, verificamos que, em quase todos os casos, elas não ocorreram nem de forma contínua no tempo, nem no mesmo espaço geográfico. Sobressaem períodos de ausência, entrecortados por pequenos retornos, ou por mudanças de local de chegada. A título de exemplo, o inquirido nº 029 efetuou a sua primeira migração entre 1960 e 1965, em direção a Lisboa, alterando em 1967 o seu lugar de residência para Moura, durante um ano. Ainda nessa década foi residir para Almeida, de onde saiu na primeira metade da década de 1970, para a freguesia de Vale de

Espinho, no concelho de Sabugal, e em seguida para a freguesia de Aldeia do Bispo, regressando a Foios na primeira metade da década de 1980.

Se neste caso verificamos uma ausência contínua, mas geograficamente dispersa, no caso do inquirido nº 001, o destino (França) manteve-se, mas o período de ausência foi quebrado por um período de retorno. Existem, ainda, tempos de ausência mais longos e confinados a um único espaço geográfico.

Percebemos, assim, que as possibilidades de conjugação de tempos e espaços são múltiplas, e este exercício se torna bastante enriquecedor e elucidativo da complexidade inerente às multiterritorialidades de cada habitante local (Fig. 43).

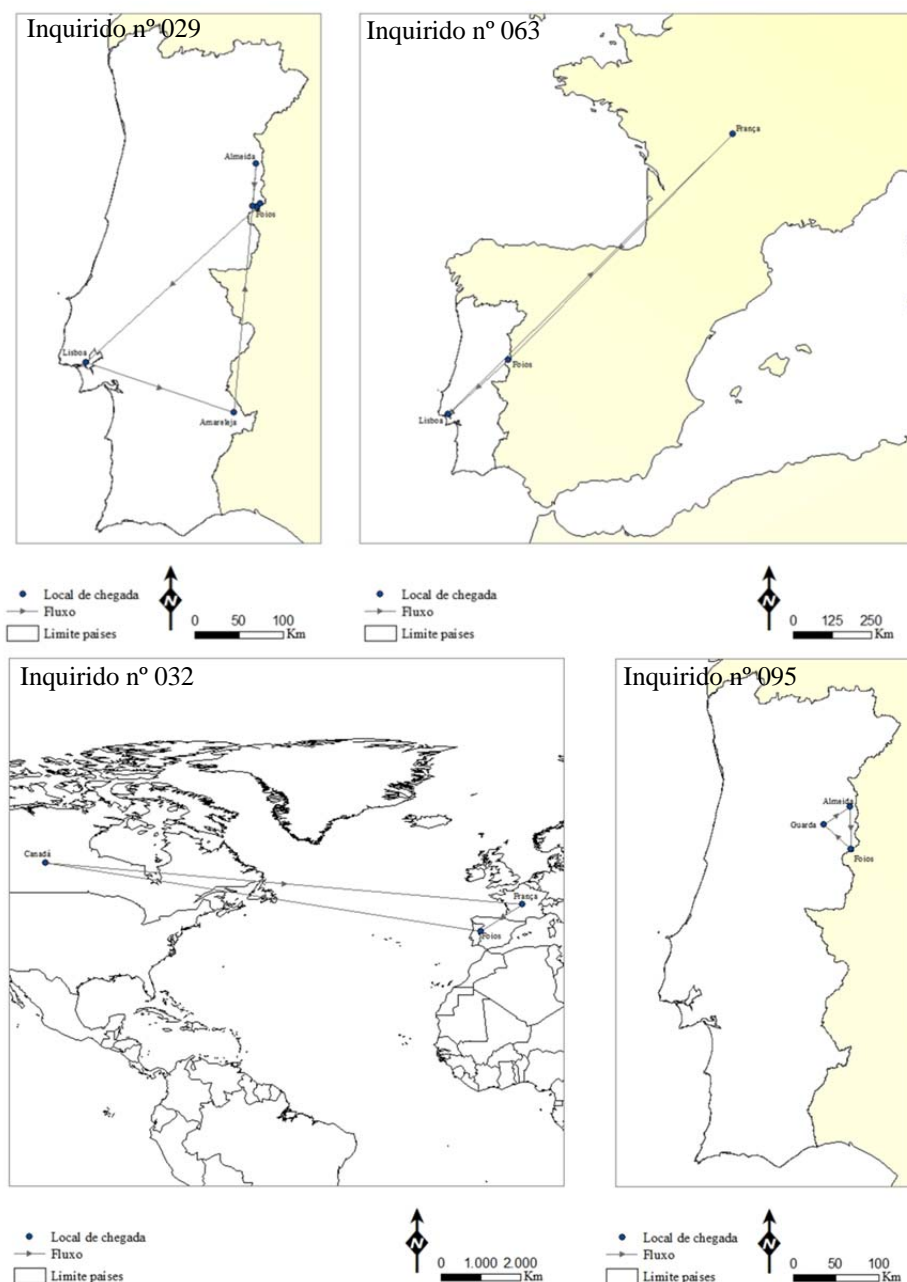


Fig. 43 – Territórios de migração: exemplo de quatro residentes de Foios

As motivações da opção pela saída de Foios relacionaram-se, em 9 casos, com as más condições de vida experienciadas pelos inquiridos e as expectativas de conseguir rendimentos mais elevados e por consequência uma melhoria da qualidade de vida. Isso é expresso em desabafos como “Não havia nada em Foios. Havia pobreza. Vivia-se do contrabando”,¹⁹ sendo que muitas vezes as decisões de abandono da terra de origem eram tomadas no sentido de potenciar um melhor futuro para os filhos.

Por outro lado, o reencontro com o cônjuge já emigrado ou o acompanhamento dos pais no trajeto da migração esteve na base de 8 saídas. Aqui pesam ainda situações de contração de matrimónio com indivíduos não residentes na freguesia ou o nascimento durante o período de migração dos pais, não sendo neste caso um ato voluntário. A estes juntam-se motivos como a angariação de trabalho (5 respostas), a continuidade dos estudos (1 resposta) ou o cumprimento do serviço militar (1 resposta), que se repercutiram numa saída praticamente permanente do local de origem, por norma restrita a concelhos nacionais (Fig. 44-a).

Quanto aos retornos, esses prenderam-se com situações de acompanhamento e/ ou apoio familiar (14 respostas), seja pelo facto de um dos membros do agregado desejar retornar às origens, seja por necessidade de apoio ao núcleo familiar que não migrou. Verificam-se ainda situações em que o regresso se prende com o medo de a 2ª e 3ª gerações não quererem regressar a Foios.

Há ainda referência à forte filiação ao local de origem (6 respostas), porque “o regresso a Foios sempre foi o objetivo”, ou a inadaptação ao local de chegada (3 respostas), pelo cariz urbano, pela diferenciação de usos e costumes. Situações de âmbito económico são também referenciadas: a aproximação do local de trabalho, a opção por abertura de um negócio próprio na freguesia (3 respostas), a situação de desemprego ou o alcance da reforma (2 respostas), evidenciam uma certa frequência na imposição das saídas pela incapacidade de resposta de Foios às necessidades dos seus habitantes, neste caso concreto a oferta de postos de trabalho (Fig. 44-b).

De forma a demonstrar a multiplicidade de fluxos afetos a cada perfil de atores, focamos aquilo que chamamos de mobilidades de proximidade, seja pela curta distância percorrida, seja pelo menor tempo utilizado (Quadro XI). Quando questionados sobre o hábito de saída da freguesia, 26 inquiridos afirmam desenvolver fluxos além das fronteiras de Foios. Desses, 6 desenvolvem-nos diariamente, 8 pelo menos uma vez por semana, 3 pelo menos

¹⁹ Ao longo desta análise utilizaremos entre aspas pequenas narrativas dos atores locais obtidas nos inquéritos.

uma vez por mês e 9 de uma forma mais escassa. Note-se que a este último grupo correspondem indivíduos de uma idade média que ronda os 65 a 70 anos, o que remete por um lado, para a menor necessidade de saída, pela não existência de prática laboral, e por outro, para a menor capacidade de mobilidade, conduzindo-nos às questões do confinamento espacial pelo envelhecimento.

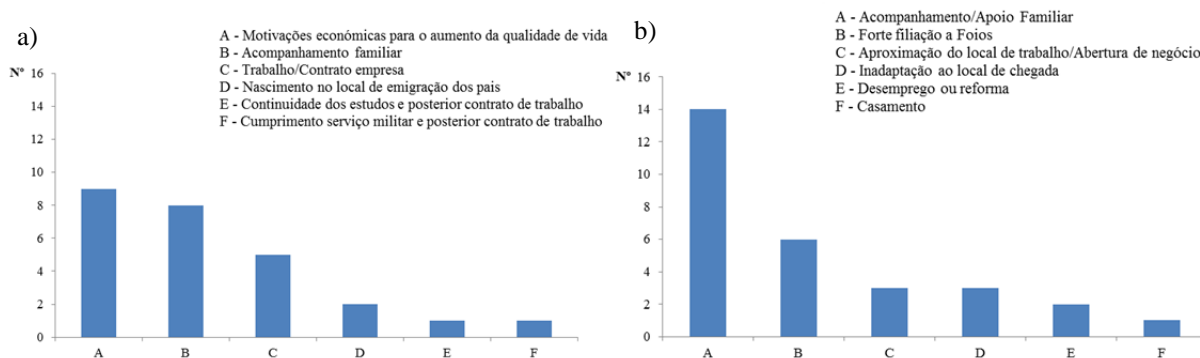


Fig. 44 – Motivações afetas às migrações: fatores de saída (a) e de retorno (b)

Quadro XI – Motivação afeta às mobilidades de proximidade, segundo a periodicidade

	Periodicidade das mobilidades				
	Diária	Pelo menos 1 vez semana	Pelo menos 1 vez mês	Inferior a 1 vez mês	Total
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Profissionais	6	3	0	0	9
Obtenção de serviços	0	3	1	4	8
Aquisição de bens	0	1	1	0	2
Lazer/Turismo	1	5	2	6	14
Visita a familiares	1	1	0	0	2
Total	8	13	4	10	35

No que respeita às atividades que motivam estas mobilidades, 14 respostas recaem sobre atividades de turismo e lazer, 9 sobre atividades profissionais, 8 sobre a obtenção de serviços e 2 sobre a aquisição de bens e visita a familiares, respetivamente. Note-se que as mobilidades diárias são no geral desenvolvidas por motivos profissionais, enquanto as mobilidades de periodicidade mais esparsa se relacionam com tempos de lazer. A aquisição de bens e obtenção de serviços são também desenvolvidas com menor frequência, embora o seu peso seja relativamente inferior.

3.2. “NOVOS” HABITANTES RURAIS

O perfil etário dos inquiridos deste grupo de atores transporta-nos para a esperança de que a chegada de novos habitantes a áreas de baixa densidade rural poderá esbater a situação demográfica atual. Esta hipótese é colocada pelo facto de 3 dos “novos” residentes de

Foios ter uma idade inferior a 40 anos, sendo que o escalão etário apenas aumenta 10 anos se quisermos atingir metade deste grupo populacional.

Provenientes em 5 dos 8 casos de concelhos próximos de Foios (e.g. Castelo Branco, Guarda, Penamacor) ou mesmo de algumas das freguesias do concelho de Sabugal, verificamos a preponderância da nacionalidade portuguesa. As maiores distâncias foram percorridas por indivíduos oriundos do concelho de Lisboa, mas também de países como Suíça e Argentina (Quadro XII). Nestes casos, estamos perante 2ª e 3ª gerações de migrantes locais que decidem “retornar” ao local de origem dos familiares.

Quadro XII – Distribuição dos “novos” habitantes da freguesia por sexo, grupo etário, nacionalidade e estado civil

	Indivíduos perfil 2)		
	Feminino	Masculino	Total
	Nº	Nº	Nº
25-29 anos	0	1	1
35-39 anos	1	1	2
45-49 anos	0	1	1
Grupos etários 50-54 anos	0	2	2
75-79 anos	0	1	1
85 e mais anos	1	0	1
Total	2	6	8
Portuguesa	2	5	7
Nacionalidade Dupla Nacionalidade	0	1	1
Total	2	6	8
Solteiro	0	1	1
Estado Civil Casado/União de Facto	1	5	6
Viúvo	1	0	1
Total	2	6	8

Todavia, a hipótese de alteração demográfica num sentido positivo, poderá não ter uma tradução direta no que respeita à socio-economia local. Por um lado os inquiridos apresentam um grau de instrução baixo a mediano: 4 possuem o 1º e 2º CEB como grau de instrução concluído, correspondendo o grau de instrução mais baixo aos indivíduos de maior idade.

Por outro lado, nem todos estes atores se constituem como empreendedores locais: 3 trabalham por conta de outrem, 2 trabalham por conta própria e 3 já se encontram reformados. Os trabalhadores por conta de outrem surgem como um grupo heterogéneo, apresentando indivíduos com diferentes graus de instrução e ocupando-se de atividades do sector primário, secundário e terciário. Destes, 2 desenvolvem a atividade na freguesia. O único indivíduo que não o pratica ocupa-se da extração mineira e apresenta-se como um caso de estudo interessante. O seu local de trabalho situa-se em França. Apesar de possuir a sua residência em Foios, durante 8 meses em cada ano ausenta-se para exercer a sua atividade laboral naquele país. Por sua vez, os trabalhadores por conta própria ocupam-se todos de atividades

do sector terciário ligadas à cafetaria e restauração. São microempresas (máximo de 5 trabalhadores) sedeadas em Foios, que acabam por se constituir como empregadoras locais.

Quando abordamos o rendimento mensal médio do agregado familiar, percebemos que os valores auferidos são relativamente baixos: em 5 casos são inferiores a 1000€ mensais. Estes valores são obtidos pelos indivíduos em situação de reforma ou empregados no sector terciário que possuem empresa própria, e que têm um nível de escolaridade mais baixo (Quadro XIII).

Quadro XIII – Características socioeconómicas dos “novos” habitantes locais

	Grau de Instrução				Sector de Atividade					Total
	1º e 2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário	Total	Agricultura	Indústria	Serviços e Comércio	NA		
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº		
Situação Perante o Trabalho	Trabalhador por conta de outrem	1	1	1	3	1	1	1	0	3
	Trabalhador por conta própria	0	1	1	2	0	0	2	0	2
	Reformado	3	0	0	3	0	0	0	3	3
	Total	4	2	2	8	1	1	3	3	8
Rendimento Mensal do Agregado Familiar	< 500€	2	0	1	3	0	0	1	2	3
	500-1000€	1	1	0	2	0	0	1	1	2
	1000-2000€	0	0	1	1	1	0	0	0	1
	2000-3000€	1	0	0	1	0	1	0	0	1
	NS/NR	0	1	0	1	0	0	1	0	1
Total	4	2	2	8	1	1	3	3	8	

A composição dos agregados familiares destes habitantes enfatiza a sua importância na reconversão da situação demográfica local. 6 indivíduos vivem com o conjugue e 4 têm pelo menos um filho. A distribuição destes elementos por faixas etárias demonstra o potencial rejuvenescimento pelo maior peso dos efetivos dos 0 aos 39 anos (5 indivíduos).

Iniciando um percurso pelas mobilidades afetas a estes atores, e centrando-nos numa primeira fase no seu percurso de chegada a Foios, as saídas do local de origem tiveram na base motivações ligadas ao acompanhamento familiar (3 respostas), com destaque para as situações de indivíduos menores, nascidos durante a migração dos pais, que os acompanharam no processo de retorno, a contração de matrimónio com residentes naturais da freguesia de Foios (2 respostas), ou ainda o aumento salarial, a procura de qualidade de vida e o apoio na velhice (1 respostas respetivamente). As duas últimas motivações são relativas a mobilidades recentes. Aqui depreendem-se dois fatores: por um lado, as opções territoriais voluntárias inerentes à procura de estilos de vida mais saudáveis e à fuga ao *stress* urbano; por outro lado, a oferta local em equipamentos – lar de idosos – como potencial de captação de população, embora neste caso seja promotora do agravamento da situação de envelhecimento já presenciada (Fig. 45-a).

Focando a questão das motivações na escolha concreta de Foios para residir, a importância da relação familiar ganha de novo relevância: 3 respostas recaem sobre questões de casamento, 2 nas situações de acompanhamento familiar e 2 na existência de redes de

suporte à integração na freguesia pela presença de raízes familiares no local. As restantes distribuem-se por situações de contrato de trabalho ou procura de serviços de apoio na velhice (Fig. 45-b).

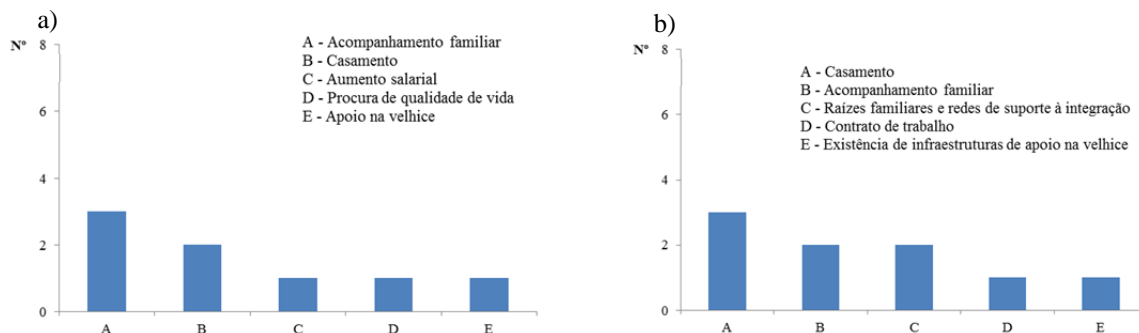


Fig. 45 – Motivações das migrações dos “novos” habitantes: motivos da saída do local de origem (a) e escolha de Foios para residir (b)

Como já mencionado, no conjunto destes “novos” habitantes de Foios, existem dois imigrantes. Nestes casos, nas causas de chegada a Portugal, para além do acompanhamento familiar após uma decisão de retorno, há também referência à fuga a situações de repressão política, como é exemplo a ditadura argentina. Todavia, estes indivíduos adquiriram mais tarde a nacionalidade portuguesa. Por outro lado, a sua filiação a Portugal, e mais concretamente a Foios, é visível quando percebemos que a sua chegada ao território nacional foi direta para esta freguesia.

As entradas destes atores na área em estudo, decorreram de forma dispersa, quase que em situações individualizadas, desde a década de 1960. No entanto, é na década de 2000 que se concentra o maior efetivo de chegadas (3), sendo os anos 1980 a 1989 aqueles que apresentam o segundo maior valor (2). Estes dados permitem-nos refletir sobre a resiliência destes lugares a períodos de crise e a sua perceção como espaço reserva perante estas situações. As décadas em que se registou maior número de chegadas coincidiram com momentos afetados por crises (crise de 1979 e crise de 2008). As opções de vida nestes lugares podem ter ocorrido em, pelo menos, duas situações: por um lado a existência de propriedades que facilitassem a qualidade de vida na sua componente económica, pelos menores gastos com a habitação e a rentabilização de investimentos, por outro a perceção destes espaços como áreas de oportunidade pelo investimento em atividades diferenciadas, como a agricultura ou silvicultura, ou ainda a criação de ofertas locais inexistentes, com ênfase no sector dos serviços e comércio.

Nos casos em que a motivação da chegada se relacionou com opções do agregado familiar, verificou-se uma migração acompanhada pela família. Por sua vez, as migrações

afetas à procura de melhor qualidade de vida ou a serviços de apoio pessoal foram desenvolvidas de forma isolada e sem pretensão de reagrupamento familiar. Nas situações em que a chegada foi motivada pela contração de matrimónio com um indivíduo natural e residente na freguesia, a migração também se efetuou de forma isolada, no sentido da constituição de um novo núcleo familiar. Por fim, a situação de chegada afeta ao encontro de um local de trabalho foi feita, numa primeira fase, de forma isolada, havendo um posterior reagrupamento da família.

Quando questionados sobre as dificuldades sentidas aquando da chegada a Foios, metade dos indivíduos afirma não ter tido dificuldades ou não ter perceção das mesmas. Tal deve-se, no primeiro caso, ao prévio conhecimento da freguesia e das suas gentes pelas relações interpessoais aí existentes. No segundo caso, a falta de perceção fundamenta-se pela idade que os inquiridos possuíam no momento, geralmente ainda crianças. Para além destes, 2 mencionam como maior dificuldade a adaptação aos usos e costumes locais e 1, respetivamente, refere-se às saudades do local de origem, ao clima rigoroso sentido em Foios e à língua portuguesa, pela origem estrangeira. Estamos, assim, perante situações mais críticas em que os processos de desterritorialização marcam o indivíduo e a reterritorialização se apresenta mais demorada.

Contudo, 5 dos inquiridos fazem uma avaliação bastante positiva da sua integração na comunidade local, classificando-a em 5, numa escala de 0 (péssima) a 5 (perfeita). 1 classifica-a de forma mediana e 2 afirmam ter desenvolvido uma integração gradual, que ao início classificariam como péssima ou pouco favorável, mas que hoje consideram perfeita.

Às classificações medianas e perfeitas os inquiridos associaram fatores como o pré-conhecimento e gosto pela comunidade, a hospitalidade da população local e o espírito de entreajuda. Para além destes referiram ainda a existência de uma integração gradual pelo contacto e sociabilização com os habitantes locais ou evidenciaram alguns fatores que poderiam ter condicionado a sua integração, como a língua e a diferenciação de usos e costumes, mas que no entanto não foram entraves a uma boa inclusão. Quanto aos casos em que a perceção da integração foi melhorada com o aumento do tempo de permanência em Foios, os principais entraves relacionaram-se com o desconhecimento da língua portuguesa e a não existência de um contacto anterior com a freguesia e a população local (Quadro XIV).

Porém, a filiação a Foios pode ser também interpretada pela ligação que estes “novos” habitantes detêm com o local de origem: a perda de filiação com este último pode repercutir-se num aumento do sentido de pertença a Foios. Quando questionados sobre a existência de contacto com a sua área de proveniência, 7 dos 8 indivíduos afirmam manter

ligação à terra de origem. Contudo, essa relação apresenta-se ténue e transparece uma certa decadência com o passar do tempo. Ao nível do envio de remessas, apenas um inquirido afirmou tê-lo feito numa primeira fase da sua chegada à freguesia. Enviava mais de 50% do seu rendimento ao cônjuge que tinha ficado no local de origem. Para além deste dado, o contacto que estes atores locais mantêm com as suas raízes telúricas desenvolve-se apenas por regressos em férias (5 indivíduos) e/ou por contacto telefónico (7 indivíduos).

Quadro XIV – Avaliação da integração na comunidade de Foios, segundo o motivo da avaliação

Motivo Avaliação	Avaliação da integração			Total Nº
	3 a 4 Nº	5 Nº	Outras Nº	
Língua	0	1	1	2
Desconhecimento do local e população	0	1	1	2
Integração gradual na comunidade	0	2	2	4
Pré-conhecimento e gosto pela comunidade	0	2	0	2
Hospitalidade e entreatada da população	1	2	0	3
Outras	0	2	0	2
Total	1	10	4	15

0 = péssimo 5 = perfeito

No primeiro caso, verificamos duas situações: 3 dos indivíduos que desenvolvem esta mobilidade fazem-no com uma frequência inferior a 2 vezes por anos, enquanto outro tanto o pratica com bastante regularidade, entre períodos de tempo quinzenais ou mensais. Aqui o fator distância acaba por ser relevante já que a maior frequência das visitas ocorre em indivíduos cujo local de origem se situa ainda no concelho de Sabugal ou no concelho da Guarda, ao qual se junta a capacidade de mobilidade inerente ao meio de transporte utilizado (automóvel particular em 5 casos) e à capacidade física do indivíduo (nos casos da população idosa). Quanto ao contacto via telefone, a sua frequência é maior sendo em 5 situações igual ou superior a um dia por semana. Repare-se que não existem referências à utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) (e.g. internet).

O afastamento filial ao local de chegada é ainda visível pelo facto de todos os inquiridos não consumirem bens (tradicionalistas) provenientes desses espaços, e apenas 3 desenvolverem práticas culturais típicas do local de origem em Foios. Nestas últimas enquadram-se a divulgação de usos e costumes na comunidade em geral (e.g. formas de trabalho nos serviços de restauração), ou a divulgação das tradições e elementos identitários em grupos mais restritos (e.g. cantares tradicionais), compostos por amigos e familiares. Nos casos de migrantes provenientes de freguesias do concelho de Sabugal, este tipo de questões não adquire expressão pelo conjunto de práticas, tradições e produtos idênticos (Quadro XV).

A ênfase dada à quebra de filiação com o local de origem e o apego a Foios é também visível quando questionamos os inquiridos sobre a pretensão de futuras mobilidades.

5 indivíduos afirmam não querer retornar ao local de origem, e os restantes 3 não colocam esta como uma hipótese certa. Para além disso, 6 destes afirmam não pretender mudar de freguesia ou país de residência e os restantes 2 também não o conseguem afirmar de forma assertiva. Nos casos em que existe a possibilidade de saída da freguesia de Foios, as motivações prendem-se com a necessidade de apoio ou acompanhamento familiar ou a angariação de um contrato de trabalho mais apelativo em relação ao atual. Ou seja, de uma forma geral, Foios apresenta-se como um espaço de oportunidade e segurança (ontológica) para estes atores locais, capaz de lhes oferecer respostas às suas necessidades quotidianas.

Quadro XV – Indicadores de contacto dos “novos” habitantes de Foios ao local de origem

	Sim	Não	Total
	Nº	Nº	Nº
Contacto com o local de origem	7	1	8
Envio de remessas	0	8	8
Investimentos	0	8	8
Tipologia do contacto			
Contacto telefónico	7	1	8
Regresso em férias	5	3	8
Consumo de bens	0	8	8
Práticas culturais	3	5	8
Total	22	34	56

De forma a alargar a visão sobre as territorialidades destes habitantes, questionámo-los acerca da existência e distribuição de familiares noutras áreas nacionais. O total de respostas afirmativas revelou uma concentração destas relações com freguesias do concelho de Sabugal (6), mas também nos concelhos de Lisboa e Guarda (2 respetivamente). No entanto, as referências espaciais destes contactos relacionam-se de forma direta com os locais de origem dos inquiridos.

Ainda no contexto das mobilidades, 7 inquiridos afirmam desenvolver saídas da sua freguesia, no essencial, para a obtenção de serviços (4) e o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer (3). A frequência destes fluxos concentra-se em períodos semanais, seguindo-se a referência a saídas iguais ou superiores a uma vez por mês (Quadro XVI).

Quadro XVI – Motivação afeta às mobilidades de proximidade, segundo a periodicidade

	Periodicidade das mobilidades				Total
	Diária	Pelo menos 1 vez semana	Pelo menos 1 vez mês	Outa situação	
	Nº	Nº	Nº	Nº	
Profissionais	0	0	0	1	1
Obtenção de serviços	1	1	2	0	4
Motivação mobilidades					
Aquisição de bens	0	2	0	0	2
Lazer/Turismo	0	2	1	0	3
Total	1	5	3	1	10

Cruzando a frequência das saídas com as suas motivações, percebemos que as saídas diárias restringem-se a motivações laborais, as saídas semanais, à semelhança das restantes, relacionam-se com a obtenção de serviços, a aquisição de bens e o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo.

3.3. (E)MIGRANTES E FAMILIARES DOS HABITANTES LOCAIS

O terceiro grupo de atores relaciona-se com o conjunto de indivíduos, naturais da freguesia ou possuidores de relações familiares na mesma, que não habita em Foios há um ano ou mais. Este é um grupo de atores relativamente mais jovem – 36 inquiridos possuem uma idade inferior a 45 anos – na sua maioria casados e de nacionalidade portuguesa (Quadro XVII).

Quadro XVII - Distribuição dos (e)migrantes e familiares dos habitantes locais por sexo, grupo etário, nacionalidade e estado civil

	Indivíduos perfil 3)		
	Feminino	Masculino	Total
	Nº	Nº	Nº
15-19 anos	3	0	3
20-24 anos	1	2	3
25-29 anos	3	3	6
30-34 anos	2	3	5
35-39 anos	5	2	7
40-44 anos	7	5	12
Grupos etários 45-49 anos	3	3	6
50-54 anos	3	3	6
55-59 anos	0	0	0
60-64 anos	1	4	5
65-69 anos	2	1	3
70-74 anos	0	1	1
Total	30	27	57
Nacionalidade Portuguesa	28	25	53
Francesa	1	1	2
Dupla Nacionalidade	1	1	2
Total	30	27	57
Estado Civil Solteiro	8	7	15
Casado/União de Facto	19	17	36
Divorciado/Separado	2	2	4
Viúvo	1	1	2
Total	30	27	57

Ao analisarmos a distribuição geográfica destes atores, se tivermos em conta a variação temporal afeta à naturalidade e ao local de residência atual, percebemos uma perda de importância dos concelhos de Sabugal e da Guarda para os concelhos da AML. O peso dos concelhos de Sabugal e Guarda nos territórios de naturalidade (27 indivíduos), com destaque para Foios (13 indivíduos), reduz-se para 17 indivíduos quando nos referimos aos espaços de residência. Esta perda é mais visível no caso do concelho de Sabugal que passa a representar apenas 4 das referências. Por sua vez, a AML surge-nos como o espaço de maior

concentração da população “migrante” de Foios (22 lugares de residência face a 9 espaços de naturalidade) (Fig. 46). Refira-se ainda que, além-fronteiras, França constitui-se como o país de maior peso quer no contexto dos territórios de naturalidade (13), quer nos de residência (7), existindo ainda referências a países como Canadá ou Argentina, mas também alguns países africanos.

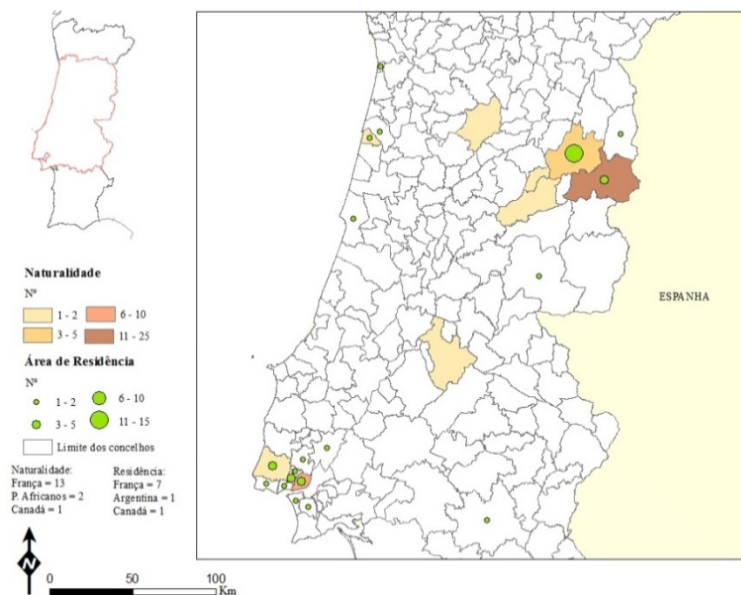


Fig. 46 – Distribuição dos (e)migrantes e familiares dos residentes locais, segundo os concelhos de naturalidade e residência

Ao nível socioeconómico este grupo de atores caracteriza-se por um nível de instrução superior: 27 inquiridos possuem um grau de instrução máximo superior ao ensino secundário. A este nível, têm formação na área do ensino (7), economia, gestão e administração (5), estudos sociais e do comportamento (4), humanidades (3), medicina e serviços de saúde (3), e ainda nos ramos das engenharias, matemática e segurança pública.

Na sua maioria ocupam-se de atividades do sector dos serviços e comércio (35 indivíduos) e apresentam-se como trabalhadores por conta de outrem (32 indivíduos). Verifique-se que com o aumento do grau de instrução há uma tendência para a situação profissional depender de um terceiro, sendo possível encontrar nos níveis mais baixos de qualificações situações de reforma, desemprego ou até mesmo de trabalhadores por conta própria, para além dos indivíduos que ainda não terminaram o seu ciclo de estudos.

No que respeita aos rendimentos médios mensais auferidos pelo agregado familiar dos inquiridos, traduzindo os níveis de qualificação mais elevados, verifica-se um ganho, em 44 dos casos, superior a 1000€ Quando cruzamos esta informação com as atividades profissionais desenvolvidas por cada indivíduo, notamos que apenas os trabalhadores do

sector da segurança e exército não conseguem acompanhar o valor dos rendimentos atrás referidos (Quadro XVIII).

A relação que cada um destes indivíduos detém com Foios não é igual. Se tivermos em conta o lugar de nascimento verificamos que apenas 13 são naturais da freguesia, aqueles a quem poderemos designar por (e)migrantes, correspondendo 34 casos a indivíduos que apenas possuem relações familiares naquele espaço, na sua maioria elementos do agregado familiar de (e)migrantes locais, ou membros de 2^{as} e 3^{as} gerações desses. Há no entanto, uma pequena percentagem de casos, que referimos aqui pela sua importância na perceção das mobilidades locais e da filiação ao lugar. Por um lado, um conjunto de indivíduos que, não tendo naturalidade em Foios, residiu na freguesia maior parte da sua infância até à vida adulta. São situações de nascimentos ocorridos durante o período de migração dos pais, tendo existido um posterior retorno. Por outro lado, situações em que a filiação ao local de origem é tão forte que os indivíduos, embora já não residam nesse espaço, decidem registar os seus descendentes como naturais daquela área, apesar de tal não ter efetivamente acontecido.

Quadro XVIII - Características socioeconómicas dos (e)migrantes e familiares dos residentes locais

	Grau de Instrução								Sector de Atividade					Total
	Não frequentou a escola	1º e 2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário	Ensino pós-secundário, não superior	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado ou nível superior	Total	Construção	Serviços e Comércio	Exército e Segurança	NA	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	
Trabalhador por conta de outrem	0	1	1	12	1	0	15	2	32	0	30	2	0	32
Trabalhador por conta própria	0	1	0	0	1	1	2	0	5	1	4	0	0	5
A estudar	0	0	0	3	0	0	3	0	6	0	0	0	0	6
Situação Perante o Trabalho														
Desempregado	0	0	1	3	0	0	0	0	4	0	0	0	4	4
Reformado	2	1	0	3	0	0	1	0	7	0	0	0	7	7
Doméstico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra situação	0	1	0	1	0	0	1	0	3	0	1	0	2	3
Total	2	4	2	22	2	1	22	2	57	1	35	2	19	57
< 500€	1	0	1	1	0	0	0	0	3	0	0	1	2	3
500-1000€	0	2	0	2	0	0	2	0	6	0	4	0	2	6
1000-2000€	0	0	0	12	0	0	6	1	19	0	14	1	8	23
2000-3000€	1	1	0	7	1	1	10	1	22	0	11	0	7	18
> 3000€	0	1	0	0	0	0	2	0	3	1	2	0	0	3
Rendimento Mensal do Agregado Familiar														
Não é fixo	0	0	0	0	1	0	1	0	2	0	2	0	0	2
NS/NR	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0	2	0	0	2
Total	2	4	2	22	2	1	22	2	57	1	35	2	19	57

Assim, para a análise dos fluxos de saída de Foios, iremos considerar apenas os indivíduos naturais da freguesia e aqueles que apesar de não possuírem a naturalidade de Foios, habitaram a freguesia, num total de 21 inquiridos.

Com maior efetivo nas décadas de 1980 e 1990, os fluxos de saída de Foios tiveram na sua origem quase sempre fatores económicos. A obtenção de um contrato de trabalho fora da freguesia (6 respostas) ou a necessidade de sair da mesma para prosseguir os estudos (5 respostas), aliada à procura de melhores condições de vida (3 respostas), repercutiram-se em saídas que até hoje afastaram estes indivíduos da presença quotidiana na aldeia. Acrescem

ainda situações de saídas menos voluntárias, como é o caso do acompanhamento dos pais no seu percurso migratório ou o cumprimento do serviço militar obrigatório (Quadro XIX).

Pelo seu perfil motivacional, estas saídas ocorreram em 10 casos de forma individual, em 8 foram desenvolvidas pelo agregado familiar e em 3 houve, numa primeira fase, uma partida do inquirido e um posterior reagrupamento familiar. O facto de estes migrantes terem desenvolvido o percurso pessoal e profissional fora da freguesia de Foios, com a constituição de novos núcleos familiares, repercute-se na não existência do objetivo de reagrupar o núcleo familiar inicial.

Quadro XIX – Motivação da saída de Foios, segundo o ano de saída

Motivação da saída	Ano de Saída							Total
	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2013	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Trabalho/Contrato empresa	0	1	1	2	1	0	1	6
Continuidade dos estudos e posterior oferta de trabalho	2	1	0	2	0	0	0	5
Acompanhamento familiar	1	0	0	0	3	0	1	5
Motivações económicas para aumento da qualidade de vida	1	0	0	1	1	0	0	3
Desemprego por decadência da oferta local	0	1	0	0	1	0	0	3
Cumprimento do serviço militar	1	0	0	0	1	0	0	1
Outras	0	0	0	0	0	1	0	2
Total	5	3	1	5	7	1	2	25

Quando questionados pelas razões de escolha do atual local de residência, estes migrantes focam mais uma vez as questões económicas e profissionais, com 9 respostas a recaírem sobre a disponibilidade de emprego ou a obtenção de um contrato de trabalho. São também referidas situações de acompanhamento familiar, seja pela contração de matrimónio, seja pela maior aproximação do local de trabalho do cônjuge ou mesmo pela necessidade de apoio de uma das partes (e.g. apoio na velhice) (Quadro XX).

Ao nível das dificuldades sentidas aquando da chega ao local de acolhimento, 10 indivíduos afirmam não ter tido dificuldades ou não ter perceção das mesmas. Para além do fator idade patente no segundo caso, sobressai aqui a possibilidade de esta facilidade de integração ter inerente um percurso migratório anterior, não sendo o atual local de residência correspondente ao primeiro local de chegada após a saída de Foios. Estas respostas contrapõem-se à situação isolada da persistente inadaptação ao local de chegada, como que num sentimento de perda de segurança ontológica e de desterritorialização. 6 dos migrantes apontam como maiores dificuldades a integração na comunidade do local de chegada, pela diferenciação de usos e costumes, no essencial por se tratarem de áreas urbanas (Quadro XXI).

Quadro XX – Motivação da escolha do local de residência atual

Respostas	
	Nº
Disponibilidade de emprego/contrato de trabalho	9
Acompanhamento/Apoio familiar	6
Redes familiares de suporte á migração	3
Área urbana de maior proximidade a Foios	2
perspetivas de melhoria da qualidade de vida	1
Motivações académicas	1
Outros	3
Total	25

Quadro XXI – Dificuldades sentidas à chegada ao local de residência atual

Respostas	
	Nº
Nenhuma ou sem perceção	10
Integração na comunidade, usos e costumes	6
Língua	4
Nunca se conseguiu integrar/habituar totalmente	1
Total	21

Voltando à análise da totalidade dos indivíduos deste subgrupo de atores locais, evidenciamos o facto de estes fluxos para o exterior da freguesia se apresentarem quase como uma herança familiar adquirida de geração em geração. Isto é visível quando 46 dos 57 inquiridos afirmam ter familiares que também desenvolveram estes fluxos. À semelhança do que aconteceu com os atuais residentes (e naturais) da freguesia, foi nas décadas de 1950, 1960 e 1970 que se registou o maior efetivo de saídas protagonizadas pelos familiares deste grupo de atores (35). No entanto, de 1940 até 2013 estes fluxos sentiram-se de forma ininterrupta, registando-se na última década o segundo maior efetivo. Como principais destinos intrafronteiras sobressaem os concelhos de Lisboa (11 respostas) e Guarda (8 respostas), com maior preponderância nas décadas de 1970 e 1980, no primeiro caso, e de 1980 e 1990 no segundo. Todavia, é França que se constitui como principal destino de migração (36 respostas), preferencial nas décadas de 1950 a 1970, mas com nova ênfase desde 2010 (Quadro XXII).

Quadro XXII – Migrações dos familiares dos (e)migrantes e indivíduos com relações familiares em Foios, segundo o destino e o ano de saída da freguesia

Destino	Ano de Saída									Total
	1940-1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2013	NS/NR	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	
Portugal	Amadora	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Coimbra	0	0	0	0	1	1	0	0	2
	Figueira da Foz	0	0	0	0	1	0	1	0	2
	Guarda	0	0	0	0	3	4	1	0	8
	Ílhavo	1	1	1	0	0	0	0	0	3
	Lisboa	0	1	1	3	2	1	2	0	11
	Mirandela	0	1	1	0	0	0	0	0	2
	Viseu	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Outros países	Argentina	0	2	2	0	0	0	0	0	4
	Canadá	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	Espanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	França	2	7	7	6	2	1	3	5	36
	Inglaterra	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Suiça	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Total	3	12	12	11	9	7	8	7	5	74

Apesar deste afastamento físico, a ligação e o sentido de pertença a Foios não se foi desvanecendo. Existe uma manutenção de diferentes formas de contacto com a freguesia

(Quadro XXIII). Com maior expressão, os regressos em férias. Protagonizados por todos os atores, estes decorrem, em 22 casos, com uma frequência mensal ou de menor espaço de tempo. Estão associadas sobretudo a situações de proximidade dos lugares de residência ou de posse de imóveis, que funcionam como residência secundária. 12 indivíduos efetuam estas mobilidades centrípetas com um espaçamento temporal maior, restringindo-se a 2 ou 3 visitas anuais, no geral em épocas festivas (e.g. Natal e festas de verão). Esta menor frequência de visitas pode relacionar-se com a distância ao local de residência, já que metade dos inquiridos que regressam a Foios menos de 2 vezes por ano reside noutro país.

Quadro XXIII – Indicadores de contacto dos (e)migrantes e familiares dos habitantes a Foios

Tipologia do contacto	Sim	Não	Total
	Nº	Nº	Nº
Envio de remessas*	2	54	56
Investimentos*	20	36	56
Contacto telefónico**	50	5	55
Regresso em férias	57	0	57
Consumo de bens	48	9	57
Práticas culturais*	21	35	56
Total	198	139	337

* NS/NR=1

** NS/NR=2

Durante a estadia na freguesia, 35 inquiridos ficam alojados em casa de familiares, o que traduz, por um lado, a questão já mencionada da percentagem de indivíduos que não possui naturalidade na freguesia, e por outro, o facto de não deterem propriedades no local – apenas 17 ficam alojados em habitação própria. Há ainda um grupo de indivíduos (5), que pela proximidade do local de residência, não pernoita na freguesia aquando das visitas.

Estas presenças estão imbuídas de uma forte componente saudosista e de memória. A estima pelos elementos identitários e valores de ruralidade durante a estadia são visíveis. Quando questionados sobre as atividades desenvolvidas durante a permanência em Foios 31 respostas recaem sobre as atividades culturais e tradicionais, com destaque para a participação na capeia arraiana e no encerro, 7 na prática de atividades agrícolas, 20 na participação em atividades desportivas, de iniciativa própria (e.g. caça e pesca) ou organizadas (e.g. passeios pedestres e corridas de BTT) e 11 referem-se às formas de convívio locais, encontro com familiares e convívio nos estabelecimentos de cafetaria e restauração ou na praça central da aldeia. Por outro lado, percebemos a importância destas visitas para a manutenção e dinamização do comércio e serviços locais e rentabilização dos equipamentos e espaços públicos: 27 respostas salientam a utilização dos serviços e comércio e 22 o usufruto de espaços e equipamentos públicos.

No entanto, estas visitas não produzem efeitos positivos apenas na freguesia de Foios. 40 dos 57 inquiridos afirmam visitar outras áreas no trajeto e durante a estadia na freguesia de origem. Aqui sobressaem as freguesias do concelho de Sabugal, com destaque para as aldeias limítrofes da área de estudo. Há ainda referência a alguns concelhos próximos, como Belmonte, Almeida, Covilhã e Guarda. Porém, nos casos em que os atores apresentam um local de residência mais longínquo, por norma noutro país, as estadias em Foios são aproveitadas para visitar outras áreas de Portugal (e.g. Lisboa e concelhos alentejanos). A posição fronteiriça potencia ainda as idas a áreas espanholas próximas da fronteira (e.g. Valverde del Fresno).

A presença de familiares e amigos (31 respostas), o sentido de pertença e o gosto pela localidade (27 respostas) são os principais motivos para que todos os inquiridos tencionem repetir o ciclo de regresso, em 38 casos num período de tempo inferior a 6 meses. Ressalve-se que a resposta relativa à data da próxima visita é condicionada pelo período de recolha do inquérito, sendo influenciada pela proximidade a festividades de tradicional reunião familiar, como o Natal e a Páscoa (Quadro XXIV).

Quadro XXIV – Caracterização dos regressos em férias

Respostas			Respostas		
Nº			Nº		
Frequência dos regressos	< 2 vezes/ano	9	Atividades desenvolvidas durante a estadia	Atividades culturais e tradicionais	31
	2 a 3 vezes/ ano	12		Utilização dos serviços e comércio	27
	4 a 5 vezes/ano	8		Usufruto de espaços e equipamento públicos	22
	6 a 11 vezes/ano	4		Atividades desportivas e passeio ao ar livre	20
	12 a 20 vezes/ano	10		Convívio	11
	> 20 vezes/ano	12		Atividades agrícolas	7
Outras situações	2	outras	1		
Total		57	Total		119
Meio de transporte utilizado para as visitas	Automóvel particular	53	Motivação da pretensão da repetição do regresso	Visita a familiares e amigos	31
	Avião	3		Sentido de pertença e gosto pelo local	27
	Transporte público terrestre	4		Festividades e elementos culturais	6
	Total	60		Qualidade de vida, natureza e sossego	4
Local de alojamento durante a estadia	Casa de familiares	35	Manutenção de propriedades	3	
	Casa própria	17	NS/NR	1	
	Não pernoita	5	Total	72	
Total		57	Data do próximo regresso	Nos próximos 15 dias	7
				Entre 15 a 30 dias	8
				Entre 2 a 3 meses	10
				Entre 4 a 6 meses	13
				Entre 7 a 12 meses	9
				Mais de 12 meses	1
			NS/NR	9	
			Total	57	

A comunicação telefónica é a segunda forma de contacto com a freguesia mais praticada, desenvolvida por 50 inquiridos. Ao mesmo tempo, é aquela que potencia um contacto mais frequente, embora a distância a que é efetuado: 12 indivíduos promovem um

contacto diário e 16 pelo menos uma vez por semana. Mais uma vez não verificámos referências à utilização das novas TIC.

Na terceira posição surge o contacto com a freguesia pelo consumo de bens originários desta no local de residência destes atores locais (48 indivíduos). Adquiridos em 43 dos casos na freguesia de Foios, aproveitando as visitas ao local de filiação telúrica, os migrantes obtêm, no geral, produtos de charcutaria e talho tradicionais da região (e.g. queijos, enchidos, cabrito, borrego) (33 respostas) e produtos hortícolas e silvícolas (e.g. cogumelos, castanhas) (19 respostas). Nas situações em que as visitas não possibilitam este consumo, os indivíduos recorrem aos familiares residentes na freguesia para o envio dos produtos, via correio, até ao local de residência (4) ou conseguem-nos adquirir na própria área da habitação (1).

A ligação ao território das raízes familiares faz-se ainda, embora o menor peso (21 indivíduos), pela promoção das práticas culturais e dos elementos identitários desse local nas áreas de chegada destes atores. São demonstrações dos festejos e das práticas ligadas à capeia arraiana (12 respostas), mas também elementos da gastronomia local (5 respostas) (e.g. castanha, truta, cabrito) e modos de saber-fazer (5 respostas) divulgados pela comunidade em geral (16 respostas) (Quadro XXV). Todavia, alguns destes indivíduos (9) introduzem também elementos do local de chegada em Foios. São formas de vida urbanizadas, como os produtos comercializados nas grandes superfícies (4 respostas), formas de convívio (2 respostas) (e.g. jantar do dia da mulher) e elementos das tradições e identidades locais (3 respostas), que se trocam no seio familiar, no primeiro caso, e pela comunidade em geral nos últimos dois.

Quadro XXV – Práticas culturais e elementos identitários promovidos nos locais de chegada dos inquiridos, segundo o âmbito da divulgação

Âmbito da divulgação	Práticas culturais e elementos identitários				Total
	Gastronomia local	Divulgação da tradição da capeia arraiana	Usos e costumes	NS/NR	
	Nº	Nº	Nº	Nº	
Divulgação na comunidade em geral	2	9	5	0	16
Divulgação num grupo restrito de pessoas	1	3	0	0	4
Restrição ao agregado familiar	2	0	0	1	3
NS/NR	0	0	0	1	1
Total	5	12	5	2	24

Este apego à terra esbate-se quando tratamos de questões de investimento e injeção de capital. Só 20 inquiridos possuem investimentos em Foios. Estes traduzem-se na posse de habitação, pela sua construção ou remodelação (11) e na aquisição de terrenos/imóveis (10), existindo um caso isolado que ainda mantém depósitos. Quanto ao envio de remessas, essa é

já uma situação quase inexistente. Apenas 2 indivíduos o fazem, para o pagamento de dívidas, com o envio de 25 a 50% do seu rendimento, ou para a ajuda do agregado familiar que ficou no local de origem.

Quando questionados acerca da possibilidade de retorno a Foios, apesar de não sentirem qualquer tipo de dificuldade de integração ou marginalização aquando dos regressos, 33 dos inquiridos afirmam não ter pretensão de o fazer. Na base o gosto pelo local de chegada e a vida profissional e pessoal organizada naquele território (11 respostas), o que implicaria uma desterritorialização e reterritorialização para as quais não estão dispostos, mas também a falta de oportunidades de emprego (10 respostas) e os fatores de interioridade do local (4 respostas), como a falta de serviços, equipamentos e acessibilidade (Fig. 47). São então fatores económicos e estruturais que inviabilizam, na perceção destes indivíduos, Foios como espaço de habitação, em parte pela sua adaptação e vivência em espaço urbano, transparecendo uma certa incapacidade de prescindir de certos “luxos” da urbanidade.

No entanto, o gosto pelo espaço rural, as suas práticas, a oportunidade de uma maior qualidade de vida pelo aumento do bem-estar, o sentido de pertença e as relações familiares no local tomam relevância para os indivíduos que pretendem retornar a Foios (Fig. 47). Para estes, o alcance da reforma poderá constituir-se numa oportunidade para concluir o processo migratório e retornar à freguesia de origem. No entanto, quase metade deste grupo de inquiridos afirma não saber quando o poderá fazer. Por outro lado, destacaram-se novas dinâmicas, ainda tímidas, associadas à pretensão de 2^{as} e 3^{as} gerações de migrantes, de uma faixa etária jovem, que afirmam querer num prazo máximo de 3 a 4 anos sair das áreas urbanas em que residem (e.g. Lisboa), para habitar Foios. Tal pode traduzir-se num aumento do potencial de rejuvenescimento da população e mesmo num aumento dos investimentos na economia local.

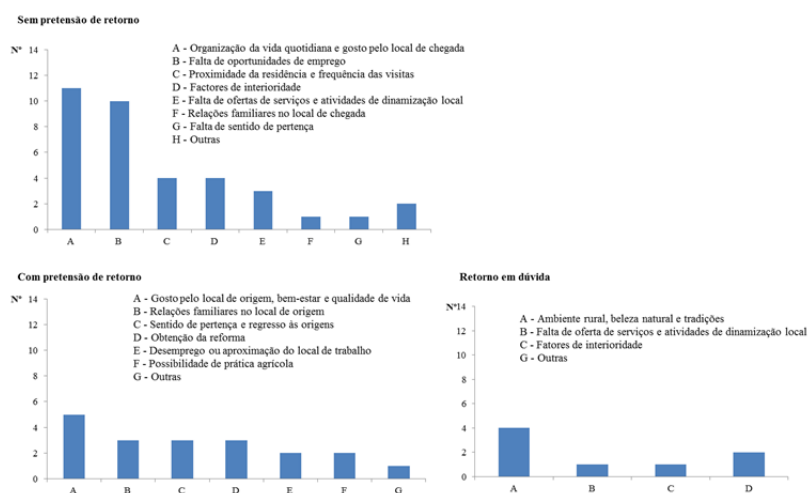


Fig. 47 – Motivações afetas à pretensão ou não pretensão de retorno a Foios

Já os indivíduos que ainda colocam em dúvida a possibilidade de um retorno apontam como fatores desencadeadores da possível vinda, o ambiente rural, a possibilidade de contacto com a natureza e a riqueza cultural local (4 respostas). Todavia, a falta de serviços, a debilidade económica e a fraca dinamização local têm-se imposto como entraves a essa mudança (Fig. 47). Mesmo assim, evidenciam que o alcance da reforma possa contribuir para esse retorno (4 indivíduos).

3.4. VISITANTES

Neste subcapítulo compete-nos analisar um grupo restrito de atores cuja relação com a freguesia de Foios se desenvolve por intermédio da prática de atividades de lazer e turismo, não havendo qualquer tipo de filiação ao lugar.

O grupo de atores afeto a práticas de lazer e turismo, caracteriza-se por ser um grupo jovem (7 indivíduos têm idade inferior a 44 anos), constituído por indivíduos solteiros (6) e de nacionalidade portuguesa (8) (Quadro XXVI). No que respeita às áreas de proveniência, não verificamos um padrão. Os locais de residência destes indivíduos surgem-nos dispersos pelo território nacional, com referências a concelhos próximos da freguesia, como Covilhã, Guarda e Seia, mas também concelhos de maior distância, quer para Norte (e.g. Aveiro e Tondela), quer para Sul (e.g. Lisboa, Cascais e Seixal). A proximidade da fronteira facilita, ainda, a captação de visitantes espanhóis.

Quadro XXVI - Distribuição dos visitantes por sexo, grupo etário, nacionalidade e estado civil

	Indivíduos perfil 4)		
	Feminino	Masculino	Total
	Nº	Nº	Nº
25-29 anos	0	1	1
30-34 anos	1	0	1
35-39 anos	1	2	3
40-44 anos	1	1	2
Grupo etário			
45-49 anos	0	1	1
50-54 anos	1	2	3
55-59 anos	0	0	0
60-64 anos	0	1	1
Total	4	8	12
Nacionalidade			
Portuguesa	2	6	8
Espanhola	2	2	4
Total	4	8	12
Estado Civil			
Solteiro	3	3	6
Casado/Uni	1	4	5
Divorciado/	0	1	1
Total	4	8	12

Quanto ao perfil socioeconómico, destaca-se o nível de ensino superior (5 indivíduos), com incidência da formação nas áreas das artes, ensino, matemática e

informática, serviços de saúde e estudos sociais, e os rendimentos superiores a 1000€ (5 indivíduos). Quanto à situação perante o trabalho, são em metade dos casos trabalhadores por conta de outrem, ocupados no sector dos serviços e comércio (5) (Quadro XXVII).

Quadro XXVII - Características socioeconómicas dos visitantes

	Grau de instrução							Sector de atividade			
	1º e 2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário	Ensino pós-secundário, não superior	Bacharelato	Licenciatura	Total	Construção	Serviços e comércio	NA	Total
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Situação											
Perante o Trabalho											
Trabalhador por conta de outrem	1	0	1	1	0	3	6	1	2	0	3
Trabalhador por conta própria	0	0	0	0	1	2	3	0	3	0	3
Desempregado	1	1	0	0	0	0	2	0	0	2	2
Reformado	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Total	3	1	1	1	1	5	12	1	5	2	8
Rendimento Mensal do Agregado											
< 500€	2	1	0	0	0	0	3	0	0	2	2
500€- 1000€	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
1000€- 2000€	1	0	0	1	0	2	4	0	3	0	3
2000€- 3000€	0	0	1	0	0	1	2	1	0	0	1
> 3000€	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1
NS/NR	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1
Total	3	1	1	1	1	5	12	1	5	2	8

A visita a Foios, em companhia de familiares e/ou amigos, prende-se com a ocupação de tempos livres e a escolha específica da freguesia está relacionada com a presença de amigos no local (5 respostas), a gastronomia e os produtos tradicionais (4 respostas), as festividades (2 respostas) e a proximidade ao local de residência (1 resposta). De facto, a existência de redes de interconhecimento constitui-se como o fator estruturante na captação de visitas e na sua permanência em Foios. Veja-se que a tomada de conhecimento deste destino, em 7 dos 12 casos ocorreu pela divulgação entre amigos e familiares e um conhecimento pela proximidade geográfica aos territórios do quotidiano. Só em 3 casos essa divulgação foi promovida por equipamentos e entidades relacionadas com a atividade turística (e.g. Posto de Turismo de Sabugal; unidades hoteleiras espanholas). No entanto, são os produtos locais, com destaque para a gastronomia, os principais atrativos para estes atores. O restaurante local consegue canalizar fluxos provenientes de Espanha, nem que seja para visitas curtas, cujo único objetivo se prende com a mera refeição.

A falta de infraestruturas hoteleiras e de uma oferta turística monitorizada reflete-se na fraca duração da estadia, inferior a um dia em 7 casos. As exceções relacionam-se com as redes de interconhecimento atrás referidas, que permitem uma presença mais longa pelo alojamento em casa de amigos. Sobressai, contudo, a importância do recente investimento na criação de um parque para autocaravanas, potenciando a captação de um nicho de mercado diferenciado.

Quando questionados acerca dos elementos de interesse local para a visita, 7 respostas recaíram sobre aspetos culturais e identitários, como as festividades inerentes às tradições taurinas, mas também a gastronomia tradicional, com destaque para o cabrito, o

borrego e a truta. Foram abordados ainda os espaços naturais (5), com ênfase no rio Côa, na Serra das Mesas e na Serra da Malcata, e o património construído, a traça arquitetónica e a organização do povoamento (3).

A importância das atividades de turismo e lazer para a dinâmica local, transparece nas respostas à pergunta “que atividades desenvolveu durante a estadia em Foios?”. Em 11 respostas foram mencionadas práticas que diretamente contribuem para a economia local, como a alimentação (7) e aquisição de bens (4). As referências ao desenvolvimento de passeio pedestre e passeio de automóvel com pequenas paragens (4, respetivamente) levam à reflexão sobre a necessidade de criar infraestruturas de apoio a estas atividades e promover a sua divulgação. Por outro lado, a fraca menção à visitação de espaços de cultura e exposição e à participação em espetáculos depreende a fraca oferta local, ou a sua inadaptação a este tipo de atores (Fig. 48).

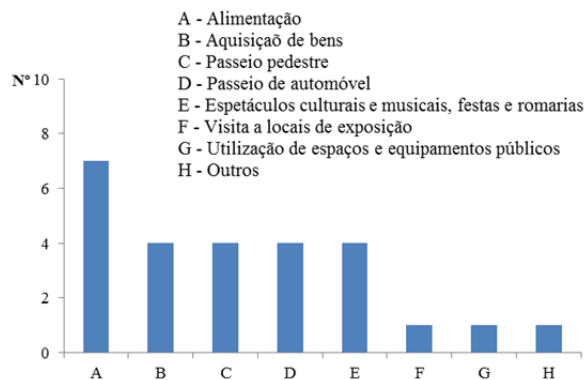


Fig. 48 – Atividades desenvolvidas pelos visitantes e contributos para a economia local durante a estadia

Todavia, esta aparente incapacidade competitiva de Foios como território turístico, pode ser colmatada pela criação de parcerias e atuação em rede. Veja-se que os visitantes de maior estadia e cuja deslocação não tem como único objetivo a tomada de refeição, desenvolveram um conjunto de trajetos para a visita a outras aldeias do concelho de Sabugal (5 indivíduos). A individualidade da identidade destes territórios raianos, a criação de um produto turístico singular e apelativo (e.g. rota das capeias arraianas, rota do contrabando), poderá constituir-se numa mais-valia para a sub-região, quer pela complementaridade de ofertas, quer pela atenuação de debilidades individualizadas. O alargamento destas redes a território espanhol ampliaria o potencial local e valorizaria as relações transfronteiriças.

3.5. TRABALHADORES NÃO RESIDENTES

A análise do último grupo de atores reflete a entrada de um conjunto de indivíduos de idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos, de um grau de instrução baixo – 4 inquiridos possuem um nível habilitacional até ao 3º CEB – e rendimentos inferiores a 2000€ mensais. São sobretudo indivíduos que trabalham por conta de terceiros (4) e ocupam-se do sector dos serviços e do comércio (Quadro XXVIII).

Quadro XXVIII – Caracterização dos trabalhadores locais sem residência em Foios

		Índividuos perfil 5)		
		Feminino	Masculino	Total
		Nº	Nº	Nº
Grupo etário	30-34 anos	1	0	1
	35-39 anos	1	0	1
	40-44 anos	1	0	1
	45-49 anos	0	1	1
	50-54 anos	0	1	1
	60-64 anos	0	1	1
	Total	3	3	6
Nacionalidade	Portuguesa	3	2	5
	Espanhola	0	1	1
	Total	3	3	6
Estado Civil	Solteiro	1	0	1
	Casado/União de Facto	1	1	2
	Divorciado/Separado	1	0	1
	Total	3	1	4
Grau de Instrução	1º e 2º CEB	1	2	3
	3º CEB	0	1	1
	Ensino Secundário	1	0	1
	Licenciatura	1	0	1
	Total	3	3	6
Situação perante o Trabalho	Trabalhador por conta de outrem	3	1	4
	Trabalhador por conta própria	0	2	2
	Total	3	3	6
Rendimento Mensal do Agregado	< 500€	1	1	2
	500€- 1000€	1	0	1
	1000€- 2000€	1	2	3
	Total	3	3	6

Neste grupo de atores é possível diferenciar três perfis no que respeita à relação profissional desenvolvida com Foios e ao tempo de permanência no lugar. Por um lado, e correspondente a 4 casos, os indivíduos que se deslocam diariamente para a execução da sua atividade laboral, permanecendo o tempo necessário para o seu cumprimento, não ultrapassando as 8h diárias. São residentes de freguesias ou concelhos próximos (e.g. Sabugal, Vila Boa, Vilar Formoso), a uma distância não superior a 30-45 min. de viagem, que tiveram em Foios uma oportunidade de emprego, face à escassa oferta nos locais de residência. Encontramos aqui uma exceção protagonizada por um indivíduo que pela distância ao local de naturalidade e residência é obrigado a passar a semana na freguesia.

Os outros dois perfis prendem-se com permanências mais curtas e descontínuas ao longo do tempo. Por um lado, vendedores ambulantes, de nacionalidade espanhola, que se

deslocam à freguesia semanalmente para abastecer a população local. São trabalhadores por conta própria, detentores de microempresas de cariz familiar, que viram em Foios a oportunidade de aumentar as suas vendas pela fuga à competitividade existente no seu local de origem (Huélaga). Por outro lado, um grupo de comerciantes que se desloca à freguesia para a aquisição de produtos agroflorestais diretamente ao produtor (e.g. castanha). Aqui, a sazonalidade da oferta marca os períodos de presença. Estes são por norma curtos, limitados ao tempo necessário para efetuar os carregamentos de mercadorias e as distâncias percorridas maiores.

Verificamos, então, uma fraca filiação ao lugar, sendo a presença e o envolvimento destes atores feito pela mera relação profissional. Tal é ainda comprovado pelo facto de metade dos inquiridos que trabalham todos os dias na freguesia já ter ponderado mudar de local de trabalho, pela distância ao lugar de residência e o fraco sentido de pertença à localidade (Quadro XXIX).

Quadro XXIX – Pretensão de mudança de local de trabalho e residência em Foios

Mudança de local de trabalho	Motivo	Nº	Razões para não residir em Foios	Nº
Sim	Distância à residência e fraco sentido de pertença a Foios	2	Vida organizada no local de residência	4
	Total	2	Fraca oferta de serviços, equipamentos e atividades	2
Não	Gosto pela atividade que desenvolve	3	Gosto pelo local de residência	1
	Gosto pelo local de trabalho	2	Não tem sentido de pertença	1
	Total	5	Total	8

Estas pretensões tomam dimensão quando todos os inquiridos afirmam não querer residir na freguesia, seja por possuírem a vida organizada no local onde residem (4 respostas), seja por gostarem do local de residência (1resposta), ou pela falta de sentido de pertença a Foios (1 resposta). Há ainda referência à posição periférica e a fatores de interioridade como a falta de serviços, equipamentos e atividades de dinamização local (2 respostas).

3.6. ANÁLISE SÍNTESE

A análise dos diferentes grupos de atores de intervenção local na freguesia de Foios transparece um conjunto de problemas e de potencialidades da freguesia. Por um lado, o envelhecimento, resultado quase direto dos processos (e)migratórios locais. Todavia, os movimentos centrípetos protagonizados por “novos” habitantes constituem-se como uma esperança na atenuação deste indicador e rejuvenescimento da população. Por outro lado, a

debilidade económica e a fraca competitividade local, fatores preponderantes no momento de pesar a saída da freguesia. São ainda estes fatores, aliados à falta de infraestruturas, de serviços e ao afastamento às áreas urbanas, que colocam em causa o possível retorno dos atuais migrantes.

No entanto, encontramos potencialidades na freguesia. Em primeiro lugar, o forte sentido de pertença expresso pelos habitantes locais e grupo de atores da migração. A topofilia faz regressar estes indivíduos para pequenas visitas e coloca em reflexão um potencial retorno, tal como aconteceu com grande parte dos atuais habitantes. “O motivo é inato. Aqui é o meu mundo. Onde me sinto bem e satisfeito”.

E assim, estes fluxos de retorno e regressos vão mantendo arreigados os elementos de identidade, mas também perpetuam as presenças daqueles que um dia partiram, expressas de forma física nas propriedades (e.g. habitações, terrenos agrícolas) deixadas em Foios, enquanto se promove uma divulgação da ‘cultura e das gentes da terra’ pelos territórios de migração. Sentidos de pertença que não são abalados pelas práticas dos territórios de chegada.

Por último, a visão do capital territorial como potencial de captação de novos atores e investimentos. A existência de ofertas locais, quer de espaços para práticas de lazer, quer sob a forma de bolsas de emprego ou mercado, demonstram a capacidade de captar fluxos de entrada para a freguesia. Contudo, e para além da sua fraca expressão, estes são protagonizados por atores cuja relação com Foios é restrita à satisfação de necessidades, não gerando qualquer tipo de laços com o lugar. São passagens curtas, mas no entanto capazes de gerar alguma riqueza desde que devidamente valorizadas e promovidas. São, assim, considerações a refletir, no sentido de um compromisso entre a potencial de procura e o aumento da oferta local.

Então, Foios surge-nos como um mosaico de atores, de perfis diferenciados e graus distintos de filiação ao lugar. Ao mesmo tempo, as mobilidades afetas a estes indivíduos traduzem-se na divulgação da freguesia e difusão dos seus elementos caracterizadores, enquanto potenciam a entrada de novos elementos (culturais, sociais, informacionais e económicos) na comunidade local. Por outro lado, estruturam-se redes relacionais que funcionam como canais de contacto e circulação entre os territórios em que estes atores intervêm.

A questão que se coloca prende-se com os momentos de permanência coincidente de todos estes indivíduos na nossa área de estudo. Sendo eles atores tão distintos, quando, onde e como se cruzam? São atores de temporalidades diversas, no entanto haverá um período anual de maior concentração e diversidade destes indivíduos na freguesia? Em que atividades se

interligam (pela cultura, a tradição, a economia)? Assumindo que a predisposição de cada ator para a relação com o outro não é a mesma, que grupos de atores estabelecem relações diretas e de maior ligação? Estas são algumas questões que levantamos a partir da nossa análise.

4. TEMPORALIDADES E REDES: AUSÊNCIAS, PRESENÇAS E ESPAÇOS DE RELAÇÃO

Abordar as temporalidades no contexto dos espaços de fluxos, e no que se refere a Foios em particular, leva-nos a um discurso entre as presenças e as ausências no lugar, num caminho entre o diacronismo e o sincronismo, períodos de tempo curtos e longos. Veja-se, a variação interanual dos fluxos de entrada e saída da freguesia subjacentes às migrações. No nosso estudo de caso, esta é perceptível pelas respostas às perguntas do inquérito relativas ao período de migração dos atuais residentes (já retornados), aos anos de saída dos migrantes e seus familiares, bem como o ano de entrada dos novos residentes.

Os anos de 1944 a 1980 sobressaem pela maior concentração de saídas da população da freguesia, destacando-se o facto de os atuais residentes, já retornados de um período de migração, terem circunscrito esse fluxo de saída praticamente a esses anos. Já os migrantes perpetuaram este movimento até à atualidade, com nova força a partir da década de 1990, após um período de atenuação. Quanto às entradas, desde 1965 que se registam retornos a Foios de forma oscilatória, com destaque para a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade da década de 2000, com nova subida entre 2010 e 2013. Os novos residentes centraram a sua instalação na freguesia entre 1975 e 1984 e, mais recentemente, entre 2000 e 2010, estando na base desta diferenciação motivações e perfis de atores distintos (Fig. 49).

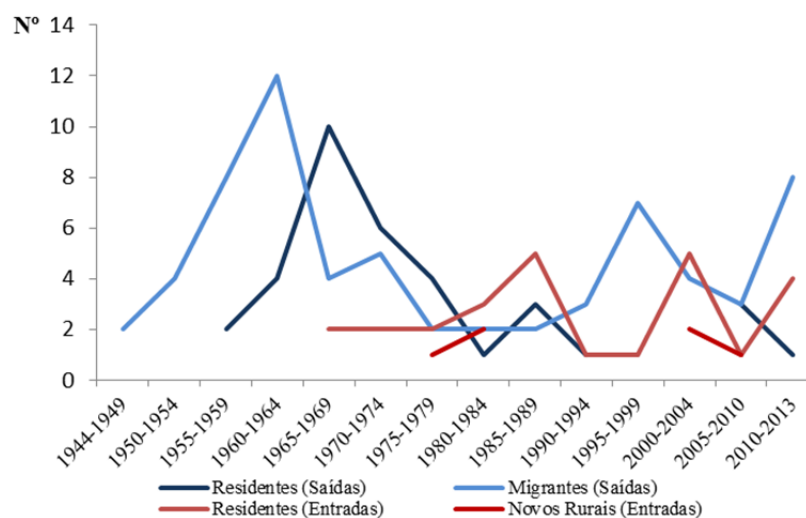


Fig. 49 – Variação interanual das entradas e saídas de Foios, segundo o perfil do migrante

Para além das presenças e ausências, também os tempos da sua duração se diferenciam conforme o ator que as protagoniza. Assim, a uma presença quase permanente dos residentes locais opõem-se presenças inferiores a um dia desenvolvidas por atores

externos que se deslocam a Foios por motivações muito específicas, como carregamentos de produtos agrícolas locais ou atividades de lazer e turismo. A estas associam-se outros tempos de presença, diários ou semanais, sempre inferiores a 8/9 horas, resultantes de mobilidades de cariz laboral.

Esta dinâmica reflete-se num diacronismo da sincronia das presenças dos diferentes atores e do seu peso no total da população presente no lugar. Com base na data de recolha dos inquéritos podemos exemplificar esta ideia. Veja-se que em agosto, o número de (e)migrantes e familiares de residentes locais (perfil 3) se destaca nitidamente dos restantes atores locais, ocupando o segundo lugar o grupo de indivíduos residentes e naturais da freguesia (perfil 1). Esta posição dos migrantes e indivíduos com relações familiares em Foios vai decaindo nos outros momentos de recolha, sendo o primeiro lugar ocupado pelo grupo de inquiridos naturais e residentes na freguesia. Por seu turno, o grupo de visitantes (perfil 4) aparece com uma posição semelhante nos dois primeiros momentos de recolha, o que, como já referido, se relaciona com uma oferta específica no local – um equipamento de restauração (Fig. 50).

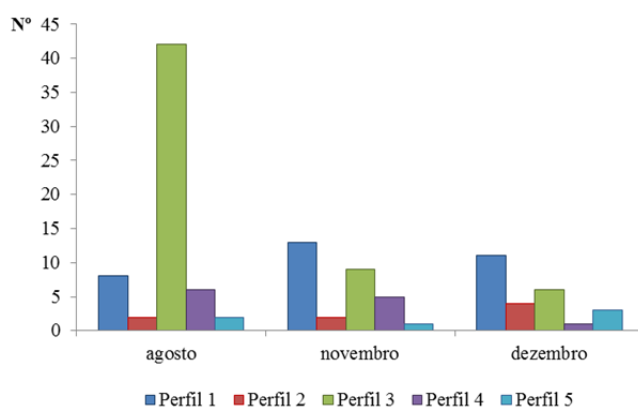


Fig. 50 – Variação do número de atores locais presentes, segundo o perfil dos inquiridos e a data de recolha do inquérito

Esta diferenciação de presenças e ausências pode ainda ser interpretada pela variação anual destas dinâmicas. Tendo por base as respostas à pergunta qual a frequência do regresso a Foios em férias/lazer, desenvolvida aos (e)migrantes e familiares de residentes locais, percebemos que é no mês de agosto que ocorre o maior número de presenças. Nos restantes meses, os valores são mais baixos e as variações positivas relacionam-se, grosso-modo, com a ocorrência de festividades tradicionais, como sejam o Natal, a Páscoa, o Dia de Todos os Santos ou o Carnaval, mas também os períodos de importância no ciclo agrícola, como o mês de novembro para a apanha de castanha (Fig. 51). No entanto, Foios apresenta ainda valores relativamente positivos no que respeita a estas presenças, em parte explicados pela

proximidade do local de residência de alguns dos migrantes à freguesia, mas também pela posse de propriedades no local e a forte ligação às suas raízes.

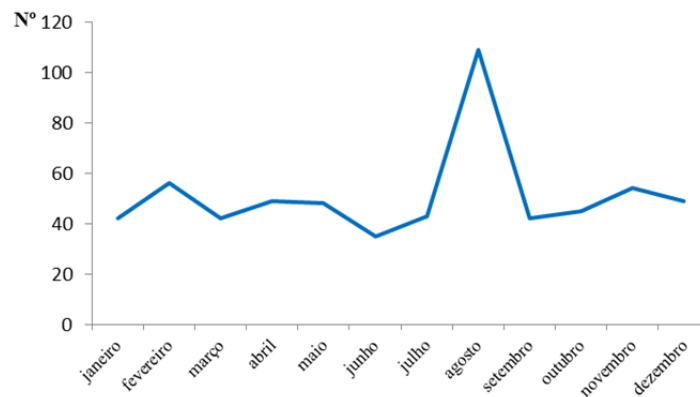


Fig. 51 – Variação anual das presenças dos (e)migrantes e familiares dos residentes na freguesia de Foios

O balanço entre os períodos de presença e de ausência vai-se traduzindo na própria paisagem, e em especial na povoação. As ruas vazias na maioria dos dias do ano enchem-se, por pequenos períodos de tempo dispersos, de pessoas e de elementos identitários e decorativos que marcam o passar das estações e das festividades na aldeia. Mas também o relógio agrícola traz este dinamismo ocasional. E enquanto isso, vão entrando e saindo novos atores (Fig. 52).



Fig. 52 – Praça central da aldeia em diferentes momentos do ano

A análise da figura anterior, e restringindo-nos à praça central da aldeia, demonstramos a variação da paisagem e dos usos do espaço ao longo do tempo. Na primeira fotografia

(canto superior esquerdo), o recinto preparado para a lide taurina com o forcão, ponto alto das festas em meados de agosto. É o período de maior afluxo populacional: aos residentes de Foios, juntam-se os migrantes, os amigos e outros familiares, mas também visitantes, residentes de aldeias adjacentes e trabalhadores ocasionais contratados para os festejos. Ao lado, uma corrida entre crianças, organizada também no âmbito das festividades de verão, e um conjunto de apoiantes e assistentes, no geral indivíduos não residentes em Foios. A terceira fotografia (canto inferior esquerdo) demonstra um período bem diferenciado, de menor quantitativo populacional, em que o centro das atenções se foca nas transações inerentes à produção e comercialização de castanha. Em novembro, Foios ganha movimento pela prática agrícola. Muitos dos residentes e mesmo proprietários externos, por norma migrantes, detêm soutos de castanheiros, e procuram escoar o seu produto a comerciantes que se deslocam de propósito a Foios para a sua aquisição. Por último, a solidão de uma praça vazia, no frio de dezembro, em que o madeiro ardido deixa transparecer um momento de reunião familiar e comunitária para o festejo do Natal. É sobretudo um momento em que os residentes locais e alguns migrantes se encontram na aldeia.

Se as presenças traduzem a relação de maior ou menor filiação com Foios, as ausências repercutem-se em tempos de presença noutros lugares, mais ou menos diversos e dispersos. Desenvolvendo um pequeno percurso pelos territórios de relação dos atores locais, e tendo por base as respostas aos inquéritos, percebemos que a configuração dos espaços de relação de Foios surge condicionada pela motivação que leva os atores locais a participar nos mesmos. Assim, os territórios de naturalidade dos atores não naturais da freguesia confinam-se à Região Centro de Portugal, com destaque para os concelhos da Guarda e Sabugal, mas ainda com peso notório no concelho de Lisboa. A nível internacional, França e Espanha são os países de maior expressão nesta variável (Fig. 53).

Esta distribuição diversifica-se no território nacional, com uma migração para os concelhos de posição mais litoral, quando analisamos os territórios de residência dos atores de Foios. O peso do concelho da Guarda é afirmado, pela sua proximidade à freguesia e pelo seu cariz urbano e importância no contexto da estruturação humana do território nacional. Já a nível internacional assistimos a uma situação contrária, com um confinamento dos territórios de residência aos países europeus, com destaque para França, à exceção de referências individualizadas ao Canadá e Argentina (Fig. 54).

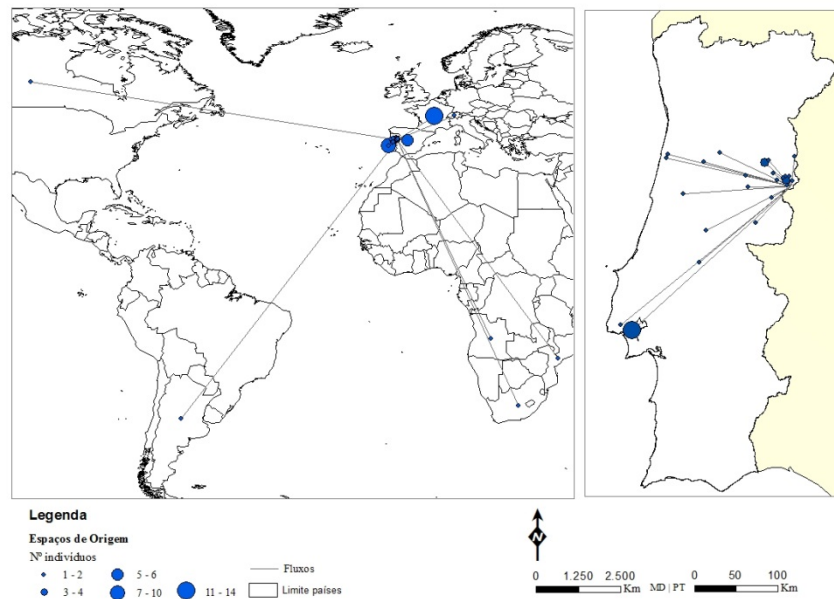


Fig. 53 – Territórios de relação com Foios: naturalidade dos inquiridos

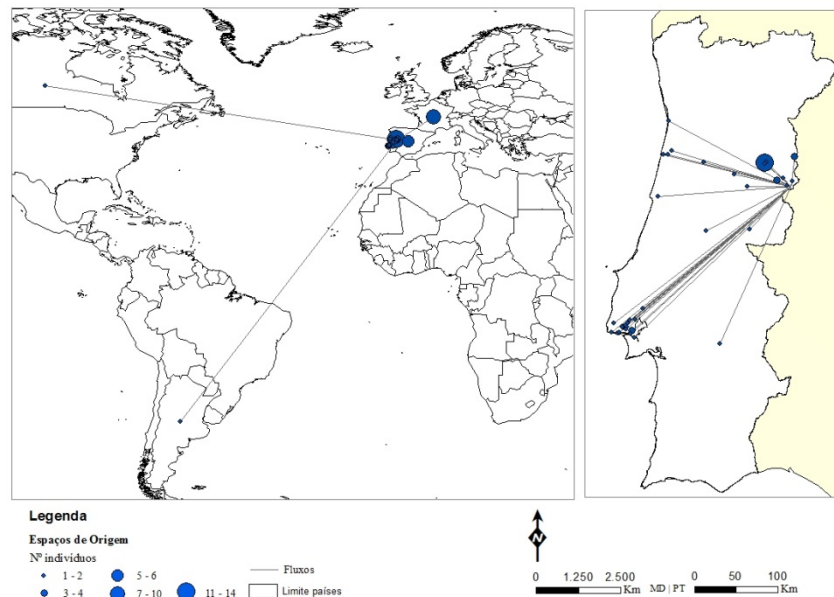


Fig. 54 – Territórios de relação com Foios: residência dos atores locais

Os territórios de relação densificam-se quando analisamos as relações familiares dos indivíduos residentes na freguesia de Foios. A distribuição dos filhos destes atores evidencia um menor leque de espaços de relação, centrados em torno dos concelhos da AML e com uma concentração no concelho da Guarda. A nível internacional, são os países da Europa mais próximos de Portugal que recebem estes indivíduos – Espanha, França e Inglaterra (Fig. 55).

Porém, se alargarmos a análise a outros familiares, os territórios de relação aumentam e apresentam-se mais dispersos no espaço. A concentração destes indivíduos em concelhos limítrofes à freguesia de Foios vai-se espalhando até concelhos de posição mais excêntrica, quer do Litoral Centro português, quer do Norte ou da AML, chegando mesmo ao

Arquipélago dos Açores. Também no contexto internacional verificamos um alargamento dos territórios de relação, quer a outros países europeus, como Suíça e Alemanha, quer a outros países da América do Sul, como Brasil (Fig. 56).

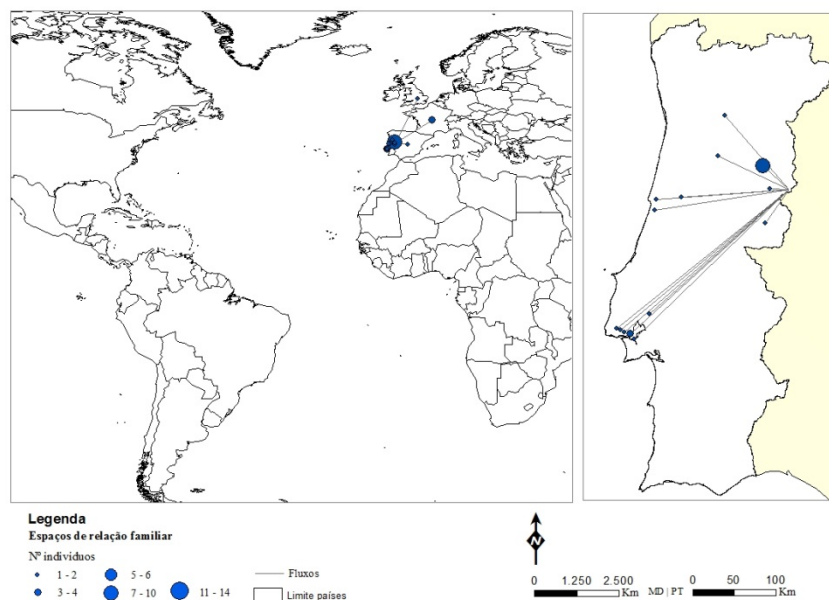


Fig. 55 – Territórios de relação com Foios: residência dos filhos dos habitantes da freguesia

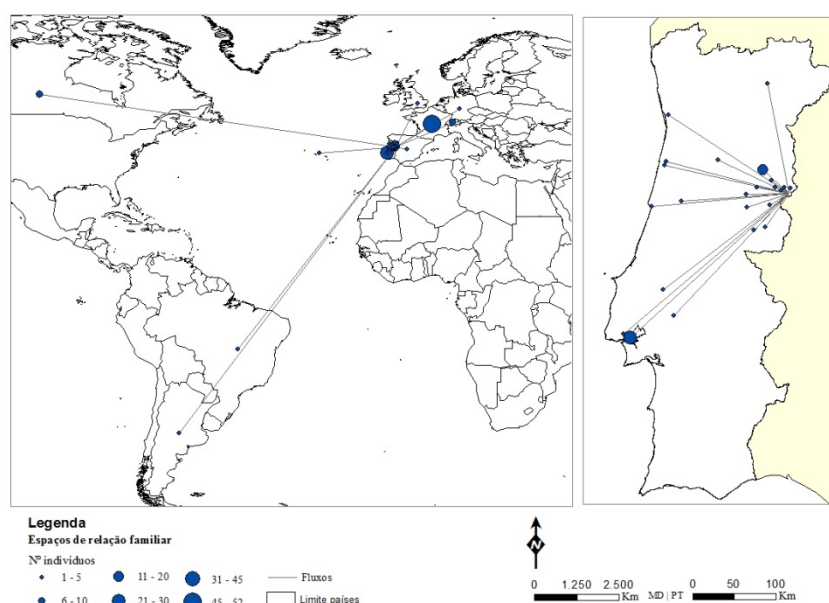


Fig. 56 – Territórios de relação com Foios: outras relações familiares

No entanto, estas relações territoriais podem ainda alargar-se aos espaços de migração, quer dos atores locais que já retornaram à freguesia, quer daqueles que ainda continuam o seu ciclo migratório. No primeiro caso, a configuração espacial apresenta-se mais dispersa no território nacional, quase que em relações individualizadas, à exceção do concelho de Lisboa. Mas é França que assume o papel principal neste âmbito, afirmando-se

como espaço de destino de grande parte dos emigrantes, agora retornados a Foios (Fig. 57). Por sua vez, os territórios de chegada dos atores que ainda continuam o seu trajeto migratório, mostram-se mais concentrados geograficamente, com destaque para a AML, os eixos Aveiro – Viseu – Guarda e Figueira da Foz – Coimbra, no espaço nacional. França, mais uma vez, é o principal destino de emigração (Fig. 58).

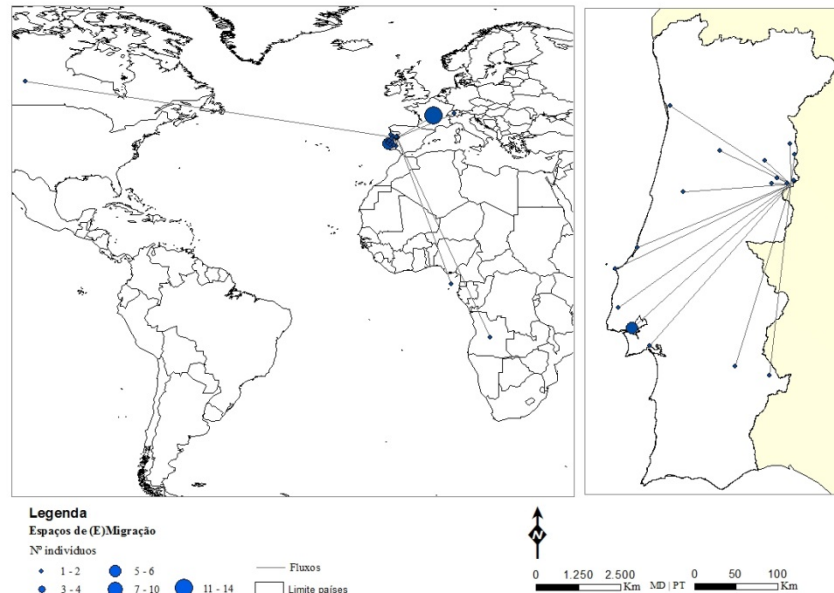


Fig. 57 – Territórios de relação com Foios: espaços de migração dos atuais residentes da freguesia

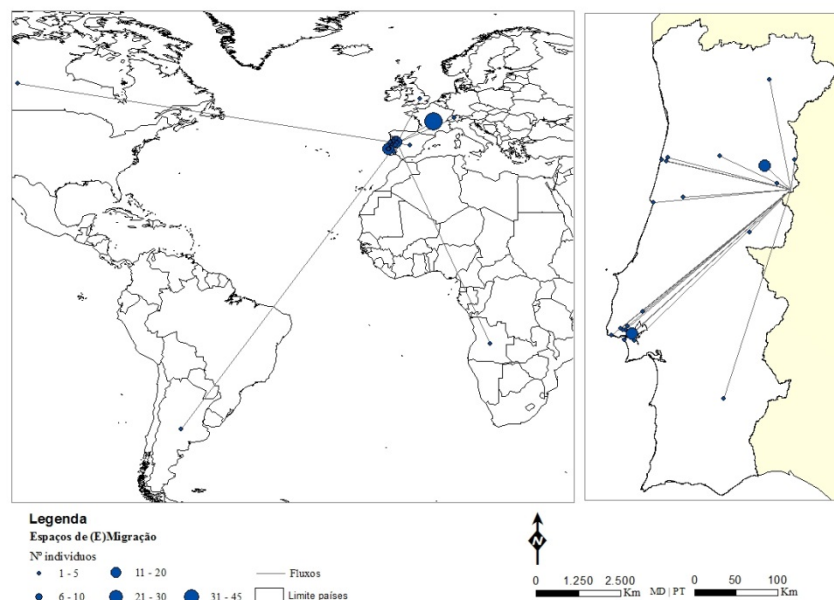


Fig. 58 – Territórios de relação com Foios: espaços de migração dos (e)migrantes e familiares dos residentes da freguesia

Todavia, estas relações territoriais não se comportam de forma isolada. Isto é, um ator pode integrar estes diferentes grupos de relação territorial: possui um território de naturalidade, um território de residência, vários territórios de relação familiar e pode ter

participado num trajeto migratório. Neste sentido, cada ator terá uma rede-territorial individual, mais simples ou mais complexa, em que agrega os seus espaços de relação filial, familiar, do quotidiano, de lazer, de trabalho. Por outro lado, as redes-territoriais individuais não são incomunicáveis. A rede-territorial individual de um ator interliga-se com a de um outro ator num espaço concreto que tem uma função e significado diferentes para cada um deles.

A Fig. 59, exemplifica a relação das redes-territoriais individuais de três atores de intervenção em Foios. Veja-se que a rede-territorial, percebida pelo inquirido, do ator 2 é menos densa que a do ator 1 e 3 e as suas configurações espaciais são também diferenciadas, com uma maior dispersão no caso do ator 1. Estes atores têm a freguesia de Foios como espaço de relação comum, embora para os três o seu significado e função sejam diferentes: para o ator 1 funciona como território de naturalidade, para o ator 2 como território de relação profissional e para o ator 3 como território de relação familiar.

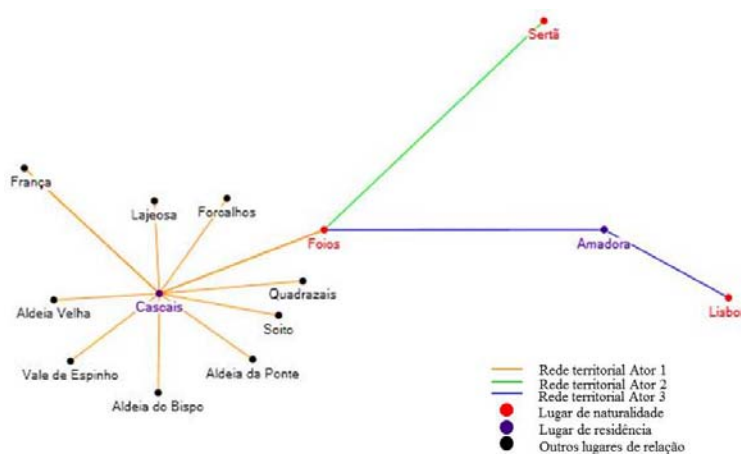


Fig. 59 – Exemplo de relação das redes-territoriais individuais de três atores de Foios

Se fizermos o mesmo exercício para todos os atores locais observados pelo inquirido, obtemos um conjunto de redes-territoriais individuais que se vão interligando em diversos espaços geográficos e que têm Foios como espaço comum a todas elas. Consequentemente esboçamos a rede-territorial de relação de Foios (Fig. 60).

Nesta, a nossa área de estudo aparece como o espaço de maior importância na rede, comprovado pela maior centralidade relativa do vértice no grafo (*Eigenvector Centrality* = 0,068), sendo também o espaço de maior emissão e receção de fluxos, 48 e 32 respetivamente. Numa posição secundária, e com base na centralidade relativa do vértice no grafo, surgem os concelhos de Lisboa e Guarda (*Eigenvector Centrality* = 0,051 e 0,045, respetivamente), também eles os segundos maiores emissores de fluxos (18 e 15 respetivamente).

5. PERCEÇÕES E ENVOLVIMENTO DOS ATORES NAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A análise das perceções dos atores locais sobre Foios foi desenvolvida com base num conjunto de perguntas comuns centradas nas potencialidades e problemas da freguesia e nas potenciais áreas de investimento para a promoção do desenvolvimento local.

Os entraves ao desenvolvimento mais apontados pelos inquiridos prendem-se com a debilidade económica e a fraca competitividade do lugar (27%). É uma economia assente nas atividades agroflorestais, contudo o cariz de subsistência e a falta de oportunidade de escoamento do produto condicionam a sua competitividade. A isto acresce o facto de “os jovens não viverem da agricultura e saem”. E esta ideia leva-nos ao segundo problema mais referido: a regressão sociodemográfica (25%). A saída da população jovem e em idade ativa, o envelhecimento, a baixa natalidade, foram elementos mencionados de forma recorrente. Chegam a referir que “só no verão a aldeia é animada” pelo maior afluxo de pessoas e pela criação de atividades de ocupação dos tempos livres.

Com menor efetivo, são ainda mencionadas as fracas acessibilidades e o afastamento aos centros de decisão política, vistos como fator de marginalidade, mas também o défice de serviços e infraestruturas, segundo problema mais apontado pelos visitantes locais. Pesa ainda a falta de empreendedorismo e divulgação da aldeia. “Quem tem dinheiro vai investir fora” e a freguesia continua a debilitar-se em duas vertentes, demográfica e económica (Fig.61-a).

A estes elementos de avaliação negativa, os inquiridos contrapõem com um conjunto de fatores de valorização local. A agricultura e a floresta (19%) e a promoção das atividades de turismo e lazer (16%) são os dois elementos do capital endógeno considerados com maiores potencialidades para Foios. Transparece a importância dada à necessidade de criação de produtos diferenciados que permitam a competitividade do lugar por uma oferta específica e que contribua para a criação de postos de trabalho, diversificação e solidificação económica.

Embora todos os grupos de atores se refiram a estas potencialidades locais, são os indivíduos naturais e residentes na freguesia e os (e)migrantes e familiares dos residentes locais que lhe conferem maior importância. Tal é reflexo dos esforços percebidos na vivência quotidiana no lugar, mas também pela saída “obrigada” motivada pela falta de ofertas locais.

Contudo, esta imagem de um território depauperado, não competitivo e com falta de oportunidades, é esquecida, quase de forma contraditória, quando estes mesmos atores se referem ao ambiente rural, às formas de sociabilização tradicionais e ao contacto com a natureza como a terceira maior potencialidade de Foios (14%). Para além destes, são ainda

valorizados elementos do património cultural e natural, como a tradicional capeia arraiana, ou o significado do rio Côa na estruturação da freguesia, ou ainda a gastronomia e os produtos tradicionais locais.

Contudo, apesar de um certo reconhecimento destes valores naturais e culturais pelos habitantes de Foios, estas preocupações estão mais presentes nos atores de maior ausência no local, talvez porque se “tem cá tudo, mas ninguém dá valor”, e as presenças dispersas no tempo e de pequena duração sejam uma procura do contacto com o telúrico, o tradicional e tudo aquilo que não se encontra nas áreas urbanas (Fig. 61-b). De um modo geral, os atores locais de residência na aldeia, e alguns dos (e)migrantes e familiares dos residentes bem como os trabalhadores não residentes em Foios, demonstram uma preocupação, quase tradutora da necessidade, com a economia local, a sua reconversão e promoção. Por outro lado, os atores externos ao lugar, no essencial turistas e (e)migrantes, colocam a tónica na riqueza patrimonial e na individualidade local pelo seu cariz rural, conferindo a ideia transmitida nos capítulos anteriores, de uma certa museificação destes espaços e da incapacidade de abordar a “coisa perdida” pelo não desenvolvimento do luto, isto é a eterna dependência da filiação rural.

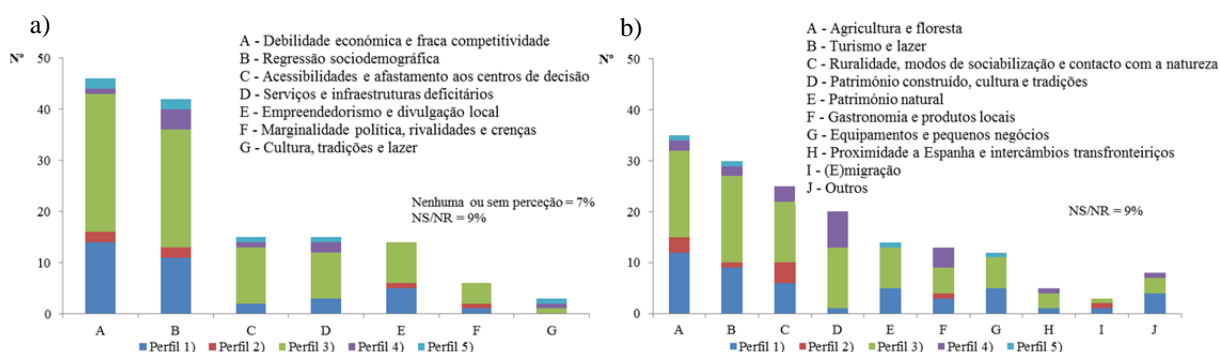


Fig. 61 - Perceções da freguesia: problemas (a) e potencialidades (b) para o desenvolvimento local

Perante isto, os inquiridos afirmam que o processo de desenvolvimento local deverá passar por três pilares base. Por um lado, a ideia do investimento no sector turístico como forma de reconversão da situação atual das áreas rurais. Depois, o investimento pela abertura de negócios e a criação de emprego, intimamente ligada à necessidade de um conjunto de políticas demográficas que promovam o aumento do efetivo populacional e um rejuvenescimento da população. “Qualquer investimento, para além de cafés, tinha futuro” e “as pessoas [migrantes locais] que estão desempregadas em Lisboa podiam vir para cá”. O investimento no sector secundário e na inovação tecnológica, ligada às atividades agroflorestais, no sentido de transformação do produto proveniente do campo, e a aposta nas

energias renováveis foram também referidos. No entanto, estas intervenções devem partir de uma mudança política necessária para a recentralização dos espaços rurais de baixa densidade no contexto do território nacional e das políticas de desenvolvimento local.

Mais uma vez, os valores rurais e o património local são referidos com maior peso pelos atores externos a Foios. Ficamos, assim, presentes da eterna insatisfação humana do querer estar onde não estamos e do querer ter o que não temos, traduzida numa certa ideia de necessidade de urbanização da ruralidade por parte dos atores de maior presença na freguesia, e do privilégio da natureza e dos modos de vida rural por parte dos atores de proveniência externa, na sua maioria de áreas de maior urbanidade (Fig. 62).

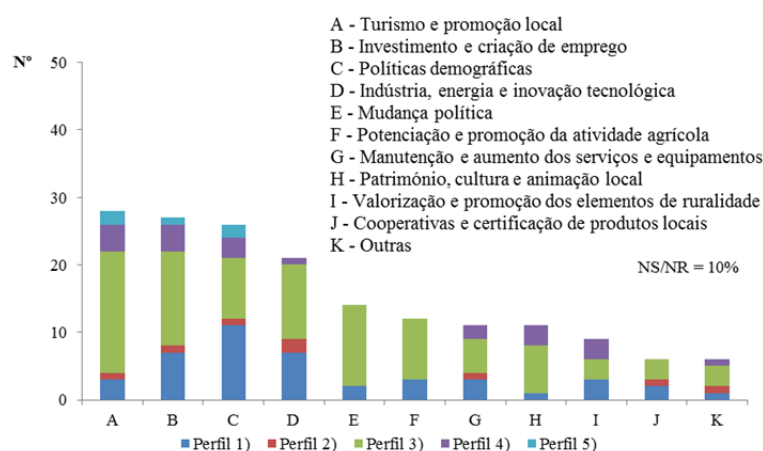


Fig. 62 – Áreas de investimento para a promoção do desenvolvimento local

Percebemos, assim, um certo desfasamento entre as perceções do processo de desenvolvimento por estes dois grandes grupos de atores. Os residentes locais centram a sua avaliação, e por consequência as suas perspetivas de desenvolvimento, na comparação com as áreas urbanas, na lógica do modelo de desenvolvimento difusionista, com ênfase no que não se tem. Por sua vez, os atores externos ao lugar focam a abordagem do modelo de desenvolvimento territorialista, com a valorização do capital endógeno como elemento diferenciador para a competitividade.

Centrando-nos nos contributos individuais para o desenvolvimento e na participação na comunidade local,²⁰ questionámos os inquiridos, numa primeira fase, sobre a sua perceção da forma como a sua presença na freguesia contribui para o desenvolvimento local. Às respostas mais desinteressadas de atores menos sensibilizados para a cidadania e participação cívica (e.g. familiares de residentes locais, trabalhadores não residentes) – “Não estou cá, não

²⁰ Aqui desenvolvemos apenas algumas considerações sobre o contributo individual dos atores no desenvolvimento e respetiva participação na comunidade local. A completa perceção do papel efetivo de cada um destes atores em Foios requeria um outro estudo, mais exaustivo e apenas dedicado a esta temática.

me interessa”, “cabe ao presidente da Junta o contributo para o desenvolvimento” – juntou-se uma percentagem de repostas de atores que consideram não contribuir para o desenvolvimento de Foios (e.g. grupo mais envelhecido de residentes locais). As restantes respostas centram-se na criação de riqueza pelo consumo de bens (36%), referidas por todos os grupos de atores, e no aumento do efetivo populacional e rejuvenescimento, mesmo que de forma temporária (15%), referidas pelos atores de presenças mais longas na freguesia (indivíduos naturais e residentes na freguesia, (e)migrantes e familiares de residentes locais).

Percebemos ainda que são os atores de maior tempo de presença em Foios que afirmam contribuir de forma mais diversificada e em maior peso para as trajetórias de desenvolvimento local. Campos como a produção agrícola e preservação florestal ou a troca de ideias, já que é necessário “trazer de fora para cá, porque os de cá não conseguem fazer”, são apenas protagonizados pelos residentes ou grupo de migrantes e indivíduos que detêm relações familiares na freguesia. Pelo contrário todos os grupos de atores têm perceção de contribuir de alguma forma, quer para a manutenção das tradições, dos elementos culturais e do património local, quer para a perenidade dos serviços e equipamentos existentes, no sentido da manutenção da aldeia “viva” (Fig. 63). A título de exemplo, reparámos no decurso do nosso trabalho de campo, num pedido afixado junto da caixa ATM para a sua utilização com relativa frequência no sentido da sua manutenção na freguesia. Esta preocupação transpareceu nalguns dos inquéritos, até mesmo em atores locais não residentes.

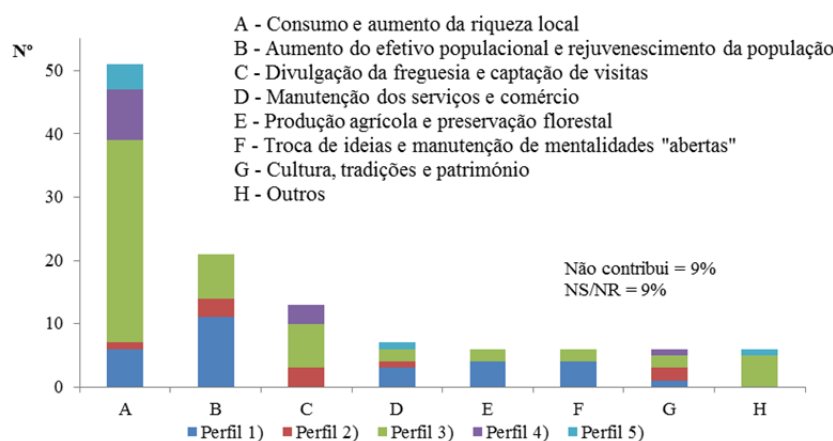


Fig. 63 – Contributos individuais para o desenvolvimento local

Quanto à participação na comunidade local (Quadro XXX), e excluindo os visitantes pelas suas presenças fugazes e muitas vezes isoladas na freguesia, percebemos que 87% dos inquiridos afirma fazê-lo. Aqui, os trabalhadores locais que não residem na freguesia são

aqueles que detêm uma maior percentagem de não participação, o que reflete a sua vivência de Foios como mero espaço de relação laboral.

Quadro XXX – Participação dos atores na comunidade local

		Perfil 1)		Perfil 2)		Respostas Perfil 3)		Perfil 5)		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Participação na Comunidade	Sim	30	94	8	100	50	88	2	33	90	87
	Não	2	6	0	0	7	12	4	67	13	13
	Total	32	100	8	100	57	100	6	100	103	100
Atividades	Políticas	4	7	1	8	2	2	0	0	7	5
	Sociais	11	20	2	15	12	14	1	50	26	17
	Culturais	20	37	5	38	43	51	1	50	69	45
	Desportivas/Recreativas	9	17	2	15	21	25	0	0	32	21
	Religiosas	6	11	1	8	4	5	0	0	11	7
	Outras	4	7	2	15	2	2	0	0	8	5
Total	54	100	13	100	84	100	2	100	153	100	
Tipo de participação	Ativa	8	27	3	38	7	1	0	0	18	20
	Mediamente ativa	7	23	3	38	11	2	2	100	23	26
	Passiva	15	50	2	25	32	6	0	0	49	54
	Total	30	100	8	100	50	9	2	100	90	100
Frequência de participação	Muito frequente	3	10	1	13	2	0	1	50	7	8
	Frequente	4	13	1	13	4	1	0	0	9	10
	Pouco frequente	3	10	1	13	3	1	1	50	8	9
	Raramente	3	10	2	25	18	3	0	0	23	26
	Outros	15	50	2	25	22	4	0	0	39	43
	NS/NR	2	7	1	13	1	0	0	0	4	4
Total	30	100	8	100	50	9	2	100	90	100	

Os atores centram a sua participação em atividades culturais (45%), com destaque para os festejos da capeia arraiana, desportivas e recreativas (21%), como corridas de BTT, passeios pedestres, caça e pesca, e ainda atividades sociais (17%), em que para além dos convívios existe uma forte componente cívica materializada na Comissão de Melhoramentos de Foios e no Grupo Cultural e Desportivo.

Todavia, esta é uma participação passiva e pouco frequente. As exceções surgem no primeiro caso nos (e)migrantes e familiares dos residentes da freguesia demonstrando que o facto de não residirem em Foios não impede a sua colaboração e preocupação com a comunidade local. No entanto, esse afastamento leva a que a participação seja menos frequente, assumindo essa posição os habitantes locais.

5.1. TEMPOS DE PRESENÇA E FILIAÇÃO AO LUGAR: CRIAÇÃO DE CLUSTERS A PARTIR DA ANÁLISE FATORIAL MULTIVARIADA

A análise anterior permite-nos fazer uma reflexão sobre a presença e grau de filiação dos atores na freguesia. Como referimos nas notas metodológicas, temos consciência de que os grupos de atores pré-definidos na construção do inquérito não são constituídos por indivíduos de comportamento homogéneo. Isto é, indivíduos com o mesmo perfil de relação

com a freguesia de Foios podem possuir tempos de presença diferentes e o seu grau de filiação com a freguesia pode também variar. Neste sentido, reagrupámos os indivíduos que constituem o nosso universo estatístico recorrendo à definição de novos grupos de atores, com base na Análise de *clusters*.

Pela observação do dendograma extraído da Análise de *clusters* diferenciámos cinco grupos de atores. O primeiro, constituído por 12 elementos, caracteriza-se por agrupar um conjunto de indivíduos na sua maioria não residentes na freguesia ou com uma fraca filiação ao lugar. São no geral visitantes que permanecem em Foios durante um curto espaço de tempo e cujo contributo para o desenvolvimento local passa sobretudo pela troca de capital financeiro através do consumo de bens. Caraterizam-se ainda por não participar na comunidade local.

O segundo grupo de atores, num total de 9 elementos, é composto por indivíduos naturais da freguesia ou com relações familiares na mesma, mas não residentes em Foios, tendo maior peso a segunda situação. São atores de redes-territoriais dispersas cuja ligação a Foios se faz por intermediário de familiares, por norma através do cônjuge ou pais, e o contacto com a freguesia, embora seja frequente, só se desenvolve via telefone ou em situações de férias/lazer. Têm impregnada uma forte valorização dos elementos de urbanidade que vão tentando transmitir na freguesia durante as suas presenças. Não têm pretensões de retorno e a sua participação na comunidade local é rara e quando acontece decorre de forma passiva.

O grupo seguinte agrega 27 atores, também eles naturais da freguesia ou com relações familiares em Foios, mas não residentes, e mais uma vez com maior prevalência das situações de relação familiar. O contacto com o local de origem continua a ser desenvolvido por meio do contacto telefónico ou nos regressos em férias/lazer. No entanto, estes são menos frequentes, mas o apego às origens e a ênfase dada às relações familiares são maiores. Tal é visível pela existência de uma pretensão de retorno e pela divulgação de Foios promovida nos locais de residência, com o desenvolvimento de algumas práticas culturais tradicionais do local de origem. A sua perceção do contributo individual para o desenvolvimento local passa pelo aumento temporário do efetivo populacional e o rejuvenescimento da população. Denota-se ainda uma fraca participação na comunidade local.

O quarto grupo de atores, com 31 indivíduos, restringe-se aos habitantes locais naturais da freguesia. São quase todos atores que não desenvolveram um ciclo migratório, mas que possuem redes familiares dispersas. Nos casos em que essa mobilidade ocorreu, o retorno teve na sua base situações de acompanhamento familiar ou o forte sentido de pertença

ao local de origem e o desejo de voltar à “terra mãe”. A sua presença em Foios demonstra-se essencial para a conservação do efetivo populacional e a manutenção dos equipamentos e serviços e a continuidade da circulação de capital financeiro e geração de riqueza. A sua participação na comunidade transparece um alargamento dos âmbitos de intervenção, com destaque para a integração dos órgãos políticos locais, e mostra-se mais ativa, no entanto não é notória uma maior frequência no seu desenvolvimento.

O último grupo mostra-se mais heterogéneo sendo composto pelos “novos” residentes locais e pelos trabalhadores não residentes na freguesia, e ainda alguns (e)migrantes e residentes naturais da freguesia, num total de 33 atores. São portanto, de alguma forma, atores externos a Foios, cuja presença se faz sentir pelas necessidades laborais ou pela existência de propriedades e investimentos. No caso dos “novos” residentes, a sua presença atual foi potenciada, em alguns casos, também por situações profissionais e, noutros, pela existência de redes familiares no local que facilitaram a sua instalação, a par da procura de uma maior qualidade de vida e bem-estar. Há, então, uma valorização dos elementos de ruralidade e do contacto com a natureza, e um gosto pela localidade e sentido de pertença. Tal traduz-se numa participação mais ativa e frequente na comunidade local, fundamentalmente em atividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo.

Este percurso coloca em causa a linearidade da divisão dos atores de intervenção local pelos perfis pré-estabelecidos no inquérito desenvolvido na área de estudo. Entendemos que atores com o mesmo perfil de relação com Foios podem desenvolver graus de filiação ao local e dinâmicas de presença e ausência diferenciados. Assim, encontramos atores de presenças fugazes, temporárias, permanentes e até ausentes, que se distribuem por graus de filiação maiores ou menores. No entanto, a tendencial relação direta entre a ausência e a menor filiação, também não é aqui esboçada, encontrando atores de maior tempo de ausência com maior grau de filiação ao lugar, o que se pode explicar pela forte relação familiar e sentido de pertença telúrico (Quadro XXXI).

Foios surge-nos assim como um espaço de maiores tempos de ausência, mas no entanto sem grande perda do sentido de pertença dos atores de intervenção local. Estes, apesar de se encontrarem ausentes por períodos de tempo mais ou menos longos, tendem a marcar presença de forma material e/ou imaterial, quer pela manutenção de propriedades na freguesia quer pela participação cívica na comunidade local. Como referimos, vários são os atores, e restringindo-nos ao grupo de migrantes e familiares dos habitantes locais, que detêm residências secundárias ou de férias e propriedades agroflorestais na freguesia. Para além disso, muitos empenham-se em manter ativas as tradições locais, organizando festas e

momentos de convívio na comunidade, primando pela preservação e divulgação dos elementos da identidade local. Estas relações são ainda visíveis pelos regressos continuados destes atores que demonstram a capacidade de atração de Foios, no fundo substanciada pelas relações familiares e pela filiação ao lugar.

Quadro XXXI – Grupos de atores locais, segundo o tempo de presença e o grau de filiação a Foios

Presenças fugazes, sem filiação ao lugar	Presenças ausentes, com forte filiação ao lugar	Presenças temporárias, com fraca filiação ao lugar
<ul style="list-style-type: none">•Grupo de atores: 1•Tempos de presença muito curtos e dispersos no tempo, muitas vezes em situações individualizadas.•Atores sem sentido de pertença cuja deslocação se relaciona com o desenvolvimento de uma atividade específica (e.g. turismo).•Não têm qualquer relação com a comunidade local.	<ul style="list-style-type: none">•Grupo de atores: 5•Tempos de presença curtos e espaçados ao longo do ano.•Atores com um forte sentido de pertença, condicionado pelas relações familiares no local e o significado telúrico da freguesia.•Apresentam uma participação ativa e frequente na comunidade local.	<ul style="list-style-type: none">•Grupo de atores: 2•Tempos de presença mais regulares e de maior período contínuo.•Atores sem sentido de pertença ao lugar, cuja relação se restringe à existência de familiares na freguesia.•Apresentam uma participação pouco ativa e quase rara na comunidade local.
	<ul style="list-style-type: none">•Grupo de atores: 3•Tempos de presença mais regulares e de maior período contínuo.•Atores com forte sentido de pertença motivado pelo significado telúrico da freguesia e condição para um possível retorno.•Apresentam uma participação pouco ativa na comunidade local.	<ul style="list-style-type: none">•Grupo de atores: 4•Tempos de presença longos, motivados pela residência e vivência quotidiana.•Atores com um forte sentido de pertença, que transparece na permanência em Foios e no retorno em situações de emigrantes.•Apresentam uma participação ativa mas não muito frequente na comunidade local.

Por outro lado, a presença de atores sem filiação ao lugar demonstra a capacidade atrativa de Foios no contexto dos espaços de lazer e turismo, mas também dos espaços de produção agroflorestal e bolsas de emprego sub-regionais.

Este espaço de “ausências” ganha assim relevância num modelo geográfico de geometrias variáveis, de opções territoriais mais flexíveis e de atores que despertam novas representações do rural, traduzindo os usos diferenciados que lhe são conferidos, e que ao mesmo tempo implicam múltiplos tempos de presença.

CONCLUSÃO

As visões esquemáticas do território nacional em que assenta a divisão do espaço entre o Norte e o Sul, o Litoral e o Interior, o Rural e o Urbano tornam-se demasiado simplistas e redutoras para a explicação das dissemelhanças internas. Do mesmo modo, as imagens criadas a partir das perceções sobre o rural congregam-se muitas vezes a elementos individualizados destes espaços. O rural como espaço despovoado e marginal, o rural para habitar, o rural para fruir, o rural reserva natural, o rural espaço de risco, são algumas das interpretações que têm surgido, traduções das diferentes formas de viver estas áreas, mas que deixam à margem um conjunto diverso de outras características. É, então, necessária uma abordagem que integre as diferentes componentes de cada espaço, interpretando-as como um todo e permitindo uma maior flexibilidade na sua perceção e tratamento.

Por outro lado, um território não pode ser compreendido como um ponto isolado do espaço. Num mundo cada vez mais valorizador do movimento e da comunicação, o espaço toma ênfase na sua dimensão flexível, móvel e mutável. Por consequência surge uma nova geografia do espaço vivido e mental. A sensação de tudo conhecer abre horizontes e alarga os espaços de atuação individual. Este maior contacto com o mundo reflete-se numa diferenciação das territorialidades individuais. Assim, a frequência de uma multiplicidade de territórios traduz-se numa multiterritorialidade que é distinta de ator para ator e ao longo do seu percurso de vida. Então, assistimos à construção de redes-territoriais individuais que se cruzam em territórios concretos e moldam as redes de relação dos diferentes espaços.

Os espaços de baixa densidade de matriz rural não ficam alheados deste contacto com o “outro”, pessoal e geográfico. A multifuncionalidade que lhes está inerente e o conjunto de significados que lhe são atribuídos repercutem-se na presença de grupos de atores diferenciados que se constituem como elo de ligação a outros territórios pelas suas redes-territoriais individuais. No entanto, no espaço de fluxos o tempo está intimamente ligado ao espaço. E assim, assistimos a variações sincrónicas e diacrónicas dos tempos de presença e ausência dos diversos atores locais. Aos residentes locais, de maior tempo de presença, juntam-se entradas diárias de atores que têm naquele espaço o seu território de trabalho. Mais esporadicamente os regressos de (e)migrantes que não perdem o sentido de pertença ao local de origem. Depois, os novos fluxos, de sentido inverso: as presenças fugazes afetas à vivência do espaço para lazer e as chegadas de novos-rurais. Há ainda um conjunto de atores que têm influência local, apesar de uma ausência permanente, como é o caso dos técnicos e atores de governação central.

Esta visão mais complexa do espaço e a valorização dos atores locais e da relação com o “outro”, levaram-nos à reflexão sobre a necessidade de repensar e discutir as trajetórias de desenvolvimento. Consideramos ser fundamental adotar visões centradas no lugar, que vejam o capital endógeno como uma mais-valia para a promoção da sua competitividade. A definição dos elementos individualizadores do espaço e o elencar de estratégias de afirmação pela diferenciação tornar-se-iam o fator-chave para um percurso ascendente no âmbito das trajetórias de desenvolvimento. Por outro lado, a diversidade de atores e respetivas territorialidades deverá ser aproveitada como forma de divulgação daquele espaço concreto e estabelecimento de parcerias e formas de cooperação. No entanto, esta multiplicidade de atores e contactos pode tornar-se ambígua pelo potencial foco de conflito de interesses. Aqui o ordenamento do território ganha dimensão como mediador destas situações.

Foios surge-nos como um espaço de posição excêntrica no contexto do território nacional. Área de fronteira, espaço raiano, tem na sua posição geográfica o elemento marcante das trajetórias de desenvolvimento local. Espaço de baixa densidade, de perda demográfica e de economia débil, vê nos fluxos e mobilidades populacionais o seu sustento. Por um lado, a longínqua abertura ao mundo, expressa primeiramente pelas ações de contrabando, e depois nos movimentos de (e)migração. Enquanto isso, a perenidade das presenças de habitantes que não sentiram a necessidade de partir, mas também os retornos e os regressos daqueles que “empurrados” para fora da freguesia não esquecem as raízes telúricas. Por outro lado, um conjunto de fluxos de sentido oposto. Com maior presença, os novos moradores: indivíduos que encontraram em Foios uma oportunidade de trabalho ou que tendo relações familiares na aldeia optaram pela habitação no lugar. De forma descontinuada, as entradas diárias, semanais ou sazonais por motivos laborais. Atores que não desenvolvem qualquer filiação ao lugar vendo-o apenas como espaço de trabalho. Por fim, as passagens pela freguesia ligadas às práticas de turismo e lazer, cujo desenvolvimento está intimamente ligado à oferta local.

Esta ligação de Foios ao exterior, pelo conjunto de relações territoriais desenvolvidas pelos atores de intervenção local traduz-se numa mais-valia para o lugar. As entradas dos indivíduos de maiores tempos de ausência surgem como compensação da debilidade e desequilíbrio locais. As suas presenças, embora temporárias, e muitas vezes dispersas no tempo, acabam por acarretar potencial económico, demográfico e cultural. Por um lado, a circulação de capital monetário que permite um aumento relativo e um dinamismo da economia local. Depois, o afluxo populacional contribui para a manutenção de alguns dos serviços locais, para além de potenciar futuros investimentos e novas atividades. Por fim, a

manutenção das tradições da freguesia e a perpetuação dos elementos de identidade e individualidade locais.

Repare-se, no entanto, que a posição raiana da freguesia, que ao início se apresentava como fator essencial ao contacto com o “outro”, ao longo dos tempos vai desvanecendo. A frequente transposição da fronteira para as práticas do contrabando foi substituída por fluxos de entrada na freguesia afetos quer a visitantes que ali vêm ocupar os seus tempos de lazer quer a comerciantes que têm em Foios uma oportunidade de escoar o seu produto fazendo frente à concorrência do seu lugar de residência. Esta relação ibérica é ainda marcada pela figura da gemação entre lugares, neste caso entre Foios e o Município espanhol de Eljas.

A multiplicidade de atores traduz-se em tempos de presença e ausência diferenciados que vão marcando a dinâmica da paisagem e condicionando a vivência na freguesia. Os períodos festivos são sempre momentos de maiores fluxos de chegada, no entanto verifica-se uma presença regular de atores locais não residentes na freguesia, em parte impulsionada pelo apego à terra, a proximidade do local de origem, a posse de propriedades em Foios e uma oferta local de qualidade que se torna atrativa. Estes são atores de geografias individuais diversas, com redes-territoriais amplas e complexas que ligam Foios a espaços nacionais e internacionais, com destaque para o concelho da Guarda, o concelho de Lisboa e França como polos de estruturação destas mobilidades e redes.

No entanto, Foios surge como um espaço de maiores tempos de ausência, mesmo assim sem grandes perdas do sentido de pertença ao lugar. Isso transparece na contínua presença material ou imaterial dos atores ausentes, pela manutenção de propriedades na freguesia e pela participação cívica na comunidade local. Estas relações são ainda visíveis pelos regressos sucessivos destes atores que demonstram a capacidade de atração de Foios, fundamentalmente substanciada pelas relações familiares e pelos elementos identitários locais.

Apesar de ter sido desenvolvido na primeira parte desta dissertação o tema dos potenciais conflitos de interesse nestes espaços, não procedemos ao seu estudo empírico. Tal deve-se ao facto de a sua abordagem necessitar de uma dedicação quase exclusiva pela sua complexidade e dimensão. Estaríamos, então, a entrar nas temáticas do poder político e respetivas formas de relação. A potencial ocorrência de conflitos poderia surgir nestes casos em situações bem distintas, de que são exemplo: a continuidade das tradições locais e a introdução de novos elementos culturais pelos atores externos ao lugar; a turistificação da freguesia e a manutenção dos espaços de prática agrícola; a necessidade de investimento local e a retração do apoio estatal.

Assim, Foios como espaço de múltiplos atores, mas ao mesmo tempo, de maiores tempos de ausência, evoca a necessidade de uma investigação futura sobre as relações de poder político. Isto é, a forma como os atores intervenientes na freguesia se distribuem (atores organizados e atores dispersos) e a sua influência e atuação como membros de decisão local. Mas para além disto, importa perceber a diferenciação do poder político entre os atores de maior e menor presença: de que forma os ausentes interferem nas decisões locais e como é que os presentes estão privados do poder político.

Os espaços rurais de baixa densidade, no contexto do espaço de fluxos, mostram-se como espaços em que os novos usos protagonizados por atores de opções territoriais mais flexíveis podem influenciar as trajetórias de desenvolvimento, contribuindo para a resiliência e recolocação da sua centralidade no contexto da geografia nacional. O exemplo de Foios descreve um espaço em que as qualidades intrínsecas, os elementos identitários e o sentido de pertença se constituem como fatores de captação de atores. Estes movimentos centrípetos têm resultado na atenuação de alguns dos problemas sociais, demográficos e económicos locais, refletindo-se numa tímida revitalização do lugar. Por sua vez, os movimentos centrífugos podem ser encarados como formas de divulgação local e promoção de parcerias de cooperação.

Todavia, a opção por uma metodologia de análise oposta à desenvolvida neste trabalho poderia revelar resultados bastante diferenciados. Ou seja, um estudo centrado nos lugares da diáspora de Foios, valorizando as ausências em detrimento das presenças na freguesia (captadas na investigação aqui apresentada), poderia traduzir maiores tempos de ausência no lugar. Por outro lado, não podemos deduzir que os laços que ligam os atores aos lugares de origem, elemento de grande relevância na nossa investigação, existam de forma eterna. A morte dos familiares que perpetuam esta relação telúrica e, em segunda instância, a inexistência de propriedades no local de origem podem levar a um corte filial com aquele espaço.

Concluindo, referir que esta dissertação surge como um ensaio metodológico que pode ser o ponto de partida para um estudo mais aprofundado e comparativo das mobilidades e atores afetos aos espaços rurais de baixa densidade, os seus espaços de relação e o seu impacto nas trajetórias de desenvolvimento local. Por outro lado, este trabalho não está fechado. Ficou em aberto um conjunto de questões que foram surgindo com o seu desenvolvimento. Será necessário aprofundar o estudo sobre as relações entre os diferentes atores locais e a potencial existência de conflitos de interesse. Por outro lado, não abordámos as relações de poder (económico e político) e a forma como essas se traduzem na construção

do lugar. Por fim, deixámos a referência à necessidade de uma abordagem inversa que nos dê uma perspetiva das perceções dos atores que já perderam a filiação ao lugar e as potenciais consequências destas perdas de relação.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. C., CORREIA, T. P. & OLIVEIRA, Rosário (coord.) (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU. (5 vol.).
- ALARCÃO, Alberto (1969). *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes) – Migrações Internas 1920-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. Centro de Estudos de Economia. 346 pp.
- ALGARVIO, Iuri C. C. (2010). *Ecoaldeias. Práticas para um futuro sustentável*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à FAUTL. Lisboa: FAUTL. 173 pp.
- ALMEIDA, Maria G. (2009). “*Diáspora: Viver Entre-Territórios. E Entre-Culturas?*”. in Saquet, M. A. & Sposito, E. S.. *Territórios e Territorialidades. Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. pp. 175-195.
- AMARO, Rogério R. (1985). “*Ei-los que Voltam. Problemas e Desafios do Regresso dos Emigrantes*”. in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 15/16/17. Coimbra: CES. pp. 351-373.
- APPADURAY, Arjun (2004). *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Editorial Teorema. 306 pp.
- ASHLEY, C. & CARNEY, D. (1999). *Sustainable Livelihoods: Lessons from Early Experience*. Londres: DFID. 64 pp.
- BAPTISTA, Fernando O. (2006). “*O Rural Depois da Agricultura*”. in Fonseca, Maria L.. *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa: CEG-Universidade de Lisboa. pp. 85-105.
- BARRETO, António (1995). “*Portugal na Periferia do Centro: Mudança Social, 1960 a 1995*”. in *Análise Social – Revista do Gabinete de Investigações Sociais*. vol. XXX (134). Lisboa. pp. 841-855.
- BOURA, I., JACINTO, R., LEWIS, J. & WILLIAMS, A. (1984). “*The economic impact of returned emigrants: evidence from Leiria, Mangualde and Sabugal*”. in Comissão de Coordenação da Região Centro. *Emigração e Retorno na Região Centro*. Coimbra: Ministério da Administração Interna – CCRC. pp. 63-115.
- BRUM FERREIRA, António (1978). *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira: Estudo de Geomorfologia*. Lisboa: CEG. 374 pp.
- CAETANO, Miguel (1967). “*O Conceito de Região e a Região de Abrantes*”. in *Revista Planeamento e Integração Económica*. Boletim do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Julho.

- CAETANO, M., PINTO, M. L. V., SOUSA, M. I. N. & CUNHA, J. C. (1970). *A Rede Urbana do Continente - Hierarquia e Funcionamento*. Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento. 107 pp.
- CAETANO, M., CARRÃO, H. & PAINHO, M. (2005). *Alterações da Ocupação do Solo em Portugal Continental: 1985-2000*. Lisboa: Instituto do Ambiente. 52 pp.
- CALDAS, E. C. & LOUREIRO, M. S. (1966). *Regiões Homogéneas no Continente Português*. C.E.E.A. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 216 pp.
- CARNEY, Diana (2002). *Sustainable Livelihoods Approaches: Progress and Possibilities for Change*. Londres: DFID. 64 pp.
- CARVALHO, Paulo M. (2009). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha: O Exemplo da Lousã*. Lousã: Câmara Municipal da Lousã. 657 pp.
- CASTELLS, Manuel (2003). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. vol I – *A Sociedade em Rede*. Trad. Lemos, A. & Espanha, R.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 713 pp.
- CAVACO, Carminda (1986). “*Campagnes qui se Vidente et Campagnes qui s’Urbanisent au Portugal*”. in Revista Espace Populations Sociétés. pp. 75-84.
- CAVACO, Carminda (1996). “*Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local: Desafio ou Utopia*”. in Instituto de Estudos geográficos (ed.). *Dinamismos Sócio-económicos e (Re)organização Territorial: Processos de Urbanização e de Reestruturação Produtiva*. Coimbra: IEG-FLUC. pp. 333-355.
- CAVACO, Carminda (coord.) (1999). *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Lisboa: CEG – Universidade de Lisboa. 455 pp.
- CAVACO, Carminda (2005). “*Novas Formas de «Habitar» os Espaços Rurais*”. in Medeiros, Carlos A. (dirs.). *Geografia de Portugal*. vol III – *Actividades Económicas e Espaço Geográfico*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. pp. 78-91.
- CAVACO, Carminda (2009). “*Os Espaços Rurais como Espaços de Vida: Mobilidades Residenciais e Novas Formas de Habitar*”. in Baptista, F. O., Jacinto, R. & Mendes, T. (coord.). *Os Territórios de Baixa Densidade em Tempo de Mudança*. Proença-a-Nova: Câmara Municipal de Proença-a-Nova. Centro Ciência Viva da Floresta. pp. 39-69.
- CAVACO, C. & RAMOS, A. (1995). *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*. Lisboa: DGDR. 259 pp.
- CHORINCAS, J., MARQUES, I. & RIBEIRO, J. F. (2001). “*Clusters e Políticas de Inovação. Conceitos, Experiências Europeias e Perspectivas de Aplicação a Portugal*”. in *Prospectiva e Planeamento*. nº 7. pp. 43-104.

- CLAMOTE, Victor (2011). *O Desenvolvimento entre a Superfície da Meseta e as Superfícies abatidas da Beira Baixa. Compreensão geomorfológica da sua Evolução*. Dissertação de Mestrado em Geografia Física, Ambiente e Ordenamento do Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC. 107 pp.
- CLAVAL, Paul (1999). “*O Território na Transição da Pós-modernidade*”. in GEOgraphia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.. Ano 1. nº 2. UFF. pp. 7-26.
- CLAVAL, Paul (2006). *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70. 140 pp.
- COSTA, Eduarda M. (2006). “*A organização Administrativa*”. in Medeiros, Carlos A. (dirs.). Geografia de Portugal. vol IV –Planeamento e Ordenamento do Território. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. pp. 42-57.
- COVAS, António (1997). *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural. 36 pp.
- COVAS, António (1999). *As Amenidades Rurais: um Contributo para o Desenvolvimento de Zonas Desfavorecidas*. Lisboa: Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural. 55 pp.
- COVAS, António (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural: Temas e Problemas*. Lisboa: Colibri. 199 pp.
- COVAS, António (2006). “*A Ruralidade do Nosso Tempo: Decálogo para uma 2ª Modernidade*”. in Fonseca, Maria L.. Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Lisboa: CEG. pp. 107-125.
- CUNHA, Lúcio (1995). “*Turismo e Desenvolvimento na Raia Central. A paisagem e o Ambiente como Recursos*”. in Cadernos de Geografia. nº 14. Coimbra: IEG-FLUC. pp. 129-138.
- DALANEY, David (2005). *Territory: a Short Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing. 165 pp.
- DIJKSTRA, L. & POELMAN, H. (2011). “*Regional Typologies: a Compilation*”. in Regional Focus. nº 01. Comissão Europeia. 16 pp.
- DOMINGUES, Álvaro (2011). *Vida no Campo*. Equações de Arquitectura. nº 45. Porto: Dafne Editora. 319 pp.
- FERNANDES, João L. J. (1999). “*Dimensão Territorial da Identidade Portuguesa no Final do Século XX: a Integração na Europa e no Mundo*”. in Mendes, J. & Fernandes, J. A Identidade Portuguesa. Cadernos de Língua e Cultura Portuguesa. Série História e Geografia. nº 1. Coimbra: FLUC. pp. 27-47.

- FERNANDES, João L. J. (2003). “*Dinâmicas de Desenvolvimento, Territórios e Áreas Protegidas*”. in Caetano, Lucília (coord.). *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra: CEG-FLUC. pp. 229-274.
- FERNANDES, João L. J. (2011). *Material de Apoio à Unidade Curricular de Geografia Cultural*. Policopiado. s/p.
- FERNANDES, João L. J. (2012). *Parques Naturais e Outras Áreas Classificadas no Modelo de Desenvolvimento Português*. Seia: Terras de Sena. 537 pp.
- FERRÃO, João (2002). “*Portugal, Três Geografias em Recombinação. Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais*”. in Lusotopie. 2. Leiden: Brill Academic Publishers. pp. 151-158.
- FERRÃO, João (2003). “*Dinâmicas Territoriais e Trajetórias de Desenvolvimento, Portugal 1991-2001*”. in *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa: INE. pp. 17-25.
- FERRÃO, João (2013). “Território”. in Cardoso, J. L., Magalhães P. & Pais, J. M. (orgs.). *Portugal Social de A a Z: Temas em Aberto*. Lisboa: Expresso – ICS UL. pp. 244-257.
- FERRÃO, J. & JENSEN-BUTLER, C. (1988). “*Existem “Regiões Periféricas” em Portugal?*”. in *Análise Social*. vol. XXIV (100). Lisboa: Instituto Ciências Sociais. Univ. de Lisboa. pp. 355-371.
- FERRÃO, J., RODRIGUES, D. & VALA, F. (2002). *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano. 210 pp.
- FIGUEIREDO, António (2001). “*Uma Visão Espacial da Estratégia e das Prioridades de Desenvolvimento Económico e Social para Portugal*”. in *Prospectiva e Planeamento*. nº 7. pp. 13-41.
- FIGUEIREDO, Elizabete (2003). *Um Rural para Viver, Outro para Visitar – o Ambiente nas Estratégias de Desenvolvimento para as Áreas Rurais*. Dissertação de doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro: Departamento de Ambiente e Ordenamento. Universidade de Aveiro. 253 pp.
- FONSECA, F. & RAMOS, R. (2009). “*Impactos do Turismo em Espaço Rural. O Caso do Município de Almeida*”. in *Revista Iberografias*. nº 5. Ano V. Guarda: CEI. pp. 35-48.
- FRANCISCO, Maria L. (2007). “*A Ecoimigração: uma Dinâmica Migratória para Espaço Rural*”. in Dentinho, T. & Rodrigues, O. (coord.). *Periferias e Espaços Rurais. Comunicações apresentadas ao II Congresso de Estudos Rurais*. Estoril: Principia Editora. pp. 333-342.
- FRÉMONT, Armand (1980). *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Livraria Almedina. 275 pp.

- GASPAR, Jorge (1972). *A Área de Influência de Évora. Sistema de Funções e Lugares Centrais*. Lisboa: CEG. 414 pp.
- GASPAR, Jorge (1975). “*Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*”. in *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia* . vol. X. nº19. Lisboa: CEG. pp. 107-152.
- GASPAR, Jorge (2006). “*Evolução e Perspectivas do Desenvolvimento Territorial*”. in Medeiros, Carlos A. (dirs.). *Geografia de Portugal*. vol. IV – Planeamento e Ordenamento do Território. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. pp. 16-28.
- GIRÃO, Aristides A. (1933). *Esbôço duma Carta Regional de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 224 pp.
- GIRÃO, Aristides A. (1941). *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora. 479 pp.
- GRANOVETTER, Mark (1983). “*The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revisited*”. in *Sociological Theory*. vol. 1. Wiley. pp. 201-233.
- GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M. & WHATMORE, S. (ed.) (2009). *The Dictionary of Human Geography*. 5ª ed..Oxford: Wiley-Blackwell. 1071 pp.
- HAESBAERT, Rogério (2005). “*Da Desterritorialização à Multiterritorialidade*”. in *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo. pp. 6774-6792.
- HÄGERSTRAND, Torsten (1970). “*What About People in regional Science*”. in *Science Association Papers*. vol. XXVI. pp. 7-21.
- HÄGERSTRAND, Torsten (1978). “*Survival and Arena: On the Life-history of Individuals in Relation to their Geographical Environment*”. in Carlstein, T., Parkes, D. & Thrift, N.. *Humana Activity and Time Geography*. Londres: Edward Arnold. pp. 122-145.
- HARVEY, David (1998). *A Condição Pós-moderna: uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. 7ª ed. São Paulo: Edições Layola. 351 pp.
- HENRIQUES, Maria A. A. (2010). “*Presente e Futuro do Desenvolvimento Rural-Territorial: Novas Formas de Governação na Programação 2007-2013*”. in *Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais: Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros* (4 a 6 de fevereiro). Aveiro: niversidade de Aveiro. pp. 735-747.
- INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa – Verbo. 2 vol.
- JACINTO, Rui (2001). “*Territórios, Políticas e Actores: a Recomposição das suas Geografias e das Regiões Portuguesas*”. in *Cadernos de Geografia*. nº 20. Coimbra: IEG-FLUC. pp. 65-75.

- JACINTO, Rui (2004). “*Rota da Emigração: Retratos para uma Leitura dos Processos Migratórios*”. in Jacinto, R. & Bento, V. (coord.). *Fronteira, Emigração, Memória: Exposição de Fotografia*. Guarda: CEI. pp. 48-51.
- JACINTO, Rui (2005). *Entre Margens e Fronteiras. Para uma Geografia das Ausências e das Identidades Raianas*. Iberografias nº4. Porto: Campo de Letras. 143 pp.
- JOHNSTON, R.; GREGORY, D.; PRATT, G. & WATTS, M. (ed.) (1983). *The Dictionary of Human Geography*. Oxford: Blackwell Reference. 411 pp.
- JULIÃO, Rui P. (2001). *Tecnologias de Informação Geográfica e Ciência Regional. Contributos Metodológicos para a Definição de Modelos de Apoio à Decisão em Desenvolvimento Regional*. Dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 400 pp.
- KAUFMAN, Dora (2012). “*A Força dos “Laços Fracos” de Mark Granovetter no Ambiente do Ciberespaço*”. in Revista Galaxia. vol. 12. nº 23. São Paulo. pp. 207-218.
- KAYSER, Bernard (1990). *La Renaissance Rurale. Sociologie des Campagnes du Monde Occidental*. Paris: Armand Colin. 316 pp.
- KREJCIE, R. & MORGAN, D. (1970). “*Determining Sample Size for Research Activities*”. in Educational and Psychological Measurement. vol. 30. nº 3. pp. 607-610.
- LACOSTE, Yves (1988). *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. Campinas: Editora Papirus. 133 pp.
- LEFEBVRE, Henri (1999). *La production de l’espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos. 512 pp.
- LEMA, P. & Rebelo, F. (1996). *Geografia de Portugal: Meio Físico e Recursos Naturais*. Lisboa: Universidade Aberta. 447 pp.
- LIPOVETSKY, Gilles (1989). *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D’Água. 204 pp.
- LIPOVETSKY, G. & CHARLES, S. (2011). *Os Tempos Hipermodernos*. Lisboa: Edições 70. 135 pp.
- LOPES, Policarpo (1999). *Portugal: Holograma da Mobilidade Humana*. Lisboa: Editora Rei dos Livros. 224 pp.
- LOPES, Raul (2001). *Competitividade, Inovação e Território*. Oeiras: Celta Editora. 253 pp.
- LYOTARD, Jean-François (2003). *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva. 139 pp.
- MAIA, C. M., RIEDL, M. & FILIPPI, E. E. (2010). “*Reflexões para o Processo de Desenvolvimento*”. in Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais: Mundos Ruaris em

- Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros (4 a 6 de fevereiro). Aveiro: Universidade de Aveiro. pp. 761-777.
- MANERO, Fernando (2012). “*Redes de Cooperación Socio-territorial y Valorización Turística del Paisaje. La Experiencia de la Comarca de las Meridades (Burgos)*”. in Polígonos – Revista de Geografía. nº 23. León: Universidad de León. pp. 15-53.
- MATEUS, Maria L. R. (2009). *Campos de Coimbra: do Rural ao Urbano*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC. 389 pp.
- MEDEIROS, Carlos A. (2005). “*O Espaço Rural: Condicionamentos, Formas de Utilização dos Solos, Mutações*”. in Medeiros, Carlos A. (dirs.). Geografia de Portugal. vol III – Atividades Económicas e Espaço Geográfico. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. pp. 16-25.
- MESQUITA, Ana M. V. (2010). “*O Turismo em Espaço Rural na Região de Trás-os-Montes: Contributo para o Estudo da Oferta e dos Promotores*”. Comunicação apresentada no IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros (4-6 fev.). Aveiro. 15 pp.
- MORÉN-ALEGRET, Ricard (2004). *Lugar, Identidade Territorial e Inmigración Extranjera en Áreas Rurales y Pequeñas Ciudades de España. Un Estudio Cualitativo Exploratorio*. GRM (Grup de Recrea sobre Migraciones). Universidade Autònoma de Barcelona. 121 pp.
- MORÉN-ALEGRET, R. & SOLANA, M. (2004). “*Foreign Immigration in Spanish Rural Areas and Small Towns: Current Situation and Perspectives*”. in Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia. vol. XXXIX. nº 77. Lisboa: CEG. pp. 21-38.
- MORENO, Luís (2005). “*Novas Dinâmicas no Espaço Rural*”. in Medeiros, Carlos A. (dirs.). Geografia de Portugal. vol III – Atividades Económicas e Espaço Geográfico. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. pp. 92-101.
- NAVE, Joaquim (2003). “*O Rural e os Seus Duplos*”. in Portela, J. & Caldas, J. C. (orgs.). Portugal Chão. Oeiras: Celta Editores. 539 pp.
- NUNES, Adélia J. N. (2008). *Abandono do Espaço Agrícola na Beira Transmontana: Extensão, Causas e Efeitos Ambientais*. Porto: Campo de Letras. Guarda: CEI. 430 pp.
- NUNES, A. & JACINTO, R. (2011). “*Interioridade, Despovoamento e Coesão do Território: Sabugal e as Fronteiras do Desenvolvimento Raiano*”. in Jacinto, R. & Cunha, L. Interioridade/Insularidade - Despovoamento/Desertificação: Paisagens, Riscos Naturais, e Educação Ambiental em Portugal e Cabo Verde. Guarda: CEI. pp. 69-100.

- OLIVEIRA, Fernanda P. (2012). *Novas Tendências do Direito do Urbanismo. De um Urbanismo de Expansão e de Segregação a um Urbanismo de Contenção, de Reabilitação Urbana e de Coesão Social*. 2ª edição. Coimbra: Almedina. 171 pp.
- PARDAL, Sidónio (2006). *A Apropriação do Território. Crítica aos Diplomas da RAN e da REN*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros – Ingenium. 167 pp.
- PIRES, Cristiana V. (2012). *Ecoaldeias: Construindo Alternativas. Estudo Exploratório do Movimento Social das Ecoaldeias Através do Global Ecovillage Network, Tamera e Los Angeles Ecovillage*. Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada ao Departamento de Antropologia do ISCTE. Lisboa: ISCTE-IUL. 119 pp.
- PITZL, Gerald R. (2004). *Encyclopedia of Human Geography*. Londres: Greenwood Press. 318 pp.
- RAMOS, R., SOUSA, B. V. & MONTEIRO, N. G. (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros. 976 pp.
- REIS, M. & LIMA, A. V. (1998). “Desenvolvimento, Território e Ambiente”. in Viegas, José M. L. & Costa, António F. (orgs.). *Portugal, que Modernidade?*. Oeiras: Celta Editora. pp. 329-359.
- RETAILLÉ, Denis (2005). “L’Espace Mobile”. in Antheaume, B. & Giraut, F. (dirs.). *Le Territoire est Mort. Vive les Territoires!*. Paris: IRD. pp. 175-202.
- RIBEIRO, Orlando (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 246 pp.
- RIBEIRO, Orlando (1987). “Evolução e Distribuição da População”. in Daveau, S., Lautensach, H. & Ribeiro, O.. *Geografia de Portugal. Vol III - O povo português*. Lisboa: Ed. Sá da Costa. pp. 731-822.
- RIBEIRO, Orlando (1993). *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa. 223 pp.
- RIBEIRO, Orlando (1995). *Opúsculos Geográficos*. VI volume. Estudos Regionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 495 pp.
- ROCHA-TRINDADE, Maria B. (2001). *Perspectivas Actuais das Migrações em Portugal*. Sep. de Coloquios en Compostela: Movilidad e Migracións Internas na Europa Latina. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. 32 pp.
- ROMÃO, Ana M. (2000). *Imagens e Representações da Ruralidade na Imprensa Portuguesa*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Universidade do Algarve. Faro. 2 vol.

- ROMÃO, Ana M. (2008). “*Représentations de la Ruralité dans la Presse Portugaise. Les Enjeux de L’actualité Rurale*”. in *Cidades – Comunidade e Territórios*. nº 16. pp. 93-98.
- SÁ MARQUES, Teresa (2003). “*Dinâmicas Territoriais e as Relações Urbano-Rurais*”. in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I série. vol. XIX. Porto. pp. 507-521.
- SAMPER, C. C. & SEGUÍ, A. E. (2009). “*Cambio de Residência Desde las Zonas Litorales Hacia los Municipios Rurales de la Montaña de Alicante. Motivaciones y Condicionaes de Vida de la Población Jubilada Europea*”. in Trigal, L. & García, A. (coord.). *Envejecimiento, Despoblación y Territorio*. León: Universidad de León. pp. 137-147.
- SANTOS, Elvira M. F. (2012). *Quintã: Estratégias para Ordenamento Paisagístico*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagística apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real: UTAD. 153 pp.
- SANTOS, Milton (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia*. São Paulo: Hucitec. 28 pp.
- SANTOS, Milton (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 259 pp.
- SANTOS, M., SOUZA, M. & SILVEIRA, M. (org.) (1998). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora HUCITEC. 332 pp.
- SANTOS, Norberto P. (1991). “*Emigração e Retorno: Dinamismos Locais da Integração. Consequências do Regresso de Emigrantes nos Concelhos de Sátão, Tondela e Viseu*”. in *Cadernos de Geografia*. nº 10. Coimbra: IEG – FLUC. pp. 307-429.
- SAQUET, Marcos A. (2006). “*Proposições para Estudos Territoriais*”. in *GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense*. ano VIII. nº 15. UFF. pp. 71-85.
- SAQUET, M. A. & MONDARDO, M. L. (2008). “*A Construção de Territórios na Migração por Meio de Redes de Relações Sociais*”. in *Revista Nera*. ano 11. nº 13. Presidente Prudente: Departamento de Geografia da FCT – UNESP. pp. 118-127.
- SHIELDS, Rob (1991). *Places in the Margin. Alternative Geographies of Modernity*. Londres: Routledge. 334 pp.
- SILVA, A., LIMA, F. & CHAMUSCA, P. (2010). “*Estratégias de Eficiência Colectiva em Territórios de Baixa Densidade: Reflexões a Propósito do Minho-Lima e do Tâmega*”. in *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia (6 a 9 de outubro)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 18 pp.
- SIMÕES LOPES, António (2001). *Desenvolvimento Regional. Problemática, Teoria, Modelos*. 5ª ed. . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 406 pp.

- SOJA, Edward W. (1989). *Postmodern Geographies: the Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres: Verso. 266 pp.
- SOLANA, Miguel (2009). “*Nuevas Dinâmicas Migratórias y Recomposición Demográfica en las Áreas Rurales: el Caso del Baix Empodà (Girona)*”. in Trigal, L. & García, A. (coord.). *Envejecimiento, Despoblación y Territorio*. León: Universidad de León. pp. 289-302.
- TUAN, Yi-Fu (1980). *Topofilia: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel. 288 pp.
- VEIGA, José F. F. (2005). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta Editora. 268 pp.
- VELASCO, Maria J. P. (2006) “*Los Parques Naturales como Factor de Atracción de la Población. Un Estudio Exploratorio Sobre el Fenómeno de la Naturbanización en Andalucía*”. in Cuadernos Geográficos. nº 38. Granada: Universidad de Granada. pp. 87-110.
- VELEZ de CASTRO, Maria F. G. (2010). “*Imigração, Mercado de Trabalho e Desenvolvimento em Contextos Regionais de Baixas Densidades. Cenários Mediterrânicos*”. in Cadernos de Geografia. nº 28/29. Coimbra: FLUC. pp. 61-71.
- VELEZ de CASTRO, Maria F. G. (2011). *Imigração e Desenvolvimento em Regiões de Baixas Densidades: Territórios de Fronteira no Alentejo (Portugal) e na Extremadura (Espanha)*. Tese de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC. 487 pp.
- VITORINO, N., FEIO, P. A. & DIMAS, B. (2004). *Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal – uma Análise Empírica*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar. 140 pp.
- ZAMBRANO, Carlos (2001). *Territorios Plurales, Cambio Sociopolítico y Gobernabilidad Cultural*. Boletim Goiano de Geografia. nº 21 (1). pp. 9-49.

REFERÊNCIAS ONLINE

- FERRÃO, João (1999/2000). *As Geografias do País: do Passado ao Presente*. in Anuário Janus Online. 6 pp. http://janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_3_3_4.html [23 de outubro de 2013].
- INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS - ICNF (s.d.). *Reserva Natural da Serra da Malcata*. <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/r-nat/rnsm> [14 de abril de 2014].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE (s.d.-a). *Conceito de Índice de Envelhecimento*. <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes?id=925&lang=PT> [2 de maio de 2014].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE (s.d.-b). *Conceito de Índice de Dependência de Idosos*. <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes?id=923&lang=PT> [2 de maio de 2014].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE (s.d.-c). *Conceito de Índice de Dependência Total*. <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes?id=3262&lang=PT> [2 de maio de 2014].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE (2009). *Tipologia das Áreas Urbanas*. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=6251013. [12 de novembro de 2014].

FONTES ESTATÍSTICAS E CARTOGRÁFICAS

Carta Agrícola e Florestal, escala 1/25000 – Folhas 227 e 238.

Carta Militar de Portugal, escala 1/25000 – Folhas 227 e 238.

Carta Geológica de Portugal, escala 1/500000 – Folha Norte.

Corine Land Cover 2006.

X Recenseamento Geral da População (1960) – Tomo I: Prédios e Fogos; População: dados retrospectivos (Distritos, Concelhos e Freguesias). Lisboa: INE.

XI Recenseamento da População e I Recenseamento da Habitação – População e Alojamentos por Lugares 1970. Lisboa: INE.

XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento da Habitação – Resultados Definitivos 1981 – Guarda. Lisboa: INE.

XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento da Habitação – Resultados Definitivos da Região Centro 1991. Lisboa: INE.

XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento da Habitação – Resultados Definitivos da Região Centro 2001. Lisboa: INE.

XV Recenseamento geral da população e V Recenseamento geral da habitação – Resultados Definitivos da Região Centro 2011. Lisboa: INE.

DIPLOMAS E DOCUMENTOS LEGAIS

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PNPOT (2007). Anexo à Lei nº 58/2007, de 4 de setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), retificado pelas declarações nº 80-A, de 7 de setembro de 2007 e nº 103-A, de 2 de novembro de 2007.

PORTUGAL 2020 - PROPOSTA DE ACORDO DE PARCERIA 2014-2020 (2014). 289 pp.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

COSTA, Paulo S. (2010). *Regresso ao Campo*. RTP.

GUEBEL, Diego (dir. geral) (2012). *Viagem ao Centro da Minha Terra*. RTP.

SAINT-MAURICE, Anabela (2010). *Além de Nós: Mudança na Paisagem*. RTP.

ANEXOS

ANEXO I – Inquérito à população presente em Foios.

1. Perfil do Inquirido	
1.1 Idade: _____	1.2 Sexo: 1)Masculino; 2)Feminino
1.3 Nacionalidade: _____	1.4 Naturalidade (local): _____
1.5 Estado civil: 1)Solteiro; 2)Casado; 3)União de facto; 4)Divorciado/separado; 5)Viúvo	
2. Relação com a freguesia de Foios	
Indique qual a sua situação face à freguesia de Foios, e passe para o grupo do inquérito indicado à frente da resposta selecionada:	
1) Residente e Natural na freguesia (<u>passa para o Grupo 3 do Questionário</u>)	
2) Residente na freguesia há 1 ano ou mais mas natural de outra freguesia, concelho ou país (<u>passa para o Grupo 4 do Questionário</u>)	
3) Natural da freguesia ou com relações familiares na mesma mas residente há 1 ano ou mais noutra freguesia, concelho ou país (<u>passa para o Grupo 5 do Questionário</u>)	
4) Turista/Visitante (<u>passa para o Grupo 6 do Questionário</u>)	
5) Investidor ou trabalhador na freguesia mas com residência noutra freguesia ou concelho (<u>passa para o Grupo 7 do Questionário</u>)	
3. Residente e Natural na freguesia de Foios	
3.1 Residência (Lugar): _____	
3.2 Refira-se ao seu grau de instrução: 1) não frequentou a escola; 2) não completou a instrução primária; 3) 1º e 2º CEB (6anos); 4) 3º CEB (9 anos); 5) ensino secundário (12 anos); 6) ensino pós-secundário não superior (especialização tecnológica); 7) bacharelato; 8) licenciatura; 9) mestrado; 10) doutoramento; 11) pós-doutoramento	
3.2.1 Caso tenha respondido <u>6, 7, 8, 9, 10 ou 11, na pergunta 3.2, indique qual a sua área de estudos:</u> 1) geral ou numa área não específica; 2) artes (belas artes ou artes aplicadas); 3) humanidades (línguas, estudos clássicos, história, teologia...); 4) engenharia, arquitetura, planeamento, indústria; 5) agricultura e silvicultura; 6) formação de professores ou ensino; 7) ciências, matemática, informática; 8) medicina, serviços de saúde, enfermagem; 9) economia, comércio, administração e gestão, contabilidade; 10) estudos sociais e do comportamento, administração pública, media, cultura, desporto e lazer; 11) direito e estudos jurídicos; 12) serviços pessoais (cozinha, ser, domésticos, estética, cabeleireiro...); 13) ordem pública e segurança (polícia, exército, bombeiros...); 14) transportes e telecomunicações; 15) outra (qual? _____)	
3.3. Indique a sua situação perante o trabalho: 1) trabalhador por conta de outrem; 2) trabalhador por contra própria; trabalhador familiar; 3) a estudar; 4) desempregado; 5) portador de deficiência/doente crónico; 6) reformado; 7) a cumprir serviço militar obrigatório; 8) doméstico, a tomar conta de crianças ou outras pessoas; 9) outra situação (qual? _____)	
<u>(Se respondeu 4, 5, 6 ou 9 passe para a pergunta 3.4, se respondeu 1 passe para a pergunta 3.3.2, se respondeu 3,7 ou 8 passe para a pergunta 3.3.3)</u>	
3.3.1 Se respondeu <u>2</u> indique quantas pessoas trabalham na sua empresa _____, quantas são seus familiares _____, e qual a sua sede (lugar) _____	
3.3.2 Se respondeu <u>1 ou 2</u>, indique qual o sector de atividade: 1) agricultura; 2) indústria; 3) construção; 4) serviços e comércio; 5) outro (qual? _____) e qual a freguesia/concelho do local de trabalho _____	
<u>(Passe para a pergunta 3.4)</u>	
3.3.3 Se respondeu <u>3, 7 ou 8</u> indique qual a freguesia/concelho onde desenvolve a	

atividade _____ e qual o tempo de permanência mensal em Foios _____ dias.

3.4 Rendimento mensal do agregado familiar: 1) menos de 500€ 2) entre 500€ a 1000€ 3) entre 1000€ e 2000€ 4) entre 2000€ e 3000€ 5) mais de 3000€ 6) outra situação (qual? _____)

3.5 Agregado Familiar do inquirido

	Número	Idades
Cônjuge		
Filhos		
Pais		
Sogros		
Outros:		

3.6 Tem filhos a residir noutras concelhos do país? 1) sim; 2) não **Se sim, onde?** _____

3.7 Tem filhos a residir fora de Portugal? 1) sim; 2) não **Se sim, onde?** _____

3.7.1 Tem outros familiares a residir noutras regiões ou fora de Portugal? 1) sim; 2) não **Se sim, onde?** _____

3.8 Alguma vez residiu noutra concelho? 1) sim; 2) não **Ou noutra país?** 1) sim; 2) não
(Se respondeu não às questões anteriores passe para a pergunta 3.9)

3.8.1 Qual o concelho ou país onde residiu? _____

3.8.2 Qual o período de tempo (anos) que lá permaneceu? De ____ a ____; de ____ a ____; de ____ a ____

3.8.3 Qual o motivo da ida? 1) desemprego; 2) salários baixos; 3) dificuldade de ascensão profissional; 4) por trabalho/contrato da empresa; 5) acompanhar/juntar-se à família; 6) aquisição de experiência de trabalho noutra região/país; 7) aquisição de experiência académica noutra região/país; 8) outros motivos (quais? _____)

3.8.4 Qual o motivo do regresso a Foios? 1) desemprego; 2) reforma; 3) fim do trabalho/contrato da empresa; 4) oportunidade de emprego; 5) alcance da estabilidade económica e social; 6) fim do ciclo académico; 7) inadaptação ao local de acolhimento; 8) outro motivo (quais? _____)

3.9. Costuma sair da sua freguesia? 1) sim; 2) não

3.9.1 Se sim, com que frequência? 1) diariamente; 2) semanalmente; 3) mensalmente; 4) esporadicamente; 5) outra (qual? _____)

3.9.2 Que atividades desenvolve nessas saídas? 1) obtenção de serviços de saúde; 2) Aquisição de bens (compras); 4) Lazer/Turismo; 5) Visita a familiares; 6) outras (quais? _____)

Passa para o grupo 8 do questionário.

4. Imigrantes e residentes não naturais da freguesia

4.1 Residência (Lugar): _____

4.2 Refira-se ao seu grau de instrução: 1) não frequentou a escola; 2) não completou a instrução primária; 3) 1º e 2º CEB (6anos); 4) 3º CEB (9 anos); 5) ensino secundário (12 anos); 6) ensino pós-secundário não superior (especialização tecnológica); 7) bacharelato; 8) licenciatura; 9) mestrado; 10) doutoramento; 11) pós-doutoramento

4.2.1 Caso tenha respondido 6, 7, 8, 9, 10 ou 11, na pergunta 5.2, indique qual a sua área de estudos: 1) geral ou numa área não específica; 2) artes (belas artes ou artes aplicadas); 3) humanidades (línguas, estudos clássicos, história, teologia...); 4) engenharia, arquitetura, planeamento, indústria; 5) agricultura e silvicultura; 6) formação de professores ou ensino; 7) ciências, matemática, informática; 8) medicina, serviços de saúde, enfermagem; 9) economia, comércio, administração e gestão, contabilidade; 10) estudos sociais e do comportamento, administração pública, media, cultura, desporto e lazer; 11) direito e estudos jurídicos; 12) serviços pessoais (cozinha, ser, domésticos, estética, cabeleireiro...); 13) ordem pública e segurança (polícia, exército, bombeiros...); 14) transportes e telecomunicações; 15) outra (qual? _____)

4.3. Indique a sua situação perante o trabalho: 1) trabalhador por conta de outrem; 2) trabalhador por contra própria; trabalhador familiar; 3) a estudar; 4) desempregado; 5) portador de deficiência/doente crónico; 6) reformado; 7) a cumprir serviço militar obrigatório; 8) doméstico, a tomar conta de crianças ou outras pessoas; 9) outra situação (qual? _____)

(Se respondeu 4, 5, 6 ou 9 passe para a pergunta 4.4, se respondeu 1 passe para a pergunta 4.3.2, se respondeu 3,7 ou 8 passe para a pergunta 4.3.3)

4.3.1 Se respondeu 2 indique quantas pessoas trabalham na sua empresa _____, quantas são seus familiares _____, e qual a sua sede (lugar) _____

4.3.2 Se respondeu 1 ou 2, indique qual o sector de atividade: 1) agricultura; 2) indústria; 3) construção; 4) serviços e comércio; 5) outro (qual? _____) e qual a freguesia/concelho do local de trabalho _____

(Passe para a pergunta 4.4)

4.3.3 Se respondeu 3, 7 ou 8 indique qual a freguesia/concelho onde desenvolve a atividade _____ e qual o tempo de permanência médio mensal em Foios _____ dias.

4.4 Rendimento mensal do agregado familiar: 1) menos de 500€ 2) entre 500€ a 1000€ 3) entre 1000€ e 2000€, 4) entre 2000€ e 3000€, 5) mais de 3000€, 6) outra situação (qual? _____)

4.5. Indique os motivos que estiveram na base da sua saída do local/país de origem: 1) desemprego; 2) salários baixos; 3) dificuldade de ascensão profissional; 4) por trabalho/contrato da empresa; 5) acompanhar/juntar-se à família; 6) aquisição de experiência de trabalho noutra região/país; 7) aquisição de experiência académica noutra região/país; 8) outros motivos (quais? _____)

4.6. Se é imigrante, indique em que ano chegou a Portugal? _____ E qual o motivo da sua chegada? 1) facilidade de entrada; 2) facilidade de posterior migração para outro país; 3) disponibilidade de empregos; 4) salários mais elevados; 5) acompanhar a família; 6) existência de amigos/familiares que facilitaram o processo; 7) segurança; 8) melhor qualidade de vida; 9) outros motivos (quais? _____)

4.6.1 Qual a sua situação atual perante a migração? 1) tem visto de turista; 2) tem

autorização de residência; 3) requereu autorização de residência e aguarda resposta; 4) tem visto de residência; 5) tem visto de estada temporária; 6) tem estatuto de residente de longa duração da UE; 7) obteve a nacionalidade portuguesa; 8) é requerente de asilo; 9) é requerente de asilo indeferido; 10) tem estatuto de refugiado temporário; 11) tem estatuto de refugiado permanente; 12) está em situação irregular; 13) é cidadão europeu; 14) outra situação (qual? _____)

4.7. Em que ano veio residir para a freguesia de Foios? _____ E qual o motivo da escolha deste lugar? 1) disponibilidade de emprego; 4) salários mais elevados; 5) acompanhar a família; 6) existência de amigos/familiares que facilitaram o processo; 7) frequência de estabelecimento académico; 9) segurança; 10) para melhorar a qualidade de vida; 11) por razões de trabalho; 12) pela existência de condições para estabelecer um negócio; 13) pelas melhores condições e/ou baixo custo da habitação; 14) pela qualidade ambiental; 15) outros motivos (quais? _____)

4.7.1 A sua chegada foi acompanhada pela família? 1) sim; 2) não; 3) Inicialmente não mas já se reagrupou **Se não, está a pensar reagrupa-la?** 1) sim, 2) não, 3) talvez **Se sim, quando?** _____ (ano) **E quem pretende trazer?** 1) cônjuge; 2) filhos; 3) pais; 4) sogros; 5) outros (quais? _____)

4.8 Evolução da situação de residência e profissional

	Residência (País)	Residência (Lugar)	Situação perante o trabalho (ver 5.3)	Sector de atividade (ver 5.3.2)
Há 1 ano				
Há 2 anos				
Há 5 anos				

4.9 Agregado Familiar do inquirido

	Número	Idades
Cônjuge		
Filhos		
Pais		
Sogros		
Outros:		

4.9.1 Tem outros familiares a residir em Portugal? 1) sim; 2) não **Se sim, onde?** _____

4.10 Indique as maiores dificuldades na chegada a Foios: 1) língua; 2) regularização; 3) habitação; 4) integração no mercado de trabalho; 5) discriminação; 6) usos/costumes; 7) saúde; 8) solidão; 9) clima; 10) outras (quais? _____)

4.10.1 Numa escala de 0 (péssimo) a 5 (perfeito) indique a forma como avalia a sua integração na comunidade de Foios. _____

4.10.1.1 Indique os motivos dessa avaliação:

4.11 Mantém contacto com o seu país/lugar de origem? 1) sim; 2) não

4.11.1. Se sim, indique as situações em que se verificam:

i- Envio de remessas 1) sim; 2) não

i1) Indique a percentagem do rendimento mensal que envia: 1) menos de 25%; 2) de 25% a 50%; 3) de 50% a 75%; 4) mais de 75%

i2) A quem se destinam as remessas? 1) cônjuge; 2) filhos; 3) pais/sogros; 4) irmãos/cunhados; 5) outros (quais? _____)

ii) Investimentos no local de origem 1) sim; 2) não

ii1) Em que investe? 1) Depósitos; 2) Estabelecimento de negócio; 3) Construção/remodelação de habitação; 4) Compra de terrenos/imóveis; 5) outros (quais? _____)

iii) Contacto telefónico/internet: 1) sim; 2) não

iii1) Em média quantas horas por semana estabelece esse contacto? _____

iv) Regresso em férias 1) sim; 2) não

iv1) Qual a frequência do regresso ao local de origem? 1) esporadicamente; 2) uma vez por ano; 3) duas vezes por ano; 4) outras situações (quais? _____)

iv2) Qual o meio de transporte que utiliza? 1) carro; 2) avião; 3) comboio; 4) outro (qual? _____)

v) Consumo de bens do local de origem 1) sim; 2) não

v1) Onde os adquire? 1) na região/concelho onde vive; 2) na região do local de origem; 3) são enviados pelo correio pelos familiares/amigos; 4) encomenda pela internet; 5) outra situação (qual? _____)

v2) O que adquire? _____

vi) Manutenção de práticas culturais no local de chegada 1) sim; 2) não

vi1) Que práticas culturais e tradições? _____

vi2) Integra-as na comunidade local e faz a sua divulgação ou pratica-as no contexto do seu agregado familiar? _____

4.12 Pensa voltar ao seu lugar/país de origem? 1) sim; 2) não; 3) talvez

4.12.1 Pensa sair para outra freguesia/concelho de Portugal ou para outro país? 1) sim; 2) não; 3) talvez **Se respondeu 1 ou 3, indique qual:**

4.12.2 Se respondeu 1 ou 3 a pelo menos uma das questões anteriores, indique o motivo: 1) desemprego; 2) reforma; 3) fim do trabalho/contrato da empresa; 4) oportunidade de emprego; 5) alcance da estabilidade económica e social; 6) inadaptação ao local de acolhimento; 7) falta de oportunidades de trabalho; 8) fraco desenvolvimento da freguesia; 9) falta de serviços à população; 10) fracas acessibilidades; 11) qualidade ambiental; 12) outro motivo (quais? _____)

4.13. Costuma sair da sua freguesia? 1) sim; 2) não

4.13.1 Se sim, com que frequência? 1) diariamente; 2) semanalmente; 3) mensalmente; 4) esporadicamente; 5) outra (qual? _____)

4.13.2 Que atividades desenvolve nessas saídas? 1) obtenção de serviços de saúde; 2)

Aquisição de bens (compras); 4) Lazer/Turismo; 5) Visita a familiares; 6) outras (quais? _____)

Passa para o grupo 8 do questionário.

5. Emigração e saída para outras áreas nacionais

5.1 Residência (Lugar/Concelho/País): _____

5.2 Refira-se ao seu grau de instrução: 1) não frequentou a escola; 2) não completou a instrução primária; 3) 1º e 2º CEB (6anos); 4) 3º CEB (9 anos); 5) ensino secundário (12 anos); 6) ensino pós-secundário não superior (especialização tecnológica); 7) bacharelato; 8) licenciatura; 9) mestrado; 10) doutoramento; 11) pós-doutoramento

5.2.1 Caso tenha respondido 6, 7, 8, 9, 10 ou 11, na pergunta 5.2, indique qual a sua área de estudos: 1) geral ou numa área não específica; 2) artes (belas artes ou artes aplicadas); 3) humanidades (línguas, estudos clássicos, história, teologia...); 4) engenharia, arquitetura, planeamento, indústria; 5) agricultura e silvicultura; 6) formação de professores ou ensino; 7) ciências, matemática, informática; 8) medicina, serviços de saúde, enfermagem; 9) economia, comércio, administração e gestão, contabilidade; 10) estudos sociais e do comportamento, administração pública, media, cultura, desporto e lazer; 11) direito e estudos jurídicos; 12) serviços pessoais (cozinha, ser, domésticos, estética, cabeleireiro...); 13) ordem pública e segurança (polícia, exército, bombeiros...); 14) transportes e telecomunicações; 15) outra (qual? _____)

5.3. Indique a sua situação perante o trabalho: 1) trabalhador por conta de outrem; 2) trabalhador por contra própria; trabalhador familiar; 3) a estudar; 4) desempregado; 5) portador de deficiência/doente crónico; 6) reformado; 7) a cumprir serviço militar obrigatório; 8) doméstico, a tomar conta de crianças ou outras pessoas; 9) outra situação (qual? _____)

(Se respondeu 3, 4, 5, 6,7,8 ou 9 passe para a pergunta 5.4)

5.3.1 Se respondeu 1 ou 2, indique qual o sector de atividade: 1) agricultura; 2) indústria; 3) construção; 4) serviços e comércio; 6) outro (qual? _____)

5.4 Rendimento mensal do agregado familiar: 1) menos de 500€ 2) entre 500€ a 1000€ 3) entre 1000€ e 2000€ 4) entre 2000€ e 3000€ 5) mais de 3000€ 6) outra situação (qual? _____)

5.5 Em que ano deixou Foios para ir residir para outra área do território nacional ou outro país? _____

5.5.1 Quais os motivos da saída? 1) desemprego; 2) salários baixos; 3) dificuldade de ascensão profissional; 4) por trabalho/contrato da empresa; 5) acompanhar/juntar-se à família; 6) aquisição de experiência de trabalho noutra região/país; 7) aquisição de experiência académica noutra região/país; 8) outros motivos (quais? _____)

5.5.2 A sua saída foi acompanhada pela família? 1) sim; 2) não; 3) Inicialmente não mas já se reagrupou **Se não, está a pensar reagrupa-la?** 1) sim, 2) não, 3) talvez **Se sim, quando?** _____ (ano) **E quem pretende levar?** 1) cônjuge; 2) filhos; 3) pais; 4) sogros; 5) outros (quais? _____)

5.5.3 Evolução da situação de residência e profissional

	Residência (País)	Residência (Lugar)	Situação perante o trabalho (ver 4.3)	Sector de atividade (ver 4.3.2)
Há 1 ano				
Há 2 anos				
Há 5 anos				

5.5.4 Indique os motivos da escolha do local de residência atual: 1) disponibilidade de emprego; 4) salários mais elevados; 5) acompanhar a família; 6) existência de amigos/familiares que facilitaram o processo; 7) frequência de estabelecimento académico; 9) segurança; 10) para melhorar a qualidade de vida; 11) por razões de trabalho; 12) pela existência de condições para estabelecer um negócio; 13) pelas melhores condições e/ou baixo custo da habitação; 14) pela qualidade ambiental; 15) outros motivos (quais? _____)

5.5.5 Indique as maiores dificuldades no local de destino: 1) língua; 2) regularização; 3) habitação; 4) integração no mercado de trabalho; 5) discriminação; 6) usos/costumes; 7) saúde; 8) solidão; 9) clima; 10) outras (quais? _____)

5.5.6 Tem algum familiar que tenha saído de Foios para viver noutra área do país ou noutro país? 1) sim; 2) não **Se sim, quando (anos)?** _____ **E para onde?** _____

5.6 Mantém contacto com o seu país/lugar de origem? 1) sim; 2) não

5.6.1. Se sim, indique as situações em que se verificam:

i- Envio de remessas 1) sim; 2) não

i1) Indique a percentagem do rendimento mensal que envia: 1) menos de 25%; 2) de 25% a 50%; 3) de 50% a 75%; 4) mais de 75%

i2) A quem se destinam as remessas? 1) cônjuge; 2) filhos; 3) pais/sogros; 4) irmãos/cunhados; 5) outros (quais? _____)

ii) Investimentos no local de origem 1) sim; 2) não

ii1) Em que investe? 1) Depósitos; 2) Estabelecimento de negócio; 3) Construção/remodelação de habitação; 4) Compra de terrenos/imóveis; 5) outros (quais? _____)

ii2) Caso tenha um negócio, indique a sua tipologia _____

iii) Contacto telefónico/internet: 1) sim; 2) não

iii1) Em média quantas horas por semana estabelece esse contacto? _____

iv) Regresso em férias 1) sim; 2) não

iv1) Qual a frequência do regresso ao local de origem? 1) esporadicamente; 2) uma vez por ano; 3) duas vezes por ano; 4) outras situações (quais? _____)

iv2) Qual o meio de transporte que utiliza? 1) carro; 2) avião; 3) comboio; 4) outro (qual? _____)

iv3) Durante a permanência onde fica alojado? 1) casa própria; 2) casa de familiares; 3) casa de amigos; 4) alojamento local; 5) outra situação (qual? _____)

iv4) Que atividades desenvolve? 1) participação em atividades culturais e tradicionais

locais (romarias, festas, capeia arraiana, feiras...); 2) utilização dos serviços e comércio local; 3) usufruto dos espaços e equipamentos públicos (centro cívico, praia fluvial...); 4) visita a espaços patrimoniais; 5) outras (quais?_____)

iv5) Durante as férias, permanece sempre em Foios, ou visita outras regiões do país?
1) sim; 2) não **Se sim, quais?**_____

iv6) Pensa repetir este ciclo novamente? 1)sim; 2) não; 3)talvez
Porquê?_____

Se, respondeu 1 ou 3, indique quando_____

iv) Consumo de bens do local de origem 1) sim; 2) não

iv1) Onde os adquire? 1) na região/concelho onde vive; 2) na região do local de origem; 3) são enviados pelo correio pelos familiares/amigos; 4) encomenda pela internet; 5) outra situação (qual?_____)

iv2) O que adquire?_____

vi) Manutenção de práticas culturais do local de origem no local de chegada 1) sim;
2) não

vi1) Que práticas culturais e tradições?_____

vi2) Integra-as na comunidade local e faz a sua divulgação ou pratica-as no contexto do seu agregado familiar? _____

vii) Integração das práticas culturais do local de acolhimento na freguesia de Foios
1) sim; 2) não

vii1) Que práticas culturais e tradições?_____

vii2) Integra-as na comunidade local e faz a sua divulgação ou pratica-as no contexto do seu agregado familiar? _____

5.7 Maiores dificuldades de integração em Foios sempre que regressa depois da sua saída? 1) discriminação; 2) conflitos de interesses; 3) perda de identidade e sentido de pertença; 4) falta de atividades e serviços; 5) acessibilidades; 6) outras (quais?_____)

5.8 Pensa retornar à freguesia de origem? 1) sim; 2) não; 3) talvez

5.8.1 Quais os principais motivos? 1) desemprego; 2) reforma; 3) fim do trabalho/contrato da empresa; 4) oportunidade de emprego; 5) alcance da estabilidade económica e social; 6) fim do ciclo académico; 7) inadaptação ao local de acolhimento; 8) falta de oportunidades de trabalho; 9) fraco desenvolvimento da freguesia; 10) falta de serviços à população; 11) fracas acessibilidades; 12) qualidade ambiental; 13) outro motivo (quais?_____)

5.8.2 Se respondeu 1 ou 3 na questão 5.8, indique quando: _____

Passa para o grupo 8 do questionário.

6. Turista/Visitante

6.1 Residência (Lugar e Concelho): _____

6.2 Refira-se ao seu grau de instrução: 1) não frequentou a escola; 2) não completou a instrução primária; 3) 1º e 2º CEB (6anos); 4) 3º CEB (9 anos); 5) ensino secundário (12 anos); 6) ensino pós-secundário não superior (especialização tecnológica); 7) bacharelato;

8) licenciatura; 9) mestrado; 10) doutoramento; 11) pós-doutoramento

6.2.1 Caso tenha respondido 6, 7, 8, 9, 10 ou 11, na pergunta 6.2, indique qual a sua área de estudos: 1) geral ou numa área não específica; 2) artes (belas artes ou artes aplicadas); 3) humanidades (línguas, estudos clássicos, história, teologia...); 4) engenharia, arquitetura, planeamento, indústria; 5) agricultura e silvicultura; 6) formação de professores ou ensino; 7) ciências, matemática, informática; 8) medicina, serviços de saúde, enfermagem; 9) economia, comércio, administração e gestão, contabilidade; 10) estudos sociais e do comportamento, administração pública, media, cultura, desporto e lazer; 11) direito e estudos jurídicos; 12) serviços pessoais (cozinha, ser, domésticos, estética, cabeleireiro...); 13) ordem pública e segurança (polícia, exército, bombeiros...); 14) transportes e telecomunicações; 15) outra (qual? _____)

6.3. Indique a sua situação perante o trabalho: 1) trabalhador por conta de outrem; 2) trabalhador por contra própria; trabalhador familiar; 3) a estudar; 4) desempregado; 5) portador de deficiência/doente crónico; 6) reformado; 7) a cumprir serviço militar obrigatório; 8) doméstico, a tomar conta de crianças ou outras pessoas; 9) outra situação (qual? _____)

(Se respondeu 3,4, 5, 6,7,8 ou 9 passe para a pergunta 6.4)

6.3.1 Se respondeu 1 ou 2, indique qual o sector de atividade: 1) agricultura; 2) indústria; 3) construção; 4) serviços e comércio; 6) outro (qual? _____)

6.4 Rendimento mensal do agregado familiar: 1) menos de 500€; 2) entre 500€ a 1000€; 3) entre 1000€ e 2000€; 4) entre 2000€ e 3000€; 5) mais de 3000€; 6) outra situação (qual? _____)

6.5 Indique a razão da visita: 1) férias/lazer; 2) eventos culturais/desportivos; 3) motivos profissionais; 4) saúde; 5) outros (quais? _____)

6.6. Indique o motivo da escolha da freguesia de Foios: 1) beleza natural; 2) qualidade ambiental; 3) localização geográfica; 4) património cultural; 5) festas e romarias; 6) microclima; 7) acaso; 8) curiosidade; 9) outro motivo (qual? _____)

6.7 Como tomou conhecimento da freguesia como destino?: 1) Guia de Portugal/roteiros; 2) internet; 3) revistas, jornais, rádio e televisão; 4) amigos/familiares; 5) outra forma (qual? _____)

6.8 Indique quais os espaços que considera de interesse visitar em Foios? 1) Praia fluvial; 2) Serra das Mesas; 3) Portela do Lameirão; 4) Centro cívico; 5) outros (quais? _____)

6.9 Indique o tempo que vai permanecer em Foios: 1) menos de 1 dia; 2) de 1 a 2 dias; 3) de 3 a 7 dias; 4) 7 a 15 dias; 5) outro (qual? _____)

6.9.1 Caso tenha respondido 2, 3 ou 4 na pergunta 6.9, indique onde ficará alojado:

6.10 Visitou ou pensa visitar mais alguma freguesia ou concelho? 1) sim; 2) não; 3) talvez **Se respondeu 1) ou 3) indique qual:** _____

6.11 Com quem visita a freguesia? 1) familiares; 2) amigos; 3) excursão; 4) empresa; 5) sozinho; 6) outros (quem? _____)

6.12 Que atividades desenvolveu ou pensa desenvolver em Foios? 1) Alimentação; 2) Aquisição de bens (compras); 3) Alojamento; 4) Aquisição de serviços públicos; 5) Atividades desportivas; 6) Passeio Pedestre; 7) Passeio de automóvel com paragem para observação de pontos da paisagem e outros; 8) Visita a locais de exposição, centros

interpretação; 9) Espetáculos culturais/musicais, festas e romarias; 10) outras (quais? _____)

Passa para o grupo 8 do questionário.

7. Investidor ou trabalhador/estudante não natural da freguesia

7.1 Residência (Lugar e Concelho): _____

7.2 Refira-se ao seu grau de instrução: 1) não frequentou a escola; 2) não completou a instrução primária; 3) 1º e 2º CEB (6anos); 4) 3º CEB (9 anos); 5) ensino secundário (12 anos); 6) ensino pós-secundário não superior (especialização tecnológica); 7) bacharelato; 8) licenciatura; 9) mestrado; 10) doutoramento; 11) pós-doutoramento

7.2.1 Caso tenha respondido 6, 7, 8, 9, 10 ou 11, na pergunta 7.2, indique qual a sua área de estudos: 1) geral ou numa área não específica; 2) artes (belas artes ou artes aplicadas); 3) humanidades (línguas, estudos clássicos, história, teologia...); 4) engenharia, arquitetura, planeamento, indústria; 5) agricultura e silvicultura; 6) formação de professores ou ensino; 7) ciências, matemática, informática; 8) medicina, serviços de saúde, enfermagem; 9) economia, comércio, administração e gestão, contabilidade; 10) estudos sociais e do comportamento, administração pública, media, cultura, desporto e lazer; 11) direito e estudos jurídicos; 12) serviços pessoais (cozinha, ser, domésticos, estética, cabeleireiro...); 13) ordem pública e segurança (polícia, exército, bombeiros...); 14) transportes e telecomunicações; 15) outra (qual? _____)

7.3. Indique a sua situação perante o trabalho: 1) trabalhador por conta de outrem; 2) trabalhador por conta própria; 3) a estudar; 4) desempregado; 5) portador de deficiência/doente crónico; 6) reformado; 7) a cumprir serviço militar obrigatório; 8) doméstico, a tomar conta de crianças ou outras pessoas; 9) outra situação (qual? _____)

(Se respondeu 3,4, 5, 6, 7, 8 ou 9 passe para a pergunta 7.4)

7.3.1 Se respondeu 2 indique quantas pessoas trabalham na sua empresa _____, quantas são seus familiares _____, e qual a sua sede (lugar) _____

7.3.2 Se respondeu 1 ou 2, indique qual o sector de atividade: 1) agricultura; 2) indústria; 3) construção; 4) serviços e comércio; 5) outro (qual? _____)

7.4 Rendimento mensal do agregado familiar: 1) menos de 500€; 2) entre 500€ a 1000€; 3) entre 1000€ e 2000€; 4) entre 2000€ e 3000€; 5) mais de 3000€; 6) outra situação (qual? _____)

Se é investidor na freguesia passe para a questão 7.6.

7.5 Qual o motivo de trabalhar/estudar em Foios? 1) melhores salários; 2) contrato da empresa; 3) proximidade à residência; 4) não tenho alternativa; 5) única oferta existente na área; 6) melhores acessibilidades; 7) outro (qual? _____)

7.5.1 Qual o tempo diário que permanece em Foios? _____ horas

7.5.2 Quanto tempo gasta, por dia, no trajeto casa-trabalho/escola? _____ horas

7.5.3 Mais algum membro do agregado familiar trabalha ou estuda em Foios? 1) sim; 2) não Se sim, quantos? _____

7.5.4 Alguma vez ponderou mudar de local de trabalho/estudo? 1) sim; 2) não

7.5.4.1 Qual o motivo? 1) gosto do que faço; 2) sinto-me bem no meu local de trabalho; 3) não me sinto realizado; 4) o salário é baixo; 5) pela distância à residência; 6) o ambiente entre colegas é desagradável; 7) a população local não facilitou a adaptação; 8)

já conhecia a freguesia, a população e gosto; 9) outro (qual? _____)

Passe para a pergunta 7.7 do questionário.

7.6 Qual o investimento que tem em Foios? _____

7.6.1 Porque decidiu investir? 1) facilidade de instalar a empresa; 2) diversificação da oferta existente; 3) boa oportunidade de negócio; 4) oferta de mão-de-obra; 5) proximidade a fatores estratégicos e competitivos (acessibilidades; outras empresas do ramo; proximidade da fronteira...); 6) outros (quais? _____)

7.6.2 Tem outras empresas/filiais noutras freguesias/concelhos? 1) sim; 2) não **Se sim, onde?** _____

7.6.3 Quais as maiores dificuldades na instalação e integração na comunidade? 1) falta de mão-de-obra; 2) entraves à criação de empresas; 3) dificuldades de aquisição de imóvel para a instalação; 4) fraca procura; 5) inércia por parte da população; 6) outras (quais? _____)

7.6.4 Alguma vez pensou desistir/deslocalizar o investimento em Foios? 1) sim; 2) não **Se sim, qual o motivo?** 1) dificuldades de integração na comunidade; 2) fracas acessibilidades; 3) falta de fatores competitivos que permitam afirmação a escalas mais amplas; 4) pouca procura do produto/serviço prestado; 5) distância aos principais centros políticos, económicos e culturais; 6) outra (qual? _____)

7.6.5 Com que frequência visita a sua empresa em Foios? 1) diariamente; 2) semanalmente; 3) de 15 em 15 dias; 4) mensalmente; 5) outra (qual? _____)

7.7 Alguma vez ponderou vir a residir em Foios? 1) sim; 2) não

7.7.1 Indique o motivo: 1) proximidade da família; 2) debilidades nos serviços públicos; 3) qualidade ambiental; 4) envelhecimento da população; 5) dificuldades na compra/aluguer de habitação; 6) acessibilidades; 7) animação cultural e atividades de lazer; 8) falta de equipamentos públicos; 9) outros (quais? _____)

Passe para o grupo 8 do questionário.

8. Perceção da freguesia

8.1 Indique os principais problemas:

8.2 Indique as principais potencialidades:

8.3. O que podia contribuir para minorar os problemas e realçar as potencialidades?

8.4 De que forma acha que o facto de residir/trabalhar/estudar/visitar esta freguesia

contribui para desenvolvimento local?

Se é **turista/visitante** termina o seu inquérito **AQUI!**

8.5 Refira-se à sua participação cívica na comunidade local.

8.5.1 Qual a frequência da sua participação? _____

Observações

ANEXO II – Variáveis utilizadas na ACP

Dimensão inicial	Dimensão transformada	Variáveis de análise
Idade	Idade	Idade inferior a 25 anos Idade entre os 25 e 64 anos Idade superior a 65 anos
Sexo	Sexo	Sexo feminino Sexo masculino
Grau de instrução Situação perante o trabalho Rendimento do Agregado familiar	Posição socioprofissional	Posição socioprofissional
Relação com Foios	Relação com Foios	Residente e natural na freguesia de Foios Residente na freguesia há um ano ou mais, mas não natural da mesma Natural ou com relações familiares na freguesia de Foios, mas não residente Visitante/Turista Trabalhador
Filhos a residir noutros concelhos Filhos a residir noutros países Familiars a residir noutros concelhos ou países Familiars a residir em Portugal	Redes familiares dispersas	Redes familiares dispersas
Residiu noutro concelho Residiu noutro país	(E) Migração	(E) Migração Motivo retorno a Foios: Acompanhamento/apoio familiar Motivo retorno a Foios: Casamento
Motivação do retorno a Foios	Motivação do retorno a Foios	Motivo retorno a Foios: Forte filiação à freguesia Motivo retorno a Foios: Aproximação do local de trabalho/abertura de negócio

		Motivo retorno a Foios: Desemprego
		Motivo retorno a Foios: Reforma
		Motivo retorno a Foios: Inadaptação ao local de chegada
Mobilidades de proximidade	Mobilidades de proximidade	Mobilidades de proximidade
		Mobilidades de proximidade com frequência diária
		Mobilidades de proximidade com frequência de pelo menos uma vez por semana
Frequência mobilidades de proximidade	Frequência mobilidades de proximidade	Mobilidades de proximidade com frequência de pelo menos uma vez por mês
		Mobilidades de proximidade com frequência inferior a uma vez por mês
		Frequência de mobilidades de proximidade: outra situação
Avaliação da integração em Foios	Avaliação da integração em Foios	Avaliação da integração em Foios igual a 0
		Avaliação da integração em Foios entre 1 e 2
		Avaliação da integração em Foios entre 3 e 4
		Avaliação da integração em Foios igual a 5
Contacto com o local de origem	Contacto com o local de origem	Contacto com o local de origem
Envio de remessas	Envio de remessas	Envio de remessas
Investimento no local de origem	Investimento no local de origem	Investimento no local de origem
		Investimento no local de origem pela compra de terrenos/imóveis
Tipo de investimento no local de origem	Tipo de investimento no local de origem	Investimento no local de origem pela construção/remodelação de habitação

Contacto telefónico	Contacto telefónico	Contacto telefónico com o local de origem
		Contacto telefónico com frequência diária
Frequência contacto telefónico	Frequência contacto telefónico	Contacto telefónico com frequência de pelo menos uma vez por semana
		Contacto telefónico com frequência de pelo menos uma vez por mês
		Contacto telefónico com frequência inferior a uma vez por mês
Regresso ao local de origem em Férias	Regresso ao local de origem em Férias	Regresso ao local de origem em férias
		Regresso ao local de origem em férias com uma frequência inferior a 2 vezes ano
		Regresso ao local de origem em férias com uma frequência de 2 a 3 vezes ano
		Regresso ao local de origem em férias com uma frequência de 4 a 5 vezes ano
Frequência do regresso em férias	Frequência do regresso em férias	Regresso ao local de origem em férias com uma frequência de 6 a 11 vezes ano
		Regresso ao local de origem em férias com uma frequência de 12 a 20 vezes ano
		Regresso ao local de origem em férias com uma frequência superior a 20 vezes ano
		Motivação do regresso em férias: familiares e amigos
		Motivação do regresso em férias: sentido de pertença e gosto pelo local
Motivação regresso em férias	Motivação regresso em férias	Motivação do regresso em férias: manutenção de propriedades
		Motivação do regresso em férias: festividades e elementos culturais

		Motivação do regresso em férias: qualidade de vida, natureza e sossego
Consumo de bens do local de origem	Consumo de bens do local de origem	Consumo de bens do local de origem
Práticas culturais do local de origem no local de chegada	Práticas culturais do local de origem no local de chegada	Práticas culturais do local de origem no local de chegada
Retorno ao local de origem	Retorno ao local de origem	Pretensão de retorno ao local de origem
		Motivação da escolha do local de residência atual: casamento
		Motivação da escolha do local de residência atual: disponibilidade de emprego/contrato de trabalho
		Motivação da escolha do local de residência atual: existência de redes de suporte à migração
Motivação escolha do local de residência	Motivação escolha do local de residência	Motivação da escolha do local de residência atual: perspetivas da melhoria da qualidade de vida
		Motivação da escolha do local de residência atual: área urbana de maior proximidade a Foios
		Motivação da escolha do local de residência atual: académica
(E)Migração de familiares	(E)Migração de familiares	(E)Migração de familiares
		Motivo da escolha de Foios para visitar: presença de amigos
		Motivo da escolha de Foios para visitar: festividades
Motivação da escolha de Foios para visita	Motivação da escolha de Foios para visita	Motivo da escolha de Foios para visitar: gastronomia e produtos locais
		Motivo de escolha de Foios para visitar: proximidade da área de residência
Tempo de estadia em Foios	Tempo de estadia em Foios	Tempo de estadia inferior a 1 dia Tempo de estadia de 1 a 2 dias

		Tempo de estadia de 3 a 7 dias Tempo de estadia de 8 a 15 dias
Visita a outras áreas geográficas	Visita a outras áreas geográficas	Visita a outras áreas geográficas no contexto da visita a Foios
Motivação do trabalho em Foios	Motivação do trabalho em Foios	Trabalho em Foios pela competitividade no lugar de residência e oferta de trabalho na freguesia Trabalho em Foios pela oferta sazonal específica
Tempo de permanência diária em Foios	Tempo de permanência diária em Foios	Tempo de permanência em Foios inferior a 8h diárias Tempo de permanência em Foios igual a 8h diárias Tempo de permanência em Foios superior a 8h diárias
Membros do agregado familiar a trabalhar em Foios	Membros do agregado familiar a trabalhar em Foios	Membros do agregado familiar a trabalhar em Foios
Pretensão de alteração do local de trabalho	Pretensão de alteração do local de trabalho	Pretensão de alteração do local de trabalho
Pretensão de futura residência em Foios	Pretensão de futura residência em Foios	Sem pretensão de residência em Foios
		Contributo individual para o desenvolvimento: aumento do efetivo populacional e rejuvenescimento da população Contributo individual para o desenvolvimento: consumo e aumento da riqueza local
Presença como contributo para o desenvolvimento	Presença como contributo para o desenvolvimento	Contributo individual para o desenvolvimento: manutenção dos serviços e comércio Contributo individual para o desenvolvimento: produção agrícola e preservação florestal Contributo individual para o desenvolvimento: divulgação da freguesia e angariação de visitas

		Contributo individual para o desenvolvimento: manutenção das tradições, cultura e património
		Contributo individual para o desenvolvimento: troca de ideias e manutenção de mentalidades "abertas"
		Sem contribuição individual para o desenvolvimento
Participação na comunidade	Participação na comunidade	Participação na comunidade local
		Sem participação na comunidade local
Atividades de participação	Atividades de participação	Participação em atividades políticas
		Participação em atividades sociais
		Participação em atividades culturais
		Participação em atividades desportivas/recreativas
		Participação em atividades religiosas
Tipo de participação	Tipo de participação	Participação ativa na comunidade local, com participação na organização das atividades
		Participação ativa na comunidade local
		Participação passiva na comunidade local
Frequência de participação	Frequência de participação	Participação na comunidade local muito frequente
		Participação na comunidade local frequente
		Participação na comunidade local pouco frequente
		Participação na comunidade local rara

ANEXO III – Fatores resultantes da ACP e variáveis de composição

Factor 1 - Filiação a Foios e redes familiares	Residente e natural na freguesia de Foios Natural ou com relações familiares na freguesia de Foios, mas não residente Redes familiares dispersas (E) Migração Motivo retorno a Foios: Acompanhamento/apoio familiar Motivo retorno a Foios: inadaptação ao local de chegada Motivo retorno a Foios: Forte filiação à freguesia Mobilidades de proximidade Mobilidades de proximidade com frequência de pelo menos uma vez por semana Mobilidades de proximidade com frequência inferior a uma vez por mês Contacto com o local de origem Contacto telefónico com o local de origem Contacto telefónico com frequência diária Contacto telefónico com frequência de pelo menos uma vez por semana Regresso ao local de origem em férias Regresso ao local de origem em férias com uma frequência de 2 a 3 vezes ano Regresso ao local de origem em férias com uma frequência de 4 a 5 vezes ano Regresso ao local de origem em férias com uma frequência de 12 a 20 vezes ano Regresso ao local de origem em férias com uma frequência superior a 20 vezes ano Motivação do regresso em férias: familiares e amigos Motivação do regresso em férias: sentido de pertença e gosto pelo local Consumo de bens do local de origem Práticas culturais do local de origem no local de chegada Pretensão de retorno ao local de origem Motivação da escolha do local de residência atual: casamento Motivação da escolha do local de residência atual: disponibilidade de emprego/contrato de trabalho (E) Migração de familiares
Factor 2 - Contributos estruturais para o desenvolvimento	Tempo de permanência em Foios igual a 8h diárias Contributo individual para o desenvolvimento: aumento do efetivo populacional e rejuvenescimento da população Contributo individual para o desenvolvimento: consumo e aumento da riqueza local Participação na comunidade local Participação em atividades culturais
Factor 3 - Atores externos à freguesia	Visitante/Turista Trabalhador Motivo da escolha de Foios para visitar: presença de amigos Motivo da escolha de Foios para visitar: festividades Motivo da escolha de Foios para visitar: gastronomia e produtos locais Motivo de escolha de Foios para visitar: proximidade da área de residência Tempo de estadia inferior a 1 dia Tempo de estadia de 3 a 7 dias Tempo de estadia de 8 a 15 dias Visita a outras áreas geográficas no contexto da visita a Foios Trabalho em Foios pela competitividade no lugar de residência e oferta de trabalho na freguesia Trabalho em Foios pela oferta sazonal específica Tempo de permanência em Foios inferior a 8h diárias Tempo de permanência em Foios superior a 8h diárias Membros do agregado familiar a trabalhar em Foios Pretensão de alteração do local de trabalho Sem pretensão de residência em Foios Sem participação na comunidade local
Factor 4 - Novos residentes, continuidades e mudanças	Idade entre os 25 e 64 anos Sexo feminino Sexo masculino Residente na freguesia há um ano ou mais, mas não natural da mesma Frequência de mobilidades de proximidade: outra situação Avaliação da integração em Foios igual a 0 Avaliação da integração em Foios igual a 5 Contributo individual para o desenvolvimento: divulgação da freguesia e angariação de visitas Contributo individual para o desenvolvimento: manutenção das tradições, cultura e património Participação ativa na comunidade local Participação passiva na comunidade local
Factor 5 - Presenças ausentes	Investimento no local de origem pela compra de terrenos/imóveis Contacto telefónico com frequência inferior a uma vez por mês Regresso ao local de origem em férias com uma frequência inferior a 2 vezes ano Contributo individual para o desenvolvimento: produção agrícola e preservação florestal Sem contribuição individual para o desenvolvimento Participação em atividades políticas

A baixa densidade rural num contexto geográfico de fluxos e permanências: atores locais, tempos e redes.
O exemplo de Foios (Sabugal)

Factor 6 - Factores socioprofissionais e investimentos no local de origem	Idade superior a 65 anos Posição socioprofissional Envio de remessas Investimento no local de origem Investimento no local de origem pela construção/remodelação de habitação Motivação do regresso em férias: manutenção de propriedades Motivação da escolha do local de residência atual: existência de redes de suporte à migração Motivação da escolha do local de residência atual: perspectivas da melhoria da qualidade de vida
Factor 7 - Valorização dos elementos de ruralidade	Motivação do regresso em férias: festividades e elementos culturais Motivação do regresso em férias: qualidade de vida, natureza e sossego Motivação da escolha do local de residência atual: área urbana de maior proximidade a Foios Tempo de estadia de 1 a 2 dias Participação ativa na comunidade local, com participação na organização das atividades
Factor 8 - Emprego e integração na comunidade local	Motivo retorno a Foios: desemprego Mobilidades de proximidade com frequência diária Mobilidades de proximidade com frequência de pelo menos uma vez por mês Contacto telefónico com frequência de pelo menos uma vez por mês Avaliação da integração em Foios entre 3 e 4 Participação em atividades religiosas Participação em atividades sociais Participação na comunidade local muito frequente Participação na comunidade local pouco frequente
Factor 9 - Gosto pelo local de origem e participação na comunidade local	Idade inferior a 25 anos Motivo retorno a Foios: Casamento Motivo retorno a Foios: Aproximação do local de trabalho/abertura de negócio Motivo retorno a Foios: reforma Avaliação da integração em Foios entre 1 e 2 Participação em atividades desportivas/recreativas Participação na comunidade local frequente
Factor 10 - Influência externa na comunidade local	Participação na comunidade local rara Regresso ao local de origem em férias com uma frequência de 6 a 11 vezes ano Motivação da escolha do local de residência atual: académica Contributo individual para o desenvolvimento: manutenção dos serviços e comércio Contributo individual para o desenvolvimento: troca de ideias e manutenção de mentalidades "abertas"

ANEXO IV – Dendrograma resultante da Análise de Clusters

